



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

IRACI SIMÕES DA ROCHA

**IMAGENS DO INTELLECTUAL EUCLIDES DA CUNHA:
PERMANÊNCIA E DESLOCAMENTOS**

Salvador - Bahia
2007

IRACI SIMÕES DA ROCHA

IMAGENS DO INTELLECTUAL EUCLIDES DA CUNHA:

PERMANÊNCIA E DESLOCAMENTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras
e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal
da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de
Doutora em Letras.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANTONIA TORREÃO HERRERA

Salvador

2007

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa

R672 Rocha, Iraci Simões da.
Imagens do intelectual Euclides da Cunha : permanência e deslocamentos / Iraci Simões da Rocha. - 2006.
304 f.

Inclui anexos.

Orientadora : Profa. Dra. Antonia Torreão Herrera.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909 - apreciação. 2. Literatura - História e crítica - Teoria, etc.
3. Cunha, Euclides da, 1866-1909. *Os sertões*. 4. Brasil - História - Guerra de Canudos, 1897.
5. Identidade social - Brasil, Nordeste. 6. Universidade do Estado da Bahia. Centro de Estudos
Euclides da Cunha. I. Herrera, Antonia Torreão. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de
Letras. III. Título.

CDU - 821(81).09

CDD - 869.09

Este trabalho é dedicado
à minha filha Clarice, com muito
amor, pelo seu companheirismo e
pela alegria de sua presença;
e a meus pais Juquinha e Maria (em
memória), exemplos maiores de
sabedoria e coragem.

A G R A D E C I M E N T O S

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e à Universidade Federal da Bahia (UFBA), duas instituições fundamentais na minha vida profissional. A primeira, que vi nascer (quando eu ainda era professora da antiga FFPA - Alagoinhas); a segunda, que me proporcionou a formação acadêmica, desde os tempos da graduação até o presente estágio da pós-graduação;

A Antonia Torreão Herrera, minha orientadora, que acreditou no meu projeto, desde o início, quando havia apenas idéias e desejo; obrigada pela orientação, confiança, solidariedade e apoio nesses anos de trabalho;

A Doralice Alcoforado, agradeço por ter acolhido minha proposta inicial de trabalho e por ter apoiado a mudança de tema quando ela se mostrou imperativa;

Aos mestres da UFBA, especialmente àqueles que acrescentaram novos significados com as suas disciplinas: Ívia Alves, Florentina Souza, Eneida Leal, Lígia Telles, Rejane Vecchia, Rachel Esteves, Doralice Alcoforado, Antonia Herrera;

Aos professores das universidades de fora, convidados pelo Programa da Pós-Graduação da UFBA para ministrar cursos especiais: Eneida Maria de Souza, Roberto Correa dos Santos e Izabel Margato;

Às professoras Evelina Hoisel e Márcia Rios, por terem participado da minha banca de qualificação; a Aurélio Lacerda e Luitgarde Barros que aceitaram compor a banca para exame e debate desta tese na sua defesa pública;

A Antônio Nery Filho, ouvido e voz de muitas horas. Obrigada pela solidariedade e apoio com afeto. É bom saber que encontro em você um bom conselheiro;

A Regina, Glória e Judite, Rochas que se dividiram na revisão do texto final;

A Lia Lordelo e Takiko do Nascimento, pelas versões do resumo para o inglês e francês, respectivamente;

A Marta Mesquita, pelo apoio e amizade em tantos anos de UNEB;

Aos colegas da Pós-graduação da UFBA, pelas trocas e diálogos nas aulas, especialmente a Sandra Gomes, pelas sugestões na fase inicial da pesquisa;

Aos meus irmãos mais próximos, pelo conforto e alegria de suas presenças: Glória, Zé Raimundo, Judite, Regina, (Edmundo, em memória), Eulina, Pedro, Marilene e Marli;

Ao colega de trabalho e amigo da UNEB Manoel Neto, que abriu para mim os arquivos do CEEC, apresentou-me aos “conselheiristas” e respondeu questões intermináveis. Obrigada pela generosidade sem limites;

Aos pesquisadores e artistas, que aceitaram falar comigo e transmitiram mais paixão pela temática euclidiana / conselheirista: Antônio Olavo, Enoque Oliveira, Eldon Canário, Claude Santos, José Carlos B. de Santana, Marco Villa, Luitgarde Cavalcanti Barros, Trípoli Gaudenzi, Sérgio Guerra, Roberto Dantas, José Carlos Pinheiro, Luiz Paulo Neiva;

A Cida Lacerda, sempre disponível, agradeço pela intervenção final na editoração do texto e pela coragem de me ensinar atalhos para domar “estilos” do *Word*;

Agradeço ainda a muitas pessoas que apoiaram de diversas formas a realização desse trabalho: José Albertino Lordelo, Lúcia Maciel da Silva, Madalena Maciel da Silva, Mônica T. Amorim, Aurélio Lacerda, Álvaro Ribeiro Neto, Rodolpho Del Guerra, Antenor Júnior, Pedro Barboza, Berthold Zilly, J. Edelzuito Soares, Edivaldo Boaventura, Yara Dulce Ataíde;

Ao pessoal das bibliotecas, arquivos e memoriais por onde passei, agradeço a gentileza e colaboração na disponibilização de acervos: Biblioteca Central da UFBA, Biblioteca Central da UNEB, arquivos CEEC / UNEB, Núcleo Sertão (UFBA), Memorial Antônio Conselheiro (Canudos); Biblioteca da Casa de Cultura Euclides da Cunha (São José do Rio Pardo);

Finalmente, agradeço a todos os canudenses, euclidenses, montesantenses e moradores de municípios e povoados próximos da região de Canudos, bem como aos riopardenses, tantas pessoas anônimas que me ouviram e trocaram idéias comigo sobre o tema da pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta tese é investigar os modos e razões de permanência e de deslocamentos do nome do intelectual Euclides da Cunha, na cultura brasileira, particularmente na Bahia. Recorta-se a temática, analisando-se dois movimentos: a consagração do escritor e de sua obra, mantidos como objetos de culto em determinados espaços (permanência) e a revisão histórica da questão Canudos, a partir de fontes não-euclidianas, com a conseqüente problematização de noções arraigadas na cultura, relacionadas aos processos de representação e de constituição da identidade do autor de *Os sertões* (deslocamentos). Analisam-se textos de Euclides, com destaque para trechos de *Os sertões*, textos críticos do início do século XX, textos biográficos e históricos sobre o escritor e ainda textos que fazem a revisão dos fatos da guerra. Para a coleta de dados, aos procedimentos de leitura e análise dos textos de e sobre Euclides, incluiu-se a observação direta de eventos culturais relacionados ao euclidianismo e ao conselheirismo. Além disso, foram entrevistados intelectuais envolvidos com a pesquisa de temática canudiana-euclidiana-conselheirista. Os dados encontrados foram interpretados, considerando-se aspectos da análise qualitativa. Os resultados da pesquisa mostraram que as imagens identitárias com as quais Euclides passa à posteridade foram inicialmente construídas pela crítica, pelos jornais e pelos biógrafos. Por um lado, tais imagens seriam oportunamente apropriadas pelo Movimento Euclidiano, ainda hoje resistente em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo. Por outro lado, na Bahia, o nome de Euclides da Cunha estaria mais ligado a homenagens oficiais, embora sua obra permaneça como ícone canônico cultural. Os pesquisadores da temática canudiana, notadamente aqueles mais afinados com o conselheirismo, mostraram-se empenhados na recuperação histórica dos fatos da guerra para a positivação das imagens dos mártires de Canudos. Procedimentos análogos foram utilizados tanto no processo de construção do “fenômeno” Euclides da Cunha quanto na positivação das imagens dos seguidores de Antônio Conselheiro. Observou-se que o movimento cultural baiano, que pesquisa a temática Canudos e atua a partir da década de 1980, apresenta-se mobilizado em torno do conselheirismo, como vertente de estudos. Assim, o nome de Euclides da Cunha se desloca da posição privilegiada de veiculador de “voz autorizada” sobre a guerra de 1897, apesar de sua obra ainda se manter como uma grande referência; nos espaços conselheiristas, o foco de interesse recai nas histórias dos vencidos da guerra que abalou o Brasil, no final do século XIX.

Palavras-chave: Euclides da Cunha - representação do intelectual - Canudos - memória - identidade - euclidianismo - conselheirismo. Literatura brasileira - historiografia - crítica biográfica - crítica cultural.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate the ways and reasons of permanence and displacement of the name of intellectual Euclides da Cunha in Brazilian culture, particularly in Bahia. This theme is specified analyzing two movements: the writer's and his work's acclamation, kept as object of cult in given spaces (permanence) and the historical review of the Canudos affair, from non-euclidian sources, with the consequent problematization of rooted notions in culture, related to the processes of representation and constitution of the author of "Os sertões"'s identity (displacement). Euclides's texts are analyzed, specially pieces of "Os sertões"; critical texts from the beginning of the twentieth century, biographical and historical texts about the writer and yet texts that review facts of the war. The data were collected by proceeding to the reading and analyzing of texts about and written by Euclides, as well as direct observation of cultural events related to "euclidianismo" and to the "conselheirismo". Besides, intellectuals involved with Canudos/Euclides/Conselheirismo research were interviewed. The data gathered were interpreted, considering aspects of qualitative analysis. The research results showed that the identity images with which Euclides enters posterity were constructed by the critics, newspapers and biographers. At one hand, such images would be apropos taken by the Euclidian Movement, to present day still resisting in São José do Rio Pardo, in the state of São Paulo. At the other hand, in Bahia, Euclides da Cunha's name would be more connected to official tributes, though his work still remains a cultural canonic icon. The Canudos researchers, specially the ones more tuned with "conselheirismo", showed themselves very committed to the historical recovery of facts of war to make positive images of Canudos' martyrs. Analogous procedures were used not only at the process of building the Euclides da Cunha phenomenon, but also at the construction of positive images of Antônio Conselheiro's followers. It was observed that the cultural movement from Bahia, which researches the Canudos theme and is active since the eighties, presents itself mobilized by the "conselheirismo" as a hillside of studies. Therefore, the name of Euclides da Cunha is took out of the privileged position of an "authorized voice" vehicle about the 1987 war, in spite of still remaining as a great reference on the subject; in "conselheirismo" spaces, the focus of interest turns to the histories of the defeated at the war the shook Brazil, at the end of the nineteenth century.

Keywords: Euclides da Cunha – intellectual's representation – Canudos – memory – identity – "euclidianismo" – "conselheirismo". Brazilian literature – historiography – biographical criticism – cultural criticism.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de s'enquérir des manières et des raisons de permanence et des déplacements du nom de l'intellectuel Euclides da Cunha, dans la culture brésilienne, en particulier à Bahia. La thématique est divisée en deux mouvements: la consécration de l'écrivain et de son oeuvre, considérés comme objets de culte dans certains espaces (permanence) et la révision historique de la question Canudos, à partir de sources non-euclidiennes, ayant comme conséquence la problématisation de notions enracinées dans la culture, qui ont rapport aux procès de représentation et de constitution de l'identité de l'auteur de *Os sertões* (déplacements). On analyse des textes de Euclides, surtout des extraits de *Os sertões*, des textes critiques du début du XXe siècle, des textes biographiques et historiques sur l'écrivain et encore des textes qui font la révision des faits de guerre. Pour la collecte de données, on a ajouté aux procédés de lecture et d'analyse des textes de et sur Euclides, l'observation directe d'évènements culturels qui ont rapport à l'euclidianisme et au "conselheirismo". Par ailleurs, ont été interviewés des intellectuels qui s'occupent de la recherche de la thématique "Canudos - Euclides - Conselheirismo". Les données recensés ont été interprétés, considérant les aspects de l'analyse qualitative. Les résultats de la recherche montrent que les images identitaires avec lesquelles Euclides passe à la postérité ont été d'abord construites par la critique, par les journaux et par les biographes. D'un côté, de telles images seraient opportunément appropriées par le Mouvement Euclidien, encore résistant à São José do Rio Pardo, intérieur de São Paulo. De l'autre, à Bahia, le nom de Euclides da Cunha est plutôt lié à des hommages officiels, bien que son oeuvre reste comme icône canonique culturelle. Les chercheurs de la thématique canudienne, notamment ceux les plus liés au "conselheirismo", se sont montrés engagés dans la récupération historique des faits de guerre pour la positivation des images des martyrs de Canudos. Des procédés analogues ont été utilisés tant dans le processus de construction du "phénomène" Euclides da Cunha que dans la positivation des images des suiveurs de Antonio Conselheiro. On a remarqué que le mouvement culturel bahianais, qui recherche la thématique Canudos et est en action à partir des années 1980, se présente mobilisé autour du "conselheirismo", como versant d'études. Ainsi, le nom de Euclides da Cunha se déplace de la position privilégiée de véhicule de "voix autorisée" sur la guerre de 1897, bien que son oeuvre se maintienne encore comme une grande référence; dans les espaces conselheiristes, le centre d'intérêt se tourne vers les histoires des vaincus de la guerre qui a bouleversé le Brésil, à la fin du XIXe siècle.

Mots-clés: Euclides da Cunha – représentation de l'intellectuel – Canudos – mémoire – identité – euclidianisme – conselheirismo. Littérature brésilienne – historiographie – critique biographique, critique culturelle.

Sofro dessa desventura clássica: ter querido apropriar-me desses documentos para decifrar neles a certeza de uma vida e descobrir que são os documentos que se apoderaram de mim e que me impuseram seus ritmos e sua cronologia e sua verdade particular.

Ricardo Piglia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DO HUMANO E DO DIVINO.....	27
2.1	DA MORTE PARA A GLÓRIA.....	27
2.2	NASCE UM ESCRITOR	32
2.3	DE PALAVRA EM PALAVRA SE FAZ UM HOMEM	47
3	A FORMAÇÃO DO INTELLECTUAL	71
3.1	IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO EM EUCLIDES DA CUNHA	71
3.2	A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL EM CONFLITO	83
4	DE LEMBRANÇA E DE ESQUECIMENTO.....	121
4.1	ESQUECER CANUDOS	123
5	MODOS DE LEMBRAR.....	141
5.1	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO: UM ESPAÇO DE PERMANÊNCIA.....	147
5.2	NA PONTE, A HISTÓRIA	163
5.3	NOVENTA E TRÊS ANOS DE CULTO A EUCLIDES DA CUNHA.....	170
5.4	À SOMBRA DA PAINEIRA	179
6	CANUDOS VIVE	188
6.1	CALASANS, O CONSELHEIRO DE UMA GERAÇÃO	197
6.2	UMA ESTRANHA CONFRARIA	214
6.3.	O CEEC - UNEB.....	231
6.4	CANUDOS REDIVIVA	238

6.5	AOS PÉS DO CONSELHEIRO.....	244
7	CONCLUSÃO.....	253
	REFERÊNCIAS	265
	APÊNDICE	286
	ANEXOS	288

1 INTRODUÇÃO

Há, em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado:
libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam,
cada uma à sua maneira, o tema da continuidade.

FOUCAULT, Michel. 2000a, p. 23.

Euclides da Cunha é desses grandes intelectuais que formam o lastro da nossa cultura letrada: complexo, ambíguo, apaixonante. Suas idéias e formulações, marcadas pelo espírito do século XIX, ainda hoje animam as polêmicas sobre questões relacionadas à formação da nação brasileira: a terra, o povo e, finalmente, a luta pela diminuição das distâncias entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. *Os sertões*, texto em que o autor registra a guerra de Canudos, o consagrou e o elevou à categoria de intelectual que forneceu ao Brasil elementos para pensar em questões relacionadas aos mitos de fundação da nossa nacionalidade. Efetivamente, uma chave de leitura da sua obra hoje é a possibilidade de tomá-la como metáfora de interpretação do Brasil. Mas isso não se faz sem embate: não há posições fechadas e o pensamento do autor não se apresenta de modo harmonioso.

A presente pesquisa sobre “Imagens do intelectual Euclides da Cunha: permanência e deslocamentos” esboçou-se como desdobramento das reflexões que a mim se apresentaram quando cursei a disciplina ‘Seminários Avançados II’, ministrada pela professora Antonia Torreão Herrera, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, em 2003: como se mantém contemporaneamente esse escritor do século XIX, autor de *Os sertões*, uma “obra datada”, que se apresenta em linguagem cujo rebuscamento e torneios frasais, ora encantam, ora soam anacrônicos e irritantes? Por que *Os sertões* se inscreve como texto matriz para inúmeras produções culturais brasileiras e estrangeiras, por mais de cem anos? Como esse autor foi elevado a fenômeno da cultura canônica brasileira? Onde e de que maneira se produz o culto ao escritor? Em que lugares mais especificamente

esse desejo de manutenção de uma memória euclidiana permanece? Em que espaços e circunstâncias ocorrem deslocamentos da posição do intelectual Euclides da Cunha como portador de voz autorizada sobre a guerra de Canudos?

As inúmeras perguntas que surgiram ao longo do percurso de três anos de trabalho (2004 a 2006) forneceram orientação de rumo para a presente pesquisa sobre Euclides da Cunha que ora apresento em formato acadêmico: Tese de Doutorado em Letras, na área de Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura, linha dos Estudos e Representações Literárias e Culturais, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Esperam-se, portanto, resultados de uma pesquisa que signifique uma “contribuição original” aos estudos acadêmicos ou que pelo menos reinterprete, sob novos ângulos e com outros resultados, questões já estudadas.

O termo “original”, por si só, é um complicador porque levantaria uma discussão acerca da existência de uma origem, de um dizer primeiro como se possível fosse alcançar a essência metafísica dos dados da realidade. Foucault (2003), discutindo em Nietzsche uma recusa à “pesquisa da origem”, ensina que procurar tal origem é “tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira”. Preferindo “escutar a história” em vez de “acreditar na metafísica”, o pesquisador descobrirá que as coisas “são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça [...]”. (FOUCAULT, 2003, p. 17-8).

Acredito na possibilidade de contribuir com novos olhares sobre o objeto de estudo que escolhi uma vez que todo leitor (pesquisador) imprime ao texto lido (trabalho) a sua marca. De qualquer forma, uma certeza existe: não há fala primeira, única, inaugural; os discursos são sempre reelaborações de outros traços, signos, discursos resultantes e embates,

arranjos e interesses de áreas e campos do conhecimento. Por outro lado, naturalmente seriam possíveis outras escolhas e percursos diferentes com resultados ou mais ou menos aproximados daqueles que encontrei.

Assim, calço minhas sandálias de andarilho e saio, com muito gosto, a caminhar por essa “estrada tão comprida”, que chega a lembrar a “légua tirana” (Oh que estrada mais comprida, oh que légua tão tirana), cantada por Luiz Gonzaga. Planejo um itinerário, defino meu ponto de partida, traço rotas, seleciono instrumentos que comporão a bagagem e sigo numa direção a que pretendo chegar. No trajeto, observo a paisagem, puxo conversa com outros caminhantes e, quem sabe, enveredo por atalhos que podem me levar a lugares menos explorados. Como diz Saramago a respeito dos rios (que eu transformo em rotas), pode ser “que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, apenas sua, a margem a que terá de chegar.” (SARAMAGO, 2000, p. 39).

O trabalho de investigação teórico-crítica aqui desenvolvido requer leitura e interpretação. Lida-se com realidades aprisionadas em textos, com relatos e narrativas que são recebidas pelo pesquisador e mediadas por atos de ressignificação da matéria ouvida ou lida. Interpretar é decifrar, é recifrar, e tais atividades implicam um reordenamento sógnico com perda de algo que se poderia supor existir: a inocência da linguagem. Há sempre um risco na interpretação - humores, parcialidades, preferências, convicções ideológicas, afetos - embora interpretar seja sempre a tarefa primeira de quem lida com a linguagem. Por tudo isso, o presente trabalho se realiza, considerando-se que o conjunto de textos sobre Euclides da Cunha (biografias, análises críticas da obra, imagens nos espaços de preservação da memória) constitui um emaranhado sógnico interessado e marcadamente ideológico como de resto o é toda a linguagem. As narrativas de construção do intelectual Euclides da Cunha se inserem no

tecido discursivo de construção histórica da nação. Fato, ficção, história, mito se entrelaçam formando um todo fragmentário que reflete interesses de uma determinada época.

O objeto de estudo - textos de e sobre Euclides da Cunha - já tão exaustivamente analisado, requereu múltiplos princípios teóricos a fim de se produzir um rendimento na lida com subjetividades, tensões, passionalidades, distanciamento temporal. Trabalhei consciente de que não estou lidando com o fato em si, mas com material discursivo e, muito dele implica fazer interpretação da interpretação alheia. Acrescente-se que a idéia do trabalho e a escolha temática que realizei estão relacionadas a um sentimento primeiro de admiração por Euclides da Cunha e de apreciação da sua obra. Determinado o tema e definido o objeto de estudo, passei a esboçar os caminhos teóricos e a selecionar os procedimentos e instrumentos para a coleta de dados, após o que parti para a investigação. O percurso da pesquisa não foi sempre reto e tranqüilo; houve dúvida, embate, confrontação de forças, antagonismos, desnudamentos, etc.

Meu objeto de estudo na presente pesquisa são os textos escritos por Euclides da Cunha, um ou outro fragmento da sua correspondência, mas especialmente trechos de *Os sertões* (2001). A esses acrescentam-se “Retrato Humano”, ensaio biográfico sobre o escritor, publicado em 1931, por Francisco Venâncio Filho (1966), cotejado com informações de pesquisadores contemporâneos Roberto Ventura (2003) e Regina Abreu (1998), bem como os primeiros textos sobre *Os sertões*, escritos pelos críticos José Veríssimo (2003), Coelho Neto (2003) e Araripe Júnior (2003). Além disso, serão analisados também textos que fazem a revisão da historiografia da Campanha de Canudos: José Calasans (1984, 1986, 1997, 2002), Walnice Nogueira Galvão (1976, 1977, 1981, 2001), Marco Antonio Villa (1999), Pedro Barboza (2001), cujas idéias serão enriquecidas com as contribuições de Rui Facó (1991), Edmundo Moniz (1987) e outros, oportunamente citados. A esse material, acrescenta-se o “discurso contemporâneo” sobre Canudos, Euclides da Cunha, *Os sertões*, euclidianismo e

conselheirismo, lido em publicações mais recentes, que serão indicadas a seu tempo. Também utilizo informações às quais tive acesso ao entrevistar intelectuais (pesquisadores acadêmicos, profissionais liberais e artistas) que se dedicam a estudar Euclides da Cunha e / ou o tema Canudos.

O interesse maior que motiva este trabalho é conhecer os modos e razões de permanência e de deslocamentos do nome do escritor, particularmente na Bahia. Assim, visando alcançar o objetivo principal da pesquisa, o problema foi delimitado em forma da seguinte questão: quais os modos e razões de permanência e de deslocamentos¹ do nome de Euclides da Cunha, na Bahia? Em outras palavras, como e por que o nome Euclides da Cunha é lembrado na Bahia?

O ponto de partida é a análise das representações do escritor na cultura brasileira, observando as várias posições discursivas que Euclides da Cunha ocupou em sua trajetória de intelectual e de escritor, com mobilidades e deslizamentos nos espaços, migrações, permanências, trânsitos e entrecruzamentos de papéis. Assim, estudar as representações de Euclides da Cunha, escritor canônico, embora polêmico, cuja formação intelectual ocorreu no Brasil do século XIX, implica numa necessária revisão da historiografia literária. A pesquisa exige investigação acerca das articulações literatura, história e crítica - produção da obra, contextualização, constituição de um autor, a partir da visão de seus primeiros biógrafos e da recepção da obra (estudos críticos), incluindo-se aí os rituais de consagração do autor e de *Os sertões*. Nessa perspectiva, o trabalho transita na interface entre a crítica literária e a crítica cultural e biográfica, com instrumentos de análises que possibilitam o deslizamento entre o factual e o ficcional, a vida e a obra, o documento e a literatura.

¹Permanência - construção e manutenção do nome; fabricação do mito Euclides da Cunha; deslocamentos - revisão da historiografia ofuscada pelo brilho espetacular de *Os sertões*. Indica uma ação de diminuição da importância do escritor, como consequência da entrada em cena de outros elementos que passam a requerer maior visibilidade.

Pretendo estudar os fatores que contribuíram para a canonização do autor Euclides da Cunha e para a construção de sua imagem de homem público. Para isso, será importante examinar a recepção crítica no contexto social da publicação de *Os sertões*, responsável, de certo modo, pela “formatação” de uma espécie de chave interpretativa textual, em outras palavras, pela construção de um modo de ler a obra. Por outro lado, interessa também ampliar as categorias de texto, considerando-se como ensina Eneida Souza (2002, p. 112-3) os “trânsitos” e possibilidades de deslocamentos e trocas das “diferentes rubricas”: teoria, ficção, biografia, crítica.

Esboçar outros perfis de Euclides da Cunha, para além daqueles fixados, estereotipados, tornados plausíveis por “processos de subjetivação” (BHABHA, 1998, p. 105-6), exigirá ultrapassar as técnicas de descrição científica e da compilação de fatos históricos, já fartamente registrados por biógrafos e documentaristas. Serão necessárias precauções metodológicas para não resvalar pela crítica psicológica e as técnicas de explicação da obra pela vida, ou ainda para não cair na tradição da interpretação biográfica, em seu esforço positivista de ler a obra como espelho da vida e o personagem de ficção como duplo do autor.

Para estudar as representações e papéis do intelectual Euclides da Cunha na sociedade de seu tempo, o envolvimento com as causas políticas e sua responsabilidade como formador de opinião pública e agente da transformação, embora esteja tratando de um intelectual do século XIX, apóio-me nos pressupostos teóricos de pensadores do século XX, os quais indicam mudanças em relação ao papel do intelectual. Pensando com Foucault (2003), acentua-se uma perda de força do “intelectual universal”, que fala em nome da “verdade”, da justiça, da lei, reconhecido como “voz autorizada” e “consciência geral”, ao tempo em que aumenta o prestígio do intelectual “específico”, de reconhecida competência em determinado campo do conhecimento. Ao intelectual caberia, portanto, lutar contra as

formas de poder, na ordem do saber e do discurso, o que implica compreender a teoria atravessada por uma prática política. (FOUCAULT, 2003, p.1- 14; 69-78; 145-152).

A partir da publicação de *Os sertões* (1902) que, no Brasil, marca a historiografia do episódio da “Campanha de Canudos”, o homem público Euclides da Cunha passa a ser encenado por um conjunto de relações, envolvendo a recepção de sua obra em toda a complexidade que implica a circulação de um bem cultural. As identidades euclidianas serão construídas socialmente, alteradas e deslocadas para direções diferentes, em função do tempo, do lugar e das finalidades a que servem.

Por tudo isso, as hipóteses formuladas para responder à questão sobre as “razões e por quês” da permanência e de deslocamentos do nome Euclides da Cunha na Bahia estão relacionadas a dois movimentos: ao processo de construção do autor e de sua obra (permanência) e à revisão histórica da questão Canudos e a conseqüente revisão do cânone, a partir de fontes não-euclidianas, com a desmontagem de mitos e dos discursos estereotipados (deslocamentos).

No primeiro capítulo, intitulado “Do humano e do divino”, investi na análise dos elementos, fatos e contexto responsáveis pela consagração de Euclides como escritor, abrindo três caminhos a seguir: o interesse público pela morte prematura de Euclides, explorada pelos jornais em tom teatral, a positiva recepção crítica à obra *Os sertões*, iniciada um dia após seu lançamento e, finalmente, o papel dos biógrafos na constituição das imagens do autor que entrariam para a história.

O ponto de partida do primeiro capítulo é o subitem “Da morte para a glória”. Decidi iniciar o texto pela morte de Euclides da Cunha, em razão da grande comoção que causou na sociedade da época e pelo impacto que ainda provoca, nos nossos dias, o relato daquela tragédia. Para trabalhar com as informações factuais sobre a vida e obra de Euclides, confrontei estudos biográficos, biobibliográficos, históricos, críticos, jornalísticos,

depoimentos, entrevistas, análises sócio antropológicas. Os autores mais citados nessa primeira parte são Roberto Ventura (2003) e Regina Abreu (1998), embora também recorra a textos jornalísticos do ano da morte de Euclides da Cunha. Para confrontar informações, conferir datas e confirmar demais dados, consultei, entre outros, Adelino Brandão (2001), pesquisador ligado ao Movimento Euclidianos de São José do Rio Pardo, que reuniu em trabalho de fôlego a bibliografia comentada de e sobre Euclides da Cunha.

Observo que o ano 1909 é um marco na intensificação do processo de consagração do escritor, iniciado anteriormente (1902) pelas primeiras leituras críticas de *Os sertões*. Destaco o papel desempenhado pela imprensa da época que realizou, de modo passional, a cobertura jornalística da morte de Euclides, fornecendo os elementos necessários a um trabalho de construção póstuma: o ritual do elogio, o destaque das qualidades do autor, descrito com palavras que o mitificam e o aproximam dos deuses.

No subitem “Nasce um escritor”, trabalhei com três dos textos críticos de 1902-3 sobre a obra *Os sertões*, lendo-os em NASCIMENTO e FACIOLI, 2003 (Organizadores). Selecionei os ensaios *Uma história dos Sertões e da Campanha de Canudos*, de José Veríssimo (publicado em 03 de dezembro de 1902), “*Os Sertões*”, de Coelho Neto (de 1 e 2 de janeiro de 1903) e *Os Sertões: Campanha de Canudos por Euclides da Cunha*, de Araripe Júnior (publicado em 6 e 18 de março de 1903). Observo que os críticos abriram o caminho para a glória do autor e exerceram um papel fundamental para legitimá-lo como escritor canônico.

A última parte do primeiro capítulo, subitem “De palavra em palavra se faz um homem” foi dedicada à análise do estudo biográfico *Retrato Humano* (de Euclides da Cunha), da autoria de Francisco Venâncio Filho, publicado na *Obra Completa* (CUNHA, 1966). O trabalho de Venâncio é cotejado com os textos de outros biógrafos de Euclides, mas especialmente com o trabalho de Roberto Ventura (2003). A escolha do texto de Venâncio

justifica-se por ser esta uma biografia citada por pesquisadores de Euclides na contemporaneidade, e também em função da reputação de “euclidianista respeitado” que o biógrafo adquiriu, consolidando-se como um dos principais estudiosos da vida e obra do autor de *Os sertões*.

Meu interesse, nessa parte da investigação, é analisar as formas cristalizadas e os pactos de leitura pelos quais Euclides da Cunha é representado por esse importante biógrafo do seu tempo. Assim, será indispensável um olhar de caráter mais antropológico para analisar, como também o fez Nathalie Heinich (1991), a montagem dos “cultos de admiração”, glorificação, mitificação e sacralização de pessoas notáveis e famosas tornadas “lendas”. O texto de Venâncio Filho é elogioso e retrata o escritor, operando por seleção e corte de aspectos humanos menos nobres, ressaltando atributos, gestos e fatos positivos, uma vez que o biógrafo estava mais preocupado em produzir imagens de um ídolo, com características dignas da vida de um ser extraordinário: um herói, cujo exemplo poderia ser seguido.

No segundo capítulo “A formação do intelectual”, procuro compreender como se construíram representações de Euclides da Cunha, um intelectual de seu tempo, e como se compuseram as identidades do escritor, moldadas desde o lançamento de *Os sertões*. Contextualizado o período em que se deu a formação intelectual de Euclides, observa-se todo um ideário positivista, evolucionista, determinista que orientava o pensamento da época.

A primeira parte do segundo capítulo “Identidade e representação em Euclides da Cunha” introduz a formulação e discussão teórica acerca das noções de identidade e sujeito. Com base em Michel Foucault (2000c), Roland Barthes (1987) e Stuart Hall (2001), busco entender as várias maneiras de constituição do intelectual Euclides da Cunha que conhecemos hoje e que se formou a partir dos fragmentos reunidos pelos seus principais biógrafos, pela crítica especializada do seu tempo até os nossos dias, pelos discursos acadêmicos, pelos livros

didáticos, enfim pelas instâncias legitimadoras de seu nome e de sua obra, em mais de cem anos.

A segunda parte do segundo capítulo “A trajetória de um intelectual em conflito” analisa a formação e inserção de Euclides da Cunha nos meios intelectuais da época. Observa-se um engajamento em seus pronunciamentos públicos como “homem de ciência” e como escritor que problematizava as questões sociais e políticas brasileiras. Essa postura pode ser vista no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 18 de dezembro de 1906, em que o intelectual aponta caminhos para se fazer ciência no Brasil. Euclides abordou impasses nacionais, em um ambiente de escritores predominantemente voltados para o autocentramento literário e questões estéticas, a exemplo da posição adotada por Machado de Assis, presidente da Academia, na época. (MICELLI, 2001). Apesar do engajamento social, as idéias do escritor tanto nas reportagens que publicou no jornal *O Estado de São Paulo* quanto em *Os sertões*, pelo olhar contemporâneo, são preconceituosas, racistas, impregnadas pelo espírito civilizatório e crença em culturas superiores e inferiores: o sertanejo é o “Hércules-Quasímodo”, o “herói mórbido”, atrasado e fanático, mas é também o “cerne da nacionalidade”, o brasileiro que resiste aos castigos da natureza e à violência do exército. Assim, os resultados da pesquisa apontam na direção de um intelectual ambíguo: Euclides da Cunha se projeta como homem de seu tempo, marcado pela coragem, probidade, ética e força moral extraordinária e também pelas idéias preconceituosas e polêmicas: o intelectual que, a fim de defender o Estado republicano, vê como necessária a ação militar contra a “desordem” em Canudos e depois não só denuncia essa ação como assume sua parcela de culpa pelo crime nacional.

O terceiro capítulo “De lembrança e de esquecimento” trabalha com uma teoria sobre a construção da memória social, tomando como ponto de partida a associação entre lembrança e esquecimento. Estando a memória relacionada à história e às artes, ela se

alimenta do passado porque registra o que foi, mas se refaz no presente e se projeta para o futuro. Assim, a significação das lembranças é dependente do contexto e sua interpretação resulta em reescrituras, cujos sentidos são produzidos contextualmente, razão pela qual estão em permanente atualização. A memória oficial, memória aí no sentido do que interessa cultivar para fazer circular como “a verdade em si” ou “a história real” constitui-se de um caráter conservador e se assenta na credibilidade e aceitação.

Ainda no terceiro capítulo, o item “Esquecer Canudos” pretende discutir a organização da memória oficial, alimentada no sentido de produzir histórias coerentes com base nas quais se sustentar, ao longo do tempo. Memória se constrói essencialmente a partir de arquivos e os princípios de organização arquivística são instituidores, conservadores e até violentos, fazendo-se a partir de lugares e posições de autoridade e de poder. Apesar de os registros históricos organizarem-se pelos arquivos e estes serem constituídos em relações de poder, manter sua estrutura é fundamental para preservar a memória e impedir a amnésia. Retomar os arquivos, de modo crítico, não apenas afasta o esquecimento, como também permite, pelo novo olhar, a sua releitura e conseqüente reescritura. (DERRIDA, 2001, p. 11).

As perspectivas sob as quais os “arquivos” devem ser retomados nesse estudo sobre representações do intelectual Euclides da Cunha não adotam a “busca pela origem”, pelo “lugar onde tudo começou”, mas se investem de uma curiosidade arqueológica, arqueologia aí no sentido de “interrogar o “já-dito” no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte.” (FOUCAULT, 2000a, p. 151). Rever a memória euclidiana implica, portanto, analisar as formas de construção e de continuidade de um discurso que se vem repetindo como estatuto de verdade, há mais de um século.

No quarto capítulo “Modos de lembrar” serão tomados para análise espaços instituídos pela organização social como “lugares de memória” (NORA, 1980) - museus,

monumentos, memoriais. Pretendeu-se observar também como as homenagens institucionais (atribuição de nomes de “vultos históricos”, especificamente o nome de Euclides da Cunha a espaços, instituições, ruas, criação de datas e eventos comemorativos) colaboram na construção de “tradições inventadas” (HOBSBAWM, 1984), estabelecidas a partir de um ponto irradiador e de acordo com os interesses políticos e sociais hegemônicos.

Analiso a seguir nos cinco subitens do quarto capítulo o surgimento, constituição e continuidade do euclidianismo, em São José do Rio Pardo, cidadezinha do interior de São Paulo, que identifiquei como um “lugar de memória” em razão do investimento que os rio-pardenses vêm realizando, há quase cem anos, no culto a Euclides da Cunha. Nesse sentido, serão consideradas formulações teóricas sobre processos de construção identitária para observar como a cidade tomou para si o projeto de reconhecer-se como aquilo que denominei “espaço de permanência”. Euclides será apropriado como elemento conferidor de coesão social e São José do Rio Pardo consolida-se como a “Meca do euclidianismo”, no melhor estilo das “tradições inventadas”.

O quinto capítulo “Canudos vive” tem por objetivo analisar como se organiza e se mantém a memória do escritor na Bahia. Observa-se a permanência do nome Euclides da Cunha muito mais nas homenagens institucionais, ao tempo em que se desloca esse nome, colocando-se no seu lugar a historiografia revista de Canudos, a partir da segunda metade do século XX. Nesse movimento, altera-se a visão estereotipada sobre Antônio Conselheiro e seus seguidores mais fiéis e destemidos (Pedrão, João Abade, Pajeú, Beatinho, Timóteo Sineiro, Macambira e outros) que passam a ser lembrados como heróis. Serão investigadas também as razões de construção de uma memória oficial com a utilização do nome Euclides da Cunha em monumentos, memoriais e topônimos, particularmente na Bahia, pressupondo que as homenagens são do âmbito institucional.

A partir de uma revisão da historiografia obliterada, localizo em que momento e de que modo ocorre uma mudança de perspectivas dos estudiosos em relação ao episódio Canudos e como isso está relacionado à permanência e deslocamentos do nome de Euclides da Cunha. Até mais ou menos 1950, a referência teórica sobre a guerra no sertão baiano era a visão de Euclides da Cunha que, no dizer de José Calasans, aprisionou o fato histórico na “gaiola de ouro” de *Os sertões*. Em relação às narrativas sobre a guerra de Canudos, incluindo-se aí o texto de *Os sertões*, por todas as qualidades estéticas e significações simbólicas dessa grande obra, onde, quando e por quem essa polêmica passa a ser levantada na Bahia?

Estudiosos da temática canudiana são unânimes ao apontar a importância do trabalho do historiador José Calasans, mais ou menos de 1950 em diante, como uma espécie de marco que abriria uma outra frente de investigação, os estudos não-euclidianos sobre Canudos: (CALASANS, 1984, 1986, 1997, 2002), (FACÓ, 1991), (MONIZ, 1987), (GALVÃO, 1976; 1977; 1981; 2001), (VILLA, 1995), (BARBOZA, 2001). A partir dos estudos realizados e incentivados pelo professor Calasans cresce o interesse pela recuperação dos fatos da guerra, pela pesquisa das fontes orais junto aos remanescentes canudenses, pelo cruzamento dos depoimentos dessas fontes, pela releitura dos documentos, pela recuperação das histórias dos vencidos, inclusive pela mudança de ponto de vista sobre o líder Antônio Conselheiro e as motivações que deram origem ao conflito. A revisão da história de Canudos também suscitará o interesse dos escritores de ficção com a publicação de diversas obras que dialogam com a narrativa euclidiana, entre as quais se destacam, com projeção internacional, *A guerra do fim do mundo* (VARGAS LLOSA, 1981) e *Verdicto em Canudos* (MÁRAI, 2002).

É a partir desse contexto marcado pelo interesse de recuperação e evidência das fontes não-euclidianas da história de Canudos que se observa um deslocamento da posição

hegemônica de Euclides da Cunha como detentor da “última palavra” sobre Canudos. Isso ocorre de modo significativo na Bahia, onde se cultiva mais apaixonadamente a memória da guerra. Não se trata de apontar a superação do escritor e de *Os sertões*. O livro permanece como grande obra, que ainda desperta o interesse editorial e de setores acadêmicos, ao tempo em que se atualiza por leituras diferentes. A obra de Euclides, porém, não brilha mais sozinha; através da estratégia de revisão do cânone literário, os estudiosos procuram trazer à luz textualidades (incluindo os testemunhos da literatura oral) que dialogam, questionam ou mesmo se contrapõem à narrativa euclidiana, fomentando o desenvolvimento de um novo imaginário para a guerra de Canudos e para as narrativas de formação da nacionalidade.

Na Bahia, especialmente nas duas últimas décadas, pesquisadores e setores do movimento social organizado retomaram com maior repercussão pública o interesse pela temática canudiana, do que cito como expressivos: a realização, em julho de 1984, da “Primeira Missa pelos Mártires de Canudos” organizada pelo “Movimento Popular de Canudos”, sob a liderança do Padre Enoque Oliveira; a criação da ACEPAC - Associação Cultural de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro, no início da década de 1980, em Canudos - Ba; o desmembramento do atual município de Canudos (Nova Canudos) da cidade Euclides da Cunha (1985); a criação do CEEC - Centro de Estudos Euclides da Cunha (1985); a criação do Parque Estadual de Canudos (1986) e do Memorial Antonio Conselheiro (final da década de 1990), os três últimos ligados à Universidade do Estado da Bahia.

Assim, o trabalho que aqui apresento investiu em elementos que me permitiram analisar como se constituiu o escritor Euclides da Cunha a partir da publicação de *Os sertões*, como permanece e se desloca esse nome na cultura brasileira, especialmente na Bahia. A malha discursiva que se produziu sobre Euclides da Cunha pode até ser agrupada por certa unidade temática, porém caracteriza-se muito mais como material marcado pela multiplicidade, não aparentando ser um todo harmônico. Por outro lado, os textos

(biográficos, críticos) sobre Euclides da Cunha e sua obra se entrelaçam com aqueles produzidos pelo próprio escritor e com outras narrativas que tratam da nossa formação, resultando naquilo a que se chama literatura como discurso de nacionalidade.

Investigar o movimento de constituição do escritor Euclides da Cunha não é propriamente uma novidade na pesquisa universitária. Muitos estudiosos já o fizeram e alguns dos seus trabalhos são aqui relidos com o intuito de situar o problema e estabelecer o debate, considerando-se que um assunto pode sempre ser rerepresentado sobre novos ângulos. Por outro lado, o estudante deve se perguntar sobre a relevância do seu estudo, não descuidando de propor questões que lhe auxiliem em definições cruciais: para que a pesquisa? A quem serve? Que desdobramentos poderão advir do estudo? Nesse sentido, parece-me não apenas pertinente, mas, sobretudo, relevante no presente trabalho a particularização da Bahia como espaço conselheirista, a partir da leitura do discurso de intelectuais e de todo um movimento cultural que tematiza Canudos.

A preservação da memória de Euclides da Cunha como objeto de culto ficaria particularmente circunscrita a São José do Rio Pardo e cidades irmanadas no movimento; a Bahia estaria mais voltada para a conservação da memória dos mártires da guerra de Canudos. O deslocamento do foco de interesse do discurso euclidiano (e conseqüentemente da sua obra) para os micro-discursos dos personagens silenciados e obscurecidos ao longo do tempo seria uma conseqüência do movimento de revisão histórica da guerra de Canudos, iniciado a partir da segunda metade do século XX e fortalecido nos últimos vinte anos.

2 DO HUMANO E DO DIVINO

2.1 DA MORTE PARA A GLÓRIA

É no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo sua existência vivida - e é dessa substância que são feitas as histórias - assumem pela primeira vez uma forma transmissível.

BENJAMIN, Walter. 1986, p. 207

Na manhã de domingo triste e chuvoso do dia 15 de agosto de 1909, no número 214, Estrada Real de Santa Cruz, bairro da Piedade, Rio de Janeiro, morreu Euclides da Cunha, atingido por três disparos desferidos por Dilermando Cândido de Assis, o amante de Ana Emília Sólton da Cunha, mulher do escritor. Dilermando era pai de dois dos filhos de Ana, os quais Euclides registrara e criava como seus². Os principais jornais em circulação nas maiores cidade do país trouxeram, em primeira página, notícias da passional tragédia, ao tempo em que deram início às publicações de textos que seriam os esboços dos primeiros ensaios biográficos sobre Euclides:

Varado de balas, num subúrbio distante e ermo, a que o conduzira a perturbação de uma idéia fixa e o aguilhão mordente de uma suspeita alucinadora, morreu ontem Euclides da Cunha, o escritor poderoso, que com a publicação de *Os Sertões*, o seu primeiro livro, deu ao Brasil a glória de um novo estilista e a segurança de uma alta capacidade de estudo e de

² Segundo Roberto Ventura, o romance entre Ana e Dilermando iniciou-se em 1905, “quando Euclides se encontrava na Amazônia, na missão de levantamento cartográfico das cabeceiras do rio Purus. Ao retornar ao Rio, em 1906, após mais de um ano de ausência, encontrou Ana grávida de três meses do menino Mauro, que morreu com sete dias de vida, por causa de debilidade congênita, segundo atestado de óbito”. Mauro nasce em 11 de julho de 1906 e, em 16 de novembro de 1907, nasce Luís Ribeiro da Cunha, registrado como filho de Euclides, “mas que irá adotar, já adulto, o sobrenome Assis, de seu pai biológico Dilermando”. (VENTURA, 2003, p. 261, 295-6).

trabalho posta ao serviço constante do país". (Jornal *O País*, 16 de agosto de 1909). Grifos nossos.

O jornal *O País*, além de informar o fato noticioso do momento - a morte de Euclides - aproveita a oportunidade para divulgar idéias sobre a vida e obra do escritor que põe o ideal de servir à nação acima dos interesses particulares. Aquela morte mobilizava a imprensa e assim iniciava-se um fenômeno de construção póstuma do escritor e sua obra que passam para a esfera do público, integrando-se ao patrimônio nacional. Seu corpo se doa como parte desse patrimônio que precisa ser preservado, para escapar do abandono e esquecimento. Morrendo no auge da carreira, Euclides deixa lacunas em sua história, que seriam preenchidas por interpretações variadas; era uma vida interrompida que se oferecia como espaço para a escrita de narrativas abertas, misteriosas, plurais. É nesse momento que se traçam os caminhos da divinização do homem, na verdade, não mais um homem comum, porém um nome conhecido dos meios intelectuais, prestigiado pelas instâncias acadêmicas e com lugar garantido no meio dos seletos escritores canônicos.

A pesquisa etimológica do nome "Euclides" aponta para uma origem grega, com o significado de "glorioso" e "ilustre" e a imprensa cumpre o papel de exaltar qualidades em um brasileiro que conquistara a glória não em benefício próprio, mas para servir à pátria: "deu ao Brasil a glória [...]", "alta capacidade de estudo e de trabalho posta ao serviço constante do país". Regina Abreu (1998) observa que os jornais da época, com pequenas variações, destacavam "sua competência, sua honestidade, seu profissionalismo, seu talento, seu caráter e suas qualidades artísticas e intelectuais", atribuindo-lhe também características incomuns, próprias dos deuses e dos heróis míticos: "esforço de vontade quase sobre-humano", "entrando triunfante na glória dos grandes escritores". "O Estado de São Paulo frisava ainda uma vez o 'heroísmo' e a 'abnegação' do escritor, que, já laureado, partiu em expedição para os confins da Amazônia. Comparado a Ulisses, (prosegue o texto de *O Estado de São Paulo*), ele realizara uma 'verdadeira Odisséia, da qual triunfaram o patriotismo, o brio e a

tenacidade do grande brasileiro””. (ABREU, 1998, p. 280). A imprensa colaboraria com o processo de divinização do escritor em 1911 (julgamento de Dilermando) e em 1916 (morte de Euclides Filho), conforme se verá adiante.

Voltemos no tempo e adentremos ao espaço da primeira morte, a de Euclides da Cunha. O escritor que, momentos antes, entrara na cena da tragédia, a casa dos irmãos Assis, pronunciando a frase “Vim para matar ou morrer”, segundo declaração dos acusados no inquérito policial (VENTURA, 2003, p. 260), travou um duelo de morte com Dilermando e Dinorá. Uma das “balas assassinas” é cravada no peito de Euclides da Cunha que, logo depois, cerra os olhos e expira murmurando aquelas que, segundo testemunhas, teriam sido suas últimas palavras: “Perdão, intrigas, calúnias”. (VENTURA, 2003, p. 298).

Era o dia 15 de agosto de 1909. O corpo do autor é velado no Salão da Academia Brasileira de Letras, com as honras devidas a um membro ilustre, o ocupante da cadeira nº 7, cujo patrono é Castro Alves, e enterrado no dia seguinte, às 17 horas, na sepultura nº 3026, no cemitério São João Batista, no Rio. O amigo Coelho Neto profere discurso na Câmara dos Deputados, comparando a morte do escritor à tragédia grega *Oréstia* (458 a.C.), de Ésquilo, “em que Agamêmnon, rei de Argos, é assassinado por sua esposa Clitemnestra e pelo amante desta, Egisto, quando voltava triunfante da guerra de Tróia.” (VENTURA, 2003, p. 298).

A partir daí, a data 15 de agosto seria lembrada pelos admiradores de Euclides, concentrados no Rio de Janeiro, cidade natal, e no estado de São Paulo (o escritor morou em municípios do interior paulista e concluiu *Os sertões* em São José do Rio Pardo) como um marco de reverência à memória do homem que escreveu um clássico da nossa literatura, a obra fundadora da identidade nacional³. Em São José do Rio Pardo, cidade paulista

³ *Os sertões* levanta discussão acerca dos destinos do Brasil, a partir da análise dos problemas que afligiam uma região economicamente atrasada, a constituição de sua gente, com interpretações

considerada a “Meca do euclidianismo” no Brasil (ABREU, 1998, p. 315), o 15 de agosto transformou-se em feriado municipal, dia que rio-pardenses e fãs de outras regiões dedicam à memória do escritor, como se aquele fosse um dia santificado. Os rituais de celebrações e homenagens a Euclides da Cunha se mantêm até hoje e culminam com a “Semana Euclidiana”⁴, evento grandioso que ocorre anualmente e atrai para São José do Rio Pardo muitas pessoas de várias partes do Brasil, mas especialmente de cidades do interior de São Paulo. A Semana abarca dos debates acadêmicos em torno da obra do homenageado e maratonas intelectuais a desfiles cívicos de autoridades e representantes de setores da sociedade local. A pátria perdia o autor e ganhava o herói, cuja vida marcada por lances trágicos e comoventes é matéria para ficção.

O processo de divinização do escritor seria intensificado em 1911, na ocasião do julgamento de Dilermando de Assis pelo assassinato de Euclides, quando a imprensa divulga as notícias da absolvição do acusado. O casamento de Ana (1911) com o homem que tirara a vida do glorioso escritor⁵ também despertaria a revolta dos fiéis admiradores, ainda mais a manutenção do vínculo matrimonial após 1916, ano da segunda morte (a de Euclides Filho)

influentes até hoje. Na segunda parte da obra (*O homem*), Euclides analisa a formação étnica do povo brasileiro. Sua visão ancorava-se nos preconceitos correntes do pensamento do século XIX, segundo os quais haveria raças superiores (brancos) e inferiores (mestiços). A miscigenação era considerada uma “desvantagem evolutiva” e uma ameaça à civilização. As idéias de Euclides seriam retomadas em diversos momentos da história do Brasil para explicar as origens do povo americano, exaltando-se a imagem do homem do interior,, considerado em *Os sertões* a “rocha viva” da nossa nacionalidade.

⁴ A “Semana Euclidiana” foi criada em 1938 por Oswaldo Galotti e ocorre, anualmente, sob a coordenação da “Casa de Cultura Euclides da Cunha”. Esta tem sua sede no sobrado, tombado como patrimônio público, da Rua 13 de maio, onde Euclides viveu enquanto morou em São José do Rio Pardo. As principais comemorações da Casa Euclidiana ocorrem em quatro datas anuais: 20 de janeiro, nascimento de Euclides; 18 de maio, inauguração da ponte reconstruída; de 9 a 15 de agosto, a Semana Euclidiana e 2 de dezembro, lançamento de *Os sertões*. Segundo Álvaro Ribeiro de Oliveira Neto, a função da Casa Euclidiana é “manter a imortalidade do escritor Euclides da Cunha, preservar sua memória, enquanto escritor e enquanto engenheiro”. (COSTA, 2002, p. 59).

⁵ Dilermando e Ana casaram-se em 12 de maio de 1911 e separaram-se (sem a formalização do divórcio) em 1926. Ana morreu em 12 de maio de 1951, no Rio de Janeiro, vítima de câncer no pulmão. Dilermando “prosseguiu a carreira no Exército, tendo chegado a general por antiguidade, ainda que se julgasse preterido por conta da morte de Euclides”. (VENTURA, 2003, p. 262-3).

na família, pelas mãos de Dilermando. A partir da morte de Euclides da Cunha, observar-se-ia uma tendência do jornalismo da época a descrevê-lo como mártir, um homem de saúde frágil - Euclides herdara a tuberculose da mãe e contraíra malária na região amazônica - que dedicara a vida às causas públicas do país e fora sempre enviado para missões difíceis, longe de casa, o que, supostamente, o impedia de dedicar-se à mulher e aos filhos. À traição de Ana viria se juntar o “pouco caso” da nação, por que não dizer uma “segunda traição” ao intelectual devotado à pátria.

Passados sete anos da morte do escritor, no dia 4 de julho de 1916, em um cartório no Fórum do Rio de Janeiro, um outro Euclides, agora o seu filho dileto, o rapaz Euclides da Cunha Filho, o “Quidinho”, quando tentava vingar a morte do pai, é fuzilado pelo mesmo Dilermando. Mais uma tragédia que a imprensa explorou, comparando o destino do filho, como apontou Roberto Ventura (2003, p. 262) “ao drama do Hamlet de Shakespeare, obcecado em desferrar o pai assassinado”.

Em ambos os casos, Dilermando de Assis foi julgado pela acusação de homicídio e inocentado por agir, segundo conclusão do júri, para se defender. Evaristo de Moraes, advogado de Dilermando, inicialmente sentiu-se inclinado, como a maioria dos brasileiros leitores de jornais da época, a considerá-lo culpado, mas mudou de opinião e aceitou defendê-lo por acreditar que se tratava de um caso de legítima defesa. Os ânimos dos admiradores de Euclides se acirravam a cada julgamento e absolvição de Dilermando, o assassino do pai e do filho. A partir daí o culto ao escritor se intensificaria como forma de protesto contra a absolvição de Dilermando e como mecanismo de expiação de culpa da nação que empurrara para a morte um homem fisicamente doente, mas com uma mente privilegiada e em condições de produzir outras obras grandiosas. A convicção de que Euclides era a vítima no caso se foi produzindo, na época, e se instalando nos meios formadores da opinião pública, ganhando sustentação e credibilidade. Havia muitos culpados pela sucessão de infortúnios que

marcaram a existência trágica de Euclides: Ana, a mulher infiel que não correspondeu ao seu amor, Dilermando, o amante da esposa e frio assassino que interrompe uma carreira brilhante e a pátria que não valorizara suficientemente o talento e a genialidade do intelectual e, além disso, não punira o homem que lhe tirara a vida.

2.2 NASCE UM ESCRITOR

Como era inevitável, num primeiro livro, a lava do estilo de *Os Sertões* borbota da matriz, trazendo, ainda de envolta, resíduos, vocábulos, modismos assimilados nas leituras prediletas. Mas estes acidentes em nada influem para modificar o tumulto original da frase entusiástica, cintilante, candente, que vibra sob a ação do temperamento arrebatado daquele mesmo cadete da Praia Vermelha, que partia o sabre e atirava-o aos pés de um superior hierárquico.

ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 85

Passados quase cem anos da morte de Euclides, levantar o véu que recobre tantos mistérios, tocar no quase sagrado baú das suas memórias, bem como revirar os escritos de outros mortos e muitos vivos, que, de alguma forma, se relacionam ao autor, à sua obra ou ao episódio de Canudos - descendentes de Euclides, de Ana e de Dilermando, críticos, escritores, acadêmicos, políticos, remanescentes dos soldados e canudenses mortos na guerra - requer gestos delicados, paciência, obstinação, mas, sobretudo, paixão por uma temática, cujo terreno já foi demais revirado. Versões (tanto sobre a guerra de Canudos quanto sobre a vida de Euclides da Cunha) foram apresentadas por historiadores, biógrafos e jornalistas, em busca do restabelecimento da verdade histórica, dos eventos, gestos, frases tais quais ocorreram, como se possível fosse aprisionar no papel a realidade em si, os fatos reveladores de uma verdade.

O autor, a partir da publicação de *Os sertões*, não pode ser lido simplesmente como o indivíduo Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. A grafia do seu nome, nos nossos dias, arrasta uma série de qualificativos, fatos, falas, gestos atribuídos ao escritor, aos quais temos acesso pelos documentos escritos, ainda que muitos destes busquem ser a fiel

transcrição de testemunhos orais, recolhidos de pessoas com diferentes envolvimento na guerra de Canudos, na tragédia familiar da vida pessoal do escritor ou ainda estudiosos de diferentes matizes e interesses em pesquisas diversas.

No período da guerra, quando Euclides da Cunha, no papel de correspondente do *Estado de São Paulo*, esteve em Salvador e em Canudos, setores da imprensa baiana informaram o fato de um ponto de vista “simpático ao jornalista”, de acordo com a leitura de José Calasans, ao citar o texto do *Diário da Bahia*, datado de 17 de outubro de 1897:

Tendo partido em companhia do Sr. Ministro da Guerra para Canudos, onde esteve desde 17 de setembro até 3 de outubro, pôde assistir aos grandes combates de 24 daquele mês e 1º de outubro, conseguindo fazer os estudos que precisava para o livro que a respeito da guerra de Canudos, condições étnicas e geológicas daquele lugar vai escrever. Dispensamo-nos de acrescentar a essas linhas quanto de valioso para a história e para as letras nacionais será esse livro, que a pena laureada do distinto engenheiro vai traçar. Conhecem já os nossos leitores, todo o público baiano, o vigor e o brilhantismo de seu aparelhado talento e o critério de seus conceitos tão lucidamente externados nas cartas que temos dado a estampa, de sua correspondência para o mencionado jornal paulista. [...]. E devemos declarar que, se no distinto colega de imprensa reconhecemos uma aprimorada mentalidade, reconhecemos igualmente um cavalheiro de escol e um caráter superior. (*Diário da Bahia*, 17 de outubro de 1897 apud CALASANS, 1997, p. 130). Grifos nossos.

O jornal baiano faz referência ao livro que Euclides pretendia escrever “a respeito da guerra de Canudos”, ressaltando sua importância para a “história e letras nacionais” e antecipa a consagração da escrita euclidiana quando se refere à “pena laureada do distinto engenheiro”, dono de “aprimorada mentalidade” e “caráter superior”. *O Diário da Bahia*, cinco anos antes da publicação de *Os sertões*, já apontava a força das idéias, “o vigor e o brilhantismo”, “o talento”, “o caráter superior” de Euclides da Cunha, abrindo uma tendência que seria seguida pelas instâncias canonizadoras, a partir de 1902.

As narrativas de legitimação desse nome próprio oferecem contemporaneamente ao leitor um “homem encadernado”⁶, um ser de papel, que se foi moldando a partir da repercussão de *Os sertões* e de todas as narrativas passionais tecidas em torno de sua vida pessoal infeliz. A figura de Euclides da Cunha só pode ser lida numa rede complexa tecida de muitos fios: um dos maiores escritores da literatura brasileira, o autor da obra mais representativa de nossa cultura, em todos os tempos, o escritor que produziu um clássico da literatura, o intelectual que escreveu o livro vingador do episódio Canudos, um dos fundadores da sociologia no Brasil, o precursor do romance sertanejo, o intelectual incompreendido, o herói que tombou morto, vítima da bala assassina do amante de sua mulher. Se tudo isso não bastasse, ainda há que lembrar do engenheiro competente construtor de pontes, do homem reto, honesto, desinteressado de bens materiais, defensor dos ideais republicanos, e comprometido com os valores universais de justiça e igualdade para a sociedade.

Contemporaneamente, a glória de Euclides da Cunha não se afirma mais como uma reserva do sagrado, uma unanimidade, a não ser no circuito de São José do Rio Pardo e mesmo lá já se observaram discursos renovadores com a adesão de “jovens euclidianistas”, segundo palavras de Regina Abreu (1998, p. 356). Essa nova geração de euclidianistas promoveu, a partir de finais da década de 1980, “eventos paralelos aos organizados pelos diretores da semana euclidiana”, abrindo espaços para reflexões de modo mais crítico sobre o escritor e sua obra, conforme será analisado mais adiante. No ambiente acadêmico brasileiro, falando de um modo geral e sem dados numéricos precisos, levantam-se vozes de uns poucos intelectuais que simplesmente detestam Euclides da Cunha, considerando-o “racista”,

⁶ *O homem encadernado* é uma referência ao título da publicação de Maria Helena Werneck, em que esta analisa biografias de Machado de Assis. (WERNECK, 1996).

“governista”, “autoritário”, incentivador do massacre dos sertanejos, enfim um homem comprometido com as elites e responsável por distorções importantes no relato histórico da guerra de Canudos. Outros, porém, que se voltam para a pesquisa de um “Canudos não-euclidiano”, para utilizar a expressão de José Calasans (1997, p. 11), operam sem tanta passionalidade. Muitos reconhecem a importância de Euclides e de sua obra inseridos num contexto, mas investem no estudo de fontes primárias menosprezadas e até lidas, mas não referidas pelo escritor em *Os sertões*, para reavaliar historicamente a guerra de Canudos.

O processo de consagração de Euclides da Cunha inicia-se em 03 de dezembro de 1902, apenas um dia após a publicação da primeira edição de *Os sertões* (Campanha de Canudos)⁷. O coro em louvor da obra começaria com o artigo “Uma história dos sertões e da campanha de Canudos” do crítico José Veríssimo, publicado no rodapé do Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 46). Veríssimo declara no parágrafo inicial:

O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d’alma, comovido até as lágrimas, em face da dor humana. Venha ela das condições fatais do mundo físico, as “secas” que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos. (VERÍSSIMO, 2003, p. 46).

⁷ Os três textos críticos que selecionei para análise são da autoria de José Veríssimo, Coelho Neto e Araripe Júnior. O texto de Veríssimo foi escolhido por ter sido o primeiro juízo analítico sobre *Os sertões*, além de o seu autor ser o principal crítico do país, na época. Coelho Neto comparece como um representante da Academia Brasileira de Letras e como amigo de Euclides e incentivador do euclidianismo, após a morte do escritor. O texto de Araripe Júnior não poderia ficar de fora simplesmente porque, na época, foi o único que de fato analisou *Os sertões*, embora sua visão da luta seja muito preconceituosa em relação aos conselheiristas. Araripe escreve de forma “magistral”, expressão que Euclides usou em carta para se referir ao artigo do conhecido crítico literário e teatral.

Embora apresente críticas desfavoráveis ao “estilo viciado”, à linguagem carregada de termos técnicos, ao excesso de neologismos, arcaísmos e até abusos contra a “índole da língua” e “contra a gramática das formas oblíquas em *lhe*”, José Veríssimo, citando trechos escolhidos de *Os sertões*, escreve um texto francamente enaltecendo as qualidades da obra e do autor.

O próprio Euclides, em correspondências, uma delas de 3 de dezembro de 1902, reconhece que o competente “juiz” fora “generoso”; em outra carta, de 12 de junho de 1903, em que comunica a Veríssimo a candidatura à Academia Brasileira de Letras, admite que deve o “favor da apresentação do meu nome, (nome de Euclides da Cunha) então obscuro, à sociedade inteligente da nossa terra, amparando-o com extraordinária generosidade”. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 143 e 166). A primeira leitura crítica de *Os sertões* feita por José Veríssimo foi marcada pela generalidade e vagueza dos comentários, os quais se ativeram quase que exclusivamente a pouquíssimos aspectos das duas primeiras partes da obra: “A terra” e “O homem”, inclusive citando trechos longos da “Nota Preliminar”. Sobre “A luta” (terceira parte de *Os sertões*) não mais que o penúltimo parágrafo, em que Veríssimo se refere àquilo que fora explicitado por Euclides na apresentação da obra: a denúncia do crime e a constatação de que a Campanha de Canudos fora um erro: “A luta vai começar. A guerra de Canudos é para o Sr. Euclides da Cunha um crime. [...] parece-me, pareceu-me [...] um erro, um erro crasso e imperdoável”. (VERÍSSIMO, 2003, p. 54).

Podemos especular, portanto, que a crítica de *Os sertões*, escrita por José Veríssimo, prestigiado como o maior expoente dos nossos leitores especializados e formadores da opinião intelectual, na época, teria sido produzida por um conhecimento prévio do tema já abordado por Euclides em textos jornalísticos (artigos) sobre a nossa terra e formação étnica. Tal suposição é reforçada, se considerarmos o tempo curtíssimo (um dia) que José Veríssimo teve para ler a narrativa euclidiana e para escrever seu próprio texto,

embora caiba a hipótese de que o crítico poderia ter tido acesso aos originais de *Os sertões*. Marco Villa informa que Euclides publicara antes no jornal *O Estado de São Paulo* “Excerto de um livro inédito” (em 19 de janeiro de 1898) e uma série de três artigos sobre “as secas do norte” (oito meses depois), material que seria incorporado a *Os sertões*. (VILLA, 1999, p. 261). Assim, José Veríssimo conhecia parte dos textos que comporiam a obra lançada em 1902 e é justamente sobre esse material que restringe sua crítica aligeirada e superficial. Não se encontra no texto de Veríssimo análise da obra euclidiana, diálogo ou debate de idéias entre dois intelectuais; a intenção do crítico parece ter sido meramente a de referendar para o público o nome de um novo autor, fato que se pode comprovar especialmente nos parágrafos de abertura e de fechamento do texto. (VERÍSSIMO, 2003, p. 46, 54).

Um mês após o lançamento de *Os sertões*, em 1º e 2 de janeiro de 1903, seguindo o caminho aberto por José Veríssimo, Coelho Neto, no Jornal *O Estado de São Paulo*, publica dois artigos intitulados “Os Sertões”, nos quais também enaltece o livro de Euclides:

Não sei de páginas mais verdadeiras nem mais empolgantes na literatura nacional do que essas que sendo as de um poema enorme são, ao mesmo tempo, as dum tremendo libelo. Há nelas um sopro bíblico como o que revolve o livro fremente de Isaías. (COELHO NETO, 2003, p. 104).

O maranhense Coelho Neto, membro da Academia Brasileira de Letras, tampouco faria uma análise de *Os sertões*, nem conseguiria produzir um texto criativo, rico, envolvente. Sua posição em relação aos conselheiristas parece, entretanto, menos negativa do que aquela que se observará, por exemplo, na crítica de Araripe Júnior, conforme será demonstrado mais à frente. Nesse sentido, Coelho Neto afirma ter sido aquela campanha “um atentado contra a civilização, uma violência contra a humanidade, um absurdo em face do regime liberal que adotamos” (p. 104) e vê nos “jagunços” os “mártires” abnegados pela “resignação dos primeiros cristãos”, um punhado de “encurralados que, das trincheiras esboroadas do muraldo do seu núcleo santo brigou até a última hora, com fome, com sede, entre guaiados e prantina,

fortificando-se em últimos parapeitos que eram erigidos com a mortalha.” (COELHO NETO, 2003, p. 106; 111).

Coelho Neto também produz um texto vago, embora se refira mais cuidadosamente as três partes de *Os sertões* (p. 103). Sua linguagem é empolada e até barroca, estilo que ele defende quando se opõe à simplicidade e prega o uso das palavras “portentosas”, posicionando-se sempre a favor do burilamento estilístico e contra aqueles que defendiam uma escrita sem excessos. O tom geral do seu texto é o do louvor a Euclides da Cunha, a cujo estilo não faz restrições. Aproxima-o dos canônicos Camões e Vieira (p. 108), afirmando que *Os sertões* “não podem ser lidos parceladamente, lêem-se de uma assentada com ânsia de quem ouve uma narrativa épica como no velho tempo heróico as faziam os rapsodos gregos ou os bardos da Escócia, ao clarão vermelho das fogueiras, entre os guerreiros, num círculo de lanças” (COELHO NETO, 2003, p. 105).

Em linha gerais, o acadêmico maranhense repete o já apontado por José Veríssimo a respeito do pendor euclidiano para conjugar ciência e arte: “Espírito disciplinado pelo rigor das matemáticas, aplicando a tudo o método positivo, iniciando-se na Poesia - porque é um poeta e dos que mais louvores merecem - não abjurou a ciência e foi como pensador, à maneira de Lucrécio, que tomou um lugar entre os iluminados”. (COELHO NETO, 2003, p. 104). A tendência de ler *Os sertões* como obra de dupla inscrição seria mantida, inclusive, por leituras de pesquisadores contemporâneos⁸. O crítico previa a

⁸ Cito dois autores contemporâneos que estudam a dupla inscrição de *Os sertões* como ciência e arte: Luiz Costa Lima, em *Terra ignota* (1997), e José Carlos Barreto de Santana em *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais* (2001). Os posicionamentos desses dois pesquisadores aqui citados divergem bastante do que defendiam os primeiros críticos, mas seguem a tendência geral nos estudos euclidianos de interpretar *Os sertões* como “consórcio de ciência e arte”. Em linhas gerais, Costa Lima vê a ciência como um núcleo forte em *Os sertões*, embora aponte ali contradições e incompreensões de Euclides em relação ao pensamento dos naturalistas da época. José Carlos Barreto de Santana analisa as “relações existentes entre um dos discursos científicos euclidianos, o das Ciências Naturais, e as atividades e teorias nesse campo do conhecimento”. (SANTANA, 2001, p. 19).

perenização do tema Canudos immortalizado por Euclides “[...] o grande prosador, que conquistou dum salto um dos primeiros lugares na literatura nacional, nos deu o soberbo e doloroso poema panteísta que teve por núcleo o arraial solitário, onde uma multidão rezava em torno de um homem [...]”. (COELHO NETO, 2003, p. 107).

Coelho Neto aproveita para abrir um debate com José Veríssimo, revidando os poucos reparos que o autor da primeira crítica (Veríssimo) fizera à linguagem de *Os sertões*:

Não é de hoje o ódio da crítica infecunda e magra contra os escritores possantes que se apresentam com imprevistas imagens, rebrilhados com o recamo de uma rica ornamentação verbal.

Todo o verdadeiro escritor é um revelador [...] só os inexpressivos, os pálidos, os que compõem materialmente, ficam satisfeitos com o vocabulário do dia a dia, com a técnica comezinha, muito agachados perante as regras duma falsa estética de convenção, obedecendo servilmente às imposições da crítica chilra e insossa que exige, a título de simplicidade, o trivialismo banal. (COELHO NETO, 2003, p.107, grifos nossos).

Segundo comentário de José Leonardo Nascimento (2003, p. 19), vários intelectuais se posicionaram, manifestando “concordâncias e discordâncias” para com as críticas de Veríssimo em relação à linguagem empregada por Euclides, escritor de “verbo pujante e raro”, embora coubesse a Coelho Neto a “mais flagrante oposição” aos reparos que Veríssimo fizera à linguagem de *Os sertões*. (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 19).

Henrique Maximiliano Coelho Neto ironiza a “crítica melindrosa” que recomendava a sobriedade e discrição: “É reservado e discreto, podeis estar tranqüilo - de nada abusa. Possui, sobretudo, uma qualidade raríssima: é sóbrio. Que é isto? Uma recomendação para um criado? Não. É o elogio de um escritor. Certa escola, tida por séria, arvorou em nossos dias este programa de poesia: sobriedade.” (COELHO NETO, 2003, p. 107). A provocação prossegue e se mantém até o final, quando ainda fustiga os “peritos conspícuos”, “os juízes avaros”, marcando sua diferença com a crítica prestigiada da época “[...] eu, que não sou crítico (e todas as manhãs agradeço ao Senhor não me haver dotado com as superiores

qualidades que distinguem a gente dessa raça) confesso que raríssimos são os livros que me têm empolgado e impressionado com a poderosa força sugestiva com que me prendeu e dominou essa obra magnífica de ciência e arte [...]”. (*ibid.*, p.111).

Araripe Júnior seria, dentre os críticos citados, aquele que revelaria maior entusiasmo com *Os sertões*. Publica no *Jornal do Comércio*, do Rio, em 6 e 18 de março de 1903, mais de três meses após o lançamento do livro de Euclides, um texto de fôlego, magistral no seu estilo, afirmando a ótima surpresa que fora a leitura de *Os sertões*, num ambiente cultural de mesmice. Encontrava-se “anorético, literariamente falando”, tomado por uma “plenitude gástrica, em que a respeito da guerra de Canudos, tinham-me deixado leituras anteriores. Estava saturado das narrativas publicadas nas folhas diárias e em livros [...]”. (ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 55). O crítico confessa que foi com “espírito de hostilidade” que percorreu as primeiras das mais de seiscentas páginas, quando, a partir da segunda parte (*O homem*), “uma revolução” operou-se em sua alma: “Daí por diante não li mais, desfilei pelo livro afora, [...] respiração opressa, sem tomar fôlego, para só parar na última página, e com a dolorosa saudade de quem abandona uma festa inolvidável”. (ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 56). Classifica *Os sertões* como “forma artística superior e original, uma elevação histórico-filosófica impressionante e um talento épico-dramático, um gênio trágico como muito dificilmente se nos deparará em outro psicologista nacional.” (*ibid.*).

Embora José Veríssimo e Coelho Neto já houvessem apontado o talento de Euclides para estreitar os laços entre ciência e arte, Araripe também o faz e de modo mais benevolente e enfático: “É raro este sucesso em uma obra histórica”, “*Os Sertões*, pois, fascinam; e essa fascinação resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico, posto ao serviço de uma alma de poeta [...]”. (ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 57). No seu tempo, Araripe já era considerado um crítico de prestígio intelectual, apesar de ser, no dizer de Sylvio Rabello (1966), “um bonacheirão” que acolhia os escritores estreantes “como

um padrinho de excessiva tolerância”. Rabello acrescenta que Araripe Júnior “não exercia a crítica com a tranqüila austeridade de José Veríssimo”, mas em relação à obra *Os sertões*, Araripe “recebeu-o com um entusiasmo bem mais efusivo do que comumente dispensava aos livros de estréia”. (RABELLO, 1966, p. 183). Euclides ainda não se assumia como um intelectual de porte, nem estava convencido acerca das qualidades estéticas de *Os sertões*. Assim, a crítica “entusiasmada” de Araripe Júnior viria encorajá-lo para que se firmasse na posição segura de escritor e se livrasse da dubiedade técnico-artística e da condição de “intruso em todas as carreiras”, conforme declara em carta de 9 de março de 1903 a Araripe:

Cheguei de São Paulo onde li o magistral artigo sobre *Os Sertões* e posso escrever-lhe desfogadamente porque não transmito a minha impressão, mas a de todos que sabem ler naquela cidade.

O seu artigo fora anunciado por um telegrama vindo para o jornal da tarde *A Platéia*. O Jornal era esperado. Às dez horas da noite tinha-o lido quase toda a roda literária paulista e às dez e meia eu saí da redação do *Estado de São Paulo* com o enorme estonteamento de um recruta transmutado repentinamente num triunfador.

[...] no dia seguinte, eu - que era um engenheiro letrado, com o defeito insanável de emparceirar às parcelas dos orçamentos as idealizações da Arte - era um escritor, apenas transitoriamente desgarrado da engenharia. A sua grande generosidade, a sua honrosíssima simpatia, garantidas ambas por um espírito robusto, impuseram-me - libertando-me do aspecto dúbio, meio profissional, meio artista, que me tornava um intruso em todas as carreiras. (CUNHA In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 153). Grifos nossos.

Araripe Júnior (2003), que também cita longos trechos da narrativa euclidiana, escreve passionalmente um texto mais denso, produzindo análise cuidadosa das três partes de *Os sertões*, enfatizando, inclusive, “A Luta”, parte final. O crítico atribui a Euclides os saberes de um grande teórico, filósofo e “sociólogo de boa envergadura” (*ibid.*, p. 84), além do talento artístico. Compara o autor de *Os sertões* a Michelet (*ibid.*, p. 57), Walter Scott e a Dostoievski (*ibid.*, p.70), este último considerado por ele “um dos maiores, senão o maior dos psicólogos das multidões, produzido pelo século XIX”. (ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 80).

O crítico cearense (filho de família ilustre e consultor geral da República) deixa clara sua posição francamente contrária aos sertanejos e favorável ao exército, dando a entender que Euclides teria sido benevolente em seu julgamento em relação aos seguidores do Conselheiro. Para ele, os “jagunços” são “completamente bárbaros”, movem-se “como uma máquina de maldade” (ARARIPE JÚNIOR, 2003, p. 58), Antônio Conselheiro era um “famigerado vagabundo religioso”, “um velho besta” (*ibid.*, p. 65), um “Maomé de meia jota” (*ibid.*, p.84) e Canudos seria “acervo de lixo humano”, “covil infernal”, “ninho de escorpiões” (*ibid.*, p. 86), onde “nossos batalhões eram horrorosamente dizimados” (*ibid.*, p. 83).

Araripe, como bem lembrou José Leonardo do Nascimento (2003), aproveita a oportunidade para divulgar seus próprios livros e reivindica para si “a primazia das teses citadas por Euclides da Cunha”, embora faça delas, segundo Leonardo, uma leitura incorreta, como por exemplo, a propósito da “teoria da obnubilação brasílica”⁹. (NASCIMENTO, 2003, p.15). Enfim, Araripe conclui seu artigo com um “Basta” a todos os “ecos longínquos dos sertões” que Euclides traz para o leitor a partir do “sentimento da tragédia” e da “expressão cáustica”: “gemidos lancinantes, brados de guerra, explosões, urros de feras enjauladas, suspiros de mortos, ruídos de toda a ordem, ranger de dentes” (ARARIPE JÚNIOR, p. 86). Seu lamento não abrange a “morte rugidora dos jagunços”, nem a “matança em si”, porém “a sombra de nós mesmos” nos “corpos dos oficiais que presidiam a essas cenas mexicanas”. Araripe Júnior incentiva Euclides a reconhecer sua “alma poética” e utilizar seu “temperamento arrebatado” para se consolidar como escritor capaz de exprimir a “potência trágica superior” (*ibid.*, p. 82) em sua arte notável, para conquistar, segundo pensava o crítico, “o primeiro lugar entre os prosadores da nova geração” (*ibid.*, p. 57).

⁹ Pela leitura de José Leonardo do Nascimento, Araripe Júnior sustenta que os colonizadores na nova terra, “esquecem a cultura original, transmudando-se nos incivilizados dos desertos do interior”, enquanto a tese de Euclides não apenas é diferente, “mas oposta”. (NASCIMENTO, 2003, p. 15).

Seguindo um ritmo acelerado de consagração de um escritor, algo jamais visto na história da literatura brasileira, em 24 de abril de 1903, Euclides da Cunha é eleito “sócio correspondente” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embora só tome posse em 20 de novembro. A primeira edição de *Os sertões* se esgota em pouco mais de dois meses e a segunda edição “sai corrigida no dia 09 de julho”, um fenômeno de vendas para o cenário editorial da época. Em 21 de setembro do mesmo ano, o autor é eleito para a Academia Brasileira de Letras, cadeira número 7, cujo patrono é Castro Alves. (VENTURA, 2003, p. 293). Apesar disso, *Os sertões* de Euclides da Cunha recebeu críticas desfavoráveis, a exemplo daquelas publicadas por José de Campos Novais, em relação à pertinência de “aspectos de geologia e botânica”, a questões estilísticas pelo “uso de palavras inventadas ou afrancesadas”, ou ainda a exemplo da discordância do Capitão Moreira Guimarães, que “defende o Exército no Correio da Manhã”, conforme ainda informa Ventura (*loc. cit.*). Estava traçado o caminho para a canonização do autor e de sua obra. Os críticos mais respeitados da época exerceram a tarefa de orientar um modo de leitura do texto, iluminando a linguagem, enxergando teses, levantando hipóteses, identificando traços estilísticos, enfim, conduzindo o olhar do leitor mediano e abrindo uma linha de análise crítica que se estabeleceria e se firmaria por muito tempo à frente.

A consagração de *Os sertões* e a glorificação do seu autor iniciadas, portanto, a partir da publicação da obra e alimentadas, ao longo de um século, estão relacionadas a várias razões, muitas das quais já levantadas por Regina Abreu (1998). Uma das hipóteses mais fortemente enfatizadas pela pesquisadora é a da necessidade que teve a nação de preencher um espaço, realizando um investimento de sacralização da obra. Abreu toma de empréstimo de K. Pomian (1983) a noção de “semióforo” (objeto ao qual é atribuído valor simbólico que ultrapassa o valor de uso, uma espécie de preciosidade investida de “valor sagrado”) para comparar *Os sertões* a um “bem tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

Quando pergunta para que e a quem interessava manter vivas as chamadas de *Os sertões* e de Euclides da Cunha, a pesquisadora arrisca a seguinte hipótese:

Minha suposição é a de que, independentemente da produção editorial e publicitária em torno dessa “grande obra” e de seu igualmente “grande autor”, sua fabricação e perpetuação estão relacionadas a demandas sociais. Ao ser transformada em monumento, símbolo nacional ou “lugar de memória”, uma grande obra literária extrapola suas características iniciais, desempenhando funções sociais que ultrapassam seu valor puramente literário. (ABREU, 1998, p. 23).

Os sertões era, portanto, a obra certa, no momento certo, uma vez que a nação ainda se ressentia do trauma que fora a guerra de Canudos. Ademais, a cultura brasileira não registrara, até então, o lançamento de uma obra grandiosa, de caráter abrangente, plural e aberta à recepção consorciada da ciência e da arte.

Se desde 1896, os brasileiros, tomados por uma onda patriótica de defesa dos princípios republicanos e da ordem nacional, cobravam ações do exército para liquidar definitivamente a insistente rebelião nordestina, já no final de 1897, com a queda de Canudos e a divulgação dos relatos sobre as atrocidades ali cometidas, ocorre uma virada da opinião pública. Mortos os sertanejos, destruído o arraial maldito, findo o “problema Canudos”, eis que ressurgem horrendas as faces dos mortos.

A questão política Canudos não estava solucionada e o fim da Guerra (1897) trazia mais preocupações para o presidente Prudente de Moraes. Naquele contexto, a pátria se envergonha e “todo mundo se escandaliza”; os cidadãos vão às ruas para protestar contra o massacre e cobrar do governo explicações sobre os excessos cometidos pelo exército. (GALVÃO, 1981). Na Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro), pólo irradiador das notícias, devido à alta concentração de intelectuais, jornalistas, estudantes, políticos, militares, em 1902, quando do lançamento da primeira edição de *Os sertões*, ainda persistiam os ecos do clamor social contra o trágico desfecho de Canudos.

Walnice Nogueira Galvão (1981) aponta mudanças da opinião pública, lembrando que os sertanejos representados pejorativamente, no início do conflito, ganham *status* de cidadãos, passando a imprensa a os considerar “brasileiros”, “irmãos”, “compatriotas”. Segundo a pesquisadora da USP, consta nas anotações para um discurso de Rui Barbosa, afinal não pronunciado publicamente, a idéia de pedir *habeas-corpus* para os mortos de Canudos. O jurista baiano, que antes tachara os conselheiristas de “horda de mentecaptos e galé”, vira a casaca e passa a nomear os mártires da guerra de “meus clientes”. (*ibid.*, p. 79).

Cinco anos após o final da guerra, quando em 02 de dezembro de 1902, *Os sertões* chega às livrarias, encontra o terreno propício para a recepção espetacular de que foi alvo e a guinada meteórica de Euclides da Cunha à posição de escritor famoso, da noite para o dia. A pátria andava cabisbaixa, vergada pela culpa do martírio dos irmãos sertanejos. Não havia feito de que se orgulhar, os heróis de guerra saíram chamuscados da batalha e era necessário expiar a dor nacional por uma vitória pela qual ainda tínhamos muito que pagar.

O sangue dos revoltosos misturara-se ao sangue derramado pelos soldados, cujos corpos, sepultados ou insepultos, permaneceram para sempre naquelas paragens de terra vermelha e esturricada, não podendo muitas das famílias enterrar seus mortos. O poder público avaliara equivocadamente os motivos do movimento conselheirista; o exército, de certo modo, se desmoralizara pelos erros estratégicos na condução da ação militar, pela demora em resolver a questão, pelo alto custo financeiro da empreitada, pelo excesso de baixas em seus quadros e, finalmente, pelos métodos desumanos, cruéis e desonrosos utilizados, especialmente nos últimos dias da guerra. Destes destacam-se a sistemática degola de prisioneiros, o comércio de crianças e mulheres capturadas e o fechamento horrendo da guerra: o ateamento de fogo nos casebres, alguns ainda habitados, alimentando-se as labaredas por querosene e bombas de dinamite.

Em 1902, os fatos divulgados em *Os sertões* não constituíam novidade. A maioria deles já tinha vindo a público pelos relatos dos militares, jornalistas e estudantes de medicina, que viram a guerra de perto¹⁰ ou especialmente pelos artigos do escritor mineiro Afonso Arinos, publicados a partir de outubro de 1897, no Jornal *O Comércio de São Paulo*, e editados em formato de livro em 1898, com o título de *Os Jagunços - novela sertaneja*.

O livro de Euclides, entretanto, seria a obra a fornecer à nação os elementos de que esta necessitava para expiar a dor e compensar a vergonha nacional¹¹. A partir de que momento e como isso aconteceu? Publicado o livro, a consagração teve início imediato pelos juízos críticos de sua época. Estes estabeleceram chaves de leitura, legitimando uma escrita que se apresentava plural, ambicionava a totalidade e arriscava dialogar com diferentes áreas do conhecimento, ao tempo em que também era lida como arte literária. *Os sertões* não era uma coisa só, não despertava interesse apenas de um setor da sociedade; a obra de Euclides era tudo aquilo que os brasileiros precisavam naquele momento histórico.

Em suma, os críticos do início do século XX abriram o caminho para a glória do autor e exerceram um papel fundamental para acionar a sua consagração. Esta iria se consolidar por uma conjunção de outros fatores não menos importantes: a ascensão meteórica do escritor a um lugar de destaque no cenário intelectual da época, a projeção do seu ideário de explicação de uma identidade nacional, a vida dramática do homem impoluto e dedicado à pátria, enfim, a morte trágica que interrompia uma carreira brilhante, congelando no tempo a fama e o talento e, posteriormente, a sucessão de eventos envolvendo Dilermando, Ana e seus descendentes.

¹⁰ José Calasans cita os militares (Dantas Barreto, Antônio Contantino Néri e Duque Estrada Macedo Soares), os estudantes de medicina (Francisco Mangabeira e Martins Horcades) e os jornalistas (Fávila Nunes, Lélis Piedade e Manuel Benício). (CALASANS, 1997, p. 19).

¹¹ Euclides da Cunha publicara antes, em 19 de janeiro de 1898, em *O Estado de São Paulo*, “Excerto de um livro inédito”, trecho de *Os sertões*. (VENTURA, 2003, p. 292).

2.3 DE PALAVRA EM PALAVRA SE FAZ UM HOMEM

Voltaire faz história como os grandes escultores antigos
faziam bustos, como os sábios pintores dos nossos dias
fazem retratos. Aumenta, exagera, corrige as formas. Está
certo? Está errado? Para o pedante, está errado; para o
homem de gosto, está certo. Certo ou errado, é a figura que
pintou que irá permanecer na memória dos homens
vindouros.

Denis Diderot. Oeuvres Esthétiques

Os primeiros estudos biográficos produzidos no Brasil sobre Euclides da Cunha, guardadas as diferenças em função do distanciamento temporal, se inscrevem numa tradição que ainda conserva traços das “histórias exemplares”, muito comuns na Europa renascentista e iluminista. Tais histórias deveriam fornecer modelos de comportamento ético, em tom pedagógico e servir de referência para a transmissão de valores, enfatizando “traços da vida” e “traços do caráter”, ou seja, “vida e virtude”. As histórias exemplares, conforme assinala Regina Abreu (1998, p. 280) tiveram a sua força na Antiguidade e relatavam as vidas de reis, filósofos, santos e grandes generais. As memórias dos generais, a exemplo do Rei Ptolomeu I do Egito e Gerônimo de Cárdea, “foram as principais fontes da história de Alexandre e seus sucessores” e são resultantes de um amálgama de elementos históricos, biográficos e autobiográficos. (*ibid.*, p. 294).

As principais biografias de Euclides da Cunha estão temporalmente inseridas nas primeiras décadas do século XX, portanto já sob o impacto da psicanálise, de modificações epistemológicas históricas e de certo relativismo ético. Não há mais uma função religiosa e propriamente moral; traços da biografia clássica e os modelos universais foram substituídos pelos ideais da individualização em que se afirma um “eu”. Ainda permanece uma tendência de produção de imagens de ídolos nos quais acreditar (não mais de santos a venerar) e os estudos biográficos passariam a recorrer a processos de “literalização”, ou seja, as biografias tomariam empréstimos da literatura (poema, romance, drama) compondo-se por narração e

representação. Por outro lado, escrever biografias de grandes homens contribuía para que o biógrafo pegasse carona na fama do biografado, instituindo-se, nas palavras de Maria Helena Werneck (1996) a “literatura da paternidade”, em que a “biografia do pai” consagra o “filho escritor” e o elogio “é a moeda que salda uma dívida da humanidade com o grande homem perseguido”. (WERNECK, 1996, p. 38).

Para compor um retrato de Euclides da Cunha, um dos escritores mais estudados do Brasil por tantos biógrafos e também por pesquisadores e acadêmicos apaixonados pela sua vida e obra, resolvi partir da análise do texto “Retrato Humano”, da autoria de Francisco Venâncio Filho, aqui tomado por objeto de estudo. “Retrato Humano” foi publicado em 1931, em *Euclides da Cunha, Ensaio biobibliográfico*, pela Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro e republicado na *Obra completa*, organizada por Afrânio Coutinho. (VENÂNCIO FILHO, 1966). Ao trabalho de análise da referida biografia serão acrescentadas informações de estudiosos contemporâneos, especialmente os seguintes autores: Roberto Ventura (2003) que morreu abruptamente deixando inconclusa a biografia de Euclides, na qual vinha trabalhando (checagem de fontes, recuperação de documentos) havia dez anos, e Regina Abreu (1998), que não pretende escrever biografia, mas utiliza dados informados pelos principais biógrafos de Euclides, quando estuda a “fabricação do grande escritor nacional” e realiza uma análise antropológica de *Os sertões* como fenômeno cultural.

A seleção do ensaio biográfico “Retrato Humano” deve-se à necessidade de operar um recorte metodológico em razão da imensa quantidade de textos sobre a vida e obra de Euclides da Cunha. Trata-se de um texto curto, exemplar e representativo do gênero biográfico da época, tornando-se emblemático também em função da reputação de

“euclidianista de primeira hora”¹² que o seu autor adquiriu, consolidando-se como um dos principais estudiosos da vida e obra do autor de *Os sertões*.

O “Retrato Humano” não foi, entretanto, o primeiro texto que Francisco Venâncio publicou sobre Euclides. Segundo Adelino Brandão (2001), já em 1915, Venâncio publicou *Euclides da Cunha* (Notas biográficas); tampouco é o mais importante ou completo, pois em 1940, vem a público *A glória de Euclides da Cunha*, “uma biografia criteriosa, com indicações das fontes, à qual se pode recorrer sempre.” (BRANDÃO, 2001, p. 251). No entanto, o “Retrato Humano” foi selecionado por Afrânio Coutinho (com o aval de Edgard Sussekind de Mendonça, “euclidiano apaixonado” do Grêmio Euclides da Cunha), para integrar a primeira obra completa de Euclides da “Biblioteca Luso-Brasileira”, que abrange “as obras-primas dos grandes autores que integram as Literaturas do Brasil e de Portugal”. (CUNHA, 1966).

Considero, assim, justificável a escolha do referido texto de Francisco Venâncio, pois este iniciou um modo de falar sobre o escritor que daria certo e se consolidaria, “fazendo escola” para os biógrafos que o seguiriam. O tom geral da biografia assume o ritual do elogio, retratando Euclides como um homem ilustre, merecedor de um lugar na história da cultura nacional, algo como um monumento público a ser cultuado, pela vida exemplar e por ter legado à nação a obra de que os brasileiros dever-se-iam orgulhar.

Francisco Venâncio Filho, professor de geografia, nasceu em 14 de abril de 1894, no Rio de Janeiro, e segundo supõe seu filho, o advogado e ensaísta Alberto Venâncio Filho, também euclidianista, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “a admiração (do seu pai) por Euclides surgiu na época em que estudou

¹² A expressão “euclidianista de primeira hora” é minha, mas a utilizo no mesmo sentido que encontrei em Adelino Brandão e Francisco Costa acerca de Venâncio. (BRANDÃO, 2001; COSTA, 2002).

no Colégio Aquino”, o mesmo que o grande autor freqüentou. Em 1914, Venâncio Filho “escreveu um artigo sobre a data de nascimento de Euclides da Cunha (até então controversa), com base na certidão de batismo, para o jornal *O Comércio*”. No ano seguinte, ele assinaria ‘Notas Bibliográficas’ (sairia em 1931 o texto ‘Notas Biobibliográficas’).” (COSTA, 2002, p. 53-4). Francisco Venâncio continuou a escrever inúmeros artigos sobre a vida e a obra de Euclides, sendo considerado “o primeiro euclidiano” e um dos iniciadores do culto à personalidade do escritor, no Rio de Janeiro. (COSTA, 2002, p. 52-3). Também os apologistas do circuito de São José do Rio Pardo, a exemplo de Adelino Brandão, consideravam Venâncio “um dos grandes estudiosos e biógrafos de E.C.” (BRANDÃO, 2001, p. 684).

Venâncio, a partir do título que escolhe para a biografia de Euclides, “Retrato Humano”, sugere que pretende compor uma figura humanizada, intentando talvez explicar os altos e baixos da vida do escritor. O que se poderia esperar de um retrato humano senão um grande investimento em aspectos da vida pessoal do retratado? As expectativas de um leitor comum vão na direção de encontrar revelações de fatos surpreendentes, detalhes curiosos, as virtudes e os defeitos, as glórias, os grandes gestos e mesquinhas, as pequenas misérias de que é plasmada a matéria humana. Quais os resultados alcançados pelo biógrafo? É de fato um retrato humanizado que se tem, ao final? Sim e não poderiam igualmente responder a essa última interrogação, o que de certo modo será feito a partir de agora, mediante uma análise crítica da referida biografia.

Francisco Venâncio fornece pistas para que o leitor possa entender a trajetória de um homem apresentado como extraordinário e abençoado pelos deuses, que o dotaram de qualidades e atributos que fariam a sua glória e, ao mesmo tempo, traído por esses mesmos deuses, os quais de nada valeriam ao homem, no fim da vida dramática e sem amor (no dizer

dos biógrafos), conforme se verá, a seu tempo. Venâncio adota um tom elogioso, iniciando o texto biográfico do modo mais convencional e previsível, para a época:

Euclides Rodrigues da Cunha nasceu a 20 de janeiro de 1866, em Santa Rita do Rio Negro (Fazenda da Saudade), município de Cantagalo, antiga província do Rio de Janeiro. Filho legítimo de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, natural da Bahia, homem culto e de caráter, e de D. Eudóxia Moreira da Cunha, do Cantagalo. Aos três anos fica órfão de mãe, ele e mais uma única irmã, sendo levado pelo pai para Teresópolis, aos cuidados de D. Rosinda Gouveia, sua tia, que vem a falecer dois anos mais tarde, indo para a companhia de outra tia, D. Laura Moreira Garcez, em Conceição de Ponte Nova, Fazenda de São Joaquim e São Fidélis, no Estado do Rio. Nesta cidade, aprende as primeiras letras, com o professor provecto e afamado, Francisco José Caldeira da Silva, revelando vivacidade de inteligência, traços precisos de personalidade, como grande piedade pelos escravos, a par de temperamento irritadiço e violento por vezes. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33). Grifos nossos.

Os grifos que acrescentei ao texto acima pretendem chamar a atenção para aspectos a serem considerados. Inicialmente, o nome Euclides (e não Euclides) revela uma atualização da grafia que, segundo Adelino Brandão (2001, p. 16) levantava dúvidas quanto “a forma correta” até ao próprio autor. Venâncio enfatiza um dado importante, na época, para compor a história do autor: a legitimidade do seu nascimento, pois Euclides era filho de uma união civil regular e amparada na constituição da República. O pai do escritor é apresentado como “homem culto e de caráter”; já a mãe, D. Eudóxia Moreira da Cunha, naquele universo ainda marcadamente masculino, apenas tem o nome mencionado. Nada mais é referido sobre a vida de D. Eudóxia ou sobre a falta que a sua prematura morte por tuberculose, doença que também acometia o filho, vai provocar na afetividade de Euclides. A morte de D. Eudóxia provavelmente tem repercussões importantes na vida do menino e de sua irmã, em especial na de Euclides, cuja saúde física (frágil) e o temperamento taciturno definirão muito do modo de

relacionamento emocional com os parentes e com a mulher com quem se casaria. Para Francisco Venâncio, entretanto, D. Eudóxia foi apenas um nome sem história.¹³

Menino pobre, Euclides da Cunha não estudou no Pedro II, considerado, na época, o melhor colégio do Rio de Janeiro. Pelo contrário, freqüentou diversos estabelecimentos de ensino, o que demonstra certa instabilidade da família. Sabe-se que Euclides viveu dos três aos cinco anos com a tia Rosinda de Gouveia e, depois da morte desta, foi morar com a tia Laura Garcez, não se conhecendo os motivos por que o pai não manteve Euclides e Adélia sob os seus cuidados. Regina Abreu especula uma explicação para o fato: “Muito provavelmente as crises, que começavam a ameaçar a opulência da economia cafeeira, afetaram trabalhadores que, como Manuel, viviam às expensas do sistema agroexportador.” (ABREU, 1998, p. 47). Prossegue Venâncio:

Era seu pai então guarda-livros¹⁴ e teve, ausentando-se, de o internar no Colégio Sólon, também ali célebre na época.

Tendo necessidade de o encaminhar, resolve ir para o Rio e fica Euclides aos cuidados de seu tio, Antônio Pimenta da Cunha, residindo a princípio no largo da Carioca e depois em Santa Tereza, na Rua Teresina.

Freqüenta o Colégio Anglo-Americano, de propriedade do Prof. José Pacífico da Fonseca, prestando na Instrução Pública o seu primeiro exame, o de português, a 25 de novembro de 1879. Freqüenta, em seguida, os colégios Meneses Vieira e Vitória da Costa, e Aquino, fazendo em 1880 exames de Geografia, Francês, Retórica e História. Em 1881, Inglês e Aritmética; em 1882, Geometria; em 1883, Latim, tendo sido reprovado em primeira época. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33).

¹³ As informações complementares baseiam-se em outros biógrafos que serão indicados, à medida que forem citados. Presentemente, sobre a saúde física de Euclides da Cunha e de D. Eudóxia, tomo por base Roberto Ventura, mesmo biógrafo que informa ser o nome completo do escritor Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. (VENTURA, 2003, p. 36-37-287).

¹⁴ Manuel Pimenta da Cunha era guarda-livros de fazendas de café da região. Tal profissão era exercida por homens que realizavam a contabilidade dos fazendeiros.

O biógrafo não detalha dados significativos para compor o “retrato humano” de Euclides. Enquanto se apega às informações que ele considerava importantes, a exemplo do nome do proprietário do Colégio Anglo-Americano, bem como a marcação dos anos de exames das diferentes disciplinas, menospreza dados sobre a infância do autor. Venâncio não se ocupa da vida do menino órfão, ao lado da irmã Adélia, das lembranças da mãe, da relação com os tios e tias, da repercussão de uma outra morte, a de D. Rosinda, mulher que de certa forma ocupara o lugar da mãe, nem enfatiza as viagens constantes do pai, o Senhor Manuel.

Embora Euclides “tenha sido reprovado em primeira época” em Latim, sua “vivacidade de inteligência”, anteriormente anunciada, será reforçada com os pontos que Venâncio destaca a seguir, em relação à passagem do escritor pelo Colégio Aquino:

No Colégio Aquino deixou traços inapagáveis, que foram salvos do esquecimento. Escragnole Dória, aí seu condiscípulo, guardou, com carinho, algumas das reminiscências destes tempos, e o próprio Dr. João Pedro de Aquino, que vislumbrou desde logo a revelação que se iria dar mais tarde, contam vários episódios. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33-4). Grifos nossos.

O biógrafo usa o termo “revelação” como prenúncio do traço marcante que seria agregado à vida intelectual de Euclides - a genialidade - um atributo recorrente nas biografias futuras. Venâncio refere-se ao episódio em que, ouvindo “a aula de História de Teófilo das Neves Leão, mestre afamado, ocorreu a Euclides, a essa época embriagado de poesia, de reduzir a sonetos todas as figuras da Revolução Francesa”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 34, grifo nosso). Mais uma vez o biógrafo associa o nome de Euclides da Cunha a figuras proeminentes da época, citando o Doutor João Pedro de Aquino e o Professor Teófilo das Neves Leão, ao tempo em que antecipa algo da reverência que se deveria render ao talento do escritor com as expressões “traços inapagáveis”, “a revelação que se iria dar mais tarde”, “embriagado de poesia”.

Ainda no parágrafo de abertura, o professor das primeiras letras recebe um tratamento mais destacado do que o dispensado à mãe do autor. Além de ter seu nome completo registrado, “o professor das primeiras letras”, Francisco José Caldeira da Silva é aquinhado com os adjetivos “profecto e afamado”, como se o biógrafo precisasse chamar a atenção do leitor sobre o ambiente propício ao florescimento da sabedoria e talento de Euclides da Cunha. Em compensação algumas outras figuras femininas, que faziam parte da vida do menino Euclides, as duas tias, D. Rosinda Gouveia e D. Laura Moreira Garcez, têm seus nomes completos declarados, mas não são alvos de maior interesse, seja por adjetivação ou referência a atributos. Quanto à “única irmã”, Adélia, esta nem ao menos teria o seu nome citado pelo biógrafo.

A omissão mais significativa, entretanto, diz respeito ao nome de Ana Emília Ribeiro Sólón, a futura mulher de Euclides, aquela a quem muitos euclidianistas atribuem as responsabilidades pelo fim trágico do autor. Pelo “Retrato Humano” de Venâncio não se sabe nada a respeito da relação do escritor com Ana Emília. Apenas de relance e, tratando da carreira militar de Euclides, é que o leitor pode encontrar breve referência ao estado civil do escritor, assim mesmo, por vias indiretas: “Incompatibilizado com a farda, a despeito das insistências do seu sogro, General Sólón, (grifo nosso) é reformado em julho de 1893.” (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 37). Ou seja, o biógrafo atribui um sogro ao escritor, do que se conclui que ele era casado, mas não se refere a uma esposa, Ana Emília, a mulher por quem ele se apaixonara à primeira vista, segundo outros estudiosos, a exemplo de Roberto Ventura. (VENTURA, 2003, p. 259).

Venâncio também não menciona os filhos de Euclides: Eudóxia, (nome em homenagem à mãe do escritor) que nasce em 1891 e morre com poucas semanas de vida, Sólón Ribeiro da Cunha, (nome em homenagem ao sogro) nascido em 1892, Euclides Ribeiro da Cunha Filho, nascido em 1894. Quem sabe a intenção do biógrafo, ao não se referir aos

filhos de Euclides, fosse excluir os filhos que Ana gerara da união extraconjugal com Dilermando: Mauro, nascido em 1906 e morto “de debilidade congênita com sete dias de vida” e Luís, nascido em 1907, ambos registrados como filhos de Euclides. (VENTURA, 2003, p. 287-298).

Francisco Venâncio localiza justamente no ano de 1889 o início do calvário de Euclides da Cunha, o qual culminaria, em 15 de agosto de 1909, com a morte do escritor. Por outros estudiosos, e aqui estou me referindo a Roberto Ventura (2003), fica o leitor sabendo que é justamente em 16 de novembro de 1889, que Euclides conhece Ana Emília Sólton Ribeiro e por ela se apaixona:

Como o Conselheiro, o destino de Euclides também foi marcado pela República. Conheceu Ana, sua futura mulher, no dia seguinte à proclamação, em reunião à noite, na casa do pai desta, o major Solon Ribeiro, um dos líderes do golpe que derrubou a Monarquia. Nessa mesma noite, teria escrito, segundo alguns de seus biógrafos, um bilhete a Ana, em que se declarava com as seguintes palavras: “Entre aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem”. (VENTURA, 2003, p. 259). Grifos nossos.

Já no parágrafo inicial, Venâncio elege expressões que comporiam o retrato de Euclides a ser consolidado posteriormente pelos biógrafos e, de certo modo, responsáveis pela “fabricação”¹⁵ de imagens identitárias do autor. Os estudiosos sucessores apenas acrescentariam detalhes, mas manteriam os traços fundamentais e definidores da personalidade euclidiana apontados por Venâncio e que chegariam até o final do século XX e início do século XXI.

Para delinear a imagem de Euclides da Cunha, identifiquei no texto de Venâncio alguns “traços definidores” da personalidade do autor esboçados a partir de adjetivos que

¹⁵ O termo “fabricação” está entre aspas em razão de inspirar-se no título da obra *A fabricação do imortal*; memória, história e estratégias de consagração no Brasil. (ABREU, 1996).

criariam estereótipos. Alguns desses traços se cristalizariam e seriam responsáveis por um modo de constituição da imagem do autor, sendo repassados aos nossos dias, por exemplo: “o gênio”, “o ensimesmado”, “o bondoso”, “o corajoso”, “o rebelde”, “o idealista”; outros seriam enfraquecidos ao longo da história, perdendo espaço: “o desequilibrado”, “o violento” e “o rebelde”, a depender do lugar de enunciação do discurso. Assim, dos vários Euclides desenhados no texto de Venâncio, alguns se esmaecem; outros se fixam nos escritos e entram na história da cultura brasileira.

Francisco Venâncio aponta a genialidade de Euclides logo ao final do primeiro parágrafo com a expressão “revelando vivacidade de inteligência” (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33). A associação do nome do autor a traços de destacada destreza mental (percepção, discernimento, tino, intelecção) será repetida e ampliada, ainda que em termos ligeiramente diferentes, nas inúmeras biografias consultadas, inclusive nos pequenos textos que circulam em livros didáticos e módulos de cursos pré-vestibulares em uso, entre 2000 e 2006. Esses textos ressaltam a inteligência de Euclides da Cunha, descrevendo-o como o intelectual profundamente devotado ao trabalho e competente para as missões para as quais o autor fora designado.

Destacam-se os sentimentos nobres do escritor. Euclides da Cunha era ideologicamente ligado à nova geração de intelectuais, geração essa engajada nas questões políticas candentes a partir de, mais ou menos, 1870. As bandeiras defendidas por esses intelectuais, e com as quais Euclides identificar-se-ia, eram baseadas nos ideais republicanos, na abolição da escravatura e nos princípios contrários à chamada “sociedade de corte” (regida pela “aristocracia de berço”, que desprezava o mérito pessoal e privilegiava o capital socialmente herdado).

O “temperamento irritadiço e violento por vezes” (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33), que aparece logo no início da biografia, soma-se a várias outras expressões utilizadas

para descrever o intelectual honesto e competente que lutava para ser apenas razão e equilíbrio, quando, na verdade, vivia na corda bamba como a maioria dos outros mortais, entre o cérebro e o coração:

Em notas íntimas de um caderno, com o título “Observando” (15 dias de vida acadêmica), “comédia em 15 atos”, ele próprio se retrata: *Feliz de mim se conseguir acumular força bastante para subjugar o coração, porque para mim é mais difícil e mais perigoso que subjugar um touro.* (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 35). Grifos nossos.

Euclides da Cunha lutou a vida inteira contra o indomável coração, mas, ao fim e ao cabo, foi traído por ele no episódio conhecido como “A tragédia da Piedade”. O intelectual, que tentava agir guiado pela razão e equilíbrio, vai armado à casa dos irmãos Assis¹⁶ (consta que Dilermando e Dinorá Assis eram hábeis no manejo de armas), na tentativa de retirar Ana da companhia do amante e trazê-la de volta ao lar. Embora a racionalidade tenha sido a sua grande busca, tendo, para conseguir alcançá-la, tomado todas as providências, superando imensos obstáculos que a vida lhe reservara (orfandade aos três anos de idade, pobreza da família, numa sociedade que não privilegiava o mérito), Euclides fracassa nessa sua cruzada de viver pela razão.

Euclides da Cunha é vítima das circunstâncias agravadas pelo tumulto de sentimentos e desvarios em que se encontrava o seu espírito, embora o que esteja registrado em grande parte das biografias e passe a constituir a figura do autor que entra para a história seja a imagem do “gênio cerebral”, disciplinado, organizado, exemplo de equilíbrio. O escritor não era um homem de luxos, até porque não dispunha de recursos financeiros para tal, mas por trás do figurino que aparece nas fotografias de época, dos ternos de cor preta, parda ou cinza, da camisa branca engomada, da gravata de nó cuidado, do chapéu panamá,

¹⁶ Dilermando era cadete do Exército e Dinorá era aspirante. (VENTURA, 2003, p. 298).

provavelmente estremecia o corpo de um homem comum, em cujo peito, o coração, aos pulos, perdia o ritmo cadenciado, saindo dos trilhos pelos quais o lado racional tencionava levá-lo.

Aos termos “temperamento irritadiço e violento por vezes”, do parágrafo inicial do “Retrato Humano”, vêm se juntar outros como “impressão de rude franqueza, até a violência” e “Diversos episódios característicos de franca rebeldia ou insubordinação são sem conta” (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 33, 35-36), expressões que preparam o leitor para o famoso episódio no qual Euclides da Cunha desafia a ordem da Monarquia e passa a ser visto como ícone do ideal republicano. Era um domingo, o dia 4 de novembro de 1888, quando o cadete 188 da Escola Militar, sai de forma durante a revista das tropas pelo Ministro da Guerra Conselheiro Tomás Coelho, e surpreende a todos: “atira ao chão o sabre baioneta, depois de tentar sem sucesso parti-lo sobre a perna, e interpela o ministro sobre a carreira no Exército, pois não eram feitas desde 1885 promoções para o posto de alferes-aluno”. (VENTURA, 2003, p. 289).

Na oportunidade, muitos cadetes estavam agitados com a chegada ao Rio de Janeiro do republicano Lopes Trovão, que vinha da Europa. A proclamação da República era certa e ocorreria em menos de um ano. Na Escola Militar, o Comandante Clarindo de Queirós (VENÂNCIO FILHO, 1966, p 36), numa manobra para impedir que os alunos tomassem parte das manifestações de rua contra a Monarquia, impede a folga dos estudantes no fim de semana e organiza uma inspeção das tropas pelo Ministro da Guerra. O cadete 188 era Euclides e o gesto de insubordinação, que anteriormente fora combinado com alguns colegas como parte de um “plano de rebelião” para depor D. Pedro II e proclamar a República, torna-se um protesto isolado do jovem rebelde que reverbera até hoje como marca de ousadia e destemor:

Pela manhã de 4, compareceu o Ministro e o Senador Silveira Martins, que possuía um filho na Escola. Passa a 1ª Companhia em continência respeitosa. Da 2ª, fora de forma, Euclides, diante dos superiores perplexos, tentando

amolgar a lâmina da baioneta, dirige-se ao Ministro, com palavras violentas de protesto. Trava-se diálogo nervoso e comovido. É recolhido imediatamente à prisão, de onde a bondade do médico da Escola, Dr. Lino de Andrade, o transfere para o hospital, com o diagnóstico de “esgotamento nervoso por excesso de estudo”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 36). Grifos nossos.

Os biógrafos repetem os lances corajosos de Euclides como exemplos da bravura de um homem que pugnava pelos seus ideais, não se curvando diante da arbitrariedade do poder, mesmo que tivesse de pagar alto preço pelos seus gestos. Em 1990, a Rede Globo de televisão leva ao ar, com altos índices de audiência, a minissérie “Desejo”¹⁷, cujo roteiro foi escrito com base em *Anna de Assis: História de um trágico amor*, livro de memórias de Judith Ribeiro de Assis (trabalho em parceria com o jornalista Jéferson de Andrade), filha de Anna e de Dilermando. (BRANDÃO, 2001, p. 138). Uma das cenas de maior impacto a pairar na memória dos telespectadores é aquela interpretada por Tarcísio Meira, no papel de Euclides da Cunha, atirando o sabre ao chão. Pelos biógrafos e fotografias, sabe-se que Euclides era um homem magro, de baixa estatura (“homenzinho de 1, 52, raquítico, enfezadinho [...]”, segundo Joel Bicalho Tostes, citado por COSTA, 2002, p. 58)¹⁸, com um desvio do olho direito, razão porque preferia ser retratado sempre do lado esquerdo. As imagens que serão popularizadas do escritor, entretanto, foram representadas na televisão por um ator de porte atlético, na época, e considerado galã de grande aceitação popular, em função dos inúmeros papéis de heróis que desempenhara e com os quais os telespectadores se familiarizaram.

O gesto de insubordinação militar de Euclides na época, segundo diversos biógrafos, provocou comentários díspares e foi usado como instrumento de manobra, tanto

¹⁷ Vera Fischer e Guilherme Fontes interpretaram Ana de Assis e Dilermando. As informações sobre a minissérie foram retiradas do *site* da Rede Globo, disponível em: <<http://www.globo.com.br>>. Acesso em: 03.02.2005.

¹⁸ Joel Bicalho Tostes é “viúvo de Eliethe, uma das filhas de Manoel Afonso, por sua vez o terceiro filho de Euclides - e o único a não morrer de morte ‘matada’.” (COSTA, 2002, p. 56).

pelos monarquistas quanto pelos republicanos. No parlamento e na imprensa, proliferaram discursos exaltados contra e a favor do lance teatral que se tornara símbolo da luta republicana. A punição imposta a Euclides, no entanto, não vergou o seu brio:

Submetido a interrogatório, ao invés de aceitar a escusa com que o quiseram salvar, fez profissão de fé republicana, violenta e corajosa. Mandaram-no, então, para a Fortaleza de São João, até a sentença final. “Varia” do *Jornal do Comércio* obtinha de ato pessoal do Imperador que fosse desligado do Exército por indisciplina.

Não se ajustava a solução ao seu brio e inicia na antiga Província de São Paulo colaboração de caráter político, em que atingia de frente o regímen monárquico. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 36). Grifos nossos.

Em 13 de dezembro de 1888, Euclides da Cunha é desligado da carreira militar como consequência do ato de indisciplina diante das autoridades do Exército. Segundo Roberto Ventura, o motivo alegado foi uma suposta “incapacidade física”, pretexto que o governo usara para evitar a “aplicação da pena de enforcamento prevista no código militar” e, ao mesmo tempo, para tentar esvaziar de conotações políticas o gesto do escritor, pois “a Coroa não pretendia oferecer um mártir ao movimento republicano [...]”. (VENTURA, 2003, p. 73-4). Após a proclamação da República, em 19 de novembro de 1889, Euclides retornaria ao Exército com o apoio do Major Sólon, seu futuro sogro, e dos colegas da Escola, que solicitaram a Benjamin Constant, então ministro da Guerra, a reintegração do escritor à carreira militar. “Matricula-se no ano seguinte na Escola Superior de Guerra, atingindo ao posto de 2º tenente a 14 de abril de 1890”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p.37).

Roberto Ventura afirma que Euclides fora beneficiado pela “política favorável aos cadetes e oficiais próximos ao marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do país” (VENTURA, 2003, p. 289). Entretanto, logo depois, o intelectual de pensamento independente se decepcionaria com o grupo da linha de frente que, em 1890, governava o Brasil republicano: “Ataca, no jornal *Democracia*, do Rio, entre 3 de março e 2 de junho,

alguns atos do governo, como a indenização oferecida a D. Pedro II, que o ex-imperador altivamente recusou”. (VENTURA, 2003, p. 290).

Os termos “Traços precisos de personalidade, como grande piedade pelos escravos” destacados ainda no primeiro parágrafo do texto de Francisco Venâncio também ajudam a compor o homem forte, justo, bondoso, de sentimentos nobres, que chama a atenção desde criança e cuja vida atribulada seria, em parte, consequência daquela “personalidade”. O biógrafo Venâncio ressalta em várias partes do seu texto os lances de ousadia e coragem euclidianas para esboçar o perfil do homem que se iria constituindo por uma conjunção de traços, valores, crenças, fatos históricos e sucessão de acontecimentos, ao longo do tempo:

Por essa época, fevereiro de 1894, o senador pelo Ceará, João Cordeiro, escreve no jornal *O Tempo* carta reclamando violência para os adversários. Euclides não se contém e dirige-se, sob a acolhida de Ferreira de Araújo, à *Gazeta de Notícias*, revidando aquele senador, em duas cartas sinceras e corajosas.

Embora lealdade sempre à prova, em riscos e perigos, ficou para logo suspeito à legalidade e foi nomeado em março auxiliar da Diretoria de Obras Militares de Minas Gerais, indo para Campanha.

Incompatibilizado com a farda, a despeito das insistências do seu sogro, General Sólton, é reformado em julho de 1893. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 37). Grifos nossos.

Curiosamente, o biógrafo já está se referindo ao ano de 1893, sem ao menos mencionar o casamento de Euclides e Ana ocorrido antes, em 10 de setembro de 1890. A ênfase do texto está nas expressões “não se contém”, “revidando” e “duas cartas sinceras e corajosas” para realçar os “traços precisos de personalidade” que seriam a coragem, a firmeza de caráter, a lealdade, a coerência das idéias, a independência de pensamento, a fidelidade às causas que defendia.

Em 1897 estala a sedição de Canudos [...].

A convite de Júlio de Mesquita, seu companheiro da campanha republicana, segue para o recinto da luta, acompanhando o Estado-Maior do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra, como correspondente do Estado de São Paulo, levando a idéia de escrever livro.

A 4 de agosto embarca no Espírito Santo (vapor) para a Bahia [...] e aí aguarda com impaciência, após as primeiras investigações, a partida para o arraial sinistro. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 37-8). Grifos nossos.

Euclides vai para a região do conflito integrando a comitiva do Exército e leva consigo as idéias pré-concebidas, correntes no Rio de Janeiro e amplificadas, em outros centros urbanos brasileiros, pelos meios formadores da opinião pública, tema que será posteriormente retomado neste trabalho. Canudos merece de Francisco Venâncio poucas referências, conforme destaques acima, observando-se que o adjetivo “sinistro” fora empregado em *Os sertões*. Quanto a Euclides, fica explícita a “impaciência” com que espera a hora de ir para a área de combate, temendo não chegar à tempo de testemunhar a destruição de Canudos.

Começa a correspondência para São Paulo e a 31 segue para Queimadas e chega a Canudos a 16 de setembro. Acompanha de preferência as incursões de Siqueira de Meneses, seduzido pelos aspectos da natureza agreste e original.

Assiste, entre entristecido e revoltado, aos últimos dias da luta fratricida, tudo inquirindo, observando, anotando. O Instituto Histórico guarda o documento mais precioso dentre os desta época. Terminada, regressa ao Salvador e daí traz, em esboço já bem definido, o projeto do livro, com o título “A Nossa Vendéia”, conforme telegrama ao *Jornal do Comércio*, de 23 de outubro.

Os artigos da correspondência para o *Estado* são em número de vinte e três, o último a saudação feita ao Batalhão Paulista, pelo seu regresso, a 16 de outubro. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 38). Grifos nossos.

O biógrafo informa sobre as atividades de Euclides no *front* da batalha: “Acompanha de preferência as incursões de Siqueira de Meneses, seduzido pelos aspectos da natureza agreste e original.” As informações recolhidas se reverteriam em material para a redação de “A

terra”. Quanto ao observador da “luta fratricida” que assiste a tudo entre “entristecido e revoltado”, Venâncio poderia ter especulado sobre os motivos da tristeza e revolta de Euclides, que era um estrategista militar: a existência da luta, a desigualdade de condições entre os lados que se batiam, os soldados que atacavam e os sertanejos que defendiam a terra, as mortes dos militares e dos conselheiristas. Por outros estudiosos, fica-se sabendo que Euclides modifica seus pontos de vista sobre as motivações do conflito, mas pelo texto de Venâncio o que se percebe é a coerência de um posicionamento euclidiano alinhado com as posições do exército, com direito à saudação ao Batalhão paulista que regressava da luta.

O “Retrato humano” prossegue com as informações do retorno de Euclides para o sul do país, em 1898, indo morar em São Carlos, onde retoma seu antigo cargo de engenheiro e onde publica “a 19 de janeiro artigo, que fará parte d’*Os Sertões*: - ‘Excerto de um livro inédito’ ”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 38).

Em fevereiro de 1899 fui estrondosamente a ponte mandada construir pelo Governo do estado em São José do Rio Pardo [...] vai Euclides inspecionar a obra, cuja reconstrução lhe é confiada. Aí permanece três anos nos trabalhos de reparação e construção da ponte, executados com rigor técnico e econômico. Cidade tranqüila do Oeste paulista, encontrou aí Euclides a assistência de grande amizade, a que se deve de fato, a elaboração d’*Os Sertões* - a de Francisco Escobar. Não só criou o ambiente de carinho e interesse que lhe faltara sempre, como também acudia, com sua notável cultura, às dificuldades de informações e livros. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 38-9). Grifos nossos.

Muitos biógrafos assinalam a ida de Euclides para São José do Rio Pardo como um período importante para a carreira do escritor. O jornalista Francisco Costa, em 2002, praticamente repete o discurso de Venâncio: “[...] os três anos que passara na cidade trabalhando na ponte e n’ *Os Sertões* tinham sido os mais tranqüilos de sua existência.” (COSTA, 2002, p. 54).

Como engenheiro, Euclides supervisionava os trabalhos de reconstrução da ponte metálica “com rigor técnico e econômico” e nas horas de folga dava forma ao que viria a ser o

texto final de *Os sertões*. O próprio Venâncio enfatiza a acolhida de amigos como Francisco Escobar, no que será seguido por demais euclidianistas.

Em outras oportunidades, ficará explícito o que Venâncio pensa do casamento e da vida doméstica de Euclides e apenas insinua no “Retrato Humano”, quando diz “criou o ambiente de carinho e interesse que lhe faltara sempre”. Segundo o estudo de Francisco Costa, Venâncio achava que Euclides era “[...] um sujeito de altos e baixos, que nunca teve ambiente doméstico”; “todo mundo dizia que a casa dele era mal arrumada”. Prossegue Costa, citando Venâncio: [...] “certa vez o escritor, ao visitar um amigo, viu sua esposa (dele) cerzindo uma roupa. Conta-se que Euclides ficou espantado com aquilo, pois nunca tinha visto alguém cerzir roupa. “Por esse fato, é possível avaliar que tipo de vida Euclides da Cunha levava”, diz Venâncio Filho. (VENÂNCIO FILHO *apud* COSTA, 2002, p. 54).

O “Retrato Humano” não informa que em 10 de janeiro de 1900, morre o sogro de Euclides, General Sólon Ribeiro; em 31 de janeiro de 1901 o autor de *Os sertões* publica “O Brasil no século XIX”, em *O Estado de São Paulo*, no mesmo dia em que nasce seu terceiro filho, Manuel Afonso Ribeiro da Cunha. “A ponte sobre o rio Pardo é reinaugurada em 18 de maio” de 1901 (VENTURA, 2003, p. 292), no mesmo período em que a obra *Os sertões* é concluída, após quatro anos de trabalho.

De acordo com Roberto Ventura (2003, p. 221), “Euclides pagou do próprio bolso a edição que saiu pela *Laemmert*” e corrigiu pessoalmente os “cerca de oitenta erros que encontrou nos 1200 exemplares”, usando “pena e canivete”. Ventura acrescenta detalhes, mas repete expressões de Francisco Venâncio que informara em 1931 “[...] verifica Euclides erros e incorreções tipográficos que lhe pareciam enormes e que corrige, uma a uma, (sic) a bico de pena e ponta de canivete [...]”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 40). Sobre a repercussão do lançamento de *Os sertões*, informa Venâncio:

Saído *Os Sertões*, aguardou apreensivo e desconfiado as primeiras notícias. Estas lhe chegaram ruidosas e enaltecidas. Em pouco, de engenheiro apenas que era, passou a maior escritor brasileiro de seu tempo. Entre todas, a crítica lúcida de Araripe Júnior promoveu-o de “recruta a triunfador”. Em breve esgota-se a primeira edição. O sucesso era inédito, no Brasil, para o livro daquele tomo, nem versos, nem romance. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 40). Grifos nossos.

As palavras utilizadas por Francisco Venâncio sobre a repercussão da publicação de *Os sertões* são semelhantes, com pequenas variações formais, àquelas que se encontram, em textos contemporâneos de autores como Regina Abreu e outros estudiosos, sobre Euclides e o sucesso imediato com a publicação da obra. Cito a título de exemplo: “Dormiu desconhecido e acordou famoso”, “*Os sertões* tornou Euclides escritor consagrado da noite para o dia”; “*Os sertões*, de Euclides da Cunha, teve um sucesso imediato”. (NASCIMENTO, 2003, p.7).

Prossegue Venâncio: “Enquanto a glória e fama do escritor atingiam bem alto, a vida do homem transcorre penosa e rude” (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 40). O biógrafo está se referindo às durezas da profissão de engenheiro, que exigiam de Euclides, um homem de saúde frágil, freqüentes viagens, com pouco tempo livre para se dedicar às atividades de escritor, mas também às dificuldades financeiras; [...] “reduzia os vencimentos a não lhe bastarem à própria subsistência. Difícil já lhe era conciliar a vida superior de pensamento e de arte e a labuta diária, descontínua e enfadonha”. (*loc. cit.*). Nos primeiros meses de 1904, Euclides enfrenta dificuldades financeiras, vivendo “situação grave”, ampliada a “proporções de terremoto” como consequência de haver se demitido do cargo de “engenheiro-fiscal” da Comissão de Saneamento em Santos, após se desentender com as instâncias de poder da Comissão e da secretária de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. (*loc. cit.*). O biógrafo

informa sobre a importância do apoio do amigo de sempre, Francisco Escobar¹⁹ e dos “confrades da Academia”:

Já se tendo aproximado dos confrades da Academia, José Veríssimo solicita a intervenção de Oliveira Lima junto ao Barão do Rio Branco a fim de que lhe fosse dado lugar em uma das comissões de limites com o Peru a se constituir. [...] o grande estadista (o Barão do Rio Branco) resolvera nomear Euclides não auxiliar, mas chefe de uma das comissões - a do Alto Purus. Realizava do mesmo passo velho sonho, o de ver a Amazônia. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 40).

Nomeado em nove de agosto, “só consegue a partida a 13 de dezembro de 1904 para Manaus, no *Alagoas*”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p.41). Venâncio informa que Euclides é “recebido gentilmente, carinhosamente por toda parte”. A burocracia do governo retarda as instruções sobre os trabalhos da Comissão e quando chegam tais instruções (março) a época já era “imprópria” devido às alterações climáticas e à subida do rio. São ressaltados os lances de “heroísmo e sacrifícios” com todo o tipo de sofrimento: “Enfermidades (contraiu malária), escassez de víveres, revolta, naufrágio”, tudo a que o escritor resistira. (*ibid.*, p. 41-2).

Pelo texto de Roberto Ventura, fica-se sabendo que Euclides conclui o relatório da expedição em 16 de dezembro de 1905, embarca para o Rio no dia 18, aonde chega em 5 de janeiro de 1906 e encontra a esposa grávida de Dilermando de Assis. (VENTURA, 2003, p. 294-5). Francisco Venâncio não faz referências à delicada questão, mas dá a entender que o escritor não era feliz no plano pessoal, informando que a vida continuava a transcorrer

¹⁹ Morador de São José do Rio Pardo, jurista culto e erudito, Escobar, além de apoio emocional, colocou à disposição do escritor (de 1897 a 1900) suporte bibliográfico para burilar *Os sertões*. Escobar não apenas deu tranquilidade a Euclides da Cunha, como também o abasteceu de livros que serviram de fontes preciosas na confecção do gigantesco trabalho (COSTA, 2002, p. 54). “Francisco Escobar (1865-1924), advogado e homem público mineiro, de notável erudição [...]. É o destinatário que recebeu o maior número de cartas de Euclides”. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 21).

“instável e incerta” e “que a sua sensibilidade cheia de escrúpulos mais agravava”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 42).

Assim se passa o ano de 1907.

No improviso de um mês escreve o volume Peru versus Bolívia, sobre o litígio entre os dois países, onde procura ‘defender a verdade contra o direito’. “São páginas a vontade”, mas cheias de lógica e de conhecimento assombroso da história e política do continente. Vale-lhe uma consagração entre os sul-americanos. [...] Mas serve-lhe também para grandes aborrecimentos. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 42). Grifos nossos.

Quando se refere aos “aborrecimentos”²⁰, o biógrafo remete o leitor ao episódio do “telegrama número 9”, em que Estanislau Zeballos, Ministro das Relações Exteriores da Argentina acusa o Barão do Rio Branco de “enviar telegrama cifrado às legações brasileiras com instruções para campanha difamatória contra seu país”, fazendo também alusão “às cartas trocadas com Euclides, que desafia o ministro argentino a divulgar sua correspondência, ao mesmo tempo em que torna pública a carta recebida do ‘grande cachorrão’, que acaba afastado do seu posto”. (VENTURA, 2003, p. 296). Findo o incidente, Euclides “recebe telegrama desculposo” de Zeballos. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 42).

O “Retrato Humano” prossegue com rápida referência à participação de Euclides na elaboração de mapas para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, situando o fato em 1907, data que será corrigida por Roberto Ventura como o ano de 1906. (VENTURA,

²⁰ Euclides da Cunha repele o papel de “Capitão Dreyfus” do Ministério do Exterior do governo brasileiro que lhe querem impingir. O caso Dreyfus foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante os finais do século XIX. Centrava-se na condenação por suposta traição de Alfred Dreyfus, em 1894, um judeu, oficial do exército francês. Dreyfus era inocente. A condenação baseava-se em documentos falsos, e quando altas patentes do oficialato se aperceberam disto, tentaram ocultar o erro. O escritor Émile Zola denunciou o escândalo ao público geral, no jornal literário *L'Aurore*, numa famosa carta aberta ao Presidente da República, intitulada *J' Accuse!* (Eu acuso!), em 13 de janeiro de 1898. A França se dividiu entre os “*dreyfusards*” e os “*antidreyfusards*” numa oposição política (direita clerical e anti-semita pró-retorno da monarquia X esquerda anti-clerical republicana). O intelectual e escritor francês Émile Zola impressionara Euclides da Cunha com sua atuação corajosa ao denunciar publicamente os culpados pela farsa montada por oficiais franceses.

2003, p. 295). A seguir, Venâncio informa sobre a publicação por um “editor português” (Livraria Chardron, do Porto, Portugal) de *Contrastes e Confrontos* (1907) e destaca a participação de Euclides no concurso (envolvendo quinze concorrentes) para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que teria ocorrido no dia 17 de maio de 1909, “caindo para a prova escrita o ponto número três: ‘Verdade e Erro’.”

A sua prova, feita em meio a preocupações penosas, revela o seu estado de espírito, cheia de emendas e com a preocupação alarmada do tempo.

A 25, foi a prova oral [...] sobre “A idéia do ser”.

É mais um atestado de sua coragem intelectual e moral. Por iniciativa do Sr. Félix Pacheco, esta prova foi taquigrafada e publicada. A 25 de maio foi a argüição. A 7 de junho houve o julgamento final, cujo resultado colocou em primeiro lugar o Sr. Farias Brito e segundo Euclides da Cunha. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 42).

De acordo com a legislação da época, o Presidente da República (Nilo Peçanha) poderia indicar um entre os dois primeiros colocados. Atendendo aos pedidos de amigos influentes (Francisco Venâncio cita Érico Coelho, Esmeraldino Bandeira e Coelho Neto; Roberto Ventura inclui o Barão do Rio Branco), em “7 de julho é lavrada por fim a nomeação. Recebe de Escragnole Dória, interino, a cadeira que iria lecionar, a 21 de julho”. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 43).

Era na sua vida, sempre instável e incerta, a primeira ancoragem definitiva. [...]. Mas deu apenas dez aulas, de 21 de julho a 13 de agosto.

A maldade e o perjúrio que lhe vinham tecendo a obra malsã, por toda a vida, a partir de 1889, prepararam a bala assassina, que, na manhã de 15 de agosto de 1909, por um domingo triste e chuvoso, na Estrada Real de Santa Cruz, na Estação da Piedade, fazia cair sem vida, no clarão de uma tragédia esquiliana, o grande escritor brasileiro, que foi também grande coração e grande caráter.

Faltou sempre a Euclides da Cunha a presença indispensável daquele afeto que num recanto pôs o mundo inteiro. (VENÂNCIO FILHO, 1966, p. 44). Grifos nossos.

Ao final do seu estudo, Francisco Venâncio deixa escapar o que pensava do casamento do autor com a filha do general Sólón. Apesar de não utilizar palavras diretas e explícitas e nem ao menos mencionar o nome “Ana”, o biógrafo emprega atalhos lingüísticos para atribuir a Ana Emília a responsabilidade pelo trágico desfecho da vida do grande Euclides da Cunha. Venâncio está se referindo à mulher de Euclides.

Para o biógrafo e registrador da história da vida do escritor, a essa altura, Ana Emília Ribeiro da Cunha era simplesmente Ana de Assis. Que imagem daquela mulher avulta naquele contexto histórico? Venâncio oferece sua pequena contribuição ao afirmar que a “bala assassina” fora preparada pela “maldade e perjúrio” (de Ana), a partir de 1889, justamente o ano em que Euclides conhece Ana e por ela se apaixona. Para a legião de fãs do escritor, a esposa de Euclides tornara-se simplesmente Ana, “a amante” de Dilermando de Assis, “o frio assassino” do consagrado Euclides da Cunha, e tudo isso sem que Venâncio sequer cite o nome amaldiçoado e impronunciável da mulher.

Coerente com o modo de escrever biografias da época e empenhado em produzir a história exemplar da vida e virtudes de Euclides da Cunha, Venâncio dirigiu o foco do seu estudo para o que favorecia o autor, preferindo silenciar quanto aos temas espinhosos e não tecer comentários desfavoráveis à conduta do escritor. Um exemplo disso é o caso da nomeação conseguida pela influência de amigos para o Colégio Pedro II (Euclides fora classificado em segundo lugar no concurso), talvez porque não visse nenhum problema ético nisso.

Em 1908, Euclides recebe de Afrânio Peixoto “caderno manuscrito com os Sermões de Antônio Conselheiro, que incluem pregações sobre os Dez Mandamentos, o discurso contra a República e o relato da paixão de Cristo” (VENTURA, 2003, p. 296). Assim, o autor de *Os sertões* teve tempo e oportunidade para modificar, nas edições subsequentes à edição de 1902, pontos de vista sobre a guerra de Canudos, especialmente

acerca das motivações de Antônio Conselheiro. Entretanto, o escritor não realizou alterações de tal natureza e Venâncio não faz qualquer referência a respeito da questão. José Calasans aponta várias fontes bibliográficas que Euclides teria lido para escrever sobre Canudos, a exemplo de Durval Vieira de Aguiar²¹ “no qual colheu boas informações a respeito dos sertões da Bahia e do líder canudense. Colheu e usou, embora nem sempre houvesse registrado, devidamente, a fonte consultada.” (CALASANS, 1997, p. 16).

O “retrato humano” de Euclides da Cunha produzido pelo biógrafo cumpre, portanto, aquilo a que se propõe o retratista da época: exaltar o lado racional do intelectual virtuoso, de mente privilegiada, e esconder as pequenas falhas (as humanidades) de um deus que, virado pelo avesso, se faz homem, com fraquezas, deslizes, desacertos como o mais comum dos mortais.

²¹ Durval Vieira de Aguiar (1849-1900), baiano, cavaleiro da Ordem da Rosa, foi comandante do Corpo Policial da Bahia e “encontrou Antônio Conselheiro no lugar denominado Cumbe, hoje Euclides da Cunha, [...] provavelmente em 1882”. Publicou no jornal de Salvador, o *Diário da Bahia* várias crônicas, de valor documental, sobre suas andanças, textos depois reunidos no livro *Descrições práticas da Província da Bahia*, publicado pela tipografia do *Diário da Bahia*, em 1888. (CALASANS, 1997, p. 15-6).

3 A FORMAÇÃO DO INTELECTUAL

3.1 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO EM EUCLIDES DA CUNHA

Um só pedal mil fios move,
Nas lançadeiras que vão e vêm,
Urdem-se os fios despercebidos
E a trama infinda vai indo além.

GOETHE. *Fausto*; parte I, cena IV

Euclides da Cunha, o escritor e intelectual que chega ao século XXI como um “intérprete do Brasil”, é o compósito das muitas identidades que se vêm forjando há mais de cem anos. A partir de 1902, data da publicação de *Os sertões*, obra cujo processo de consagração teve início apenas um dia após o lançamento público, o nome Euclides da Cunha passa a ser encenado por uma série de discursos - literário, histórico, biográfico, crítico - que se inter-relacionam e se imbricam na constituição de um dos autores de maior prestígio da literatura canônica brasileira.

Identidade é, nos últimos tempos, um tema em pauta da pesquisa acadêmica em diversos campos das ciências sociais, mobilizando filósofos, sociólogos, antropólogos, historiadores, lingüistas, psicanalistas e intelectuais que, em geral, lidam com a cultura e a arte. Questionar os motivos de tanto interesse por essa temática poderia provocar a clássica e eterna pergunta: quem somos? Em busca de respostas, para além das obviedades previsíveis, provavelmente chegaríamos a um eu, a um sujeito, cuja identidade remete ao problema do reconhecimento de traços singulares que particularizam e diferenciam os indivíduos - pessoas, agentes - uns dos outros, no corpo social.

Inicialmente, será necessário precisar de que sujeito se está falando, pois haverá tantos sujeitos quantas forem as abordagens e perspectivas teórico-críticas sobre a questão identitária, incluindo-se aí a contextualização histórica e os campos de estudo. Nas sociedades

tradicionais, a identidade era definida como um atributo fixo, pois a organização se fazia com o estabelecimento de regras, padrões e sanções claras e estáveis. Contemporaneamente, os paradigmas foram abalados, perderam-se as certezas e as identidades tornaram-se instáveis com o embaralhamento dos papéis sociais.

Gianni Vattimo (1996, p. 76) afirma que o ideal de história e de progresso construído até a modernidade está relacionado a um “ideal de homem” que era o “homem moderno europeu”, com sua identidade e *ethos* definidos. Com o fim da colonização e a quebra do imperialismo, entraram em cena os “povos primitivos” (considerados bárbaros pelos colonizadores), que passam a reivindicar o uso das línguas nativas, o respeito pelas suas crenças, o exercício de suas expressões religiosas, enfim, a reapropriação de sua cultura. A idéia de centro, de representação linear, a harmonia dos discursos hegemônicos, tudo isso é abalado no século XX, especialmente a partir dos anos 50, pelo incremento da comunicação de massa que, apesar do seu caráter alienante, abre espaços para o confronto de vozes dissonantes, onde se incluem os discursos periféricos.

Com a emergência de vozes das minorias e seus microdiscursos fortalecidos nas últimas décadas do século passado, os modelos universalizantes de organização social e de identidade perdem sentido e já não é possível falar de “uma cultura”, mas de “expressões culturais”, que, por seu lado, produzem representações de identidades instáveis. Assim, o sujeito portador de um “eu” com interioridade fixa, prevalente até a modernidade, cede espaço para um sujeito fragmentário, cujo “eu” descentrado abriga contradições e identidades provisórias.

É nesse contexto de discussão teórica de processos identitários, de construção e interpretação das subjetividades que se insere o objeto de estudo “representações do escritor Euclides da Cunha”, intelectual do século XIX. Busca-se entender as várias maneiras de constituição desse intelectual que conhecemos hoje e que se formou a partir dos fragmentos

reunidos pelos seus principais biógrafos, pela crítica especializada de sua época até os nossos dias, enfim pelas instâncias legitimadoras de seu nome e de sua obra, ao longo do tempo.

Para investigar a constituição de identidades de Euclides da Cunha serão considerados os vários sujeitos encenados por estereotípias que passaram para a história e ajudaram a compor o arcabouço de um indivíduo que se apresenta com uma unidade construída a partir da diversidade: o pequeno órfão aos três anos de idade, o menino pobre criado pelas tias, o adolescente casmurro e ensimesmado em seus estudos, o jovem e audacioso militar, o engenheiro competente, o profissional jornalista, o repórter de *O Estado de São Paulo* na cobertura da guerra de Canudos, o poeta de “uns versos tão mal feitos e tão tristes”²², o autor de *Os sertões*, o escritor que imortalizou o episódio Canudos, o vulto histórico que pensou a identidade brasileira, o intelectual positivista, o intelectual republicano de primeira hora, o intelectual independente que critica os rumos tomados pela República brasileira, o homem infeliz no casamento, o marido traído pela esposa, o homem de saúde frágil, a vítima de um covarde assassino, o personagem central de uma tragédia familiar, morto pelo amante da mulher e muitos outros epítetos pelos quais ficou conhecido.

Algumas questões poderão ajudar a recortar a temática já identificada. Em relação a Euclides da Cunha, que representações de sujeito foram construídos ao longo de mais de um século? Como se produziram essas subjetividades? Que papéis e estereótipos se consolidaram e entraram para a história? Como são reelaborados e atualizados esses estereótipos?

Parte-se da noção de identidade trabalhada por Stuart Hall (2001) como algo que se constrói socialmente. Para o autor, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*.” (*ibid.*, p. 48).

²² Trecho do último verso do poema “Página Vazia” de Euclides da Cunha. (CUNHA, 1966, p. 656).

Cabe, portanto, questionar se as “velhas identidades” se mantêm, contemporaneamente, se não fazem mais sentido e se, por conseguinte, foram substituídas por “novas identidades”.

A base teórica para estudar essa questão (HALL, 2001; FOUCAULT, 2000c) concebe a identidade como algo instável, fragmentário, descentrado. Tal concepção vai de encontro, portanto, ao postulado por correntes do pensamento que, em momentos anteriores da história, no Iluminismo, por exemplo, pensaram a identidade como um dado fixo, como uma essência, compreendendo-a de modo íntegro e total.

Estudar identidade e representações de Euclides da Cunha implica trabalhar com as formações discursivas nas produções e interpretações textuais para mostrar que a linguagem não é um campo neutro. Trata-se de um território impregnado pelas pressuposições da tradição cultural que, embora estejam sofrendo alterações e deslocamentos fundamentais, mantêm indeléveis algumas marcas nos modos de representação da realidade: sujeito integrado, geralmente pensado e descrito como homem, hierarquização das etnias com a pretensa superioridade do branco europeu, em relação aos demais povos.

Essa precaução metodológica de colocar sob suspeita as redes do discurso, os mecanismos de construção de regularidades, de familiarizações e de continuidades vai conduzir, conforme registra Michel Foucault, em *A arqueologia do saber* (2000a, p. 23-34), ao questionamento de várias noções de organização da episteme clássica: “tradição”, “obra”, “livro”, “influência”, “literatura”, “política”, “autor” e outras. Foucault propõe uma extraordinária ruptura epistemológica na concepção da história como a quebra dos padrões, da totalidade dos métodos e pressupostos cognitivos dados como estáveis, o que implica compreender a ciência, a narrativa histórica, as formas de produção do conhecimento de modo fragmentário e não sob uma perspectiva evolucionista e linear.

A aplicação teórica dos pontos de vista de Michel Foucault e de outros pensadores do século XX sobre o “sujeito moderno” e a fragmentação das identidades desloca-se aqui

para o estudo de um intelectual do século XIX. A rede conceitual aplicada baseia-se na idéia de que as individualidades são construídas nas relações culturais, em lugar de concebê-las como algo que existe em si mesmas, espécie de lastro ou fundo, um dado constituinte da “natureza” de cada ser. Para discutir essa questão, não se podem ignorar as contribuições de Roland Barthes, Michel Foucault e de outras correntes do conhecimento, reunidas sob o rótulo de pós-estruturalistas, que fazem a chamada crítica da razão.

O pensamento iluminista esboçado no século XVIII e fortalecido no século XIX se ancora na cisão arte / ciência, sujeito / objeto e concebe a humanidade formada por indivíduos que se pautam de acordo com uma “moral universal”, como se houvesse também uma “razão universal”, um conjunto de pressupostos ideais que conferem “mais” ou “menos” humanidade aos indivíduos. Por esse prisma, haveria um padrão de razão e essa “razão unitária” só funcionaria na lógica da existência de um “sujeito unitário”, que se move ao ritmo de um conjunto de crenças com as quais ele se identifica e que são partilhadas com a base da sociedade: o progresso, a ação política, a estabilidade dos pressupostos da ciência, a representação exata da realidade, a verdade como um fim a ser alcançado, a totalidade da história, enfim, tudo aquilo que constitui parâmetro de estabilidade, coerência e razão.

A sustentação dessas crenças permanece, em certa medida, impregnando as formas de pensar da modernidade, compreendida aí como fins do século XIX até meados do século XX. Ainda se mantém até mais ou menos a década de 1950, apesar dos abalos que produziram as idéias de Nietzsche, Freud e Marx, a certeza de que o progresso é algo que se conquista a partir de “modos de conhecer” e “modos de fazer” universais. Ou seja, por tal prisma haveria padrões desejáveis de educação, de normas, de valores, de comportamentos a serem atingidos pelos povos de culturas diferentes, a fim de que todos pudessem ser “beneficiados” com as “coisas boas”, frutos do progresso e da ciência. No geral, assim

pensava Euclides da Cunha, no seu tempo, e boa parte da crítica que dominou o cenário cultural brasileiro até as primeiras décadas do século XX.

A concepção prevalente até então era a de uma História una, coesa, organizada evolutivamente pela negação de valores do passado e da tradição, quando estes eram considerados superados. Nesse caso, a visão da história remetia a um centro em torno do qual ela era escrita, estando profundamente marcada, ideologicamente, por ser resultante de representações das classes dominantes.

Os estudos de Foucault (1987 e 2000a) demonstram uma motivação para compreender as técnicas de interpretação que constroem a história como embate, em seus caminhos sinuosos. Seu interesse consiste em flagrar o abalo da metafísica ocidental, partindo de desconfiâncias em relação às formas de interpretação das produções culturais. Nessa perspectiva foucaultiana, a história é articulada como uma sucessão de versões: recupera-se o passado, perlaborativamente, a partir do presente, através de uma rede discursiva com todas as noções que o intérprete vai atribuir às malhas da linguagem, considerando-se que “a linguagem quer dizer algo de diferente do que diz, a entrever que há linguagens dentro da mesma linguagem”. (FOUCAULT, 1987, p.15).

Segundo Foucault, a história não é o que diz ser, e a hermenêutica se faz por “modos de representar” os fatos e a realidade com diferentes graus de “deformação”. Há sempre alguém que se posiciona, a partir de um lugar; ou seja, a interpretação é interessada, tudo é moldado por um ponto de vista. Michel Foucault localiza em Nietzsche, Freud e Marx uma alteração de perspectiva com relação à “natureza do símbolo” e às formas de interpretá-lo. (FOUCAULT, 1987, p. 18).

As técnicas de interpretação baseadas nas noções de semelhanças, correspondências, regularidades, paralelismos, analogias dos atributos de seres distintos para flagrar o encurtamento de distâncias entre modelos e cópias prevaleceram até meados do

século XIX. A partir de Nietzsche, Freud e Marx, ocorre uma reviravolta da interpretação com a idéia de que é impossível interpretar a “coisa em si” porque se está lidando sempre com discursos, cujos símbolos formam uma rede ampla, aberta, inesgotável:

Não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já tudo é interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos. (FOUCAULT, 1987 p. 22).

Foucault analisa as contribuições de Marx, Freud e Nietzsche no abalo da metafísica ocidental. Nesse sentido, interessa discutir as formas de interpretação e, conseqüentemente, o papel do intérprete e suas posições como sujeito contextualizado na história.

Marx descentra a “categoria sujeito” quando toma o conceito de ideologia e de estrutura econômica para abalar o sujeito como ser autônomo e estável. Na perspectiva marxista, o homem não é portador de uma essência universal e nada ocorre naturalmente; ao contrário, tudo resulta das relações econômicas. A produção da realidade se dá dialeticamente pela contradição que se estabelece na luta de classes entre os homens, em condições históricas e sociais reais. O sujeito é então produzido não por uma interioridade, não por uma contradição do “espírito” consigo mesmo, entre sua exteriorização em obras e sua interiorização em idéias, mas no contexto e circunstâncias da luta de classes, isto é, nas engrenagens do sistema capital-trabalho, sob determinadas condições históricas, econômicas e ideológicas.

Com Freud, segundo Foucault (1987, p. 17-8), a idéia de que a interpretação é uma interpretação de outra interpretação fica mais clara porque, no seu trabalho, ele não lida com a materialidade dos símbolos, mas com suas leituras, isto é, com suas interpretações. É pela ativação de traços na memória que se lhes vai atribuir significações, e esses traços - letra,

signo, símbolo - não são “traços cheios”, nem contêm sentidos prévios. Os significados são produzidos pelos sujeitos, a partir das diferentes formas de acionamento das linguagens.

Em Nietzsche é definitiva a crítica à noção de profundidade: “[...] a profundidade não é senão um jogo e uma ruga de superfície” e o intérprete é o “bom escavador dos baixos fundos”²³. (FOUCAULT, 1987, p. 19). A profundidade não seria alcançada, por conseguinte, num fundo a que se chegaria por uma “linha descendente”; ela apareceria como o que está na superfície, na “ordem do discurso”. Disto se depreende também a negação do “significado primeiro”, pois que as interpretações “são já prisioneiras umas das outras”. (FOUCAULT, 1987, p. 23).

Quando Foucault retoma as idéias dos três pensadores o faz para marcar uma cisão na organização do conhecimento. Em lugar da tradição metafísica com o prestígio dos símbolos em suas significações preexistentes, impõe-se uma nova forma de se conceber a história com o privilégio do signo e o trabalho semiológico de interpretação circular. (FOUCAULT, 1987, p. 13-27) Esta não se organiza com a noção de fundo nem pela pressuposição da existência de “algo por baixo”, mas a partir da idéia de que os significados são múltiplos, instáveis, interessados, produzidos socialmente, estando em permanente devir.

Em 1968, Barthes publica *A morte do Autor*, texto que causou muita polêmica, a partir do próprio título, que deve ser tomado como metáfora alusiva à morte de uma concepção de homem, no sentido de sujeito tradicional, pensado como origem e intencionalidade. Para ele, a escrita é “destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve”. (BARTHES, 1987, p. 49).

²³ A expressão “bom escavador dos baixos fundos” é de Nietzsche, citada por Foucault (1987, p. 19).

Barthes propõe uma mudança do paradigma da tradição de interpretação textual, num jogo de substituição do “autor produtor” pela “escritura”, pela linguagem do texto, cujo *eu* é, no dizer de Antoine Compagnon, um “ser de papel”. (COMPAGNON, 2001, p. 50). Cai a idéia de intencionalidade do autor e de obra como confissão, entrando em cena o leitor.

A unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse *alguém* que tem reunidos, num mesmo campo, todos os traços que constituem o escrito. É por isso que é irrisório ouvir condenar a nova escrita em nome de um humanismo que se faz hipocritamente passar por campeão dos direitos do leitor. (BARTHES, 1987, p. 53); destaque do autor.

A destituição do autor é também uma destituição do crítico, no sentido clássico, cuja função era “explicar” a obra, como se o texto fosse portador de um segredo, ao qual só teriam acesso o autor e o leitor especializado. Em suma, se a escritura não pode representar nada anterior à sua enunciação, se ela não detém uma verdade a ser decifrada, a “tradução” legítima da obra desaparece com o autor e com o crítico. O texto se constitui como “tecido de citações” e ao leitor cabe a tarefa de “deslindar” sentidos possíveis que habitam provisoriamente um espaço, onde a unidade se produz. (BARTHES, 1987, p. 52).

Foucault também partilha da idéia de que o texto não é portador de uma verdade a ser traduzida e, ao se colocar contra o que chamou de “monarquia do autor”, está defendendo um apagamento da voz autoral, em função de uma discursividade lingüística. Por esse prisma, ele define uma “função autor” que se refere a um “modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos na sociedade”. (FOUCAULT, 2000c, p. 46).

Barthes (1987) delimita seu interesse, para tratar da questão do autor, exclusivamente no campo da literatura, enquanto Foucault (2000c) amplia a discussão para outros tipos de discursos, quando a “função autor” teve fundamental importância para a legitimação e circulação das obras. O nome do autor (e isso se aplica também a Euclides da Cunha) não é um nome próprio como os outros; ele “exerce um papel” e permite um

reconhecimento, no sentido de assegurar uma função valorativa, como se singularizasse uma “grife”, assegurando o estabelecimento de relações definidoras de linhagem.

Com a “função autor” detinha-se um estilo, espécie de rubrica pela qual os autores poderiam ser reconhecidos. Contemporaneamente, isso já não ocorre da mesma maneira, porque muito da literatura que se produz hoje é elaborada em outros moldes, com um alto investimento em processos dialógicos e intertextuais (paródia, paráfrase, colagem, estilização). Os textos que circulam nos nossos dias, em geral, apresentam uma forte referência contextual, abdicando do ideal de intransitividade que marcou a chamada “arte pela arte”. Não há mais uma indiferença com o sujeito que produz a literatura. Esta passa a valer também como expressão de geração, classe, gênero, etnia, sociedade e, nesse sentido, a noção foucaultiana da “função autor” é fundamental.

Estudar a questão do sujeito e das identidades nessa perspectiva, mesmo tratando-se de um autor do século XIX, pressupõe compreender que as subjetividades são construídas. A identidade não é então um traço natural, um dom, um âmago ou um atributo imanente do indivíduo. Stuart Hall (2001, p. 8) explicita sua posição “simpática à afirmação de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas”. Embora esclareça seu posicionamento, Hall alerta para a complexidade da questão e para a dificuldade de se apresentar conclusões definitivas a respeito do assunto, razões pelas quais suas formulações têm um caráter provisório.

A crise do sujeito moderno ou a “morte do sujeito” vem da sensação de perda de referências, de que faltam pontos seguros para marcar a posição do indivíduo. Falar em perda das identidades é, todavia, ainda pressupor a existência de “sujeitos integrados”, com posições fixas e estáveis, marcantes da concepção que Hall identifica como própria do “sujeito iluminista”. (HALL, 2001, p. 10). Essa era uma concepção “individualista” fundada na idéia de um “centro” com um “núcleo interior”, traço inato e próprio de cada pessoa, o qual se

desenvolveria, ao longo da existência, sem mudar, contudo, seu centro essencial que, inclusive, era “usualmente descrito como masculino”. Hall (2001, p. 10-13) elenca ainda mais duas concepções diferentes de identidade: a do “sujeito sociológico” e a do “sujeito pós-moderno”.

Um núcleo interior ainda habita o que Hall chamou de “sujeito sociológico”; sua identidade, entretanto, não é mais “autônoma e auto-suficiente”, algo pronto e acabado, um dado de nascença. As referências para a composição desse sujeito são resultantes de relações dos indivíduos mediadas com base em valores exemplares da cultura e da sociedade.

O “Retrato Humano” de Euclides da Cunha, construído pelo biógrafo Francisco Venâncio Filho, conforme análise do capítulo anterior, ilustra bem a questão. Isso equivale dizer que ainda se está lidando com modelos e que permanece um centro, no qual o sujeito pode espelhar sua identidade, embora tal fato ocorra por interação com o tecido social, pela incorporação de sua simbologia e significados, alinhando indivíduo / estrutura.

Para entender o “sujeito pós-moderno”, segundo Stuart Hall (2001, p. 12-3), é necessário recorrer não à biologia, mas à história uma vez que se descartou completamente a noção de centro. A identidade, nesse caso, não é um dado pronto e permanente; ela é fragmentária, está em constante transformação e tem um caráter provisório e instável, podendo ser diferente, em situações diferentes. Hall diz que o indivíduo ainda sente que tem uma identidade unificada, mas exclusivamente porque construiu uma “cômada história” sobre si mesmo:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (HALL, 2001, p.13).

Para aproximar os conceitos teóricos de constituição de subjetividades e fragmentação das identidades, discutidos anteriormente com base em Michel Foucault, Roland Barthes e outros, aos modos de representação do escritor Euclides da Cunha, recorro metonimicamente como estratégia de conclusão provisória, à postulação de Stuart Hall, de que identidades são construções. Seguindo a mesma linha de pensamento de Foucault e de Barthes (cujas idéias dialogam com aproximações e discrepâncias), a assertiva de Hall, acerca de as culturas nacionais serem produzidas discursivamente, (HALL, 2001, p. 50-1), resultantes, portanto, de símbolos e de representações, pode ser aplicada ao modo como a cultura brasileira constituiu o autor Euclides da Cunha.

As imagens de Euclides da Cunha que entraram para a história da nossa cultura são resultantes das várias narrativas elaboradas e repetidas com o correr do tempo. Seus primeiros biógrafos e os discursos críticos foram fundamentais para construir uma representação harmoniosa, coerente, unificada e, por tudo isso, sustentável. É importante marcar, ainda, o papel significativo que as diversas textualidades produzidas no corpo social - a literatura, as expressões da oralidade, os discursos políticos, pedagógicos, familiares, os mitos, os livros didáticos, os textos jornalísticos - desempenham na construção do autor de *Os sertões*. Euclides da Cunha, um indivíduo portador de identidades fragmentadas e contraditórias, é apresentado como sujeito harmônico, e constituído um fenômeno da nossa cultura.

3.2 A TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL EM CONFLITO

Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos maltrapilhos [...]²⁴

Euclides da Cunha

A vida pessoal de Euclides da Cunha, por si só, daria um romance. Uma infância serena, um lar tradicional, uma família comum, o transcorrer harmonioso da vida adulta, nada disso o menino ou o homem conheceram. Os conflitos da vida pessoal vêm se juntar aos lances extraordinários que marcaram a vida intelectual do escritor e homem público.

Embora a vida pessoal desperte interesse, Euclides é, sobretudo, o escritor que produziu a primeira obra de fôlego para o país refletir sobre a sua história, na linha do que se pode chamar de “narrativa de formação”: ensaio, romance, tese sócio-antropológica, na tradição dos textos que delineiam retratos das nações. *Os sertões* ocuparia o lugar de obra fundadora e seu autor seria consagrado como o intelectual precursor de um pensamento teórico-crítico sobre a identidade brasileira. Tudo isso no despontar do século XX, em um país novo, que ansiava por ser reconhecido internacionalmente como nação moderna.

Euclides da Cunha encontrara um tema grandioso: o massacre de Canudos. *Os sertões* oferecia mais do que um registro documental sobre a guerra, inclusive porque, nesse sentido, seria um texto tardio e sem interesse, uma vez que fora publicado cinco anos após o fato histórico. Ademais, as primeiras leituras críticas identificaram imediatamente na obra uma proposição de teses científicas apresentadas em linguagem artística.

²⁴ Trecho de carta de Euclides da Cunha ao amigo João Luís, escrita de São Paulo e datada de 14 de março de 1897. (CUNHA In: GALVÃO; GALOTTI, 1997. p. 103).

Em 1902, Euclides era ainda um engenheiro e jornalista pouco conhecido nos meios letrados. De 1897 até 1902 publicara uma série de artigos no jornal *O Estado de São Paulo*: “A nossa Vendéia” (14 de março e 17 de julho de 1897), “Excerto de um livro inédito” (trecho de *Os sertões* publicado em 19 de janeiro de 1898) e “O Brasil no século XIX”, um estudo histórico e político da nossa situação (31 de janeiro de 1901). As publicações até então ainda não lhe haviam conferido notoriedade, o que só ocorreria a partir do livro sobre Canudos, o qual abriria para o autor um caminho seguro em direção ao cânone da nossa cultura.

Os sertões foi recebido pelos olhares críticos de sua época como obra de um esteta que articulava um discurso de peso sobre o Brasil. Esse modo de escrever era incomum: o autor produzira inicialmente (em “A Terra”) um tratado ensaístico sobre a geografia brasileira, utilizando as bases das ciências naturais; na segunda parte (“O Homem”) teorizara sobre a formação étnica do nosso povo, na linha da história sócio antropológica; e, finalmente, na terceira parte (“A Luta”) tecera a narrativa, em tom grandioso e heróico, do embate entre as forças do Exército e os sertanejos, no sertão de Canudos. Tudo isso em linguagem cuidadosamente trabalhada de acordo com padrão estético muito apreciado na época.

Tinha-se, portanto, uma obra histórica (documento sobre a guerra), um tratado científico (análise teórica sobre as bases para a formação da nação) e uma grande narrativa, no estilo dos épicos, sobre a luta fratricida no interior do país. Além de tudo, Euclides na “Nota Preliminar” apresentava seu texto como instrumento de reparação social: denúncia do crime que o Estado nacional cometera contra os “extraordinários patrícios” que viviam ignorados pela “civilização”, posto que isolados pela “coordenada histórica - o tempo”, nos confins do sertão de Canudos. A denúncia ganhava peso, e a palavra do denunciante causou tanto impacto porque partia de um militar que se assumia como co-responsável pela barbárie, no

papel nada lisonjeiro de legitimador do crime oficial: “[...] tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes.”²⁵ (CUNHA, 2001, p. 66).

Euclides da Cunha entraria para a história como autor de obra monumento, um clássico para pensar as nossas raízes. A presente pesquisa tem o interesse de ir além da análise das razões de consagração do escritor. Pretende investigar o duplo movimento de construção e de reposicionamento do autor na nossa cultura, considerando as revisões históricas que trazem para a cena do debate um outro Euclides que não apenas o escritor talentoso e autor de um clássico nacional. Assim, convoca-se o patriota, o portador de uma força moral extraordinária, o homem corajoso, ético e também o escritor de idéias polêmicas e ambíguas: o intelectual que, a fim de defender o Estado republicano, vê como necessária a ação militar contra a “desordem” em Canudos e depois não só denuncia essa ação como assume sua parcela de culpa pelo crime nacional.

Afinal o que é um intelectual? Que representações de Euclides da Cunha entraram para a história da nossa cultura? O que pode um intelectual no seu contexto e no seu tempo? Que este texto não caia na armadilha classificatória e pretensiosa de declarar a inocência ou culpabilidade do intelectual e escritor Euclides da Cunha. Minha leitura das responsabilidades de Euclides como sujeito de seu tempo não pode ser unidirecional, estreita, linear e totalizadora. Não quero, portanto, acusá-lo ou defendê-lo em posição fechada; prefiro construir uma reflexão oblíqua que permita escavar o terreno, lançar olhares enviesados para

²⁵ Observe-se a força expressiva dos termos “mercenários inconscientes” utilizados por Euclides, na apresentação da obra. “Mercenário” refere-se, segundo Antônio Houaiss (2001, p. 1898), àquele que “age ou trabalha apenas por interesse financeiro, por dinheiro ou algo que represente vantagens materiais; interesseiro, venal”; no uso militar, designa “soldado ou oficial que, em troca de soldo, serve em um exército estrangeiro”. Quando acrescenta o adjetivo “inconsciente”, o escritor amplia o peso da sua denúncia. Registre-se que, em entrevista a mim concedida, em maio de 2006, Enoque Oliveira destacou essas palavras de Euclides, tecendo comentário nessa mesma direção.

diversos ângulos e assim, quem sabe, eu possa enxergar as muitas faces euclidianas, suas posições, contradições e ambigüidades, contextualizando-as.

Nesse momento, *Os sertões* será tomado como foco principal da abordagem, por ser um texto rico e, ao mesmo tempo, polêmico, embora outros textos, a exemplo das cartas, aqui compareçam. Reputado por parte da crítica atual como obra prima e canônica da literatura brasileira, o livro de Euclides é considerado por outros estudiosos “falho”, “mentiroso”, “desfigurador da realidade”. Sendo a grande obra que permanece como referência, ao longo do tempo, por suas qualidades estéticas, e não apenas por isso, *Os sertões* é também uma obra construída com base em teorias envelhecidas e desautorizadas, mas continua sendo lido, apreciado e atualizado pelos leitores.

O texto euclidiano pode ser visto como instaurador de uma discursividade, reverberando em produções posteriores, mesmo quando o diálogo se estabelece pela diferença. Isso nos permite dizer que as limitações de *Os sertões* são menos significativas que a sua grandiosidade. Por que razões isso ocorre e quais são os méritos do intelectual Euclides, ao oferecer ao Brasil do início do século XX essa obra?

Os sertões vai introduzir o debate de caráter mais científico²⁶ de questões até então desconsideradas pela elite intelectual: a formação étnica, social e política do Brasil, num país criado como Estado em 1822 e declarado República em 1889. A nossa organização política era, portanto, muito incipiente, e as formulações teóricas sobre conceitos como “nação”, “povo”, “cidadania”, “direitos constitucionais” eram fluidas, inclusive para Euclides que utiliza de modo impreciso, de acordo com Willi Bole (2004, p. 267-74), palavras como “nação” e “nacionalidade”.

²⁶ A literatura romântica já tematizara a formação étnica do povo brasileiro de que são exemplares as obras *O Guarani* e *Iracema* de José de Alencar. Euclides abordaria a questão, a partir de formulações teóricas numa obra que se apresentava como ciência.

Euclides da Cunha apresenta, ao mundo urbano e letrado (litoral), um Brasil rural, miserável e ainda, de certa forma, desconhecido (interior). A partir daí vai se estabelecer um contraste entre as populações que vivem “parasitariamente à beira do Atlântico dos princípios civilizadores elaborados na Europa” e os “extraordinários patrícios”, “abandonados” nas terras longínquas sertanejas, “há três séculos”. (CUNHA, 2001, p. 66; 205).

A visão prospectiva que o escritor fornece da situação dos sertões “incivilizados” e ignorados, até então, pelos poderes públicos, sem ser dogmática, é um posicionamento firme de clamor por justiça social. E os brasileiros urbanos são confrontados com o drama da gente esquecida das terras interioranas. O texto euclidiano que, por uma série de razões, será lido e aclamado como grande obra, passa a soar como um libelo contra o poder, uma denúncia de omissão e de ação criminosa, que os governantes da nação, daí por diante, não poderiam mais ignorar:

Não bastaram as rebeldias sangrentas dos cabanos, dos balaíos, dos quebra-quilos. Mesmo no início da República, o massacre de Boa Vista do Alto Tocantins passaria despercebido. Ondas de revolta e desespero, que se perdiam no limbo do sibiritismo metropolitano, sem um Euclides que denunciasse o crime e apontasse os culpados. Canudos seria, porém, diferente. O povo do sertão encontraria, afinal, o seu artista-vingador. E o Brasil litorâneo, o Brasil risonho e trocista da Rua do Ouvidor, viu-se, de repente, envergonhado, diante de uma realidade insuspeitada que muitos insistiam em ocultar: o Brasil selvagem e trágico das caatingas. (BARBOSA, 2002, p. 49).

Euclides da Cunha alcançou com *Os sertões* prestígio social e posição de intelectual respeitado, embora algumas de suas idéias tenham hoje perdido a validade. Entretanto, outras tantas reflexões permanecem atuais, a exemplo da sacada euclidiana de, já

naquela época, identificar o homem como um predador da natureza na sua ação de “fazedor de desertos”²⁷.

A linguagem de *Os sertões* que, na primeira edição, fora criticada por José Veríssimo como rebuscada, retorcida, carregada de termos técnicos, neologismos, arcaísmos, num tom de “gongorismo” e de “artificialidade” (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 47), aquilo que os postulados modernistas da geração de 1922 negavam, é, no entanto, o que passa a conferir a *Os sertões* um diferencial. O estilo²⁸ é o homem; é a marca da subjetividade; é o traço de distinção. Em Euclides é o modo de dizer e fazer especial, algo que o distingue e permanece seduzindo os leitores, ao longo do tempo: a adjetivação exuberante, as descrições arrastadas, obsessivamente detalhadas, as palavras inusuais, os recursos intensificadores de sentido mais comuns na lírica (assonâncias, aliteraões, ritmo), as imagens grandiosas, aliadas a uma narrativa que se oferece quase sem diálogos, monopolizada pela voz do narrador onisciente, muito daquilo que o século XX pretendeu deixar para trás como obsoleto. Nas palavras de Antonia Herrera (2002), trata-se de uma “referência indeslocável”, com “outras histórias dentro da história”.

²⁷ Em *Os sertões*, Euclides retoma sua idéia apresentada anteriormente em texto publicado em *O Estado de São Paulo*, em 21.10.1901, com o título de “Fazedores de deserto”. (CUNHA, 1966, p. 181). Nas duas oportunidades, o intelectual assume uma feição daquilo que chamamos hoje de “ecologista”, ao defender a necessidade de se cuidar melhor da natureza. Euclides identifica no homem (índio, português e bandeirante) o “agente geológico notável”, responsável pela desertificação da terra. Na primeira parte de *Os sertões*, no capítulo “As secas”, subcapítulo “Como se faz um deserto”, o escritor discorre sobre as queimadas, desmatamentos, alterações climáticas como consequência da ação humana e, nesse sentido, seu pensamento permanece atual; em “Como se extingue o deserto”, sugere soluções para resolver o problema das secas nordestinas. (CUNHA, 2002, p. 137; 142).

²⁸ Não há intenção de aprofundar uma discussão teórica acerca da “noção de estilo”. A palavra não está empregada aqui no sentido prescritivo, nem a ela se associa um julgamento de valor ou modelo a ser imitado. Pensando com Antoine Compagnon (2001, p. 194), utilizo o termo estilo para me referir a um “conjunto de traços característicos de uma obra que permite que se identifique e se reconheça (mais intuitivamente do que analiticamente) o autor”; “uma variação formal”, “uma escolha entre várias ‘escrituras’”.

Os sertões é a referência indeslocável. Os textos que vieram depois à tona, o que foi relegado, recalcado, textos diacronicamente anteriores (*Os jagunços* de Afonso Arinos e *O rei dos Jagunços* de Manoel Benício) ou outras referências não ocuparão jamais o lugar de monumento erigido, cultural e socialmente, a *Os sertões*. *Os sertões* é um sertão / deserto a ser percorrido, atravessado pelo leitor, devassados seus signos, seus símbolos, sendo valorizado, espinafreado, acusado, glorificado. Mais que um livro é um monumento, mais que um monumento é um espaço simbólico que se põe no lugar da Canudos devastada e, posteriormente, submersa pelas águas do açude. Erige-se, assim, *Os sertões* como espaço público, como suplemento, como simulacro do espaço elidido, como espectro da guerra que não presenciamos. Estabelece-se como texto fundador e, nesse sentido, é memória nacional e construtor de imagens de nossa identidade, como espaço político, social, cultural e étnico, identidade ao avesso, ironicamente postulada. (HERRERA, 2002, p. 2-3).

O estilo, os temas tratados, a hibridização de gêneros, os efeitos finais alcançados com a linguagem metafórica e esteticamente refinada, tudo isso faz do texto euclidiano aquilo que a crítica literária convencionou chamar de “grande literatura”:

O seu efeito se deve principalmente à arte presentificadora e encenatória do autor, ao seu estilo sugestivo, sonoro e plástico, ao seu poder imagético e escultural, à sua prosa altamente retórica e poética, entre sarcástica e sublime, à sua teatralização do meio, dos eventos, dos objetos e personagens. (ZILLY, 2002, p. 71).

Os sertões sobrevive hoje, portanto, pelas suas qualidades estéticas, mas não apenas por isso. Desde o seu lançamento, o texto de Euclides da Cunha foi reconhecido como “grande obra” por uma série de outras razões relacionadas à recepção, à circulação editorial e à constituição de uma rubrica autoral de prestígio, que passa a compor o cânone literário. Entretanto, também é verdade que *Os sertões* vence aquilo que se costuma denominar “prova do tempo”, retirando dessa prova uma espécie de selo incontestável e definitivo de qualidade e assegurando o seu futuro, embora sempre caiba a pergunta que anima as atuais polêmicas no discurso acadêmico: Mas até quando?

Um dos méritos do livro é o de ter trazido para o debate público, nos primeiros anos de sua publicação, as tensões sociais em que o Brasil se encontrava. A narrativa euclidiana cobrava posicionamento político da República para corrigir distorções históricas

que se arrastavam desde a época do Império: o desconhecimento e abandono das populações do interior.

Euclides da Cunha não pretendia uma escrita militante, nem era considerado um “escritor de literatura”²⁹, literatura aí usada no sentido estreito de “texto ficcional”, mas exerceu o ofício do “homem de letras”, embora tenha sempre se posicionado avesso a um beletismo e a uma estética narcísica, autocentrada, afeita ao belo. Seu texto tem sido a porta de entrada dos estudos sobre a guerra de Canudos para muitos pesquisadores, inclusive historiadores, inserindo-se fronteiriçamente entre a literatura e a ciência. Além disso, está lastreado pelas questões políticas e sociais de uma época, questões que exigiam providências urgentes, e ainda permanecem, nos nossos dias, muitas delas, sem solução.

Para falar do intelectual Euclides da Cunha, a partir de sua obra, convém situar o panorama sócio-econômico-político-cultural do Brasil de final do século XIX e início do século XX. Quando Euclides nasceu (1866), o “mundo civilizado” já vivia sob o impacto da Segunda Revolução Industrial que, em torno de 1870, segundo Nicolau Sevcenko (2003), vai impor uma “dinâmica de crescimento” à economia capitalista européia, americana e japonesa com repercussão mundial porque se baseava na economia de escala com o crescimento vertical (concentração e centralização) e horizontal (abrangência) do capitalismo. Isso significava a “intervenção do Estado” na determinação do ritmo econômico e no “controle dos seus efeitos sociais”. (SEVCENKO, 2003, p. 59-60).

²⁹ Euclides da Cunha, modestamente, se dizia “escritor por acidente” e, embora tivesse publicado textos líricos, não se considerava um poeta. No seu “Discurso de Recepção” na Academia Brasileira de Letras (CUNHA, 1966, p. 206-7) afirmou: “Avaliai, portanto, os meus embaraços ao ocupar a cadeira de Castro Alves”. Não era sua intenção produzir literatura, conforme se observa em suas palavras proferidas na mesma ocasião: “O caso que vos citei é expressivo. Delata que me desviei, sobremodo, dessa literatura imaginosa, de ficções, onde desde cedo se exercita e se revigora o nosso subjetivismo, tão imperioso por vezes que faz o escritor um minúsculo epítome do universo, capaz de o interpretar *a priori*, como se tudo quanto ele ignora fosse apenas uma parte ainda não vista de si mesmo.” (*loc. cit.*). Grifo nosso.

Os capitais europeus seriam exportados (*boom* de exportação, a partir de 1873) para as “suas regiões coloniais” (Canadá, Índia e Austrália - Império Inglês) e de passado colonial, “submetidas ainda à *indirect rule* das potências européias” (SEVCENKO, 2003, p. 61), incluindo a América Latina. Era a expansão do mundo capitalista que precisava formar mercados com infra-estrutura de transporte, comunicação e bens de capital. O Brasil acompanhava essa “ocidentalização” capitalista, ao mesmo tempo em que passava por significativas mudanças políticas: fundação do Partido Republicano (1870), causa abolicionista (1879-1888), Abolição (1888), República (1889), Encilhamento (1891). É dessa época a idéia do moderno Estado-nação, cuja consolidação exigia bases aglutinadoras identitárias que conferissem estabilidade interna: agrupamento humano com traços particulares como raça, história, língua, tradição, religião, cultura.

Numa perspectiva antropológica, o conceito de nação utilizado aqui é aquele pensado por Benedict Anderson (1989) de “comunidade” (espírito de companheirismo) de “política imaginada” (indivíduos unidos sem se conhecerem pessoalmente), “limitada” (fronteiras), “soberana” (poder divino). É desse conjunto de elementos e fatores que se fortalecem as “raízes culturais do nacionalismo e a motivação dos povos para defender a nação e morrer em seu nome”. (ANDERSON, 1989, p. 11-8).

O surgimento do nacionalismo, a partir do final do século XVIII, nas comunidades crioulas - EUA, Brasil e antigas colônias da Espanha - está relacionado à perda de poder do império hispano-americano: enrijecimento de Madri sobre as colônias espoliadas economicamente, influência iluminista e disseminação de idéias políticas em pauta na Europa. (*ibid.*, p. 57-61). As colônias tornaram-se independentes, com exceção do Brasil, ainda sob o domínio de Portugal.

Benedict Anderson aponta o “renascimento da escravidão em larga escala (pela primeira vez na Europa, desde a antiguidade), a qual teve o pioneirismo de Portugal a partir

de 1510” (*ibid.*, p. 71) e, em meados do século XVI, se ampliaria para o Brasil. Somente no final do século XVIII, esboça-se uma “consciência nacional americana”, com um papel decisivo do capitalismo editorial sob domínio da coroa e da igreja, veiculando notícias sobre a metrópole, o comércio e a vida social dos ricos. (*ibid.*, p. 59-76). O fortalecimento dos nacionalismos ocorrerá apenas no século XIX e a partir da sua segunda metade consolida-se um “modelo” do “Estado nacional independente” que se difunde como consequência de uma série de fatores: consolidação e uso das “línguas vulgares”, divulgação de idéias pela imprensa, formação de leitores, ascensão de uma burguesia comercial e industrial. (*ibid.*, p. 93).

O mundo se industrializava, crescia a economia européia, e o Brasil não poderia ficar de fora dessa época modernizadora, cujo ideário de progresso foi assumido pelos intelectuais e dirigentes políticos. Os nossos republicanos de primeira hora, que lutaram contra o atraso monárquico e a incivilidade abjeta da escravidão, defendendo os ideais de liberdade e democracia, precisavam construir uma nação e o “modelo de nação” era algo que se podia “copiar” (ANDERSON, 1989, p. 80-1). Era preciso forjar um Estado segundo os moldes internacionais, especialmente os europeus e isso implicava alterações na organização política e social do país.

As mudanças políticas internas, advindas com a proclamação da República, provocaram uma onda de modificações nos quadros da elite que compunham a sociedade do Rio de Janeiro, inicialmente com o expurgo dos homens de prestígio no tempo do Império, e depois, de correntes de um republicanismo idealista e mais ardoroso. Conforme Nicolau Sevcenko (2003), trata-se da chamada época de “deposições”, “degolas”, “exílios”, e “deportações” com a consequente adesão dos “Homens Novos” num revezamento das elites e dança dos “cargos”, “nomeações”, “privilégios”, promovidos pelo novo governo. A entrada de capital estrangeiro ativaría os negócios e faría o dinheiro circular freneticamente numa

oscilação das fortunas provocada pelas deposições e nomeações dos homens de cargo público no país. (SEVCENKO, 2003, p. 36-8).

O século XX iniciou-se trazendo o cosmopolitismo para o Rio de Janeiro, capital do Brasil. O presidente da República de então, Francisco de Paula Rodrigues Alves, nomeara prefeito da cidade Pereira Passos, incumbindo-lhe de “regenerar” o Rio, para que se fizesse, usando as palavras de Sevcenko (2003, p. 35), a “inserção do Brasil na *Belle Époque*”.

O que se presenciou, no Rio de Janeiro do início do século XX, foram medidas administrativas em todas as áreas com vistas a banir os velhos hábitos coloniais - a “caturrice”, a “doença”, a “preguiça” - que enfeavam a cidade e forneciam ao mundo atestado do nosso “atraso”. (SEVCENKO, 2003, p. 46-7). Oswaldo Cruz, médico sanitarista, diretor-geral da Saúde Pública, ficara encarregado de promover as medidas necessárias para higienizar o Rio.

O Brasil precisava reescrever sua história e a capital da república deveria deixar para trás tudo o que representasse obstáculo à guinada em direção do novo. Espaços públicos foram redefinidos, maquiados, especialmente no centro, onde a vida social deveria seguir o padrão europeu, de preferência o francês: casarões antigos foram demolidos, as ruas alargadas para a construção de amplas avenidas e bulevares que combinavam com a imponência dos novos prédios; surgiu a febre dos jardins. A doença, a pobreza e a “feiúra” (mendigos, pedintes, prostitutas, bêbados, pessoas mal vestidas, ex-escravos descalços) eram perseguidas, estigmatizadas, pois tudo isso representava um anacronismo e um atestado da nossa barbárie. É dessa época o surgimento das favelas, espaços que passaram a concentrar as populações

pobres expulsas das áreas “higienizadas” e “regeneradas”, inclusive os soldados que lutaram em Canudos³⁰.

O Brasil cultural da segunda metade do século XIX pautava-se pelas idéias filosóficas e científicas como o naturalismo, o positivismo, o evolucionismo, que traziam a crença no progresso e na evolução. O ideário vigente justificava a prática racista de qualificar, pela influência do clima e ecologia, povos como “inferiores” (negros e mestiços) e “superiores” (brancos e “puros”) e culturas como atrasadas (povos diferentes seriam os bárbaros, os exóticos) e avançadas (os cultos e “civilizados”). Não tínhamos unidade de raça, a maioria da população era analfabeta e aferrada às tradições populares que recendiam ao passado colonial.

É nesse clima de louvação da razão que surgem campanhas e até leis para coibir a religiosidade de afro-descendentes, a exemplo do candomblé e manifestações da cultura popular. O poder público legislava até sobre o modo de o povo se vestir (obrigatoriedade do uso do paletó e de sapatos, em áreas nobres da cidade), todavia a organização do Estado, no sentido de estabelecer a lei justa para todos e zelar pelos cidadãos, permanecia fragilizada. Inicialmente, o governo republicano teve de enfrentar os remanescentes monarquistas e, depois, as crises políticas internas agravadas pelas dificuldades econômicas: desvalorização da moeda, especulação financeira e processo inflacionário com a política do Encilhamento, mudança do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado e suas conseqüências, crise do café no Sul e do açúcar na Bahia.

Euclides da Cunha, em textos de 1888 e 1889, revela sua face humanista e cosmopolita, sempre guiado pela idéia de progresso / civilização e pela fé nos “homens de

³⁰ Em relação à modernização do Rio de Janeiro, são ilustrativos os textos literários e jornalísticos produzidos na época. Nicolau Sevcenko (2003, p. 35-94) cita inúmeras crônicas de autores conhecidos que apoiavam ou criticavam as mudanças. Nesse sentido, são exemplares os textos de Olavo Bilac (apoio) e de Lima Barreto (crítica).

idéias” e de “sentimentos elevados”. O intelectual fluminense acreditava no evolucionismo progressista liberal, defendendo a elevação da humanidade em conjunto (não especificamente de uma nação), com vistas a “transmudar a terra no extenso lar da família humana”, uma espécie de “Federação Universal das Nações”. (CUNHA, 1966, p. 548-563-568).

No plano político, Euclides militara pela causa republicana, desde os últimos anos da monarquia e fora expulso da Escola Militar em 1888. Embora intelectuais da campanha pela República brasileira tivessem usado politicamente o episódio de insubordinação militar de Euclides diante do ministro Tomás Coelho, a concepção republicana do escritor era “vaga” e marcada por definições “genéricas” do tipo “governo do povo pelo povo”. Euclides da Cunha acreditava que o governo teria de ser “naturalmente aristocrático”, como resultado de uma democracia de talentos: “É o governo de todos por alguns - mas estes são fornecidos por todos”. (CUNHA, 1996, p. 551). Ainda assim, pensava que, no caso brasileiro, era possível e desejável a República deixar de ser “um sistema de governo imposto” para ser “o corolário imediato do caráter nacional, purificado e modelado à feição dos grandes princípios da democracia”. (*ibid.*, p. 569).

Na “Nota Preliminar” de *Os sertões*, Euclides declara sua intenção de ser, em relação à guerra de 1897, o “narrador sincero” pensado por Taine que “encara a história como ela o merece”. O intelectual se colocava “contra as meias verdades que são as meias falsidades”, ou seja, contra os historiadores que se atêm aos fatos, mas “desfiguram a alma”, “desnaturam os sentimentos e os costumes”. (CUNHA, 2001, p. 65-7).

O escritor parecia acreditar ser possível escrever a história de Canudos assumindo uma representação objetiva dos fatos, quando se sabe que o relato historiográfico é sempre o resultado de um olhar parcial. Assim, sua visão mais forte sobre o povoado de Canudos é a de uma “*civitas* sinistra do erro”, marcada pela “desordem e pelo crime”, uma “*urbs* monstruosa” que crescia “a esmo, adoidadamente” embora também se refira ao Bello Monte como a “Tróia

de taipa dos jagunços”, “tapera colossal”. Os seguidores de Antônio Conselheiro formavam, pelas palavras de Euclides, uma “multidão de loucos”, uma sociedade primitiva que não morava ou residia, antes se “acoitava” numa “insânia imensa”, sem regras, vivendo “os desmandos de um povo”. (CUNHA, 2001, p. 290-2).

Sobre a luta conselheirista, a mirada euclidiana é míope e também parcial porque Euclides vê ali uma motivação religiosa que não se justifica aos seus olhos (fanatismo) e motivação política (a República estava em perigo, supostamente ameaçada pelo Conselheiro). Alexandre Otten (1990) explica o quão difícil seria para Euclides, um “ateu positivista”, convencido das “verdades de seu tempo”, compreender um levante social “cujo fulcro agregador é a religião”.

Mas como homem culto do seu tempo, ele não dispõe de muitos meios para entender aquela insurreição de sertanejos retardatários que não aceitam a “Ordem e Progresso” da República. Mas seu senso de justiça, adquirido no contexto concreto com a guerra cruel, o faz simpatizar com os exterminados. Assim, encontra-se ele oscilando entre a fascinação pelos seus rudes compatriotas e a condenação a partir de uma pretensa verdade científica. (OTTEN, 1990, p. 59).

Edmundo Moniz (1987) vê na Canudos conselheirista o modelo de uma sociedade igualitária, que deveria ser analisada, considerando-se as contradições nacionais e a inserção da Bahia no contexto maior, que situava o Brasil numa posição dependente da ordem econômica internacional. Moniz critica a posição do autor de *Os sertões*, pois, a seu ver, Euclides não busca contextualizar o movimento na história do Brasil, do início da República, como algo que só poderia ser explicado considerando-se a macro política econômica: latifúndio, industrialização do sul / sudeste, inflação monetária com a emissão de papel-moeda para desenvolver projetos fabulosos rodoviários e ferroviários, industrialização; organização do trabalho, nas cidades, com mão-de-obra formada de ex-escravos e de imigrantes; queda da produção agrícola e das exportações nordestinas, sucessivas secas no

sertão, emigração dos camponeses pobres do nordeste para o sul e para a Amazônia; guerra civil, em vários estados brasileiros. (MONIZ, 1987, p. 39-53).

As populações do campo eram relegadas pelo Estado ou tratadas como semi-escravos, em situação de violência e opressão, sem a assistência pública de serviços e bem-estar social. O sistema latifundiário se beneficiava da exploração e marginalização de pequenos proprietários, ex-escravos e trabalhadores agregados, populações que viviam sob o comando dos donos das terras, em geral, chefes políticos locais. A sociedade da época impingia aos trabalhadores rurais inúmeras formas de violência, conforme pesquisou Luitgarde Cavalcanti Barros:

O ódio grassava entre antigos senhores escravocratas atingidos pela abolição dos escravos, transformando-os em destemidos republicanos inimigos do regime monárquico que lhes "*roubara a propriedade*" tida por herança ou compra: os escravos. José Calasans, em palestra sobre Canudos, em Salvador, relatava que, em Sergipe, os antigos senhores de engenho, monarquistas até à abolição, a partir de 1888 se tornaram, predominantemente, republicanos. (BARROS, 2006, p. 3).

A república, impotente para resolver os problemas do meio rural, percebeu a necessidade de garantir o direito à propriedade territorial. Qualquer desordem no campo significava (e ainda significa, se pensarmos, por exemplo, nos conflitos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - com os proprietários rurais) uma ameaça ao monopólio da terra. Reconhecer, pois, que se esboçava, em Canudos, uma reação contra o poder dos fazendeiros da região, como afirma Rui Facó (1991, p. 45-53), em sua análise do movimento como um fenômeno político, seria admitir que os pobres tivessem direitos e isso desequilibraria a ordem dominante.

Para Walnice Galvão, entretanto, a bandeira de Canudos não é política, é “pré-política”, alimentada pela religiosidade messiânica. (GALVÃO In: SANTOS NETO, 2003, p. 184). A eclosão do evento Canudos pode ser analisada no âmbito do messianismo, como um movimento finissecular e milenarista. Alexandre Otten (1990) explica Canudos refletindo

sobre as raízes histórico-religiosas do movimento, cujo berço seria o “catolicismo rústico”. Por essa explicação, Antônio Conselheiro teria por modelo a vida e pregação do Padre Ibiapina, que colocara sua vida a serviço dos pobres e humildes. O povo simples do interior não aceitava o racionalismo, o maniqueísmo que separava o social do espiritual e aferrava-se em suas crenças, não compreendendo, portanto, as mudanças que a alta hierarquia de Roma imprimia nas tradições do catolicismo. (OTTEN, 1990, p. 135).

Canudos é a combinação de tudo isso, sem deixar de ser político. O movimento liderado por Antônio Conselheiro pode ser explicado considerando-se as condições sociais de pobreza e desassistência dos sertanejos, que enxergavam na “Lei de Deus” a fortaleza para a vida e o consolo de que obteriam a salvação, após a morte. Para os seguidores do Conselheiro, a saída era lutar contra os “judeus”, “maçons”, “protestantes” e “republicanos”, todos os que se deixavam seduzir pelo Anticristo e defendiam a “Lei do cão”. Ademais, o carisma e capacidade de liderança de Antônio Conselheiro foram importantes para construir em Canudos, segundo análise de Paulo Emílio Matos Martins (2001), uma “sociedade alternativa”, cujo modelo de organização e de administração permitiu a “reinvenção do sertão” com o bom funcionamento de uma comunidade com população numerosa (estimada entre dez mil a vinte e cinco mil habitantes³¹), em uma área maior do que a do Estado de Sergipe.

³¹ Ainda contemporaneamente, há controvérsias acerca de números para estimar a população de Canudos e arredores próximos, na época da guerra. Euclides se baseia em informações do Exército para afirmar que teriam sido “cuidadosamente contadas” cinco mil e duzentas casas. (CUNHA, 2001, p. 779). Calculando-se em torno de cinco pessoas por família, chegar-se-ia a uma população de 26 mil pessoas. Evidentemente, as condições para contar as casas, no final da guerra, foram difíceis, em razão dos focos de incêndio. Além disso, os oficiais tinham interesse em superestimar a população para justificar as dificuldades enfrentadas pelos militares, bem como o excessivo número de mortos de ambos os lados. Muitos estudiosos contestam esses números. Na época, de acordo com Marco Villa (1999), Manuel Benício escreveu artigos para o *Jornal do Comércio*, afirmando que as casas de Canudos não deveriam passar de duas mil. Aliás, esse foi o número também sugerido por Euclides, logo que chegou ao arraial, conforme registrou em artigo de *O Estado de São Paulo*. Villa (1999, p.

O Estado brasileiro não chegava à região em termos de serviços e amparo aos moradores (educação, saúde) e quando mostrou a sua face, o fez na forma da cobrança de impostos e da promulgação de leis que tomavam para si atribuições anteriormente da alçada da Igreja, a exemplo do casamento civil. Por outro lado, a ação da Igreja católica (não havia padres em número suficiente para realizar o trabalho missionário, em todas as paróquias) não dava conta das necessidades espirituais do homem do interior. Os representantes de Roma perseguiram, segundo Luitgarde Barros (2006), “como demoníacas todas as manifestações religiosas fora de seus dogmas”, condenando no sertão do Nordeste, as expressões do “catolicismo popular” como práticas heresíacas. A romanização da igreja deu início a uma “declaração de guerra aos beatos”, que tantos feitos realizavam em favor da gente pobre, enquanto o Estado se omitia. (BARROS, 2006, p. 3-4). A vida de Antônio Conselheiro, devotada a Deus e o trabalho em favor dos “mal-aventurados” teriam como modelo, conforme já assinalado, a vida do Padre Ibiapina, “pregador itinerante” em Estados do Norte e Nordeste do Brasil:

Contando com o apoio do Bispo de Pernambuco, Dom José Perdigão, a partir de meados do século XIX, Ibiapina inicia um apostolado civilizador, privilegiando o trabalho e a caridade, como elementos básicos para a salvação. Exprobrando a impunidade em que vivem os poderosos, condena a violência e convoca o povo para os grandes mutirões de trabalho, construindo Casas de Caridade (orfanato, hospital e escola), cemitérios, açudes, represas e estradas. Desprezando o poder, condena a ganância, a vaidade, a preguiça, o orgulho e a violência, alfabetizando milhares de sertanejos pobres, preparando os beatos e beatas para divulgarem a nova concepção de catolicismo que livraria as populações da miséria a que as relegara o poder público. (BARROS, 2006, p. 4).

219-220) analisa a questão, considerando as condições de sobrevivência e as atividades econômicas da população, comparando, inclusive a situação de Canudos com outros municípios baianos. Conclui que a população de Canudos não deveria ser superior a 10 mil habitantes.

Antônio Vicente Mendes Maciel segue os exemplos dos vários conselheiros que viveram naquela época. Os beatos, ermitães e missionários daquele tempo não manifestavam apego às coisas materiais e não prometiam nada na terra; suas promessas diziam respeito à salvação da alma, desde que a vida fosse virtuosa e dedicada à caridade, segundo a lei divina. É nesse ambiente de pobreza, abandono e de opressão que os deserdados da terra vêm surgir a liderança do “Bom Jesus Conselheiro” com suas promessas de fartura de pão, para suprir as necessidades de alimento para o corpo e de consolo para a alma, com a salvação pela fé. É a liderança de um “Messias” que promete o bem-estar no mundo para os que crêem em Deus e fazem um investimento para conseguir um lugar no seu reino.

O projeto civilizatório que Euclides da Cunha defende em *Os sertões* não é algo pensado especialmente por ele; ao contrário, era a marca de uma época baseada nas idéias do seu tempo: raças em conflito batem-se com a vitória dos fortes e o aniquilamento dos fracos. Sua noção de progresso se sustenta na tese de que era necessário civilizar o país. Para fugir à barbárie e tirar o Brasil do atraso, um projeto de nação deveria ser pensado pela elite intelectual e executado pelos dirigentes. Que identidade teria o povo brasileiro com tantos negros, índios e mestiços, cujas diferenças raciais, culturais e geográficas não produziam a unidade de que o país pudesse se orgulhar?

Não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca.

Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condenados à civilização.

Ou progredimos, ou desaparecemos.

A afirmativa é segura.

Não a sugere apenas essa heterogeneidade de elementos ancestrais.

(CUNHA, 2001, p. 156-7).

Euclides, em nome do progresso e de uma modernidade inadiável, alinha-se com o pensamento da época que pretendia a formação da nação brasileira por discursos e ações. Nesse sentido, não cabiam as imagens do outro, do diferente, do rebaixado pelo “atraso cultural” em que se encontravam parcelas da população brasileira. Contraditoriamente, entretanto, para sermos uma “pátria civilizada”, Euclides (2002, p. 316), dilematicamente via como necessária a inclusão dos “retardatários”, representantes de uma sociedade “velha” e “morta”, partícipes do “extenso lar da família humana”. (CUNHA, 1966, p. 563).

Que papéis desempenhou Euclides da Cunha e o que lhe cabia como escritor? Muitos autores contemporâneos, que teorizam sobre a situação do intelectual e de suas responsabilidades como formadores de opinião e agentes da transformação social, tomam como referência as idéias de Antônio Gramsci. Para ele, a formação do intelectual está antes ligada a uma práxis social do que a um lastro acadêmico específico e sua autonomia não existe. (GRAMSCI, 1978, p. 346-349).

Gramsci aponta dois tipos de representação do intelectual: os “tradicionais”, cujas funções são as mesmas (por exemplo, professores e eclesiásticos que representam a hegemonia do grupo dominante) e os “orgânicos”, aqueles que são “filiados”, comprometidos com a organização da classe operária, movimentando-se como porta-vozes de uma causa. Nesse caso, o intelectual orienta suas ações para a hegemonia do proletariado, com base numa “fé a seguir”. (*ibid.*, p. 350-1). O intelectual marxista é o “intelectual orgânico”, que pertence às bases, forma-se nas bases, não se afasta delas e trabalha em conjunto com aqueles que “representa”. A escola e o partido político são os lugares onde se dá a formação moral e intelectual do indivíduo, aliando-se teoria e prática, tratando-se de uma relação pedagógica, uma vez que o intelectual tem a missão de ensinar. (GRAMSCI, 1978, p 348-351).

O pensamento de Michel Foucault (2003) indica mudanças em relação ao papel do intelectual. Para esse autor, perde força o intelectual “universal”, que fala em nome da

“verdade”, da justiça, da lei, reconhecido como “voz autorizada” e “consciência geral”, ao tempo em que aumenta o prestígio do intelectual “específico”, de reconhecida competência em determinado campo do conhecimento. Nesse caso, destaca-se em Foucault (2003, p. 69-71, 145-152) a idéia de que não caberia mais ao intelectual orientar, dirigir, falar por alguém, representar grupos, mas lutar contra as formas de poder, na ordem do saber e do discurso, o que implica compreender a teoria atravessada por uma prática política.

As representações do intelectual ainda devem se basear em princípios éticos e suas intervenções na sociedade precisam pautar-se no sentido de “falar verdade ao poder”, conforme pensou Edward Said (2000, p. 77). A voz do intelectual deve ser aquela que se levanta contra a doxa, voz que destoa do pensamento tradicional cristalizado e dos vínculos com o poder.

Por tudo isso a prática profissional do intelectual deve ser “amadorística”, no sentido de contrapor-se a uma prática profissional “especializada”, a qual afasta o espírito crítico e investigativo, domesticando-se e cedendo às pressões dos grupos hegemônicos. (SAID, 2000, p. 63, 74, 77). Em *Deuses que sempre falham* (*ibid.*, p. 89-101), o autor de *Orientalismo* (1990) questiona o envolvimento do intelectual que serve a determinadas causas, organizações e governos, seja por empregos ou cargos, em troca de recompensas materiais, o que acaba tolhendo sua mobilidade, levando-o a posicionamentos delicados, comprometidos e subservientes. Para Said (2000, p. 51-62), o verdadeiro intelectual é um “outsider”, um ser secular, que “não fez votos religiosos”, nem está amarrado às “congregações”; suas atitudes devem ser pautadas pelo pensamento “exílico” da crítica, da ironia e da dúvida.

Na sociedade em que viveu Euclides da Cunha, o modelo de civilização bem sucedida era o do europeu. Os intelectuais que pensavam a nação viam-se conflitados entre a adoção do homem branco como referência e a valorização das “raízes brasileiras” mestiças.

Pelo que informa Roberto Ventura (2000), muitos intelectuais da época, a exemplo de Nina Rodrigues e Sílvio Romero, “encaravam a mestiçagem como uma “desvantagem evolutiva” e uma ameaça à civilização, por trazer riscos de degeneração ou esterilidade devido à fusão de raças díspares.” (VENTURA, 2000, p.332).

No século XX, as idéias que se baseavam em hierarquização étnica serão desmontadas pelos estudos sócio-antropológicos. No Brasil, Gilberto Freyre publica, em 1933, *Casa grande e senzala*, trabalhando com as noções de cultura em substituição à idéia de raça. Freyre sustenta que as contribuições indígenas, africanas e européias foram decisivas no processo de formação de uma identidade brasileira, criando o “mito da democracia racial”: a miscigenação é vista como síntese das raças, num movimento supostamente pacífico e harmonioso. Observa-se em Freyre (1950) certa visão positiva da nossa colonização, a qual teria propiciado um “equilíbrio dos antagonismos”, definitivo na formação cultural da sociedade brasileira com base nos princípios da cordialidade e da miscigenação.

Em 1936, Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*, obra em que analisa o nosso passado marcado pela colonização portuguesa, identificando conseqüências de seu caráter patriarcal-aventureiro. Nesse trabalho, o autor fornece matrizes teóricas do pensamento sociológico para interpretar o Brasil, propondo reflexões que podem ser atualizadas para a discussão de uma identidade nacional.

No quarto capítulo de *Raízes do Brasil*, o autor analisa o processo de colonização portuguesa e espanhola na América, utilizando duas imagens: a do semeador e a do ladrilhador para se referir aos respectivos tipos representantes do referido processo.

Concentrando-se nas áreas litorâneas brasileiras nos dois primeiros séculos da colonização, os lusitanos teriam agido como exploradores dos recursos naturais abundantes, supostamente inesgotáveis. A colonização aí teria sido ditada pelo imediatismo das ações, sem um planejamento sistemático das futuras cidades e espaços, enfim, de forma pouco

cuidadosa. Holanda (1995, p. 95) se refere a um “espírito de dominação portuguesa” que cuidou “menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”, uma vez que as conquistas portuguesas tinham um caráter de exploração comercial. Para ilustrar a questão, o autor aplica ao colonizador português a metáfora do “semeador”, indicando que este formaria um tipo mais desleixado e agiria ao sabor da natureza, como se lançasse sementes ao acaso. Não havia um interesse com a educação (desprezo pelas letras). Daí ter-se-ia desenvolvido um saber prático, limitado, dependente dos ditames da natureza, aliado ao desprezo pela técnica e artes mecânicas, em geral. Disso decorreria uma tendência à desqualificação dos trabalhos braçais, vistos como atividades inferiores, impróprias para pessoas de posses.

A colonização na América espanhola teria produzido uma cultura marcada pela atitude do “ladrilhador”, que formaria um tipo mais zeloso, uma vez que os castelhanos queriam “fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu” (*ibid.*, p. 98). Os espanhóis tinham orientação da corte para evitar as áreas costeiras nas novas terras, devendo adentrar o interior, com destaque para os planaltos, por apresentarem clima mais ameno e terrenos férteis para a lavoura. Assim, teriam necessitado de programas bem elaborados para a colonização dos espaços, tomando decisões estratégicas de planejar com esmero e “zelo urbanístico” as cidades, de modo a estabelecer nelas projetos duradouros que deveriam ser mais do que simples feitorias comerciais. Motivados por tais intenções construíram escolas, gráficas e universidades, várias delas ainda no século XVI, conforme Holanda (*loc. cit.*) demonstrando interesse pela educação dos indivíduos com base num saber letrado.

A formação da sociedade brasileira (autoritária e personalista) teria por modelo uma burguesia voltada para o comércio e o lucro (mercantilismo), num contexto sócio-político-econômico patriarcal e escravagista. Sérgio Buarque ressalta, portanto, o papel dos

cruzamentos étnicos entre portugueses, negros e índios na formação de um tipo peculiar - o brasileiro - que pode ser representado pela imagem do “homem cordial”³².

Cordialidade, entretanto, não pode ser compreendida como essência ou traço definidor daquilo que o senso comum ditado pelas noções pré-fixadas chama de “personalidade do brasileiro”. Afirmar que nosso povo é afável, sincero e pacífico “por natureza” significa manter o discurso mítico fundacional da nação: Brasil, terra de paz e harmonia. Significa também negar as diferenças, os preconceitos, as exclusões e os embates ao longo da história, de que a guerra de Canudos é exemplar.

A noção de fusão harmoniosa das raças será a marca de uma vertente da literatura brasileira. Esse traço, que já se esboçara, de certo modo, na produção literária romântica, se fortaleceria a partir do modernismo estético e se cristalizaria nas produções culturais da grande mídia do nosso tempo. O discurso sobre a fusão de etnias diferentes como algo positivo, no Brasil, ocultará o preconceito racial e impregnará o senso comum, num processo de amortecimento das tensões e dos antagonismos culturais.

Euclides da Cunha, pensando com seu tempo, acreditava na inferioridade dos não-brancos e disfarçava o preconceito defendendo teorias raciais pretensamente científicas. A idéia da mestiçagem como algo negativo, visão apoiada nas teorias deterministas do século XIX e partilhada pelo autor de *Os sertões*, prevalecerá no Brasil até o início do século XX.

³² O “homem cordial” é a expressão que Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 139-151) utiliza para se referir ao brasileiro como aquele que age pelo coração; suas razões se baseariam na emoção. Em Holanda, a cordialidade (lhaneza no trato, hospitalidade e generosidade) não é sinônimo de civilidade, passividade, gentileza ou afeto, mas um traço que indicaria uma tendência de orientar as relações de modo emocional, sem formalidades, particularmente as relações profissionais. Nesse sentido, o autor critica a dificuldade que os brasileiros teriam em separar o público do privado e as ações do Estado das motivações familiares. Muitas das nossas mazelas decorreriam de um sistema que se orienta por “leis particulares” suplantando a “lei geral”. Contemporaneamente, essa e outras reflexões de Sérgio Buarque de Holanda têm sido retomadas por acadêmicos, políticos e jornalistas, animando o debate de questões relacionadas às nossas “origens” e às possibilidades de saída dos impasses que ainda entravam a organização, mas sobretudo o funcionamento dos poderes no Brasil.

Na literatura romântica de José de Alencar (as uniões Iracema / Martim e Peri / Ceci são bons exemplos), a fusão proposta é do índio com o branco; o negro ficara de fora. Com Gilberto Freyre, a partir de 1933, difunde-se um discurso otimista baseado no mito da “fusão harmoniosa” de índio, negro e branco, sem se problematizarem os atritos e embates de classe, de raças e culturas diferentes. A mestiçagem passa a ser positivada com a possibilidade de um “novo mundo nos trópicos”. Desde então as narrativas de representação da identidade brasileira, recorrentes nos discursos literários, históricos, políticos e, principalmente midiáticos, serão construídas com base nessa idéia de mestiçagem como algo pitoresco e positivo, do que supostamente decorreriam a força e a singularidade da nossa nação.

Para Euclides da Cunha, as mestiçagens eram hierarquizadas e produziam tipos brasileiros diferentes. O intelectual acreditava que o homem do sertão (interior), formado da mistura de branco com índio, era mais forte, enquanto o homem do litoral, formado da mistura do branco com negro, supostamente mais degradado, era mais fraco: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.” (CUNHA, 2002, p. 207). Pelo isolamento histórico, o mestiço sertanejo (o curiboca) teria sido beneficiado por uma espécie de “vantagem evolutiva” justamente pela ausência das matrizes africanas e serviria para explicar a gênese do povo brasileiro, “a rocha viva” da nossa nacionalidade.

Euclides e a intelectualidade de sua época mostravam-se divididos entre a idéia de encontrar explicações para a formação da identidade brasileira porque a queriam, ao mesmo tempo, resultante de manifestações compósitas e mestiças, mas contraditoriamente tinham por ideais os padrões arianistas da sociedade branca européia. De qualquer forma, como afirma Berthold Zilly (1999), o que salvaria o sertanejo de ser condenado pela ciência seria “a sua homogeneidade como tipo étnico, condicionada pela segregação e pela homogeneidade do meio.” [...]. “O sertão aparece como cadinho das raças, viveiro de um tipo genuinamente

brasileiro, possível matriz da nação, cujo futuro é sugerido que virá do interior”. (ZILLY, 1999, p. 22-3).

Euclides da Cunha assume-se como nacionalista. Apesar das contradições que aparecem na sua obra, quando se trai na linguagem preconceituosa, ele precisa encontrar na miscigenação das raças uma possibilidade de o Brasil escapar ao fatalismo determinista de autores como Gobineau, Agassiz e Buckle, para os quais, nosso destino era mesmo a barbárie.

Vigorava no século XIX a crença racista do desequilíbrio étnico como algo inato. De acordo com Roberto Ventura (2000, p. 342-5), Sílvio Romero defende na miscigenação, via branqueamento da população, uma estratégia para “melhorar” a raça brasileira. Considerando o branco superior, acreditava que o nosso povo poderia “evoluir”, em três a quatro séculos, para a raça branca. Mais tarde, Romero iria aprofundar suas crenças arianistas, apontando hierarquias no interior da raça branca, ao considerar celtas e latinos inferiores aos germanos, eslavos e saxões. Os portugueses, por esse prisma, seriam inferiores. Quanto aos brasileiros, devido à mistura do “servilismo do negro”, “preguiça do índio” com o “gênio autoritário e tacanho do português”, estariam destinados a produzir uma nação “sem qualidades fecundas e originais”. (ROMERO, 1888, p. 355).

As biografias de Euclides mostram que ele era um intelectual devotado, estudioso, que lia muitos filósofos e cientistas do modelo ilustrado, com ênfase nos franceses. Walnice Nogueira Galvão (1984) ressalta a importância da formação que o autor recebeu na Escola Militar³³, com a qual terá atritos e de onde será expulso, sendo depois reintegrado³⁴. No

³³ Euclides da Cunha formou-se pelo curso de “Estado-Maior e Engenharia Militar da Escola Militar”, no Rio de Janeiro (1886 a 1892), permanecendo como tenente do Exército até obter reforma no posto em 1896. (VENTURA, 2003, p. 290).

³⁴ Walnice Galvão analisa a importância da Escola Militar no Brasil, desde sua fundação, objetivos, currículo e transformações no texto *Euclides, elite modernizadora e enquadramento*, introdução ao volume 45, da coleção “Grandes cientistas sociais”, o qual reúne textos de Euclides da Cunha. (GALVÃO, 1984).

ambiente da Escola gestavam-se também as causas abolicionistas e republicanas. Em quatro de novembro de 1888, ao invés de saudar o Ministro da Guerra, Tomás Coelho, Euclides, conforme anteriormente comentado, lança seu sabre ao chão, no que deveria ter sido seguido pelos colegas. Era um plano de rebelião para “depor Pedro II e proclamar a República”. (VENTURA, 2003, p. 289).

As concepções de mundo, os sistemas filosófico-científico-políticos que sustentaram a formação intelectual de Euclides - positivismo, evolucionismo, determinismo - baseavam-se no progresso com elevação do padrão material e moral de vida das populações, sob o influxo das ciências e técnicas, resumidas no “prever para prover”. Ele acreditava numa espécie de “lógica inconsciente das coisas” determinante dos influxos da natureza e dos rumos da história da humanidade, supondo que civilização e progresso constroem-se em marcha linear, contínua e ascendente. Quando redige o Programa de “*O Proletário*” e “*Mensagem aos Trabalhadores*”³⁵, o faz, conforme análise de Nicolau Sevcenko (2003), sem a formulação dialética e conteúdos revolucionários marxistas, baseando-se na “linha reformista” do “conservar melhorando”. (SEVCENKO, 2003, p. 183-4).

Os sertões compõe o cânone da literatura brasileira e passa à história como obra que imortaliza Euclides da Cunha, conduzindo-o a uma posição de ataques e defesas apaixonadas. Embora não se negue a meritória grandiosidade da obra euclidiana, o posicionamento ideológico de seu autor é alvo de duras críticas, especialmente a partir da segunda metade do século passado. Vejamos o que afirma Pedro Barboza (2001) em “O

³⁵ O texto foi publicado, no jornal socialista de São José do Rio Pardo *O Proletário*, em primeiro de maio de 1899. (CUNHA, 1966, p. 528).

relato de Canudos: uma ênfase não-euclidiana”³⁶, seguindo a linha de estudos da revisão histórica de Canudos:

A elite militar, de que Euclides se julga porta-voz, não concebe como parte de si, do mesmo Brasil, o país arcaico. Entre a ação bélica contra o Outro e o reconhecimento da alteridade como constituinte de si mesmo - o *nós* da enunciação euclidiana - o dilema é resolvido pela isenção da responsabilidade: a culpa é do vencido por ser *retrógrado, mestiço, negro, pobre e arcaico*. Em momento algum, o profeta republicano questiona o fato de os senhores da república, latifundiários e escravocratas recém-conversos, serem os reais usufrutuários da campanha - a mesma sociedade retrógrada do engano. Como, em toda boa tragédia, não se enxerga o engano, resta adiante carpir literariamente a culpa. Conselheiro ou Canudos, Belo Monte e os conselheiristas, são culpados, todos culpados; basta conferir a marca da danoção. (BARBOZA, 2001, p. 277).

Em 1994, conforme afirmei no capítulo anterior, *Os sertões* foi lembrado como a obra “mais representativa da cultura brasileira, em todos os setores e em todas as épocas”, em pesquisa realizada com 15 intelectuais brasileiros³⁷, embora também se encontrem críticas duras, tanto à postura do intelectual, quanto ao seu trabalho de escritor. Afinal, por que *Os sertões* permanece como ícone, é legitimado pela crítica, faz sucesso editorial e repercute na produção de tantas outras obras nacionais e estrangeiras que o tomam como referência e com ele estabelecem diálogo?

Publicado apenas em 1902, cinco anos após o fim da guerra de Canudos, por um escritor que imaginava, de acordo com Edgar Salvadori de Decca “ter escrito uma obra definitiva de história total”, nos moldes do século XIX (pretendendo-se científica, objetiva, fiel à realidade), *Os sertões* almejava “ser da estatura da *História da guerra do Peloponeso*, escrita por Tucídides”. (DECCA, 2002, p. 165). A importância do texto euclidiano não pode

³⁶ O trabalho de Pedro Barboza é tese de doutorado orientada por Evelina de Carvalho Sá Hoisel e defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA. Até o momento, o trabalho não foi publicado. A discussão acerca da revisão histórica de Canudos ocorrerá no último capítulo desta tese. Na oportunidade, serão acrescentadas informações sobre o referido trabalho.

³⁷ A pesquisa foi realizada pela Revista *Veja* e publicada em 23 de novembro de 1994. (ABREU, 1998, p. 19).

ser explicada apenas como registro da história, pois os fatos narrados já haviam sido publicados, anteriormente (1897), nos principais jornais que circulavam na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, a denúncia do crime da nação contra os sertanejos também já fora feita de modo mais enfático e explícito por escritores de ficção e por jornalistas, a exemplo de Afonso Arinos, monarquista do Jornal *O Comércio de São Paulo* e autor de *Os Jagunços*, Lélis Piedade, do “Comitê Patriótico da Bahia”, Manoel Benício e seu *O rei dos jagunços*, Alvim Martins Horcades e César Zama.

A obra de Euclides assume a função de monumento construído pela história. Ela faz lembrar, adverte, perpetua, torna-se legado da memória coletiva, não permitindo a cicatrização daquela chaga que permanece aberta nos arquivos da nação. *Os sertões* é, por isso, um artefato da sociedade que o produziu, através de suas instâncias legitimadoras e segundo as relações de forças dos poderes em jogo. Sua maquinaria lingüística resultou em uma interpretação do Brasil, a partir do discurso de um narrador atônito e claudicante que se apresenta como testemunha de um “inevitável” crime fundador, cometido em nome da modernização do país e da confirmação de seu estatuto de nação.

O narrador euclidiano claudica, diz e desdiz, e arrasta o leitor para uma leitura flutuante. A empáfia afirmativa do primeiro capítulo, tão bem estruturado, engana o leitor quanto à ciência do narrador. Esse, diante da multiplicidade dos sentimentos e dos acontecimentos, da desordem e do caos dos embates, da inexplicável resistência dos canudenses, da visão que confunde e iguala soldado e jagunço, oprimido e opressor, civilizado e bárbaro, das atrocidades praticadas lado a lado, da tenacidade dos invadidos ante a força descomunal do invasor, não consegue operar a síntese racional de sua narrativa e de seus argumentos. O narrador se entrega, descobrindo-se como ignorante dos fatores decisivos daqueles atos. (HERRERA, 2002, p. 6).

A narrativa euclidiana não pode ser tomada como documento, senão para ser revista, questionada, desconstruída e reescrita pela diferença. Nesse sentido, Euclides da Cunha é um precursor importante dos autores que fariam “retratos do Brasil”, ao longo do século XX. *Os sertões* tem cumprido, portanto, papel extraordinário de texto matricial para os

inúmeros retratos nacionais: as obras literárias e os “ensaios de formação”, publicados posteriormente a 1902.³⁸

O texto em *Os sertões* não é apenas o relato dos fatos históricos, tais como foram registrados na *Caderneta de Campo*, de Euclides (CUNHA, 1975), ainda que se esteja falando da História como “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos*”. (WHITE, 1994, p. 98; grifo do autor). Não está presente na *Caderneta* a dubiedade ética que se observa em *Os sertões*, entre dois Euclides: primeiro, o jornalista republicano, nomeado como adido do Estado Maior, pelo presidente Prudente de Moraes e integrante da comitiva militar do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt; segundo, a testemunha do massacre que se deprime e adocece, face ao horror e se sente imprensado entre suas convicções construídas pela onda patriótica e o cenário do crime. Quais os heróis? Quais os bandidos? Onde a civilização? Onde a barbárie?

Era o caso de uma velha que se aboletara com dois netos de cerca de dez anos [...] Os pequenos, tolhiços, num definhamento absoluto, não andavam mais; tinham volvido a engatinhar. Choravam desesperadamente, de fome. [...] constringia os corações mais duros. Tinha o que quer que fosse de um castigo; passava e repassava como a sombra impertinente e recalcitrante de um remorso [...] (CUNHA, 2001, p. 733). Grifos nossos.

³⁸ Retrato do Brasil é o título de obra de Paulo Prado, publicada em 1928. O professor Willi Bolle cita os vários “Retratos do Brasil” escritos no século XX, a partir da obra de Euclides, considerada texto fundador: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e uma série de “ensaios de formação” da autoria de Raymundo Faoro, Celso Furtado, Antônio Cândido e Darcy Ribeiro. (BOLLE, 2004, p. 23-4). Na literatura, o destaque é para a obra de Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*, analisada por Willi Bolle como “reescrita” de *Os sertões* de Euclides da Cunha. Anteriormente à publicação da obra de Willi Bolle, outros pesquisadores apontaram o caráter matricial do texto euclidiano, inclusive Antonia Torreão Herrera, conforme trabalhos publicados ou apresentados em eventos acadêmicos, entre os quais cito o “Simpósio Internacional *Os sertões: permanências e rasuras*” (ocorrido em Salvador, Feira de Santana e Canudos, em 2002), o “Festival do Sertão: arte e cultura; painel *Os sertões* de Euclides da Cunha: texto matriz” (ocorrido em Canudos, em 2003) e o Simpósio 17 do IX Congresso Internacional ABRALIC: “Atravessando *Os sertões*” (ocorrido em Porto Alegre, em 2004). Se analisarmos a programação e Anais desses eventos, observaremos a recorrência da idéia de *Os sertões* como texto matriz para outras obras.

A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. (*ibid.*, p. 734). Grifos nossos.

No papel de jornalista para analisar o episódio Canudos, Euclides permaneceu alinhado com o poder. Seus primeiros textos, como os dos demais jornalistas da época, revelam uma opinião pré-formada, assentada em clichês que iriam também formar a opinião pública: o movimento seria um complô político com articulações internacionais, visando à restauração da monarquia; os sertanejos seriam bandidos, fanáticos, hereges; os soldados seriam os heróis que restabeleceriam a ordem da pátria em perigo. Mais tarde, com o avanço da guerra e a resistência dos conselheiristas, as convicções dos homens da imprensa seriam abaladas.

O jornalista Euclides reconhece, nas “reportagens escritas para *O Estado de S. Paulo*, que havia subestimado a resistência dos sertanejos e sua capacidade de sustentação da luta”. (VENTURA, 2003, p. 209). Na obra *Os sertões*, o escritor produziria, ambigualmente, discursos de autocrítica: “Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”. (CUNHA, 2001, p. 67).

Quando expressa o sentimento do dever de denunciar a decisão criminosa do Brasil civilizado, Euclides propõe, segundo Willi Bolle (2004, p. 35), uma escrita que se inscreve no “gênero judiciário” (*genus iudiciale*). Desse modo, o “juízo da Campanha de Canudos, conforme uma concepção da História como tribunal” representaria, a meu ver, um reconhecimento, embora tardio, das responsabilidades do poder público e das elites pensantes do país no desfecho desastroso da guerra de 1897.

O Euclides jornalista, autor de “A nossa Vendéia” (*O Estado de São Paulo*, julho, 1897), expressara claramente sua posição favorável à intervenção militar em Canudos para que fossem “desbaratadas as hostes fanáticas do Conselheiro”. Cinco anos depois, o “narrador sincero” de *Os sertões*, na tentativa de expiar a culpa pelos resultados criminosos da

Campanha, inclui-se entre os protagonistas responsáveis pelo massacre, quando afirma: “[...] tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes”. (CUNHA, 2001, p. 66).

A duplicidade da posição político-civilizatória de Euclides em *Os sertões* evidencia-se também no discurso ambíguo sobre o sertanejo. Este era considerado pelo autor um “anacronismo étnico”, “insulado no espaço e no tempo”, a quem só foi permitido vislumbrar “o brilho da civilização através do clarão de descargas” (*ibid.*, p. 502). A ambigüidade euclidiana também é apontada por Willi Bolle:

Por um lado, um ensaio científico ou parcialmente científico, fortemente preconceituoso; por outro lado, uma narrativa épica, em que “os jagunços” são estilizados em heróis tragicamente extintos. [...]. A heroização dos derrotados (na parte historiográfica “A Luta”) funciona como uma compensação do veredicto ideológico sobre o projeto político-religioso dele (na parte etnográfica “O Homem”). Entre o artigo “A nossa Vendéia” e o livro posterior não houve mudança das convicções políticas do autor. Euclides acaba legitimando - mais uma vez e definitivamente - o aniquilamento de Canudos. O narrador d’ *Os sertões* apresenta-se como sincero. Mas que sinceridade é essa que denuncia nos soldados a prática da degola e não investiga o intelectual que os conclamou para a guerra? (BOLLE, 2004, p. 38).

O jornalista Euclides da Cunha foi parcial, pois estava comprometido com a ordem política vigente. Em *No calor da hora*, Walnice Galvão (1977) analisa o papel da imprensa na criação e disseminação de imagens depreciativas de Canudos e dos conselheiristas para atender aos interesses das classes dominantes. Observar-se-ia uma modificação das idéias de Euclides, as quais fariam um percurso, passando da condenação explícita dos seguidores de Conselheiro (antes da ida do jornalista-escritor à área do conflito) à simpatia pela causa canudense (desde o final da guerra até a conclusão de *Os sertões*). A condição de “intelectual dividido” não era algo exclusivo em Euclides; outros intelectuais da época compartilhavam dessa posição:

Literatos ou cientistas, monarquistas ou republicanos, liberais declarados ou indiferentes, na verdade essas distinções são superficiais: todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande

parada histórica do tempo que era a consolidação nacional. Para fazê-la, foi preciso usar ferro e fogo, o que repugnou a alguns; mas a repugnância veio depois do perigo ter sido afastado [...]. Surge daí a consciência dividida de que *Os sertões* é exemplar: para essa consciência a meta histórica é boa mas os meios utilizados são maus. Como escapar ao dilema? Novamente: mediante a convivência intelectual ou por omissão, e o lamento protestatário-humanitário depois do fato. (GALVÃO, 1977, p. 107).

Um Euclides vacilante preferiu omitir tudo o que não fosse “grandioso e heróico”.

O mais grave, porém, foi o seu silêncio, anterior a 1902, a respeito de questões que exigiam o posicionamento firme do intelectual e que outros, como Fávila Nunes e Lélis Piedade, denunciaram: a degola de prisioneiros, o comércio de mulheres e de crianças sertanejas. O próprio escritor recebera um “jaguncinho” (GALVÃO, 1981, p. 77), que ele levaria consigo para São Paulo, encaminhando-o à adoção³⁹.

Apenas cinco anos após o término da guerra, vem a público a obra que traria Canudos de volta ao debate político e intelectual. A partir da publicação de *Os sertões*, cujos custos da primeira edição dos 1200 exemplares, pela editora Laemmert, foram pagos pelo próprio autor (VENTURA, 2003, p. 221), Euclides passa a ser reconhecido como escritor e sua voz de intelectual é investida de maior autoridade para falar sobre questões geográficas, históricas, econômicas e até políticas. A obra, porém, não é unanimidade; recebe críticas, por exemplo, do Capitão Moreira Guimarães, que “defende o Exército no *Correio da Manhã*, do Rio.” (VENTURA, 2003, p. 293).

³⁹ Muitas crianças que ficaram órfãs na guerra de Canudos foram encaminhadas para adoção; outras foram submetidas a trabalho escravo e prostituição. O Comitê Patriótico da Bahia teve papel importante na reconstituição de laços de parentesco e de identidade entre as vítimas da guerra. Euclides da Cunha, na *Caderneta de campo* (1975), refere-se ao “seu” jagunço: “o jaguncinho que me foi dado pelo general continua doente e talvez não resista à viagem para Monte Santo”. A criança que foi levada por Euclides para São Paulo, de acordo com José Calasans, foi entregue aos cuidados de Gabriel Prestes e renomeada Ludugero Prestes. Anos depois, tornar-se-ia professor. (CALASANS, 1980). Também se observa na correspondência de Euclides da Cunha (CUNHA In: GALVÃO e GALOTTI, 1997) registro de carta do escritor (em 9 de outubro de 1908) ao mesmo Ludugero Prestes.

O prestígio como intelectual elege Euclides “sócio correspondente” do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras⁴⁰. Em 09 de agosto de 1904, é nomeado, pelo Barão do Rio Branco, Chefe da “Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus”; em 15 de julho de 1909, também graças à interferência do Barão e do escritor e deputado Coelho Neto, acaba nomeado professor de Lógica no Ginásio Nacional, antigo Colégio Pedro II, no Rio, em cujo concurso obtivera o segundo lugar.⁴¹

Observa-se um trabalho dos leitores especializados e formadores de opinião na construção daquilo que *Os sertões* viria a ser. Em outras palavras, o “capital simbólico”⁴² acumulado pelo autor vai se construindo e consolidando, a partir do reconhecimento da crítica, que legitima o seu trabalho, toma-o como referência, empresta-lhe prestígio e o faz circular com reverberações na contemporaneidade.

O escritor de *Os sertões* é realmente um homem dividido. Ampara-se na ciência e, com o lastro determinista, tenta explicar Canudos como resultante “daquela terra” (meio natural) e “daquela gente” (meio social). As motivações religiosas dos canudenses, por exemplo, não podem ser entendidas pelo homem das ciências.

As contradições euclidianas se revelam também na linguagem antitética cheia de oxímoros e paradoxos: O sertão, que “vai da extrema aridez à extrema exuberância”, é o inferno e o paraíso; o sertanejo “destemeroso”, com seu aspecto dominador de “guerreiro antigo”, é “antes de tudo, um forte”, um “titã acobreado e potente”, mas é também “desgracioso”, “desengonçado” e “bronco”: “Centauro-Bronco”, “Hércules-Quasímodo”;

⁴⁰Euclides é eleito em 24.04. 1903, para a cadeira de nº 7, cujo patrono é Castro Alves. (VENTURA, 2003, p.293).

⁴¹Farias Brito foi classificado em primeiro lugar, mas seria preterido em favor de Euclides, que contava com o apoio de intelectuais e políticos. Euclides “recebe, em 21 de julho, a cadeira de Lógica de Escagnolle Dória” e passa a ensinar das onze da manhã ao meio-dia, as segundas, quartas e sextas-feiras, e “dá sua décima e última aula na sexta-feira 13 de agosto”. (VENTURA, 2003, p. 297-8).

⁴² O conceito de “capital simbólico” é utilizado por Pierre Bordieu no sentido de conhecimento que se acumula e pelo qual se obtém reconhecimento. (BORDIEU, 1996, p. 149).

Antônio Conselheiro é um grande líder, embora “retrógrado”; tanto poderia ir “para a história ou para o hospício”, espécie de “grande homem pelo avesso”; Moreira César, famoso pela “bravura cavalheiresca e barbaridade revoltante”, “tendências monstruosas e qualidades superiores”, é “herói ou facínora”; a morte tem aparência de vida e vice-versa.

Euclides da Cunha detestava as “idéias sem vigor” e o “homem sem idéias” (CUNHA, 1966, p. 579). O intelectual que se revela no conjunto de obra é um idealista, avesso à corrupção, com um sentido de honra e dignidade apurados. Era um indivíduo reservado, casmurro, sem senso de humor nem interesse pela sátira: “Eu não gracejo nunca”. (*ibid.*, p. 639). Sua vida pessoal foi sempre tumultuada, marcada pela paixão e lances trágicos, mas o que sobressai nos textos é a devoção aos interesses públicos no sentido de “pensar a nação”, “servir à pátria” e ao seu tempo.

O autor de *Os sertões* explicita a decepção com a República quando manifesta desprezo pelo regime oligárquico que ascendeu e com ele as “artificiosas combinações políticas, afeiçoadas ao egoísmo dos grupos” (*ibid.*, p. 169). Euclides critica os políticos governantes do alto escalão, defendendo sempre, entretanto, o sistema de governo republicano: “[...] a minha tristeza imensa e amarga ironia com que encaro aos *maître-chanteurs* que nos governam. Felizmente a República é imortal! Resistirá *quand même*, a despeito de tudo [...]” (CUNHA In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 106).

Os dilemas intelectuais de Euclides da Cunha podem ser lidos no seu conjunto de obra. O poema “Página Vazia”, por exemplo, escrito em 1897, quando voltou da guerra, mostra o “autor de uns versos tão mal feitos e tão tristes”, impressionado com o “drama comovente” e a “região assustadora”. (CUNHA, 1996, p. 656). Quando volta do sertão baiano, Euclides é um homem completamente diferente do jornalista entusiasmado que, meses antes, se alinhara ao exército para destruir Canudos.

O vapor Espírito Santo, no qual o jornalista viajara do Rio para a Bahia, chegara a Salvador em 07 de agosto de 1897. Todavia, a comitiva da qual Euclides era membro só deixaria a capital rumo a Canudos, no dia 30 do mesmo mês. O destacamento ao qual o jornalista se integrou seguiu para Monte Santo e alcançou as áreas de conflito no dia 16 de setembro. Em carta de 20 de agosto de 1897, ao amigo Reinaldo Porchat, Euclides revela impaciência com a demora e entusiasmo com a iminente derrota dos revoltosos: “Ainda aqui estou há quinze dias e deves avaliar com que contrariedade. Estou bom, porém, e animado. Infelizmente o ministro não permitiu que eu o precedesse e fosse esperá-lo em Canudos; de sorte que temo não ir a tempo de assistir a queda do arraial maldito”. (CUNHA In: GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 108). Grifos nossos.

Contraditoriamente, ao final de *Os sertões*, é um outro Euclides que se pronuncia. O escritor confere um efeito impressionante ao tecido discursivo, quando o narrador convida o leitor a fechar o livro, impossibilitado que se sente para prosseguir contando aquela história dramática, cujo desfecho sangrento expunha a verdadeira marca da barbárie em nome da civilização:

Fechemos este livro.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 2001, p. 778).

Os sertões, lido como texto híbrido que se situa entre o ensaio e a narrativa (literária e histórica) é o que se pode chamar de obra forjada na realidade histórica (tratamento científico do tema, utilizando um enfoque literário). A obra de Euclides reflete as tensões sociais de um povo, numa determinada época. As contradições, dilemas e conflitos éticos estão evidentes em *Os sertões*. Os arroubos verbais demonstram, desde cedo, uma consciência

inflamada que se expressa em defesa das causas em que acreditava. O intelectual Euclides estava convencido de que sua trincheira de luta era a palavra:

Vemos quanto é forte esta alavanca - a palavra - que levanta sociedades inteiras, derriba tiranias seculares [...]

Eu tenho um fanatismo tão insensato pela palavra, pela tribuna que, faça embora o que fizer de melhor para a sociedade, terei cumprido mal o meu destino se não tiver ocasião de, pelo menos uma vez, erguer a minha palavra sobre a frente de qualquer infeliz, abandonado de todos; e aí impávido, altivo, audaz e insolente arriscar em prol de sua vida obscura todas as energias de meu cérebro, todos os meus ideais - a minha ilusão mais pura, o meu futuro e a vida minha! (CUNHA, 1966, p. 522-3).

No entanto, as relações de Euclides da Cunha com o poder são ambíguas. O intelectual foi nomeado para vários cargos técnicos de obras públicas (VENTURA, 2003, p. 290-8), mas nunca se locupletou ou buscou vantagens pessoais; viveu muitas dificuldades financeiras sem demonstrar, contudo, acomodação ou subserviência. O escritor atritou-se com superiores hierárquicos, demitiu-se de cargos, enfrentou até episódios diplomáticos, conforme discutido anteriormente e “denunciou o trabalho semi-escravo nos seringais do Acre”. (*ibid.*, p. 295).

Pode-se afirmar que Euclides da Cunha foi um idealista de base ética e moral sólida, embora amparado num materialismo animista: o homem é um “objeto natural” manipulado pelas forças que regem o mundo material; seu destino é inexorável, pois o meio determina tudo. Filiado a uma linhagem de intelectuais na fronteira entre o intelectual universal, quando trabalha pelo “justo-e-verdadeiro-para-todos” e o intelectual específico, de competência reconhecida como engenheiro de formação militar, Euclides não se movia em território neutro; pensava o Brasil com a cabeça do século XIX e seu discurso salvacionista para os excluídos do sertão baiano era no sentido emancipatório, buscando levar até eles a “civilização”.

Embora não fosse exatamente uma voz autorizada, e só após o êxito de *Os sertões* tenha se tornado famoso, os movimentos profissionais de Euclides eram de um intelectual

honesto que acreditava nos ideais de justiça, liberdade e democracia, apesar de todas as contradições. Entretanto, ele estava preso às concepções vigentes e o mundo pelo qual se orientava baseava-se na idealização iluminista com soluções para os europeus; na região do conflito, perde o sentido de realidade⁴³. Euclides não era um apaziguador ou “fazedor de consenso”, mas deixa-se contaminar pelo discurso político hegemônico do poder republicano.

Antes da guerra de 1897, e até o seu final, como jornalista, Euclides engrossou o coro do sentimento popular nacional contra Canudos, chamado de “arraial maldito” e “tapera miserável”. As dissonâncias só aparecerão, mais tarde, com a publicação de *Os sertões*, ao expressar os dilemas e reconhecer os erros do governo e do exército brasileiro, ao lado do qual se colocara antes. Fica mais clara também, na obra lançada em 1902, sua surpresa diante da força dos conselheiristas que defendiam a terra invadida, num sertão esquecido, sem justiça, aonde a República só chegava ou para recolher impostos ou para impor a lei pela força das armas:

Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro.

A História não iria até ali. (CUNHA, 2001, p. 734).

E lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos. O atentado era público. Conhecia-o, em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. (*ibid.*, p. 735).

Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os reveses, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota. (*ibid.*, p. 766).

Euclides da Cunha fora a Canudos cheio de convicções patrióticas, incompatíveis com a posição que um intelectual deve assumir. O papel que lhe cabia era o de espírito

⁴³ Apesar do clima de Canudos, as fotografias da época mostram Euclides vestido de paletó, calçado em botinas e de chapéu Panamá. (VENTURA, 2003).

investigativo, da dúvida, do questionamento dos fatos que presenciava ou ouvia contar. Apesar de tudo, não se pode julgá-lo só pela sua atuação como jornalista que vai ao cenário da batalha, compondo a comitiva do Ministro da Guerra, nem pela defesa das teses científicas, hoje das autorizadas, mas vigentes então. É preciso considerar o contexto em que se deram as relações do escritor com as correntes do pensamento da época.

A trajetória do cidadão e escritor Euclides da Cunha revela ambigüidades e posições contraditórias. *Os sertões*, apesar das teorias racistas e do posicionamento do narrador, ao lado das tropas do exército para registrar os fatos sob a perspectiva oficial, cumpre o papel de denunciar o massacre em Canudos, mostrando que aquela campanha realmente fora um “refluxo” para o passado. Enfim, A denúncia euclidiana ganha mais força e credibilidade, circulando ainda nos nossos dias, porque partiu de uma voz que se posicionara do lado do poder.

A história da guerra de Canudos contada por Euclides não é o primeiro trabalho a ser publicado sobre a questão, tampouco seria o registro fiel dos fatos ali ocorridos. Entretanto, a rápida visibilidade alcançada por *Os sertões* após o seu lançamento permitiu que entrassem em pauta, no início do século XX, questões que permanecem atuais, um século depois: a falta de sintonia entre as linguagens utilizadas pelas instâncias de poderes e o povo, o permanente antagonismo entre as parcelas “avançadas” e “atrasadas” da população brasileira, as interrogações éticas e morais dos métodos utilizados por uma sociedade que tem a seu favor toda a sorte de tecnologia, mas não resolve problemas cruciais como a fome, a violência e a negação da cidadania pela exclusão social. A obra de Euclides da Cunha, em sua superlatividade sincera, com todas as contradições apontadas, cresce pelo mérito de fazer lembrar o crime que a pátria, sob álibis forjados, cometeu e que continua a perpetrar, nos muitos Canudos dos massacres cotidianos: Carajás, Candelárias, Carandirus impunes, lembrando que justiça, democracia e cidadania ainda são direitos a conquistar.

4 DE LEMBRANÇA E DE ESQUECIMENTO

Quanto às crueldades dos soldados (gregos),
é melhor silenciar;
jamais me venha a doce inspiração
das Musas para cantar e celebrar
tantas infâmias.

EURÍPEDES, 1999, p. 184

O presente capítulo apóia-se em postulados teóricos sobre a construção da memória social, tomando como ponto de partida a associação da memória com os atos de lembrar e esquecer. Estando a memória relacionada à história e às artes, ela se alimenta do passado porque registra o que foi, mas se refaz no presente, projetando-se para o futuro. Assim, a significação das lembranças é dependente do contexto e sua interpretação resulta em reescrituras, cujos sentidos são produzidos contextualmente, razão pela qual estão em permanente atualização. A memória oficial, memória aí no sentido do que interessa cultivar para fazer circular como a “verdade em si” ou a “história real” constitui-se de um caráter conservador e se assenta nos aspectos da credibilidade e da aceitação.

A primeira parte propriamente dita desse capítulo pretende discutir a organização da memória oficial, cultivada para fazer circular o fato histórico da guerra de Canudos como “verdade em si” ou “a história real”. Tal investimento é importante para compreender a constituição do “fenômeno Euclides da Cunha” como o grande escritor, que se lança no cenário intelectual brasileiro a partir da publicação de *Os sertões*, numa imbricada relação de mão dupla: o autor projeta Canudos e Canudos projeta o autor.

Memória se constrói essencialmente com base em arquivos e os princípios de organização arquivística são naturalmente instituidores, conservadores e até violentos, fazendo-se, em geral, a partir de lugares e posições de autoridade e de poder. Apesar de os registros históricos organizarem-se pelos arquivos e estes serem constituídos em relações de

poder, manter sua estrutura é fundamental para preservar a memória e impedir a amnésia. Como ensina Jacques Derrida (2001, p.11) retomar os arquivos, de modo crítico, não apenas afasta o esquecimento em seu aspecto deletério (nos sentidos de recalque e perda), como também permite, pelo novo olhar, a sua releitura e conseqüente reescritura.

As perspectivas sob as quais os “arquivos” devem ser retomados nesse estudo sobre representações do intelectual Euclides da Cunha não adotam a “busca pela origem”, pelo “lugar onde tudo começou”. Ao contrário, investem-se de uma curiosidade arqueológica, arqueologia aí no sentido empregado por Michel Foucault (2000a, p. 151) de “interrogar o “já-dito” no nível de sua existência: da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte”.

Rever a memória que se construiu sobre Euclides da Cunha, a qual, por sua vez, o constituiu como autor canônico implica, portanto, analisar as formas de enunciação e de continuidade de um discurso que se vem repetindo há mais de um século. A construção e a solidificação desse tipo de memória requerem seleção, cortes e enquadramentos de elementos, fatos e versões e se baseiam na aceitação. O reordenamento do passado pelo presente ocorre pelas narrativas sucessivas, que se revestem de um caráter naturalizador, ganhando credibilidade e assumindo estatuto de verdade. (POLLAK, 1989, p. 9).

“Esquecer Canudos” é o título proposto para o subitem seguinte que versará sobre os espaços instituídos pela organização social como “lugares de memória” (NORA, 1980) - museus, monumentos, memoriais. Também pretendo observar como as homenagens institucionais (atribuição de nomes de “vultos históricos”, especificamente o nome de Euclides da Cunha a ruas, criação de datas e eventos comemorativos) colaboram na construção de “tradições inventadas” (HOBSBAWM, 1984), estabelecidas a partir de um ponto irradiador e de acordo com os interesses políticos e sociais hegemônicos.

4.1 ESQUECER CANUDOS

No fundo, o esquecimento é um grande simulacro
ninguém sabe nem pode / ainda que queira esquecer
um grande simulacro abarrotado de fantasmas
esses romeiros que peregrinam pelo esquecimento
como se fosse o caminho de Santiago
o dia ou a noite em que o esquecimento estale
salte em pedaços ou crepite
as lembranças atrozes e as de maravilhamento
quebrarão as trancas de fogo
arrastarão, afinal, a verdade pelo mundo
e essa verdade será a de que não há esquecimento.

Mário Benedetti

A tragédia canudense é ainda hoje uma ferida aberta no corpo da nação, embora muito já tenha sido feito para tentar apagar essa página da história do país ou reescrevê-la de modo mais tolerável. Talvez, por isso mesmo, é que permaneça na memória de tantas pessoas como acontecimento que não se pode esquecer. Outros movimentos insurrecionais que também foram alvo da ação do exército brasileiro, a exemplo de Contestado (movimento em defesa da posse da terra, ocorrido entre 1912-1916, numa região reclamada pelos estados de Santa Catarina e Paraná) e Caldeirão, (movimento ocorrido em 1937, no Ceará, sob a liderança do beato José Lourenço), apesar da forte repercussão nas respectivas regiões em que ocorreram, não reverberaram no imaginário nacional, nem mexeram tão incomodamente nos brios da pátria como o fez Canudos.

Para setores da sociedade brasileira, seria mais conveniente esquecer Canudos e todos os erros ali cometidos. Inicialmente, interessava a muitos deixar o passado lá atrás, enterrado junto com os mortos, afinal, Canudos fora aniquilado pelo exército brasileiro com o aval da igreja católica, com o apoio direto dos governantes e dos poderes constituídos, a quase unanimidade da sociedade civil organizada, incluindo-se a imprensa e as demais instâncias fundamentais para a formação da opinião pública. As conseqüências de tudo foram trágicas, mas, depois do sangue derramado, o que se poderia fazer?

Se, por uma série de razões, não era possível esquecer Canudos, a pátria necessitava construir uma história oficial do episódio. Tal memória deveria ser oferecida como alternativa às memórias nada exemplares, que, naturalmente, emergiam, ou que foram mesmo estimuladas, a partir de mais ou menos 1960, pelos militantes de orientação marxista dos movimentos sociais, incluindo-se aí segmentos progressistas da igreja católica.

A memória é uma constante construção baseada no passado, mas não pode ser entendida como um reservatório ou estoque de conteúdos prontos, organizados linear e hierarquicamente. As lembranças não são dados homogêneos e inteiriços; antes são traços fragmentados que se formam na alternância esquecer / lembrar. Não se pode, entretanto, restringir a idéia de memória ao ato de lembrar e muito menos a um gesto mecânico, repetitivo como um flash reproduzidor do passado.

Pela concepção freudiana, memória e esquecimento estão interligados, sendo o esquecimento uma espécie de “memória escondida”, como se fossem as duas faces de uma mesma moeda. Nesse sentido, lembrar e esquecer são resultantes de mecanismos inconscientes e, normalmente, sujeitos a processos de adaptação. O pensamento, o raciocínio, a aprendizagem não seriam possíveis sem os estoques de lembranças, mas a capacidade de esquecimento também desempenha funções importantes: referência temporal, meio de adaptação a situações novas com a supressão de erros e ainda como mecanismo de aliviar o sofrimento decorrente de experiências dolorosas e traumáticas.

A capacidade humana de lembrar está relacionada ao ato necessário de esquecer porque a constituição da memória se organiza a partir do movimento de percepção, seleção, apagamento e retenção de fatos, imagens, sensações, experiências. Nesse sentido, ocorre o soterramento das lembranças que vão de encontro àquelas imagens que nos interessam preservar.

Se a construção da memória é algo relacionado à questão identitária, envolve então mecanismos de seleção de fatos que podem e devem ser guardados com vistas à solidificação de imagens positivas. Para que se mantenham as lembranças, o esquecimento é necessário como elemento controlador da memória. Afirma-se, com isso, a função do esquecimento na abertura de novos espaços para outras lembranças, importantes para a continuidade de processos imaginativos e de renovação das experiências culturais.

No caso específico de Canudos, organizar os modos de lembrar é a estratégia mais eficiente que o tecido social encontrou para suportar as reminiscências da guerra. Revela-se, assim, a simples equação: é preciso *recordar*, etimologicamente falando, trazer “de novo ao coração” (latim *cor cordis*) para poder esquecer; esquecimento aí tomado não no sentido estrito de interdição ou recalque, mas como reverso da lembrança, algo que funciona como elemento apaziguador das tensões. Portanto, não apenas é possível reviver Canudos, mas também é necessário recuperar os fatos da guerra numa estratégia de convivência aceitável com as reminiscências de sofrimento que ainda incomodam setores da sociedade.

As idéias de nação e de identidade de um grupo implicam necessariamente um cuidado e valorização da memória histórica ou coletiva, dada sua importância para a construção do sentimento de pertença identitária de uma comunidade e para o fortalecimento de seus setores mais marginalizados. Nesse sentido, cabe remeter à mitologia grega para compreender as origens e usos de conceitos de memória.

Da união de *Mnemósine*, deusa da memória, e de Júpiter nascem nove Musas que tinham a seu encargo ramos especiais da literatura, da ciência e das artes⁴⁴. A palavra “museu”, em língua portuguesa, vem do grego *mouseïon* que significa “templo das Musas”,

⁴⁴ Thomas Bulfinch cita as nove Musas: Calíope, da poesia épica, Clio, da história, Euterpe, da poesia lírica, Melpômene, da tragédia, Terpsícore, da dança e do canto, Érato, da poesia erótica, Polínia, da poesia sacra, Urânia, da astronomia e Tália, da comédia. (BULFINCH, 2001, p. 15).

ou seja, das filhas da *Mnemósine*. O termo está dicionarizado em referência à “instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico”; na mesma direção, a palavra “*mneme*”, do grego “*mneme*” significa memória, lembrança. (HOUAISS, 2001, p. 1985 e 1737).

Estando a memória relacionada à história e às artes, ela se alimenta do passado porque registra o que foi, mas se refaz no presente e se projeta para o futuro, no dizer de Denise Coutinho (2004), por seu “caráter contingencial”, que implica mobilidade, reordenamento, reconfiguração de traços. Assim, a significação das lembranças é dependente do contexto e sua interpretação resulta em reescrituras cujos sentidos são produzidos contextualmente, razão pela qual estão em permanente atualização.

Para Roberto Corrêa dos Santos (1999), a memória como categoria da história é tomada como uma metáfora que abriga muitos sentidos e perspectivas críticas, abrangendo valores dos grupos sociais e das nações. Nesse sentido, a memória está relacionada à cultura em geral, “traços de mentalidades e formas de destinos coletivos, recortados sempre pelos diversos ritmos do tempo, conforme a escolha daquilo a ser, como Memória, pensado”. (SANTOS, 1999, p. 15-6).

Pode-se afirmar que a organização social constrói-se a partir de um lastro de memória e com o peso das gerações passadas a orientar as ações das gerações presentes, de modo que as experiências de erros e acertos dos tempos que ficaram para trás retornam como uma espécie de “espírito de tradição”, a servir de parâmetro, seja de adesão ou de contestação. Valoriza-se, portanto, uma memória histórica ou coletiva como uma espécie de lastro ou plataforma em que se apóiam as narrativas sobre as identidades nacionais: a formação étnica, o espírito coletivo, a orientação das crenças e religiões dos povos. Conforme as idéias de Hugo Lovisoló, a memória histórica ou coletiva:

[...] é fundamental para o sentimento nacional, para a consciência de classe, étnica ou das minorias, sendo constitutiva das lutas contra a opressão ou a dominação. Valorizada, então, quer por sua participação na construção da identidade e da comunidade, quer pelo papel que desempenha no fortalecimento e emancipação dos fracos, ela não pode nem deveria ser esquecida. (LOVISOLO, 1989, p.16).

Em seu gesto ordenador, a memória se constrói acolhendo monumentos, obras, idéias por processos que exigem nossa capacidade de identificar, distinguir, aproximar, reconciliar, ou conflitar desejos e valores. Todo esse material é estocado em arquivos e está sujeito ao esquecimento ou, nas palavras de Roberto Corrêa (SANTOS, 1999, p. 16), à “desumana selvageria do não-saber, do não-lembrar”. Assumem a tarefa de construção e manutenção da memória os “arqueólogos do tempo”, isto é, os estudiosos que, à caça dos elementos soterrados e esquecidos, investem nas idéias de permanência, de exposição e de domínio, fazendo surgir os “templos de *mneme*” ou espaços para lembrar, de que nossos museus e memoriais são a perfeita expressão.

As estratégias para preservação de uma memória coletiva representam um embate contra o desmantelamento das estruturas em um mundo moderno que se move muito rapidamente, colaborando para que se tenha a sensação de que tudo muda a todo instante. A recordação é, portanto, uma possibilidade de restaurar, recriar e reinscrever o passado, passado que nos chega, por vezes, em ruínas, fragmentos que se reordenam pela fusão do velho com o novo, num jogo de materiais que se descartam, se recuperam, se reciclam na direção “do que interessa” e “de como interessa” lembrar.

Assim, o movimento em direção ao futuro é assegurado pela âncora que se lança no passado. Tudo o que ficou para trás pode ser recriado, devendo ser visto sob rasura, como o resultado de uma tradição em mudança, ou seja, algo que se recupera, porém não como modelo a ser exatamente copiado.

Nessa perspectiva, uma pergunta se impõe: a que visam os estudos reunidos sob a rubrica da memória? Todos eles travam um “embate com a morte”, ambicionando livrar algo

do esquecimento, esquecimento aí no sentido deletério de apagamento total. De acordo com o modo pelo qual concebem a história, as pesquisas memorialistas investem em movimentos de ordenação, restauração e preservação. Os mecanismos de recolha e de conservação, entretanto, não estão livres de falhar e, às vezes, como pensou Roberto Corrêa dos Santos (1999, p. 16-7), “encenam essa potência da não-lembrança, dilatam o valor do esquecimento, absorvem a graça dos mecanismos que jamais se completam, dissipam da tradição e do tempo seu acúmulo e seu peso”.

A lição que se tira dessa discussão assegura a existência de um estreito vínculo entre os atos de lembrar e de esquecer. A arte do esquecimento, entretanto, só pode ser vista sob uma dupla, antagônica e complementar perspectiva: uma que se coloca como forma de combate e outra como forma de necessidade, uma vez que o homem, segundo Harald Weinrich (2001, p. 11), é “fundamentalmente um animal *obliviscens*” e Lete, a deusa grega do esquecimento, também era ambígua em relação aos homens.

No âmbito da memória coletiva, “secundária e geral”, encontra-se uma outra, “particular e primária”: a memória, “máquina mental ativa de cada sujeito”. Pode-se falar de uma memória particular do indivíduo como máquina mental que, segundo Roberto Corrêa dos Santos (1999), assemelha-se a uma esponja pela sua permeabilidade e seletividade. Com base em Freud, Santos (1999, p. 18) refere-se à capacidade de absorção, seleção e retenção dos materiais, observando que a memória particular necessita operar por seleção para contrabalançar o esforço de retenção dos elementos capturados.

A máquina da memória individual recebe informações indistintamente, considerando-se a quantidade e não a qualidade dos materiais e, para seu bom funcionamento, recorre a dois dispositivos estratégicos, relacionados à atividade econômica da memória: representar e repetir. “A representação ou a codificação atende às exigências de redução das

qualidades a quantidades, modo pelo qual múltiplos conteúdos aparentemente díspares passam a ser referidos por formas precisas, mas abrangentes, que os sinalizam”. (*ibid.*, p. 18).

A memória oficial (construções históricas engendradas por textualidades e representações sociais, ao longo do tempo, e tomadas como “verdades” inquestionáveis) constitui-se de um caráter conservador. Sua organização é plausível, não podendo, portanto, prescindir de credibilidade e de aceitação. A construção e a solidificação desse tipo de memória requerem todo um trabalho de seleção, cortes e enquadramentos de elementos, fatos, versões, personagens, discursos, enfim, tudo o que não se pode esquecer, mas também não se deve lembrar aleatoriamente.

É conveniente para a organização social e para os poderes constituídos que a recuperação do passado pelo presente - o segundo sempre modifica o primeiro - ocorra por meio de narrativas sucessivas e sustentáveis, o que requer o estabelecimento de um marco inicial e o encadeamento de uma história: origem, repetição para indicar relação de continuidade, atualização, sustentação e credibilidade. É assim que se constroem as narrativas históricas e as “histórias de vidas”, tomadas como modelares e instigantes, a exemplo da história de Euclides da Cunha. Para isso torna-se imprescindível que os discursos sejam atravessados por uma coerência interna, que lhes conferiria um manto naturalizador com rubrica de verdade. Dessa forma, o que não era, ou “não era bem assim”, passa a ser:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 9).

Michael Pollak (1989) chama de “memórias subterrâneas” as lembranças da dor, lembranças remanescentes de períodos de guerra ou de situações em que a organização política se faz autoritariamente por força e repressão. Tais lembranças incômodas tanto podem

ser censuradas pelos poderes ou simplesmente ser auto-reprimidas, em razão do sofrimento que provocam. Elas mantêm-se, todavia, ainda que aparentemente esquecidas, e podem retornar, materializando-se, por exemplo, em imagens representadas discursivamente nas artes plásticas, no teatro, na música, na literatura ou em outras formas de expressão cultural.

A reabilitação de discursos periféricos e marginais se faz por atrito com o discurso estabelecido, repetido e referendado pelas instâncias legitimadoras e por lugares de poder. Assim é que as memórias subterrâneas, embora não sejam exclusivas dos vencidos, são mais comumente associadas aos segmentos dominados ou a culturas minoritárias, opondo-se, de certo modo, à memória oficial. Os vestígios do passado enclausurado, que retornam de zonas sombrias, dos espaços recônditos da memória, nos gestos, nos pequenos objetos, nas falas, nos artefatos culturais podem também funcionar como elementos dessacralizadores que vêm, de alguma forma, perturbar o que pacificado jazia como os mortos sepultados nas dobras do esquecimento.

Rememorar é reviver, é experimentar novamente e toda rememoração arrisca ser uma alteração da realidade posta e tomada como algo inquestionável. A retomada do passado pode, no entanto, ter simplesmente uma função de confirmar e fornecer credibilidade às narrativas, mas, em geral, a revisão da história implica em gestos perturbadores e ressignificações do passado, daquilo que já ficou para trás, sem estar inerte. Trata-se do material arquivado, dos elementos guardados que, a qualquer momento, podem retornar com força, reinvestidos em significações diferentes daquelas aceitas, tidas como legítimas, corretas, enfim, creditadas como verdadeiras.

Revisitar o passado implica, portanto, um risco. A esse respeito, vem de Jacques Derrida a idéia do “mal de arquivo” como algo desestabilizador. Derrida, entretanto, compreende o labor rememorativo não como um mal em si, mas como um “mal” investido de uma potência positiva:

[...] estar com *mal de arquivo* pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. (DERRIDA, 2001, p. 118).

Investir em elementos dissonantes significa a possibilidade de inversão de sinais, de deslocamentos, pois revirar o que está em repouso pode provocar a desorganização das narrativas consagradas e corroer suas bases de sustentação, com a conseqüente desestabilização dos sistemas. O culto ao escritor Euclides da Cunha, tal qual se observa mais especificamente em São José do Rio Pardo, conforme será abordado adiante, não parece ser um exemplo de reelaboração dissonante, visto seu caráter conservador e feição programática tradicionalmente definida, embora sempre caiba a indagação: mas até quando manter-se-á, nos atuais moldes e com as mesmas significações?

Remexer em arquivos e revisitar a memória político-cultural de um povo, por exemplo, por outro lado, apesar dos riscos de modificação do estabelecido, é também muito saudável como forma de suplementar e mesmo de modificar concepções estabelecidas. Assim, promover a revisão histórica do que passou é lutar contra o apagamento, a amnésia, o recalque do esquecimento total, sendo esse trabalho fundamental para se re-configurar a história de um povo, de uma nação, de uma cultura, para se reler o seu passado e compreender a sua ligação com o presente.

Teorizar sobre memória conduz à idéia de arquivo. A palavra arquivo vem do latim tardio *archivum*, significando “palácio, tribunal, lugar onde se guardam papéis e documentos antigos”; adaptação do grego *arkheion*, “residência dos principais magistrados, onde se guardavam os arquivos de Atenas”. (HOUAISS, 2001, p. 294-5).

Como observa Derrida, em *Mal de arquivo* (2001), o termo *arkhê* “designa ao mesmo tempo o começo e o comando”. O arquivo abarca, portanto, uma dupla e simultânea existência: um princípio da história que poderia ser descrito como o “ali onde as coisas começam” e também o princípio da lei, como o “ali onde os homens e deuses comandam, ali

onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada” [...]. (*ibid.*, p. 11).

A guarda dos arquivos no mundo grego era confiada aos chamados “arcontes”, aos quais cabia a responsabilidade de zelar pela segurança física e integridade do material arquivado. A esses primeiros guardiães dos documentos da memória era também atribuída uma competência hermenêutica, de modo que só eles podiam ler e interpretar o material arquivado. Ou seja, apenas os arcontes conheciam os mistérios dos textos, podendo decidir o quê, quando, onde e como divulgar “verdades”, realizando inclusive encobrimentos de dados considerados inconvenientes ou inapropriados para determinada ocasião. Aqueles que não ocupavam tal posição privilegiada tinham acesso aos arquivos pela mediação dos arcontes, os competentes atribuidores de sentidos do material arquivado. Além disso, o arquivamento do material sempre se fez com base no “princípio arcôntico”, que se explica pelo “poder de consignação”, aquilo que Derrida (*ibid.*) pensou como “princípio de reunião”, isto é, princípio de “unidade harmônica”.

Seguindo a linha de raciocínio derridariana, observa-se que “o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”. Não se pode estruturá-lo “sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade”. (DERRIDA, 2001, p. 22). Assim, a constituição e o funcionamento dos arquivos estão relacionados basicamente a três aspectos: 1. lugar (casa, domiciliação, topologia definida e privilegiada); 2. poder (o arquivo é nomológico, ou seja, institui-se com força de lei para fazer valer a ordem); 3. consignação (reunião dos elementos sob o princípio da homogeneidade). (*ibid.*, p. 11-6). Desse modo, pelos espaços geográficos onde se formam, pelo manto de autoridade de que se revestem e pelo princípio uniformizador que os estruturam, os arquivos não podem se descolar das etiquetas da violência, da força e do conservadorismo, em geral, característicos das organizações sociais.

O arquivo é, por sua própria natureza, natureza aqui no sentido de sua constituição, organização e modos de funcionamento, instituidor, conservador e violento. Sua formação ocorre sempre a partir de posições privilegiadas e sob a tutela de indivíduos (até meados do século XX, esses indivíduos eram, na sua grande maioria, do sexo masculino) com o poder de arbitrar e fazer valer como verdadeiros os dados estocados.

Investidos da autoridade arcôntica, os guardadores dos arquivos podem selecionar os dados, alterá-los, invertê-los, suprimi-los, filtrá-los, enfim, arbitrar e manipular voluntária ou involuntariamente as informações. As marcas, os sinais, os vestígios do que pode ou não pode ser dito, guardado e agrupado vão compor um corpo coerente do material arquivado, ou seja, um estoque organizado e com credibilidade para estruturar a memória enquanto liame social.

Cabe então indagar se não interessaria às sociedades a destruição desse mal em si, aqui nomeado arquivo. Tal hipótese seria não apenas tanto absurda quanto problemática. Lutar contra a construção do arquivo significa ir ao encontro do apagamento da memória e trabalhar pela supressão das marcas da história, o que não interessa à organização social. Em que pesem todos os problemas dos registros históricos pelas implicações ideológicas e relações de poder de que se reveste o trabalho com a linguagem escrita, manter a estrutura dos arquivos é fundamental para a preservação da memória, para a sua releitura e conseqüente reescritura.

As sociedades democráticas, em todo o mundo, lutam pela abertura dos arquivos, pelo acesso de pesquisadores (e de demais interessados) aos dados guardados, para que novas leituras e interpretações possam ocorrer em épocas e contextos diferentes. Nos últimos meses do ano de 2004 e início de 2005, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a sociedade brasileira acompanhou pela mídia a polêmica que se instalou sobre a conveniência ou

inconveniência da abertura dos arquivos que registraram os duros anos de ditadura militar, no Brasil, particularmente no período que vai de 1964 a 1985.

Apesar da batalha das organizações de direitos humanos e dos parentes das vítimas pela quebra de sigilo e pelo acesso às informações, mesmo um governo que se diz democrático (mantendo em seus quadros ex-militantes de esquerda que participaram da luta armada, reprimida pelo governo da época), encontra enormes dificuldades para implementar a decisão do poder judiciário de abrir os arquivos do cenário político brasileiro⁴⁵. A abertura dos arquivos militares brasileiros deverá sofrer as intermediações dos arcontes pós-modernos que, no escuro das madrugadas, filtram informações, queimam documentos, decidem o que pode, o que deve ser mostrado e vir a conhecimento público⁴⁶.

Derrida utiliza a expressão “mal de arquivo” para designar uma espécie de ameaça ao “primado arcôntico” que habita “todo desejo de arquivo” (DERRIDA, 2001, p. 23). O autor está se referindo ao que Freud nomeou de “pulsão de morte” ou “pulsão de agressão” ou ainda “pulsão de destruição”, que atua silenciosamente como uma força muda (*stumm*), corroendo o arquivo: “a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer, *arquiviolítica*”. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo:

Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente. Esta pulsão, portanto, parece não apenas anárquica, anarcônica (não nos esqueçamos que a pulsão de morte, por mais originária que seja, não é um princípio, como o são o princípio do prazer e o princípio de realidade): a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer, *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo. (DERRIDA, 2001, p. 21).

⁴⁵ A esse respeito é exemplar a declaração do então Ministro da Defesa e vice-presidente José de Alencar, de que “A decisão da Justiça (de abrir os arquivos) tem de ser cumprida, mas com critérios”; [...] “os documentos do Araguaia não podem ser abertos na Praça da Sé”. (FOLHA DE SÃO PAULO). Disponível em: <<http://www.folhauol.com.br>>. Acesso em: 08.12.2004; grifos nossos.

⁴⁶ Refiro-me ao episódio da queima de documentos, em diversas cidades brasileiras, mais especificamente em Salvador, relativos aos registros do período da ditadura militar. O fato foi noticiado pela imprensa baiana, em dezembro de 2004.

Essa potência arquiviolítica atua como força corrosiva da memória, portanto como ameaça de apagamento daquilo que é *mneme* ou *anamnésis*. Seu investimento funciona como um tsunami de ruína e de destruição, como onda perturbadora da harmonia do sistema (princípio da unidade) e até destruidora dos dados estocados, sintoma de catástrofe e desestabilização da estrutura do arquivo.

O que se sabe hoje sobre o episódio Canudos vem de um conhecimento que se foi estruturando em narrativas construídas, ao longo de 109 anos. Trata-se de um processo comum de reanimação de sentidos com base na recuperação de dados e de vestígios de um passado que se materializa e chega até nós pela representação lingüística: lugares, pessoas, bichos, coisas, palavras, atos, emoções, dramas, cenários, tudo, enfim, enclausurado em textos.

A rede discursiva canudiana foi se tecendo com base em múltiplas linguagens. Canudos passa a ser encenado a partir de documentos oficiais, relatos orais e textos escritos produzidos por diversas fontes, em momentos diferentes, com interesses vários: registros históricos em tom documental, relatórios dos militares, dos políticos, da igreja; textos jornalísticos, relatos orais dos remanescentes canudenses, a que se acrescentam os textos literários, os casos, as lendas, os contos populares, as canções.

A importância de *Os sertões* nesse processo de constituição do episódio Canudos é fundamental, pois o livro de Euclides tem sido, por mais de um século, para brasileiros e estrangeiros a porta de entrada para a Guerra de Canudos⁴⁷. Tudo isso é atravessado ao longo do tempo por marcas ideológicas e valores distintos, pois esses elementos tomam forma pela

⁴⁷ Tal afirmação suscita uma reflexão, conforme se verá no capítulo seguinte. Pesquisadores da questão Canudos que seguem a “linha conselheirista” afirmam que o impacto de *Os sertões* na cultura brasileira teria sido danoso à reconstrução do fato histórico, em razão de estudiosos terem considerado, por tanto tempo, o livro de Euclides como portador de argumento de autoridade. Tal hegemonia se estende até, mais ou menos, a década de 50 do século passado, a partir de quando começaram a ganhar força outras versões sob perspectivas diferentes, conforme será discutido em capítulo à frente.

linguagem e a verdade canadiana não é mais a realidade apreendida empiricamente, mas a realidade representada, da forma possível: mediatizada pelo signo lingüístico, *a posteriori*.

É válido o interesse do pesquisador em recuperar o passado, embora o estudioso deva ter em perspectiva que, ao lidar com a linguagem, estará trabalhando com reconstrução. O “originário”, o “princípio”, a “verdade factual absoluta”, tudo isso deve ser visto “sob rasura”, pois se está lidando com uma verdade do discurso. Pensando com Foucault (2003) que, por sua vez, baseia-se em Nietzsche ao contrapor invenção / origem [*Erfindung / Ursprung*], buscar o “princípio originário” das coisas como “lugar da verdade” é cair num engano uma vez que “[...] elas (as coisas) são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.” (FOUCAULT, 2003, p.18).

As formações culturais, como devem ser vistas as narrativas canadianas e as narrativas de construção do autor Euclides da Cunha são construções discursivas, representações e não descrições "neutras" e "naturais". Os discursos associados às condições históricas de produção de saber e de poder são trabalhados por Michel Foucault no seu conjunto de obras. A essas questões outras se juntam: os processos de constituição do sujeito e suas formações históricas; o exercício dos poderes em seu nível macro (Estado) e em níveis periféricos (micro-poderes); a arqueologia⁴⁸ com o fim não interpretativo, mas com o desejo de se entranhar no próprio discurso e se reconhecer como reescrita para flagrar a historicidade nas "formações discursivas" do arquivo.

Aproprio-me das idéias de Foucault para trabalhar com as narrativas canadianas, aí incluídas as narrativas de constituição de Euclides da Cunha e de sua obra, na suposição de

⁴⁸ Segundo Foucault, a arqueologia, em sua concepção tradicional, organizava-se como “disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história em nossos dias, se volta para a arqueologia - para a descrição intrínseca do monumento”. (FOUCAULT, 2000, p. 8).

que são documentos expressivos de vozes que não querem silenciar e não podem ser tomadas como objetos finalizados e inertes, mas como "formas de permanência" que se organizam em traços, "unidades", "conjuntos", "séries", "relações" (FOUCAULT, 2000, p.8).

O episódio Canudos não se encerrou com o fim da Guerra nem permaneceu esquecido no ermo daquelas paragens tristes. Os lances trágicos e desumanos que avivaram o vermelho da terra já vermelha do sertão canudense repercutiram na memória da nação. Muitos pesquisadores, inclusive Walnice Galvão (1981), atribuem o efeito de repercussão dos fatos da guerra como um mérito de *Os sertões*, que funcionaria como uma incômoda lembrança dos erros cometidos a martelar na nossa memória:

A perturbação que a guerra de Canudos causou na consciência nacional, apesar de ser apenas uma dentre as incontáveis insurreições que houve em nossa história, deve muito, por sua vez, ao livro de Euclides. Esse livro não nos deixa esquecer o que aconteceu e continua acontecendo, põe em xeque a ideologia oficial que postula a índole pacífica do povo brasileiro. (GALVÃO, 1981, p. 83).

Destruir o povoado, queimar os casebres, degolar os prisioneiros, nada foi suficiente; seria fundamental apagar os vestígios materiais daquele erro, limpar a área, e o que mais eficaz nesse sentido do que a providencial idéia de levar água aos sertanejos? Assim, após o fogo de 1897 (bombas de dinamite, querosene e fogo) como fechamento da guerra, mais de cinquenta anos depois, o governo decide mandar água para os sertanejos. Decisão tomada, constrói-se a barragem do Açude Cocorobó com o intuito de se praticar uma ação socialmente necessária para a região. Como e em que circunstâncias isso ocorre?

Estudos técnicos apontaram a necessidade de barrar o rio Vaza Barris (Euclides da Cunha / Canudos), justamente para cobrir parte da área em que se deu a guerra. Em 1951, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) inicia a construção da barragem concluída apenas em 1967. O lago formado cobriu uma área de 2 395 ha, acumulando um

volume de 245 375 950 m³⁴⁹, para cumprir a conhecida profecia atribuída por Euclides da Cunha a Antônio Conselheiro de que o sertão iria virar mar⁵⁰.

Setenta anos após o final da guerra de Canudos, o que restou do arraial teimoso, renascido das cinzas dos casebres incendiados em 1897, submerge como protocolo de intenção proposto pelo lado vencedor: esquecimento. E assim, os fantasmas da dor foram encobertos pelo silêncio das águas quentes e escuras do rio Vaza Barris, todo um passado mergulhado no Lete⁵¹ nordestino. Ironicamente, as alegações da razão de que, em geral, se valem os poderes públicos prevaleceram e as ruínas de Canudos estão hoje encobertas pelas águas. Muitos dos sítios históricos, palcos da tragédia incômoda lembrada pelos mais velhos e seus descendentes diretos, foram inteiramente mergulhados no elemento líquido das águas do Açude Cocorobó, como se os lugares da tragédia devessem ser esquecidos.

Os milhões de metros cúbicos de água represada fizeram submergir as ruínas do “arraial maldito”: os alicerces das casas, o que restou das torres da igreja velha, os escombros do santuário do Conselheiro. Os pontos de referência mais significativos foram retirados do alcance das vistas de teimosos remanescentes, curiosos e pesquisadores; não se deveria mais

⁴⁹ As datas e dados técnicos sobre a barragem do rio Vaza Barris e do açude Cocorobó foram retirados de sites oficiais publicados, sob a responsabilidade das respectivas instituições. Disponível em: <www.transportes.gov.br/bit/barragens/cocorobo> <www.dnocs.gov.br/barragens/bahia/cocorobo>. Atualizado em 07.10.2003. Acesso em 06.11.2004 e 14.11.2004.

⁵⁰ A profecia “O sertão virará Praia e a Praia virará sertão”, citada por Euclides em *Os sertões*, é atribuída, por ele, a Antônio Conselheiro. (CUNHA, 2002, p. 277). Marco Villa, entretanto, discute a autoria da frase, levantando a hipótese de se tratar de mais um dos inúmeros textos apócrifos que circulavam na época. (VILLA, 1999, p. 231-4). Lea Dias (2004, p. 2) lembra que a profecia atribuída ao Conselheiro tornou-se mais conhecida a partir de sua citação no filme de Glauber Rocha *Deus e o Diabo na terra do sol*. Posteriormente, a frase se popularizaria pelo sucesso na letra da canção “Sobradinho”, de Sá e Guarabira, em que a dupla se refere à inundação de cidades ribeirinhas do Rio São Francisco, na divisa das cidades de Juazeiro - Petrolina, com a barragem do rio para formar o lago de Sobradinho: “Vai virar mar / Dói no coração / O medo que algum dia o mar também vire sertão”.

⁵¹ Nos gregos, Letes “é uma divindade feminina que forma um par contrastante com Mnemosyne, deusa da memória e mãe das musas”. A palavra Lete designa “um rio do submundo, que confere esquecimento às almas dos mortos”. (WEINRICH, 2001, p. 24).

ver ou tocar os destroços da guerra, os tijolos das casas que abrigaram as pessoas, a terra vermelha pisada pelos revoltosos. Não deveriam restar suficientes pontos de contato alimentadores de uma base comum que forma a memória coletiva. O que restou da velha Canudos foi parar debaixo da água do açude de Cocorobó sob a imposição de um silêncio absoluto. Mais uma vez, as instâncias de poder empreendem uma guerra, dessa vez contra a memória social, determinando aquilo que Claude Santos chamou de “absurda imposição do silêncio, aos berros. A guerra contra a memória submersa no lago”. (OLIVEIRA SANTOS In: SANTOS NETO e DANTAS, v. 2, p. 204).

Ultimamente, em períodos de estiagem e menor vazão do rio Vaza Barris, reaparecem restos das construções como os arcos da igreja de Santo Antônio da segunda Canudos⁵². Os fragmentos de memória são reinvestidos de múltiplas significações: fantasmas a assombrar as consciências dos viventes daqueles sítios históricos, lembranças incômodas, e até motivos de atração turística⁵³.

⁵² Em 1998 / 1999, período de seca, as águas do Vaza Barris baixaram. As ruínas da segunda Canudos apareceram e foram realizadas fotos e reportagens. Na época, algumas fontes registraram as ruínas de arcos da igreja como se fossem daquela Igreja construída pelos conselheiristas. Em 1999, no trabalho arqueológico emergencial realizado pela UNEB, na área aflorada do açude, foram localizadas ruínas mais visíveis da igreja nova, também consagrada a Santo Antônio e inaugurada em 1909 e alguns vestígios da igreja velha (da época do Conselheiro), que foram fotografados e estudados. Os resultados estão na publicação "*Arqueologia e salvamento emergencial da área do sertão de Canudos*", disponível no CEEC / UNEB. O pessoal da igreja católica diz que algumas madeiras velhas que eles recuperaram seriam aquelas do "incidente desvalioso", relatado por Euclides, embora não haja estudos comprobatórios a respeito. Atualmente, encontra-se no Memorial Popular de Canudos (sob a guarda da Igreja católica), a cruz de madeira que enfeitava a Praça das Igrejas, no tempo de Antônio Conselheiro. De acordo com Roberto Pompeu de Toledo (2002), que se baseia em depoimentos colhidos entre os padres e freiras atuantes em Canudos, trata-se da mesma cruz “que sobreviveu à guerra e foi posteriormente arrancada do pedestal para escapar ao alagamento do sítio original da cidade”. Ao pé da cruz, uma peça metálica “confirma-lhe a autenticidade. Está escrito ali: “Edificado em 1893 por A.M.M.C.” - iniciais que remetem a Antônio Mendes Maciel Conselheiro”. Toledo também informa que no Memorial estão expostas ainda as “grandes traves de madeira” de 3 a 4 metros, carcomidas pela ação do tempo, supostamente as mesmas encomendadas pelo Conselheiro, em Juazeiro e embargadas pelo juiz Arlindo Leone. Mais de um século depois, as madeiras chegaram a Canudos. (TOLEDO, 2002, p. 107-8).

⁵³ A região de Canudos está indicada como destino turístico pela Bahiatursa que informa a possibilidade de se ver, a depender da vazão da barragem, alguns pontos das ruínas do povoado. O *site*

As providências formais para o esquecimento da guerra ou para a construção de versões toleráveis foram tomadas. A quem interessava lembrar Canudos? Como não se podem apagar os fatos passados, era necessário construir narrativas aceitáveis, arrumar cenários a se visitar, enfim organizar aquilo que proponho chamar “modos de lembrar”. Se o esquecimento não é possível, que as lembranças sejam controladas pelos espaços de poder, fornecendo material demandado pela memória coletiva.

apresenta um texto inapropriado e infeliz, do qual destaco o seguinte trecho: “No fim da década de 60, para a cidade não ser de fato liquidada (!?) foi criada uma nova Canudos, sobre o povoado antes chamado Cocorobó”. Disponível em: <www.bahia.ba.gov.br>. Acesso em: 06.11.2004.

5 MODOS DE LEMBRAR

Se alguma coisa fosse inesquecível, nós não poderíamos pensar em mais nada.

Jorge Luis Borges

O escritor Euclides da Cunha jamais esteve na antiga povoação chamada Cumbe - Bahia, mas ainda assim a cidade hoje leva seu nome⁵⁴. A renomeação do Cumbe pode nos remeter a uma oportuna reflexão sobre os significados simbólicos das representações sociais. Como se representam os espaços públicos e que simbolismos são atribuídos a esses espaços?

No mundo todo, os espaços públicos das cidades expressam relações de poder. A construção e nomeação de espaços como lugares de memória (obeliscos, museus, memoriais, estátuas, templos, imagens) são, em geral, decisões políticas do Estado ou de instituições não governamentais, mas igualmente poderosas, como por exemplo, as instituições religiosas. São, portanto, decisões interessadas, com vistas à implantação ou fortalecimento de laços identitários nacionais, locais e à divulgação de crenças. Ao mesmo tempo, representam um desejo de vinculação com o passado e com a memória de cada lugar.

Euclides realmente não andou pelo Cumbe, mas outros personagens relacionados à guerra de Canudos passaram por lá, a exemplo de Antônio Conselheiro e seus seguidores, na década de 1890. Os soldados da Terceira Expedição contra os combatentes conselheiristas,

⁵⁴ Em 1898, foi criado o município Cumbe, desmembrado da cidade de Monte Santo. Em 19 de setembro de 1933, Cumbe passou a se chamar Euclides da Cunha e em 1938 foi elevado à categoria de cidade. Situada a 331 km da capital do Estado, limita-se com os municípios de Canudos, Monte Santo, Quijingue, Banzaê e Cícero Dantas. No ano 2004, a população era estimada em 54.949 habitantes, vivendo de uma economia baseada na agricultura, extração e pecuária.

Disponível em: <www.brasilchannel.com.br/municípios>. Acesso em: 03 de novembro de 2005.

comandados pelo Coronel Moreira César, o “Corta-cabeças”, também passaram por lá, em fevereiro de 1897⁵⁵.

Em 1933, o Cumbe foi renomeado, passando a chamar-se Euclides da Cunha. Isso nos leva a supor um possível desejo de agregar prestígio para o local, ao atribuir o nome de um escritor famoso que, de alguma forma, tinha uma ligação, senão especificamente com o local, mas com a região. Afinal, Euclides imortalizara Canudos e Canudos (Cocorobó) fica muito próximo dali.

O estado de São Paulo também homenageou o autor de *Os sertões*. Euclides da Cunha nomeia uma cidade paulista; o município de Cantagalo, no Rio de Janeiro, abriga o distrito Euclidelândia, lugar anteriormente denominado Santa Rita do Rio Negro, onde fica a Fazenda Saudade em que Euclides nasceu.

Em tempos de internet, uma pesquisa em *sites* de busca das expressões “Rua Euclides de Cunha”, “Escola / Colégio Euclides da Cunha”, “Biblioteca Euclides da Cunha” revela uma infinidade de informações, embora se deva desconfiar da expressividade numérica desses resultados pelas muitas repetições, comuns em buscas de tal natureza. Em Salvador, o elegante bairro da Graça, conhecido pelos muitos prédios de luxo, também abriga uma rua denominada Euclides da Cunha. O mesmo procedimento de busca é válido para monumentos, espaços, memoriais, parques, avenidas, edifícios etc. O nome Euclides da Cunha está em toda a parte.

⁵⁵ Em 9 de novembro de 2005, visitei conjuntamente com os jovens estudantes que participavam da “8ª Semana Cultural Os sertões”, ocorrida em Euclides da Cunha - Ba, a casa em que Moreira César se abrigou em fevereiro de 1897, ao passar pela cidade em direção a Canudos. Moreira César foi o Comandante militar da Terceira Expedição que marchou sobre Canudos. Sua fama era grande em função das vitórias que obtivera em conflitos militares no sul do país e também em razão dos estudos biográficos o retratarem como “temperamental” e “impiedoso”. As narrativas sobre sua morte são contraditórias. No sertão de Canudos, circulam lendas sobre seus feitos contados em textos de cordel. Oleone Coelho Fontes (1995) é autor do ensaio-biográfico sobre o comandante da III Expedição Militar contra Canudos, intitulado *O Treme-Terra: Moreira César a República e Canudos*.

É comum encontrar topônimos homenageando também oficiais que participaram da guerra de Canudos, a exemplo do Coronel Moreira César ou figuras políticas influentes na época, como o Barão de Geremoabo que nomeia rua do bairro de Ondina, em Salvador. O pesquisador do CEEC / UNEB, Manoel Neto, critica as homenagens prestadas na Bahia a “vultos históricos” brasileiros, com a nomeação de ruas, praças e avenidas, ao tempo em que relegam a um quase esquecimento, por exemplo, os mártires da guerra de Canudos:

Entretanto, se Pedrão é uma modestíssima lápide, onde andam Pajeú, João Abade, Manoel Quadrado, Marciano, Beatinho e tantos outros, imolados na guerra de 1897? A Canudos que recorda o ex-presidente Juscelino - nome de avenida - e outros personagens menos ilustres, não faz justiça a seus mais antigos moradores. Ignora-os. Enquanto isso, solene, as classes dominantes reverenciam em Salvador e outras cidades brasileiras, os algozes fardados que sitiaram, incendiaram e destruíram o vilarejo histórico. Assim é que Machado Bittencourt, Moreira César, Febrônio de Brito e Pires Ferreira aparecem em homenagens públicas. O Corta-Cabeças, inclusive, mereceu comovida (!) homenagem de um grupo de intelectuais, que mandou erigir no possível local onde ficaram seus despojos - denominado Umburanas - uma cruz tendo na base placa que patenteia a iniciativa. (SANTOS NETO, 2005).

Mais ou menos a partir da década de 1980, essa situação se altera um pouco, verificando-se também homenagens aos vencidos da guerra de Canudos. Tal fato seria uma consequência da mudança de enfoque dos estudos sobre a guerra de Canudos, já sob o impacto das pesquisas de valorização das fontes conselheiristas e dos movimentos sociais que se organizam na região⁵⁶. Em cidades como Canudos, Bendegó, Monte Santo e Euclides da Cunha, por exemplo, observam-se, atualmente, muitas marcas que lembram os mártires de Canudos, conforme se verá em capítulo adiante.

⁵⁶ É necessário destacar a importância do movimento que se articulava, não apenas na região de Canudos, desde a década anterior e passa a apresentar frutos já no início dos anos oitenta: 1981: criação do Movimento Histórico de Canudos, sob a liderança do Padre Enoque Oliveira; em 31 de agosto de 1983, criação do “Núcleo Sertão”, ligado ao Centro de Estudos Baianos, da UFBA (o “Núcleo Sertão” foi criado para abrigar o acervo da coleção de José Calasans sobre a guerra de Canudos); 1985: criação do CEEC - UNEB; 1986: criação do Parque Estadual de Canudos.

A mesma busca em relação ao nome de Antônio Conselheiro, embora apresente resultados numéricos menos expressivos, também revela a designação de ruas, avenidas, praças e, inclusive, dois memoriais, localizados, um na terra natal do beato, Quixeramobim, no Ceará e outro em Canudos, na Bahia. Antônio Conselheiro também nomeia um hotel no antigo Cumbe, hoje Euclides da Cunha. O município de Monte Santo que, na época da guerra, serviu de base de apoio para as forças do exército, hoje expõe na praça da matriz uma estátua de Antônio Conselheiro⁵⁷. Ironicamente, o homem que já foi considerado o grande “inimigo da República” agora recebe homenagem oficial; sua estátua de madeira divide espaço com o busto em bronze do Marechal Bittencourt (Ministro da Guerra em 1897) e, mais ainda, a “matadeira”, canhão utilizado na ação militar contra Canudos.

Assim se faz a memória com nomes de figuras e de vultos considerados importantes que tiveram participação em eventos os quais entraram para a história com suas marcas de sangue, sacrifícios, mortes, execuções, martírios. Esses eventos, para serem caracterizados como “nossos”, carecem de sustentação e credibilidade e por isso devem ser ao mesmo tempo esquecidos / lembrados de forma positiva e organizada.

Para lembrar é necessário fundar, constituir, trabalhar e organizar os “lugares de memória”. Tal expressão é utilizada pelo historiador francês Pierre Nora (1993), em referência a espaços e lugares materiais (museus, arquivos) ou imateriais (rituais, efemérides históricas, a exemplo de aniversários, datas-marco, comemorações) para celebrar algo, alguém, algum lugar. Os agentes produtores dos lugares de memória se interessam por

⁵⁷ Em 1995, a prefeita de Crisópolis - Bahia, Maria do Socorro Narciso Coelho resolveu homenagear Antônio Conselheiro, inaugurando a praça com o nome do fundador da cidade. (TOLEDO, 2002, p. 114). Antônio Conselheiro criou o Arraial do Bom Jesus (hoje Crisópolis) e ali construiu uma Igreja, qualificada por Euclides de “belíssima” e conservada, nos nossos dias. Na fachada estão inscritas a data 1892 e as iniciais BJ (Bom Jesus); no interior, no alto da parede, um medalhão com o célebre dístico: “Só Deus é grande”. A referida nomeação da praça de Crisópolis é exemplar da mudança de perspectiva. O homem que, em 1897, era inimigo do poder republicano, sendo por isso perseguido e morto, recebe contemporaneamente homenagens oficiais e o reconhecimento de “fundador da cidade”.

objetos, papéis, fotografias, documentos, enfim, todo o tipo de material que possa funcionar como relíquia, acionando as lembranças de um grupo social em relação a fatos ou personagens tornados importantes para a história. Pierre Nora distingue a organização social da memória, no mundo moderno, daquela que se observava nas sociedades tradicionais, indicando uma perda da prática e vivência cotidiana de recordar o passado, algo que se fazia de forma mais rotineiramente pelo conjunto da sociedade e que se passou a fazer, nos tempos modernos, por agentes especiais e em espaços específicos, os chamados “lugares de memória”.

Assim, é preciso fundar algo e sustentar o fundado por uma série de ações que, por sua vez, vão se afirmando e ganhando credibilidade, esta alinhavada pelas narrativas históricas, literárias e míticas. As sociedades modernas passaram, então, a instituir lugares especiais ou mecanismos específicos que lhes permitem a rememoração de um passado o qual interessa lembrar. Surgem as datas comemorativas, os museus, as salas, as publicações especiais, os marcos, os memoriais, os bustos, as estátuas, os parques, os monumentos, os prêmios, os selos, as estampas, as efígies, as comendas, os títulos, tudo isso como formas, espaços e elementos que funcionam como lugares de memória.

Olhar para o passado e estabelecer com ele uma relação de continuidade / descontinuidade são formas de preservação ou de apagamento da memória. Quando o historiador inglês Eric Hobsbawm (1997) utiliza a expressão “invenção das tradições”, refere-se ao procedimento de que se utilizam as sociedades modernas para cultivar, transformar ou recalcar idéias, pessoas, narrativas, manifestações culturais, enfim, um conjunto de práticas como marcas de um passado, em geral não tão distante quanto se imagina. Essas práticas são investidas de uma natureza simbólica e ritual e estão impregnadas de valores, normas sociais, modos de comportamento, cristalizando-se pela repetição e pela continuidade de um passado dignificante que se deve legitimar. As tradições inventadas sustentam as histórias das nações

com seus modelos, mitos, discursos que se pretendem séries acabadas, com o intuito de propalar a idéia de unidade nacional:

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, de estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses. [...] E é exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da “nação” moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e, em geral, bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da “história nacional”), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à “invenção das tradições”. (HOBSBAWN, 1984, p. 22-23).

O fundamental nesse processo é o estabelecimento de um marco, um ponto irradiador a partir do qual se origina uma história que deverá ser alimentada, continuada e mantida com elementos que lhe conferirão sustentabilidade. Ou seja, o processo de manutenção de uma tradição inventada ocorre pela continuidade dos procedimentos organizados em torno de um núcleo central e de acordo com as necessidades do tecido social contextualizado no tempo e espaço. Desse modo, algumas das tradições, cujas origens desconhecemos e que nos parecem antigas, são cultivadas na modernidade como se fossem remanescentes de períodos distantes. Na verdade, essas tradições são mais recentes do que parecem ser; expressam-se como tradições construídas que se vão atualizando em movimentos organizados de acordo com interesses e contextos sociais diferentes.

Exemplos de tradições inventadas e que interessam a esse estudo são o culto ao escritor Euclides da Cunha, especialmente em São José do Rio Pardo e o culto à memória dos sertanejos mortos em Canudos, cujo foco irradiador é a Bahia, tendo como figura emblemática e polarizadora do movimento Antonio Conselheiro. Observa-se então uma espécie de divisão no foco de interesse das pesquisas sociais e de manutenção de uma memória organizada em torno de duas figuras relacionadas à guerra de Canudos: Euclides da Cunha e Antonio Conselheiro.

5.1 SÃO JOSÉ DO RIO PARDO: UM ESPAÇO DE PERMANÊNCIA

E ele voltará [...] como o herói saudoso do recanto de paz. E
ficará para o repouso eterno, acalentado por toda uma
cidade agradecida.

Rodolpho Del Guerra

Não fosse o desabamento da ponte metálica de São José do Rio Pardo, Euclides teria voltado à cidadezinha do interior paulista? Sem a cabaninha de zinco e sarrafos, onde, quando e como teria escrito sua obra prima? Divagações permitidas, retornemos às considerações introdutórias, importantes para guiar o leitor que julgar necessário algum tipo de orientação de leitura.

Esta parte do trabalho está diretamente relacionada à discussão teórica desenvolvida anteriormente, quando abordei a questão da memória social, vinculada ao duplo movimento do lembrar e do esquecer. Inicialmente, serão tecidas considerações sobre o euclidianismo, enquanto movimento organizado, que trabalha com estratégias de evocação e lembrança, apontando onde, quando e como se deu o surgimento do culto a Euclides da Cunha. Em seguida, localizo São José do Rio Pardo como o lugar de memória mais importante na preservação do nome do escritor e de tudo o que se relaciona à construção e manutenção do prestígio de Euclides da Cunha como figura consagrada, intocável, quase um ser mitológico. Aí se esclarece a vinculação do nome de Euclides da Cunha ao rio Pardo e à cidade paulista onde o engenheiro morou de 1898 a 1901. Finalmente, tomo a 93ª Semana Euclidiana, realizada em agosto de 2005, como um corpus a ser analisado, para ainda discutir o euclidianismo e levantar hipóteses acerca da continuidade e rumos do movimento.

O euclidianismo que chega aos nossos dias como movimento organizado encontra sua base de apoio em São José do Rio Pardo, cidade de aproximadamente 50 mil habitantes, localizada 260 km a oeste do interior da capital São Paulo. Lá acontece anualmente, há

noventa e quatro anos, a manifestação mais expressiva do culto ao escritor: a Semana Euclidiana, evento que tem seu ponto alto no dia 15 de agosto, data da morte de Euclides e feriado municipal em Rio Pardo⁵⁸.

A entusiasmada brigada euclidianista de São José do Rio Pardo, entretanto, costuma dizer, segundo a ex-diretora da Casa de Cultura Euclides da Cunha, também rio-pardense, Carmen Cecília Trovatto Maschietto (2005) que eles “não comemoram a morte de Euclides, mas a sua imortalidade”. As palavras da professora Carmen Maschietto traduzem um sentimento que parece irmanar os habitantes da cidade, há quase um século, e que alguns assumem como missão: reconhecida a glória de Euclides da Cunha, é dever dos euclidianos levar a palavra do grande escritor adiante e trabalhar para que as futuras gerações conheçam o seu legado de homem de idéias que deu ao país a obra da qual poder-se-iam orgulhar *ad eternum*. A Semana Euclidiana representa, portanto, desde 1936, quando foi instituída pelo médico Oswaldo Galotti, a culminância de todo um trabalho de culto à personalidade de Euclides da Cunha e à sua obra.

⁵⁸ A Câmara Municipal de São José do Rio Pardo instituiu em 15 de agosto de 1925, o Feriado Municipal conhecido como “Dia de Euclides”. Daí em diante, o dia 15 de agosto de cada ano tem sido dedicado às comemorações euclidianas. (TREVISAN, 2005). A comemoração do “Dia de Euclides” remete a outras comemorações da área literária: o *Bloomsday* e o Dia do Livro. O *Bloomsday* ocorre em 16 de junho, dia internacional do escritor irlandês James Joyce. Os admiradores de Joyce relembram os acontecimentos vividos, em aproximadamente 18 horas, no dia 16 de junho de 1904, pelos personagens da obra, principalmente por Leopold Bloom, protagonista de *Ulisses*. Consta que os irlandeses amantes da literatura comemoram a data “reunidos em bares, tomando cerveja preta e lendo trechos do livro”. Há controvérsias sobre quando o *Bloomsday* começou a ser comemorado: 1925, três anos após o lançamento do livro (nesse caso, seria no mesmo ano em que se instituiu o “Dia de Euclides”); década de 40, logo após a morte de Joyce; a hipótese mais aceita indica que foi em 1954, na data do quinquagésimo aniversário do dia retratado em *Ulisses*. (<www.wikipedia.org>). Acesso em 17.12.2006. No dia 26 de abril, também são prestadas homenagens internacionais a dois grandes pilares da literatura universal: Miguel de Cervantes e William Shakespeare. Em 1996, a UNESCO declarou a data como o “Dia Mundial do Livro e do Direito Autoral”. www.unesco.org.br. Acesso em 17.12.2006. No Brasil, observa-se que alguns Centros de Estudos Shakespeareanos também comemoram o 26 de abril, em cafés literários, com apresentações de saraus, palestras, audições musicais e encenações de textos de William Shakespeare.

A história do euclidianismo relaciona-se a fatores que se conjugam em momentos e lugares próprios e diferentes. Apesar de os biógrafos afirmarem não ser Euclides um homem extrovertido e sociável, o fato é que ele soube fazer amigos fiéis e deixou admiradores que reconheciam o valor de sua obra. Isso, entretanto, não é suficiente para explicar a origem e fortalecimento do movimento euclidiano, o qual só pode ser compreendido considerando-se um conjunto de sucessivos acontecimentos: a “morte matada” de um intelectual jovem e produtivo, no auge da carreira, o enredo passionai da trama com ingredientes de uma tragédia esquiliana (infidelidade da mulher, traição do escritor por Dilermando, um homem recebido no meio da sua família como companheiro do filho Sólon, várias outras mortes, de alguma forma, relacionadas à primeira, e o desejo de “vingança sobre vingança”), cobertura sensacionalista do fato jornalístico, absolvição de Dilermando da acusação pela morte de Euclides da Cunha, casamento de Ana com Dilermando, “o assassino do marido”, morte de Euclides Filho pelas mesmas mãos que tiraram a vida do pai, nova absolvição do réu, manutenção do segundo casamento de Ana e Dilermando, até após a morte do filho.

Além dos aspectos enumerados acima, diretamente relacionados àquilo que a imprensa da época chamou a “tragédia da Piedade”, pelo fato de as cenas do primeiro ato - a morte de Euclides - terem como cenário a casinha dos irmãos Assis, no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro, a imortalidade de Euclides da Cunha foi se tecendo também porque os brasileiros do início do século precisavam de referências positivas na construção de uma nação moderna.

É senso comum dizer que uma pátria se faz com “homens bons”, “superiores”, geralmente ricos, donos de propriedades e com legitimidade social, isto é, autoridade e reconhecimento entre os membros do governo e as diversas classes sociais. A pátria se faz também com grandes idéias, tudo isso unido por elementos comuns: língua, religião, ideologias, narrativas de origem e sínteses de formação étnica que forneçam histórias

exemplares. Naquele momento, o Brasil dava continuidade ao processo identitário de construção da nação, e os vultos históricos - políticos, militares, cientistas, escritores - eram tomados como modelos. Além disso, o país não dispunha ainda de um “campo literário” propriamente formado e Euclides apresentava-se como a figura ideal para ancorar os escritores daquele período e estabelecer-se como um marco referencial: sua obra fora aclamada pela melhor crítica da época e seu nome já era prestigiado pelas instâncias intelectuais legitimadoras do cânone cultural.

O nome de Euclides da Cunha era uma potência que surgia para servir de modelo e emprestar prestígio aos intelectuais de diversas áreas do conhecimento. Urgia que os brasileiros de idéias que dominavam a cena do pensamento avançado da época se apropriassem da figura euclidiana e de seu ideário para consolidar as tarefas intelectuais de um escritor como um trabalho em que se lida com o pensamento, algo, portanto, elevado. *Os sertões* era a materialidade de que necessitavam para alavancar o trabalho de construção desse campo intelectual, pois a obra fora recebida pela crítica influente como “texto singular”, de peso e de amplo espectro: um pouco tese sócio-antropológica, um pouco literatura, um pouco ciência, num momento em que “ciência” era a palavra forte associada ao progresso, possibilitando o reconhecimento das nações como lugares desenvolvidos.

Os jornais da época, logo após a morte de Euclides, forneceram a decisiva colaboração para construir em torno de seu nome um consenso relativo às qualidades e atributos com os quais o escritor entraria para a história: genialidade, heroísmo, espírito de sacrifício, patriotismo, talento, originalidade (Euclides tinha o que se chamava “estilo próprio”, sua escrita não se assemelhava à de nenhum autor nacional), correção moral, atualidade e universalidade do pensamento. O relato da Campanha de Canudos não era uma questão restrita à região; em *Os sertões* foram lançadas teses em discussão em outras partes do mundo. O texto euclidiano impunha-se também, ou pelo menos era lido como um tratado

importante para se compreender a história da nação, ficando a narrativa da guerra de Canudos em posição de menor importância, se é que se pode dizer algo dessa natureza em relação a *Os sertões*.

Euclides não nasceu em família rica ou politicamente influente e, embora seu pai fosse proprietário de uma pequena fazenda, eram considerados pobres. O escritor ficou órfão de mãe aos três anos de idade e não contava com a maré a seu favor numa sociedade que privilegiava o “bem nascer” e as relações sociais de compadrio. Tudo isso torna mais intrigante sua ascensão, prestígio e reconhecimento social, ainda que nunca tivesse conquistado fortuna.

Além das razões já analisadas no primeiro capítulo desse trabalho - crítica favorável a *Os sertões*, morte prematura e dramática, bem como a produção de biografias enaltecidas - acrescenta-se como motivo para Euclides da Cunha ter alcançado o êxito com sua obra e galgado a posição modelar o fato de ter superado tantas adversidades, vencendo na vida, segundo os biógrafos, por si próprio. Agregue-se ainda o fato de o escritor ter fornecido, em sua obra e no seu exemplo de vida, a síntese histórico-cultural do Brasil republicano recente: fé no futuro e no progresso com saída pela civilização. Assim é que se vislumbrou na frase de Euclides “Estamos condenados à civilização: ou progredimos ou desaparecemos” (CUNHA, 2002, p. 157), uma espécie de bandeira, cujo lema positivista expressava o desejo de que a frágil e recente república brasileira escrevesse sua história segundo os moldes utilizados pelas nações mais desenvolvidas do mundo⁵⁹.

Euclides era realmente um entusiasta defensor do projeto moderno. O que não se apontou até agora, entretanto, não pelo menos com tanta ênfase ou regularidade, foi o “achado

⁵⁹ Curiosamente, a frase que Euclides da Cunha (2002, p. 157) produziu e aplicou no início do século XX “Ou progredimos ou desaparecemos” ainda é utilizada contemporaneamente, mesmo que fora de contexto. Refiro-me à campanha publicitária do uísque Johnnie Walker, exibida em novembro de 2005, em outdoor, na orla da cidade de Salvador.

euclidiano” de antever ou antecipar o conflito dialético que ainda desconcertaria os intelectuais contemporaneamente: o reconhecimento da perversidade / barbaridade (“Estamos condenados à civilização”) dos métodos modernos na destruição de Canudos e, ao mesmo tempo, a inevitabilidade da modernidade (“Ou progredimos ou desaparecemos”) para construir a desejada civilização.

Euclides da Cunha era um homem inflamado pelos ideais de justiça, liberdades individuais, direitos do cidadão, ética, democratização da sociedade pela fé na república, e sua obra seria recebida como texto que fornecia chaves interpretativas da formação e história do Brasil. Em *Os sertões*, as duas primeiras partes - “A Terra” e “O Homem” - apresentam teorias embasadas no cientificismo positivista, teorias totalmente superadas nos estudos sociais contemporâneos, mas ainda sustentadas e acreditadas no Brasil da época. Tais pressupostos teóricos explicavam a nossa formação territorial e étnica e contrastavam dois Brasis: um Brasil do interior, economicamente atrasado, a que se estava pouco afeito, mas que abrigava o povo que formaria a “rocha viva da nossa nacionalidade” e um Brasil do litoral, que se industrializava e cujas cidades buscavam espelhar-se nas metrópoles européias, ganhando ares de progresso.

Euclides acreditava que o caldeamento das três raças - o índio nativo, o negro africano e o branco português - por mais de trezentos anos, ter-se-ia processado diferentemente nas regiões do litoral e do interior. O povo do sertão formaria a autêntica raça brasileira (“cerne da nacionalidade”), nas regiões do interior, como consequência do isolamento a que fora relegado:

Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões e do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um retrógrado; não é um degenerado. (CUNHA, 2001, p. 203). Grifos nossos.

O sertanejo é, “antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (p. 207); é um “centauro bronco” (p. 210) que, colado ao dorso do cavalo, com esse se confunde. O escritor elege o homem do interior como o menos maculado pela civilização (o mestiço do sertão é bronco, mas não é degenerado como o mestiço do litoral, principalmente o habitante das grandes cidades - Euclides referia-se, em especial, ao morador do Rio de Janeiro, capital da República, centro de decisões e local onde se formavam as opiniões), não corrompido (porque insulado) por hábitos e padrões europeus, aquilo que o escritor chamou de “uma cultura de empréstimo”. (CUNHA, 2001, p. 203). Contraditoriamente, o intelectual Euclides da Cunha enxergava um futuro para o Brasil apenas pela via da civilização de acordo com os moldes europeus.

A obra *Os sertões*, além de ser lida como tese sociológica, por outro lado, ousava apresentar-se também, ao mesmo tempo, como relato jornalístico, histórico e literário. Acrescente-se a isso o lastro de pressupostos científicos da narrativa euclidiana, em um momento em que o mundo civilizado, com base na ciência, considerava superados os ideais românticos e optava por progredir pela razão. Coelho Neto, com seu estilo empolado, avalizava a escrita do estreante Euclides da Cunha:

Euclides da Cunha é, em verdade, senhor de um vocabulário portentoso e novo adquirido, não por influência do insistente conselho de Gautier: “Liser les dictionaires”. Ele entende que o fruto mais sumarento e mais sávido é aquele que se colhe na árvore e não o que se compra à porta, empilhado no gigo de um vendedor, e foi à colheita percorrendo vagarosamente os pingues pomares clássicos, desde o horto virente e viçoso, mais opimo que o das Hespérides, que é a obra de Camões, até os limoeiros e as oliveiras pálidas do tempo pagão desse mestre ático Latino. Visitou essa floresta, reçumante de seiva, onde os frutos tornam as árvores acenosas vergando-lhes pesadamente os galhos fartos, que é a obra de Vieira. Correu a cultura monástica de Lucena e de Luís de Sousa, andou pela almoinha amável de Bernardes; atravessou os frescos e bem regados prados de Rodrigues Lobo, passando entre os mansos rebanhos das bucólicas sem interromper os descantes dos pastores; visitou a herdade merencória do solitário de Val-de-Lobos onde crescem sobreiros carvalhos frondosos e a vinha alastra pampiniosa cobrindo velhos muros; trilhou a terra fecunda de Camilo e sentou-se para ouvir o rouxinol nos ramos das acácias do jardim de Eça de Queirós. (COELHO NETO, 2003, p. 108). Grifos nossos.

O Brasil então já dispunha de sua obra e de seu autor de porte, capazes de fazerem frente ou pelo menos de serem comparados às grandes obras e autores clássicos respeitados do mundo. Isso era atestado pelos críticos da época, homens então com autoridade intelectual para fazê-lo como o fez Coelho Neto.

Retomando os fios que ajudarão a compor a teia do euclidianismo, observa-se que a absolvição de Dilermando de Assis, no Rio de Janeiro, em 05 de maio de 1911, da acusação de assassinato do escritor desencadeia uma reação inflamada dos admiradores e amigos mais chegados. Regina Abreu (1998) aponta essa época e local como marco de nascimento do movimento euclidiano, período também de criação do primeiro Grêmio Euclides da Cunha:

A reação à absolvição de Dilermando foi sem precedentes. No aniversário da morte do escritor, seus amigos e admiradores decidiram iniciar um movimento “por protesto” contra a absolvição de Dilermando e “por adoração” a Euclides da Cunha. Reunidos no Cemitério São João Batista, diante do túmulo do escritor, fizeram o juramento de levar adiante sua palavra. Entre os iniciadores do movimento estavam o escritor amazonense Alberto Rangel e o maranhense Coelho Neto. Na mesma época foi criado o Grêmio Euclides da Cunha, que funciona até hoje, com o objetivo de estudar e divulgar a obra do escritor. Nasceram os “euclidianos” ou “euclidianistas” [...]. (ABREU, 1998, p. 300).

Alberto Venâncio Filho (2001) informa que os criadores do Grêmio do Rio eram ligados ao Colégio Pedro II. Outros nomes ajudaram a sustentar o euclidianismo: Francisco Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça são lembrados como forças importantes no movimento.

Euclidiano convicto, Afrânio Peixoto encarregou-se de divulgar o pensamento do escritor. Em 1911, fazia discurso na Academia Brasileira de Letras, no ato de posse da cadeira número sete, falando sobre Euclides da Cunha e seu “ideal de bandeirante” animado pela vontade de desbravar as terras desconhecidas do interior. Alberto Venâncio reproduz a fala de Afrânio Peixoto e este encerra seu discurso com as seguintes palavras em referência a Euclides: “Foi o primeiro bandeirante dessa entrada nova pela alma da nacionalidade

brasileira. Seu nome ficará até lá onde foi ter o seu arrojo e a sua ambição”. (PEIXOTO, 2006). Grifos nossos.

A continuidade do movimento, a regularidade das ações e o entusiasmo dos euclidianistas foram importantes para a consolidação futura do euclidianismo. Na Biblioteca Nacional do Rio, em 1912, Alberto Rangel proferiria a conferência sobre os “Sertões brasileiros”, discorrendo sobre Euclides e sua obra e, em 1913, Coelho Neto faria a conferência “Feições do homem”, tratando de episódios da vida e do temperamento esquivo e retraído do escritor. (VENÂNCIO FILHO, Alberto, 2001, p. 5-9).

O ano de 1912 seria considerado o marco inicial do Movimento pró Euclides em São José do Rio Pardo. A adesão de intelectuais da capital paulista, entre os quais Adalgizo Pereira, Pinheiro Júnior, Alfredo Pujol, Amadeu Amaral, Nestor Pestana e Veiga Miranda, ocorreria, de acordo com Abreu (1998), apenas em 1918, por iniciativa do grupo ligado ao Grêmio do Rio. A partir desse contato, os euclidianos decidiram proclamar as duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, “cidades-irmãs no culto ao escritor”. (*ibid.*, p. 309). O Grêmio Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, publicaria anualmente, por 25 anos, desde 1915, a Revista *Por Protesto e por Adoração*, divulgando a obra e a vida do autor de *Os sertões*.

Duas ações importantes para o fortalecimento do euclidianismo ocorreram em 1917, segundo informa Regina Abreu. A primeira foi a criação da Sala Euclides da Cunha, no Museu Nacional e a segunda foi o lançamento do “Plano de Campanha” por Edgar de Mendonça, iniciativas que propiciariam a estruturação do movimento por intelectuais de projeção nacional. (*ibid.*, p. 302-8).

A Sala Euclides da Cunha, que passou a integrar a Seção de Etnografia Sertaneja, foi organizada por Roquette-Pinto⁶⁰, que defendia o “valor positivo da mestiçagem” e a necessidade de educação das massas. O novo espaço no Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, que funcionou como um pequeno museu dedicado à memória de Euclides, representava também uma espécie de reconhecimento científico do pensamento do escritor. O autor de *Os sertões* passou a ser comparado a pesquisadores estrangeiros de grande projeção na época, a exemplo de Humboldt e Varnhagen, intelectuais que trabalhavam articulando as ciências sociais com as naturais. José Carlos Barreto de Santana (2001, p. 86) aponta a importância de cientistas como Orville Derby e Teodoro Sampaio na construção do “conteúdo geológico” em *Os sertões*, ressaltando a influência desses intelectuais no pensamento de Euclides e na inserção do escritor na comunidade científica da época.

No período de 1917 até meados dos anos 50, os objetos expostos na “Sala Euclides da Cunha” (Museu Nacional, Rio de Janeiro) estiveram impregnados de um valor simbólico especial. Eles não apenas eram aceitos e cultuados, como funcionavam eficazmente na sua representação alegórica porque se situavam dentro da lógica de uma comunidade de sentido, com aspirações coletivas. Em relação aos objetos que pertenceram à família de Euclides da Cunha, em exposição, por exemplo, na “Casa de Cultura” ou no “Recanto Euclidiano”, em São José do Rio Pardo, atualmente ainda se observa, no modo como são

⁶⁰ Edgar Roquette-Pinto (1888-1954). Formado em Medicina; atuou como professor de antropologia no Museu Nacional, Rio de Janeiro. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Partido Socialista Brasileiro. Era um intelectual alinhado com o ideário naturalista. Participou da “Missão Rondon”, sob o comando de Cândido Rondon, entre 1907-1908 e de outras expedições para estudar a região de Rondônia. Roquette-Pinto empenhou-se na divulgação do pensamento de Euclides da Cunha e engajou-se em campanhas para aumentar o prestígio do escritor. enxergou em Euclides as qualidades de um “ecólogo” e de um etnólogo que teria esboçado a síntese de uma “etnografia sertaneja”. Considerava *Os sertões* “um livro de ciência e de fé”, sempre o exaltando e exortando os brasileiros a mergulhar na nossa “cultura popular” para crer e aprender. (ABREU, 1998, p. 304-7).

tratados, a manutenção de um valor sagrado. Entretanto, o mesmo não se pode dizer em relação àqueles objetos que ficaram no Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

O melhor exemplo de modificação do simbolismo desses objetos-relíquias diz respeito ao episódio da exposição do cérebro de Euclides, por 70 anos, no Museu Nacional, na capital fluminense. Inicialmente, a peça foi ali exposta pelos primeiros euclidianos como objeto a ser reverenciado porque simbolicamente estava investido de valor aurático, circulando na ordem do sagrado. Posteriormente, o cérebro de Euclides foi destituído dessa função, pelo menos naquele espaço do Museu Nacional, e ficou esquecido, num canto qualquer, até que a família o reivindicasse com o objetivo de dar-lhe um destino condizente com o culto que lhe é devotado pelos euclidianistas. Restituíram, assim, ao que se acreditava ser o cérebro do escritor o valor de relíquia sagrada a preservar.⁶¹

⁶¹ O cérebro de Euclides da Cunha foi retirado para estudo, durante a autópsia em 1909, por Afrânio Peixoto. Foi transferido do Gabinete Médico Legal da Polícia, em 3 de junho de 1918 para o setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional, recebendo o número 114 141, no livro de tomo da então Seção de Etnografia. A peça ficou aos cuidados do médico-antrópologo Edgard Roquette-Pinto, e permaneceu conservada em formol, por mais de 70 anos, numa sala do departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1983, foi enterrada, em Cantagalo, sua cidade natal. Era comum, à época, o interesse de legistas e antropólogos em analisar o cérebro de pessoas famosas, em busca de sinais físicos e anatômicos de genialidade, loucura, crime. (O cérebro de Antônio Conselheiro também foi retirado e submetido a estudos por Nina Rodrigues, que era professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Segundo relatório do perito, nenhuma anormalidade ou sinal de degeneração foi encontrado). (VENTURA, 2003, p. 261-2).

Em 1983, Joel Bicalho Tostes, membro da família de Euclides da Cunha, escreve uma carta ao Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, em Brasília, solicitando que a Instituição interferisse junto ao Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio, para localização e resgate do cérebro de Euclides, o qual deveria retornar à cidade Cantagalo. Segue trecho da carta: “[...] a peça está em frasco de vidro, em formol [...] sem qualquer rotulagem que a identifique e guardada (com outras peças anônimas também) na parte inferior de um armário comum [...] sob uma pia. Simplesmente inacreditável! Qualquer pessoa que conheça o que esse homem representa para o Brasil e para a nossa literatura há de se sentir atônita e chocada vendo o abandono a que foi relegado o cérebro que concebeu *Os Sertões*. E nós, da família, o que sentimos?”.

Disponível em: <www.brasilvision.com.br/home/euclides/cantagalo.htm>.

Acesso em: 25.09.2005. Grifos nossos.

Àquela altura, o material havia sido destituído de valor simbólico para o Museu Nacional, tanto que estava esquecido em um frasco de vidro e sem catalogação, dando margem, inclusive, a uma dúvida: seria mesmo o cérebro de Euclides, já que estava sem identificação? O episódio suscitou, pelo menos, dois tipos de reações completamente diferentes: motivo de indignação dos euclidianistas, pelo

A segunda ação importante para o fortalecimento do euclidianismo no seu período inicial foi o lançamento, de acordo com o que informa Abreu (1998), do “Plano de Campanha”, em 1917, à beira do túmulo de Euclides, no Rio de Janeiro, com metas e objetivos definidos. Os euclidianos pretendiam deixar para trás o caráter personalista e emocional dos primeiros anos do movimento, fazendo-o assumir uma feição mais intelectual com interesse pela obra e pelas idéias do escritor. Não se deveria louvar apenas o homem, mas também divulgar seu pensamento, obras e feitos para que servissem de exemplo às futuras gerações.

Estava previsto, no Plano de Campanha, o projeto, de fato nunca concretizado, de erigir um monumento em bronze - um busto - com a figura do escritor, na altura de 8 metros. O monumento deveria ser erguido estrategicamente no morro da Babilônia, Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, local onde ficava a Escola Militar, palco do “episódio do sabre-baioneta”, em 1888, já referido anteriormente. A escolha do Morro da Babilônia pode ser entendida por ser aquele um ponto alto da cidade que proporcionaria um amplo alcance de visão e também devido ao simbolismo do lugar, relacionado ao gesto destemido do jovem cadete cheio de ideais. A intenção era impregnar de valor aurático a estátua do herói homenageado devido à sua ligação com o local.

Os incansáveis euclidianos passaram a executar o plano de campanha. Ao longo do tempo, trabalharam para reunir textos dispersos, organizar publicações, incentivar a produção de biografias e promover a “difusão da obra em estudos críticos divididos por

tratamento desrespeitoso com a relíquia, e motivo de piada, inspirando o então vice-diretor da FUNARTE, Hugo Carvana, no primeiro governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, a escrever uma comédia musical, “Apolônio Brasil” sobre o caso. Em entrevista, Carvana declarou: “Mais do que comédia, faço filmes com histórias alegres. Apolônio é muito carregado de sentimento [...] e tem origem completamente inusitada: partiu literalmente do cérebro de Euclides da Cunha. [...] Teve até delegação para o evento, desfile em carro aberto e discurso político com a chegada do órgão. Percebi logo que era material para um filme meu”. Disponível em: <www.2.correioweb.com.br>. Acesso em: 28.09.2005. Grifos nossos.

áreas”, citados por Abreu (1998, p. 303) como vertentes: naturalista, amazônica, histórica, geográfica, filosófica, estilística, crítica literária, engenharia, expedições, cartografia e arte.

Contemporaneamente, o euclidianismo sobrevive, porém não mais nas mesmas bases do lema “Por protesto e por adoração” que inflamou o seu nascimento. Ainda se cultua Euclides, pelo menos em São José do Rio Pardo, mas já não se protesta contra a absolvição de Dilermando, o que indica um amortecimento das tensões entre os descendentes de Euclides da Cunha e de Dilermando de Assis⁶².

O estudo de Regina Abreu (1998, p. 353) aponta a permanência de um grupo de “80 a 100 euclidianistas sistemáticos e fiéis”, a maioria proveniente de cidades do interior de São Paulo. Estes comparecem às festividades comemorativas do nascimento e morte de Euclides, em Cantagalo, Rio de Janeiro, onde o movimento não apresenta força mais expressiva, e em São José do Rio Pardo. A antropóloga registra a existência de “quatro gerações de euclidianistas que se vêm sucedendo desde 1912” e a adesão dos “novos euclidianistas”, muitos oriundos das maratonas e ciclos de estudos euclidianos. (*loc. cit.*). Aderiram universitários afinados com “novas tendências e correntes de pensamento difundidas pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Campinas”, que vêm oxigenar o debate sobre Euclides e sua obra. Regina Abreu (1998, p. 356) refere-se

⁶² O único sobrevivente do casal Euclides e Ana foi o filho Manoel Afonso, que gerou descendentes: as netas Eliete da Cunha Tostes e Norma da Cunha Pova, as quais aderiram ao movimento euclidianista riopardense, em 1972. Com a morte delas, “o marido de Eliete, Joel Bicalho Tostes, tornou-se o representante oficial da família no movimento”, fazendo-se representar na Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo. Ana e Dilermando geraram “longa descendência”. (ABREU, 1998, p. 352). A filha, Judith de Assis, em parceria com o jornalista Jéferson de Andrade, publicou, em 1987, *Anna de Assis: história de um trágico amor*. Posteriormente, o material serviria de base para roteiro da minissérie da Rede Globo. Muitos euclidianistas, inclusive Adelino Brandão, afirmam que o livro da filha de Dilermando reproduz “rancores, mentiras, calúnias e injúrias contra E.C. e sua mulher”; é “repleto de erros históricos, quanto a nomes, datas, fatos e interpretações. Venenoso, mesquinho e incoerente; ofensivo à memória do escritor e sua mulher e sem nenhuma prova documental ou testemunhal”. (BRANDÃO, 2001, p. 138). Em resposta às argumentações do livro de Judith de Assis, Joel Bicalho Tostes e Adelino Brandão escreveram *Águas de amargura*. A polêmica foi levada aos tribunais e as partes envolvidas continuam a briga na justiça até hoje.

superficialmente à ação de “jovens euclidianistas” que entraram em conflito com setores do “velho euclidianismo”, no final dos anos 80 e na década de 90.

Os jovens a que Abreu se refere movimentaram o euclidianismo, na década de 1990. Os “novos euclidianistas” fundaram a AEC - Associação de Estudos Euclidianos (depois transformada no CECEC - Centro de Estudos Culturais Euclides da Cunha e, mais tarde ainda, transformar-se-ia no “Coletivo Euclidiano”, uma e-ong), criaram um jornal periódico *O Berrante* e realizaram eventos paralelos aos organizados pelos diretores da Semana Euclidiana. Os líderes do movimento afirmam ter criado também o MOREC - Movimento Revolucionário Euclides da Cunha, segundo eles, o “braço armado” do “Coletivo Euclidiano”.

Na verdade, pelo que se sabe, a existência do MOREC ficava circunscrita à produção e divulgação de textos. A arma a ser usada seria “a palavra”, como o fez Euclides. A meu ver, O MOREC funcionou mais como uma provocação ao euclidianismo tradicional. Naquela época houve tensão entre o grupo ligado à Casa de Cultura Euclides da Cunha (os euclidianistas históricos) e o pessoal do Jornal *O Berrante* que afirmava pretender “renovar os estudos euclidianos”, para que Euclides deixasse de ser visto “como um Deus” e o Euclidianismo “como uma religião”.

Em 1994, os jovens diretores da AEC foram enquadrados no artigo 234 do Código Penal Brasileiro (ultraje ao pudor / material obsceno) como consequência do processo / inquérito de nº 998/94, instaurado pela Promotoria Pública de São José do Rio Pardo. A ação foi motivada por denúncia oferecida por Álvaro Ribeiro Neto, em nome do Grêmio Euclides da Cunha, sob a justificativa de que os diretores da AEC, ao publicarem os *Cânticos*

Euclidianos (textos com letras de músicas em tom jocoso e irreverente) ofenderam a cidade e a Casa de Cultura Euclides da Cunha.⁶³

Pela análise das programações sucessivas das Semanas Euclidianas⁶⁴, ao longo do tempo, constata-se uma maior participação de intelectuais do mundo acadêmico, especialmente a partir da década de 1990, como “conferencistas oficiais” ou como palestrantes e debatedores. Antes disso, participaram muitos críticos literários, historiadores, políticos, jornalistas, figuras de projeção nas suas respectivas áreas. Em 1965, o conferencista oficial foi o professor José Calasans Brandão da Silva, que apresentou o trabalho “Euclides da Cunha na Bahia”. Outros nomes de expressão na pesquisa universitária também apresentaram

⁶³ Em 1986, jovens estudantes de cidades da capital e do interior de São Paulo, todos ex- maratonistas da Semana Euclidiana, decidem criar a Associação de Estudos Euclidianos - A AEC - uma entidade que nascia, segundo eles, para “dar voz aos maratonistas”, “espalhados pelo Brasil e pelo mundo”. Com as dificuldades de manter uma estrutura organizacional, passam a usar a internet como meio de contato e veiculação de seu trabalho. É assim que aparece o “Coletivo Euclidiano”, uma “e-ong”. Neste caso, os jovens tomaram a metáfora de um ônibus, no qual “sobe quem quer, desce quem quer”, na hora que lhe aprouver. A AEC também criou um jornal periódico “*O Berrante*”, estampando como símbolo de sua missão a figura de Antônio Conselheiro (e não a de Euclides da Cunha). Nas edições do jornal *O Berrante*, década de 1990, (por mim analisadas), os autores dos textos declaram sua admiração pela obra de Euclides da Cunha, por suas idéias, mas atacam duramente os métodos de “euclidianos históricos” organizadores da “Semana”, seus “valores provincianos”, “arcaicos”, suas “práticas autoritárias”, seu apego às tradições e sua insistência em posicionar Euclides da Cunha como uma divindade inatacável. Os jovens, com humor e irreverência, afirmavam que pretendiam “renovar o euclidianismo”, retirando Euclides “do altar” em que o colocaram. Segundo registram em *O Berrante*, a obra *Os sertões* “não empolgava” grande parte dos maratonistas para “discussões literárias”, mas o livro de Euclides poderia servir de “ponte” para a reflexão sobre a realidade brasileira momentânea e o euclidianismo serviria para abrir o debate de questões gerais. Em 1993, a Associação realiza, contando com a participação de professores da USP e da UNICAMP, o Seminário “O Brasil de Euclides e o de hoje: contrastes e confrontos”. A AEC afirma que a Casa Euclidiana “se revoltou” contra a realização do seminário, “taxando-o de paralelo”. *O Berrante* de número 6 publica uma entrevista exclusiva com Oswaldo Galotti, criador da Semana Euclidiana, e informa que a AEC outorgou-lhe, em 19.01.1995, o título de “Presidente de honra da Associação”. Pela leitura detalhada dos textos em *O Berrante*, observa-se que as críticas mais duras contra os “euclidianos históricos” eram dirigidas especialmente a Adelino Brandão, Márcio José Lauria e Álvaro Ribeiro Neto, então diretor da Casa de Cultura. As informações aqui referidas provêm das publicações do Jornal *O Berrante*, às quais tive acesso pela internet. Não foi possível obter informações oficiais sobre os desdobramentos do processo 998/94; suponho que a matéria tenha sido arquivada. Os editores de *O Berrante* hoje são profissionais liberais atuantes no mercado de trabalho. Disponível em: <www.berrante.orgfree.com/impessos/berrante>. Acesso em: 16.10.2005 e 11.11.2005.

⁶⁴ Algumas das informações relativas à lista dos conferencistas nas Semanas Euclidianas podem ser encontradas em Regina Abreu (1998, p. 360-2). Também é possível obter dados no site da Casa de Cultura Euclides da Cunha. Disponível em: <www.casaeuclidiana.org.br>.

trabalhos em São José do Rio Pardo, entre os quais cito: Walnice Galvão (USP, 1975), Francisco Foot Hardman (Campinas, 1989), Valentim Fiacoli (USP, 1991), Renato Ferraz (UNEB, 1993), Roberto Ventura (USP, 1995), Regina Abreu (FGV, 1998).

Da década de 1990 até mais ou menos meados da década de 2000, a Semana Euclidiana se expandiu e contou com a participação de estudantes e de pesquisadores de diversas partes do Brasil. É nesse período que o pessoal CEEC / UNEB se aproxima mais de setores do euclidianismo, passando, inclusive, a apresentar seus trabalhos que, já naquela época, seguiam a perspectiva da revisão histórica de Canudos. De acordo com informação de Álvaro Neto⁶⁵, os pesquisadores do CEEC formavam a chamada “Mesa dos Baianos” e adotavam uma linha de trabalho diferente daquela do euclidianismo riopardense.

A “Semana” de 2005, entretanto, diminuiu de tamanho e representou, pelo que pude constatar, um retrocesso no Movimento Euclidiano, pela ausência de polêmicas e de trabalhos de pesquisadores de temática mais ampla, não alinhada exatamente com o culto ao escritor. Mero acaso ou uma mudança de estratégia com vistas ao “fechamento” e tentativa de retorno do movimento às suas origens?

⁶⁵ Conversei informalmente com Álvaro Ribeiro Neto, ex-diretor da Casa Euclidiana, no período de 7 a 15 de agosto de 2005, em São José do Rio Pardo.

5.2 NA PONTE, A HISTÓRIA

Não se pode interpretar a obra a partir da vida.
Mas pode-se, a partir da obra, interpretar a vida.

SONTAG, Susan. 1986, p. 87

O euclidianismo rio-pardense teve início, segundo historiadores, em 1912, ano da primeira romaria à cabana⁶⁶. O vínculo dos riopardenses com Euclides da Cunha relaciona-se ao fato de o engenheiro-escritor ter morado na cidade, por um período de três anos, na época em que trabalhou como responsável pela reconstrução de uma ponte. Em 1899, quando desaba a ponte metálica sobre o rio Pardo, assunto que será retomado mais à frente, São José era uma cidadezinha como tantas outras do interior de São Paulo. O lugar guardava em sua memória recente o feito de ter, segundo registros históricos (DEL GUERRA, 1998), proclamado a República três meses antes do 15 de novembro de 1889. Isso, segundo os cronistas da cidade, demonstraria a “vocação libertária” do município e a articula o política, em nível nacional, dos republicanos locais, da época.

Quando Euclides vai morar em São José do Rio Pardo e ali escreve, de acordo com biógrafos e historiadores, boa parte de *Os sertões*,⁶⁷ obra que o imortalizaria, os riopardenses não perdem a oportunidade de colar a imagem do município   figura do grande escritor. Era o momento apropriado para reescrever a história da cidade, conferindo-lhe uma

⁶⁶ Pequena cabana de zinco e sarrafos, construída por Euclides, em 1899, na margem esquerda do rio, em São José do Rio Pardo, no local conhecido hoje como “Recanto Euclidiano”. Pela historiografia, a constru o serviu de apoio para o engenheiro-escritor trabalhar na reconstru o da ponte e, nas horas vagas, na escrita de *Os sertões*. Segundo Rodolpho Del Guerra, em 15 de agosto de 1928, foi inaugurada a redoma de vidro, protetora da cabana e, em 1939, a rústica constru o foi tombada como monumento nacional, preservado pela prefeitura do município. (DEL GUERRA, 1998, p. 20).

⁶⁷ Segundo Rodolpho Del Guerra, Ana de Assis contestava, “sem argumenta o” a afirma o de que Euclides teria escrito boa parte de *Os sertões* em São José do Rio Pardo, em fun o de não apreciar o provincianismo da pequena cidade: “Diziam, na cidade, que Anna Emília foi muito falada. Ela abominou a cidade e não perdeu a oportunidade para diminui-la, declarando aos jornais, sem argumentos, que *Os Sertões* não foi escrito em Rio Pardo”. (DEL GUERRA, 1998, p. 9).

identidade especial: São José do Rio Pardo, “berço de *Os sertões*”; *Os sertões*, maior obra da cultura brasileira; Euclides da Cunha, o autor que “encontrou a paz” em Rio Pardo.

Assim, o município escolhe associar seu nome, seu passado e sua vocação de cidade “republicana libertária” ao intelectual independente, insubmisso, também “republicano de primeira hora” e visto como herói nacional, por tudo o que já se sabe. Com efeito, desde 1912, apenas três anos após a morte do escritor, São José do Rio Pardo vem investindo naquilo que se chama hoje “euclidianismo rio-pardense”, uma *tradição* programaticamente *inventada*, que surge apoiada em duas bases: adoração a Euclides e protesto contra a impunidade de Dilermando de Assis:

Começa o movimento euclidiano protestando contra a impunidade do assassino do escritor e prestando honras e louvor à sua glória e ao seu trabalho. A 15 de agosto de 1912 um grupo de pessoas decide deslocar-se do prédio onde funcionava a sede administrativa da cidade até a cabana de zinco para recordar-se do amigo ausente. Este gesto marca o início da Semana Euclidiana de São José do Rio Pardo. (CHAVES, 2000, p. 4).

Os rio-pardenses aproveitaram a oportunidade de utilizar a fama de Euclides da Cunha no sentido de projetar a cidade nacionalmente e até no exterior como a “Meca do Euclidianismo”. O aposto foi utilizado pela primeira vez em 1918, pelo grande amigo de Euclides, Vicente de Carvalho. (DEL GUERRA, 1998, p. 20). É indiscutível que São José do Rio Pardo representa, contemporaneamente, o exemplo mais importante de preservação da memória de um escritor, espaço de permanência de um nome, caso único no Brasil (não há “machadismo”, “guimaraesismo”, “claricismo”, “amadismo”, por exemplo).

A prefeitura, a câmara de vereadores, os partidos políticos, o comércio local, associações, sindicatos todos os segmentos organizados do município se empenham conjuntamente na manutenção do culto a Euclides da Cunha, uma vez que o movimento traz renda e prestígio para a cidade. Esta se tornou destino turístico para quem apenas deseja

passar pelo Recanto Euclidiano, porém é mais visitada por pesquisadores - professores, estudantes, escritores que se interessam pelo acervo da Casa de Cultura.

Os processos ritualísticos que a cidade vem adotando, desde 1912, para comemorar a imortalidade de Euclides da Cunha são expressões de um culto elaborado. São José do Rio Pardo investiu em estratégias que homenageiam o escritor e, ao mesmo tempo, proporcionam a coesão à sociedade. Autoridades e personalidades locais que divergem no campo político, por exemplo, afinam-se quando se trata de homenagear Euclides. As expressões comemorativas continuadas que se repetem sistematicamente, a cada ano, com pequenas variações, favorecem à transmissão de valores ideológicos, normas de comportamento, bem como à legitimação das instituições municipais, conferindo status e poder às autoridades locais. Assim é que essa “tradição inventada” como pensou Eric Hobsbawm (1984), transformou-se num movimento assimilado pela comunidade que dele usufrui como importante elemento conferidor de identidade local e de coesão social.

Como se explica a estreita ligação entre São José do Rio Pardo e Euclides da Cunha? Os registros históricos e biográficos dão como certo Euclides ter escrito boa parte de *Os sertões* na cidade. Segundo o historiador Del Guerra (1998), a construção de uma ponte resistente sobre o rio Pardo era uma antiga aspiração dos rio-pardenses porque, além de outras razões, facilitaria o escoamento da produção agrícola da região. O projeto já existia desde 1892 e, em 1896 as obras de fundação para instalar a ponte foram iniciadas sob a responsabilidade técnica do renomado engenheiro Arthur Pio Deschamps de Montmorency.⁶⁸

⁶⁸ Arthur Pio Deschamps de Montmorency nasceu no Rio de Janeiro em 1858 e concluiu seus estudos de Engenharia Civil na Universidade de Grand (Bélgica). “No Brasil, trabalhou na Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e com o renomado engenheiro Ramos de Azevedo” (DEL GUERRA, 1998, p. 24). Observe-se que, ao ressaltar a competência técnica ou pelo menos a formação qualificada de Montmorency, primeiro engenheiro encarregado da construção da ponte, a qual desaba apenas cinquenta dias depois de inaugurada, Del Guerra pretende exaltar a inteligência e competência de

A estrutura metálica da ponte, importada da Alemanha, chegara à cidade em 1897. (DEL GUERRA, 1998, p. 24).

Como já se sabe, Euclides abandonou definitivamente a carreira militar em 1896 e foi para São Paulo trabalhar como engenheiro na “Superintendência de Obras Públicas”. Nessa condição, viajou, por duas vezes, em agosto e setembro de 1896, a São José do Rio Pardo, para fiscalizar os trabalhos de fundação da estrutura para a instalação da ponte. Em maio de 1897, Euclides da Cunha solicitou da “Secretaria de Obras Públicas” licença para tratar de interesses particulares e não voltou mais a fiscalizar as obras da ponte, sendo substituído por outro engenheiro. Em agosto do mesmo ano, Euclides iria para Canudos, como repórter do jornal *O Estado de São Paulo*, com a missão de correspondente de guerra, fato extraordinário no Brasil da época, pois aquela seria a primeira cobertura jornalística direta de um conflito, o que se tornara possível com a recente instalação de postos de telégrafo nas cidades de Monte Santo e Salvador - Bahia e nas grandes cidades do Brasil.

De acordo com Roberto Ventura (2003), Euclides chegou a Canudos somente no dia 16 de setembro de 1897, tendo permanecido na região do conflito por dezoito dias⁶⁹. O pesquisador informa que Euclides assistiu, em 1º de outubro, ao “violento assalto de 6 mil soldados contra Canudos, cuja ferocidade o deixa em estado de choque” e, na manhã de 3 de outubro, dois dias portanto antes da queda do arraial, viu-se obrigado, por motivo de saúde que se complicava pelos constantes “acessos de febre”, a retirar-se da frente de batalha.

Euclides, pois este fora designado para refazer o trabalho e corrigir os erros cometidos por um engenheiro tido como competente, formado na Europa.

⁶⁹ Não há consenso entre pesquisadores da temática em relação ao tempo de permanência de Euclides da Cunha na região do conflito. Marco Villa (1999) questiona, inclusive, a presença do escritor “no local dos fatos narrados da quarta expedição” como “observador direto” da guerra, embora não ponha em dúvida a ida de Euclides a Canudos. Villa analisa o conteúdo dos telegramas de Euclides publicados em *O Estado de São Paulo*, comparando as informações com os registros da Caderneta de Campo e indicando várias discrepâncias entre elas. O historiador acredita que Euclides tenha retornado a Monte Santo no dia 1º de outubro e que “somente duas vezes se aproximou das trincheiras e uma vez visitou alguma casas do arraial, destruídas pelos intensos combates”. (VILLA, 1999, p. 256).

Desembarcou na capital da Bahia, em 13 de outubro, de onde partiu para o Rio de Janeiro três dias depois. Chegou ao Rio no dia 20 e a São Paulo no dia 21 de outubro, em péssimo estado de saúde e, em seguida, viaja para a fazenda do pai, no interior de São Paulo, em licença de quatro meses, para tratamento. Segundo Roberto Ventura (2003), é ali que Euclides começaria a organizar suas notas para dar forma ao projeto do livro: “Tira quatro meses de licença para tratar da saúde e viaja para a fazenda do pai, em Descalvado, onde começa a escrever *Os sertões*”. (VENTURA, 2003, p. 292).

Euclides da Cunha só reassumiria o cargo na Superintendência de Obras Públicas, em São Paulo, em 5 de janeiro de 1898, mesmo período em que faz publicar, em *O Estado de São Paulo*, no dia 19, o “Excerto de um livro inédito”, que era um trecho de *Os sertões*. Pelas informações de Del Guerra, a ponte de São José do Rio Pardo desaba à uma hora da madrugada do dia 23 de janeiro de 1898, apenas cinquenta dias depois da sua inauguração.

O desabamento da ponte em São José foi “um escândalo”: uma obra caríssima (trezentos contos de réis), estrutura importada e projeto a cargo de construtor renomado. Os principais jornais da região sudeste exploraram bem os fatos, cobrando responsabilidades dos engenheiros da Superintendência de Obras Públicas, órgão que abriria inquérito e se encarregaria dos trabalhos de reconstrução da ponte. Euclides, segundo biógrafos e historiadores (DEL GUERRA, 1998, p. 24-5), sentiu-se, de alguma forma, “culpado” em função de ter supervisionado os trabalhos da construção da ponte, e pediu ao Diretor da Superintendência, Inácio Wallace da Gama Cochrane, que o designasse engenheiro responsável pela reconstrução da obra, no que foi atendido.

Euclides da Cunha muda-se com a família para São José do Rio Pardo, em fevereiro de 1898, permanecendo na cidade até maio de 1901. Inicialmente, residem em um ponto barulhento da Rua 13 de maio, o que perturbava o trabalho e estudos do engenheiro-escritor; mudam-se depois para o sobradinho de dois andares, hoje tombado como patrimônio

público e onde funciona a Casa de Cultura Euclides da Cunha⁷⁰. O prefeito (intendente), na época, era Francisco Escobar, com o qual Euclides travaria amizade sólida. “Escobar foi vereador e intendente em São José (1896 a 1899), participando dos movimentos socialistas locais”. (DEL GUERRA, 1998, p. 22). O escritor faria outros amigos na cidade, muito deles, também ligados às idéias socialistas das quais Euclides se aproximaria e com as quais simpatizaria, embora jamais tivesse optado pela filiação partidária ou ação mais direta em favor da causa socialista.

O engenheiro Euclides da Cunha, chegando a São José do Rio Pardo, logo entra em ação. Contatou as autoridades locais, criou canteiro de obras e identificou erros estruturais nos trabalhos de cálculo, alvenaria e montagem da ponte, conforme se lê no seu relatório de 28 de abril, enviado à Superintendência. Comandando equipe de quinze operários, providencia a construção de uma ponte provisória, a desmontagem da estrutura metálica que ruíra e a sua retirada de dentro do rio, trabalho que nessa primeira fase durou três meses, terminando no dia 30 de maio. (DEL GUERRA, 1998, p. 26).

A entrada do novo século seria fundamental para Euclides da Cunha: o trabalho da ponte e a redação de *Os sertões* estavam concluídos; no plano pessoal, nasce o seu terceiro filho, Manoel⁷¹. Fora definida a data 18 de maio de 1901 para a inauguração da ponte; os originais do livro seguiriam com o escritor à procura de uma editora.

⁷⁰ A Casa de Cultura Euclides da Cunha, também conhecida como Casa Euclidiana foi criada pelo decreto-lei nº 15.961, em 14 de agosto de 1946. Em 1954, foi toda reformada com recursos do governo federal, o que mostra o prestígio e articulações políticas dos euclidianos rio-pardenses. Mais tarde, o prédio seria tombado como patrimônio público. (DEL GUERRA, 1998, p. 20).

⁷¹ Manoel nasceu em 31 de janeiro de 1901. Conhecido como Manoel Afonso (Afonzinho), o segundo nome não consta no “Livro de Nascimento” nº 14, página 120 v., do Cartório de Registro Civil. Segundo hipótese de Del Guerra, Euclides, “sempre ocupado, não deveria estar presente no ato do registro, pois a declaração do nascimento e a assinatura são do Dr. Pedro Agapio de Aquino”. (DEL GUERRA, 1998, p. 12-3).

A pequena São José do Rio Pardo ficaria para trás com seu rio e sua ponte. Após a morte de Euclides e com a repercussão do fato nos meios intelectuais, ampliada pelas tramas e desdobramentos dramáticos posteriores, os rio-pardenses tomariam a si a tarefa de preservar seus três importantes monumentos: o primeiro, a ponte, o segundo, a cabana e o terceiro, a memória de Euclides da Cunha, como o grande escritor da cultura brasileira. A obra *Os sertões* é a materialidade monumental que alçou o escritor a um lugar de prestígio e fama, e essa obra fora produzida, segundo a crônica local, na cabaninha de zinco à margem do rio.

Assim, Euclides é elevado à posição de intelectual intérprete da alma nacional, representante do “melhor” da cultura brasileira por um conjunto de circunstâncias e motivos, mas especialmente por ser o autor de *Os sertões*, um emblema da nossa terra, aquilo que Regina Abreu (2001) chamou de “livro-memória”. São José do Rio Pardo investe na fabricação e manutenção desses monumentos (a ponte, a cabana, a memória de Euclides) que se transformam em patrimônio cultural material e imaterial a preservar, com um sentimento que se tem incorporado pelas sucessivas gerações: trabalhar pela glória de Euclides da Cunha é garantir um lugar especial para São José do Rio Pardo e para os próprios euclidianistas.

5.3 NOVENTA E TRÊS ANOS DE CULTO A EUCLIDES DA CUNHA

Do dia 7 ao dia 15 de agosto de 2005, São José do Rio Pardo promoveu a 93ª Semana Euclidiana⁷², com o tema “Euclides na Amazônia”, dando seguimento ao trabalho ritualístico engendrado há tanto tempo. O formato de uma Semana para congregar as homenagens ao autor de *Os sertões* foi idealizado pelo euclidianista Oswaldo Galotti⁷³, que a instituiu em 1938. A cidade apresenta-se como um espaço de permanência de uma memória em que tudo se articula para fazer lembrar. A Semana de 2005, realizada 96 anos após a morte do escritor, organizou-se de modo a dar prosseguimento à tradição de reverenciar o nome de Euclides da Cunha e a sua obra. Não se pode esquecer do grande escritor cuja vida, segundo o ex-diretor da Casa de Cultura Euclides da Cunha, Lázaro Curvelo Chaves, apresenta vários pontos comuns com a história da própria República brasileira e com a história de São José do Rio Pardo. (CHAVES, 2000, p. 1).

O movimento Euclidiano rio-pardense que, ao longo do tempo, experimentou várias fases, teve início em 15 de agosto de 1912, terceiro aniversário de morte de Euclides. É

⁷² A “Semana Euclidiana” é um evento comemorativo do culto a Euclides da Cunha, realizado em São José do Rio Pardo. Foi instituída oficialmente em 1936, pelo Dr. Oswaldo Galotti para congregar as homenagens e solenidades em memória do escritor, uma vez que os festejos já não cabiam em um só dia. A partir de então, vem se realizando anualmente, sem interrupção. Diversos eventos ocorrem na programação da Semana, com destaque para o “Desfile Cívico” e a “Conferência Oficial”. Ainda como atividades da Semana, em 1939, o Professor Hersílio Ângelo institui a “Maratona Intelectual Euclidiana” e em 1966, Márcio José Lauria e Dermal de Camargo Monfré criam o “Ciclo de Estudos Euclidianos” para maratonistas. (DEL GUERRA, 1998, p. 20-1).

⁷³ Oswaldo Galotti (1911-2001) nasceu em Espírito Santo do Pinhal, São Paulo e morou, em São José do Rio Pardo. Formou-se em medicina e atuou como intelectual de prestígio, idealizador de projetos sociais para a região. Na história do euclidianismo, é figura de destaque e, por mais de sessenta anos, dedicou-se ao estudo e divulgação da obra de Euclides. Foi presidente do Grêmio Euclides da Cunha e secretário e diretor da Casa de Cultura Euclides da Cunha, entre 1946 e 1948. Escreveu artigos, deu aulas, orientou pesquisadores e incentivou estudantes. Contactou pesquisadores de diversas partes do Brasil, inclusive da Bahia. Manteve contato permanente com a família do escritor para o traslado dos restos mortais de Euclides da Cunha e de seu filho “Quidinho” para São José do Rio Pardo. Em co-autoria com a professora Walnice Nogueira Galvão, Galotti organizou a Correspondência de Euclides da Cunha (São Paulo: Edusp; 1997). Mais informações podem ser obtidas no Instituto Cultural Oswaldo Galotti. Disponível em: <www.oswaldogalotti.com.br>. Acesso em: 08.10.2006.

apontado hoje, como o responsável pela realização da Semana Euclidiana, esta, segundo Foot Hardman, “um dos principais acontecimentos culturais do país, pela grandiosidade, periodicidade e regularidade com que é realizado”. (FOOT HARDMAN, 2005).

A antropóloga Regina Abreu, conferencista oficial da Semana de 1998, já havia destacado a “magnitude intelectual e cultural” do evento e sua importância para a cultura brasileira, como algo muito maior do que um fenômeno local:

Afinal, o movimento euclidiano há muito deixou de ser uma singela homenagem de admiradores e amigos de Euclides da Cunha. Ele é hoje um notável patrimônio cultural dos cidadãos deste país. Preservá-lo não é uma tarefa apenas dos rio-pardenses, mas de todos os brasileiros. (ABREU, 2005).

O movimento euclidiano ilustra bem aquilo que Hobsbawm (1984) chamou de “tradição inventada”, caracterizando-se como um conjunto de práticas rituais e simbólicas utilizadas para a transmissão de valores e normas. O que ocorre, em geral, é o recorte de um passado histórico, capaz de criar a idéia de uma “continuidade histórica” que legitima a tradição.

Pelo que se depreende do conceito de Hobsbawm, as “tradições inventadas”, que são sempre ideológicas, aplicam-se com perfeição ao trabalho de preservação da memória euclidiana em Rio Pardo, uma vez que proporcionam: a) coesão social, b) legitimação de instituições, estabelecimento de status ou relações de autoridade, c) socialização de uma comunidade que se vê irmanada por valores e padrões de comportamento. Com a continuidade e uma vez assimiladas, as tradições adquirem certa independência e já não são totalmente “manipuláveis pelo seu criador”. (HOBSBAWM e RANGER, 1984, p. 315-6).

São José do Rio Pardo assumiu o trabalho de cultivar a memória de Euclides da Cunha como intelectual brasileiro, cujo pensamento e obra deveriam servir de bandeira para as futuras gerações. Tal trabalho organiza-se sistematicamente e envolve, mais de perto, a comunidade rio-pardense e cidades da região, com destaque para aquelas onde Euclides

morou, a exemplo de Lorena e São Carlos do Pinhal, além do município fluminense de Cantagalo, onde ele nasceu.

As cerimônias que compuseram o evento de 2005 representaram importante atualização de um movimento, cujas origens foram estabelecidas há 94 anos. Tal movimento necessita ser alimentado por contínuas narrativas repassadas ao longo do tempo, pelos historiadores, cronistas, autoridades políticas com um desejo de cultivar a memória como um pilar de sustentação do passado de um povo, o que favorece à coesão social. Aos riopardenses é ensinado, desde cedo, a respeitar a memória do homem que “construiu a ponte”, “escreveu o livro sobre a guerra de Canudos” e projetou a cidade natal, fazendo-a conhecida mundialmente. Diz-se que, em São José do Rio Pardo, as crianças aprendem “informações básicas” sobre Euclides da Cunha mesmo antes de aprender a ler.

As autoridades de São José do Rio Pardo abriram a 93ª Semana Euclidiana com um espírito patriótico e de orgulho cívico, por ser a cidade guardiã de uma “preciosidade” (não apenas os despojos, mas todos os elementos materiais e imateriais que compõem a memória do escritor). As motivações das pessoas que desfilaram ou assistiram ao desfile pareciam as mais variadas: entusiasmo com o euclidianismo, interesse político, patriotismo, obrigação escolar, tédio pela falta do que fazer, no feriado municipal e outros.

O domingo do dia 7 de agosto de 2005 amanheceu esplêndido em São José do Rio Pardo⁷⁴. O ar frio que às 8: 00 ainda persistia da noite anterior, cuja temperatura chegara a

⁷⁴ Registro a minha participação na 93ª Semana Euclidiana, em agosto de 2005, na condição de observadora do evento. Em São José do Rio Pardo, aproveitei a oportunidade para estudar as formas pelas quais o nome do escritor é lembrado e para visitar os “lugares de memória”, dedicados a cultivar o mito Euclides: a Casa de Cultura Euclides da Cunha, o Recanto Euclidiano, a Faculdade Euclides da Cunha, a ponte sobre o rio Pardo. Destaco como importantes conversas que tive com estudantes, professores, pais de alunos, jornalistas e pessoas comuns não diretamente ligadas ao euclidianismo. Também foram fundamentais as visitas à “Casa Euclidiana”, que abriga importante acervo bibliográfico sobre Euclides e sua obra, (inclusive material relacionado à guerra de Canudos ou que lembram o sertão), além de objetos pessoais do escritor e de sua família: fotografias, mapas, cartas,

10º, não espantava as pessoas que iam afluindo de pontos variados da cidade e de municípios vizinhos e se posicionando nas calçadas das principais vias por onde o desfile⁷⁵ logo iria passar. Os populares vinham caprichosamente vestidos em trajes domingueiros que denotavam a origem urbana ou rural. Pelas roupas e aparência geral revelada nos pequenos detalhes e acessórios, poder-se-ia dizer que o desfile interessava à população indiscriminadamente: pobres e ricos, povo e elite, políticos, funcionários públicos, comerciantes e donas de casa.

A praça principal, em frente à igreja matriz, fora previamente preparada: parquinho de diversão armado, barracas de artesanato local e de comidas típicas, estandes com serviços gratuitos para a população mais pobre, balcões com propaganda de Associações, Grêmios e outras organizações civis. Presas em postes e árvores muitas faixas assinadas por entidades e políticos com citações⁷⁶ em que se misturavam mensagens patrióticas, cívicas, trechos de poemas atribuídos a autores clássicos, a exemplo de Goethe e Shakespeare.

Durante a Semana que antecede o aniversário de morte de Euclides, aumenta consideravelmente o fluxo de visitantes ao Recanto Euclidiano. Os habitantes da cidade, em geral, mas os motoristas de táxi, recepcionistas dos hotéis, garçons dos restaurantes, em

livros, canetas, instrumentos de trabalho, tudo conservado como relíquias que devem ser protegidas contra a ação do esquecimento.

⁷⁵ O Desfile é uma das atividades da Semana Euclidiana. Trata-se de um evento cívico em que se apresentam civis e militares organizados em diferentes agremiações: escolas com suas bandas e fanfarras, corporações, associações, sindicatos, clubes, etc, percorrendo um determinado itinerário. A culminância das apresentações do desfile ocorre em frente ao palanque das autoridades locais.

⁷⁶ Exemplos de faixas exibidas na Semana de 2005: A entidade tal “saúda os euclidianistas, estudiosos e imortalizadores da obra de Euclides da Cunha”; “Escola, família, pátria: uma parceria de sucesso”; “A exuberância da natureza e os povos da floresta foram imortalizados por Euclides da Cunha”; “O homem mata o homem como o parasita aniquila a árvore” E. C.; “Amazônia: nossa indignação contra os fazedores de deserto”; “A Secretaria Municipal de Turismo reconhece Euclides da Cunha como o precursor do Turismo Cultural em São José do Rio Pardo”.

particular recomendam a visita ao local⁷⁷. O Recanto Euclidiano é um espaço público amplo, sombreado por espécies nativas de árvores, com jardins bem cuidados, localizado à margem do rio, próximo à famosa ponte metálica reconstruída por Euclides de 1898 a 1901. É certamente um lugar auratizado, reverenciado pelo povo da terra e por visitantes curiosos que afirmam emanar dali “qualquer coisa especial” que “toca” as pessoas: emoção, mistério, tristeza, orgulho cívico, paixão, curiosidade.

Quando visitei São José do Rio Pardo, em agosto de 2005, meu interesse estava voltado para a organização dos espaços públicos, a distribuição e constituição dos monumentos, sua conservação. Numa das minhas idas ao Recanto Euclidiano, chamaram minha atenção algumas presenças exemplares e que merecem destaque: um jovem casal de namorados que procurava lugar aprazível para conversar; um ou outro adepto de caminhadas silenciosas pelas trilhas que margeiam o rio; dois professores universitários da capital paulista que tomavam notas de tudo o que observavam, numa atitude de respeito; uma excursão barulhenta formada por mais ou menos trinta estudantes da terceira série do segundo grau de uma escola pública da cidade Cantagalo⁷⁸, Rio de Janeiro, um pequeno grupo de doze

⁷⁷ Visitei o Recanto na condição de pesquisadora, por quatro vezes, em dias e horários diferentes, durante a 93ª Semana Euclidiana, em 2005. O que me levou até ali está relacionado a uma das minhas hipóteses de trabalho: São José do Rio Pardo seria um espaço de permanência de uma memória em que tudo se articula para fazer lembrar de Euclides da Cunha.

⁷⁸ Cantagalo, no Rio de Janeiro, (abriga o distrito “Euclidelândia”, antiga Santa Rita do Rio Negro onde fica a Fazenda Saudade, em que nasceu Euclides da Cunha), é considerada “cidade irmã” de São José do Rio Pardo no culto ao escritor. O cérebro de Euclides, conservado por 70 anos no formol foi finalmente enterrado em 1983 “sob o singelo monumento a Euclides na arborizada e calma Praça dos Melros”. Houve certa “disputa pelo cérebro de Euclides”, entre São José e Cantagalo, uma vez que ambas as cidades reivindicaram o privilégio de sepultar o cérebro do escritor. (DEL GUERRA, 1998, p.39-40). Em 2005, registrei a presença da “Delegação Cantagalense” (estudantes maratonistas e professores). Na oportunidade, entrevistei o sociólogo João Bosco de Paula Bom Cardoso (Grêmio Euclides da Cunha, de Cantagalo) que informou acerca do interesse de um grupo de cantagalenses retomarem o movimento euclidiano local, instituindo, inclusive, data comemorativa, a exemplo do que ocorre em São José do Rio Pardo. Em 20 de janeiro de 2006, cantagalenses homenagearam a memória de Euclides da Cunha pela passagem dos 140 anos do seu nascimento. A tradição rio-pardense desperta admiração e interesse de pesquisadores de outros lugares e a idéia da Semana é “exportada”

crianças entre sete e oito anos, de uma Escola particular local, acompanhadas da professora. Os visitantes pareciam interessados em observar os diferentes marcos que compõem o Recanto Euclidiano, alguns imbuídos de um silêncio reverente; outros, mais agitados, porém atentos às usuais explicações de pesquisadores sobre Euclides da Cunha, sua vida, sua obra. Jovens e crianças demonstravam conhecimento prévio do assunto, informando ser aquela uma oportunidade de rever matéria teoricamente abordada por seus professores em sala de aula.⁷⁹

Analisando-se a programação da Semana Euclidiana de 2005, observa-se que não foram admitidos trabalhos mais alinhados com o chamado “pensamento desconstrutor”, nem houve espaço para “pesquisadores de fora”, para “elementos desviantes” e suas idéias diferentes da linha apologista de pensamento dominante, o que vinha ocorrendo, pelo menos nos últimos cinco anos da gestão de Álvaro Neto. Informalmente, correram comentários de pessoas mais ligadas à atual administração da Casa de Cultura de que “o evento se agigantara, nos anos anteriores”, e que a prefeitura municipal “não suportaria arcar com os custos” de uma Semana Euclidiana “tão ampliada”, razão pela qual o movimento precisaria retrair-se, voltando-se para si próprio, fazendo-se com “a prata da casa”.

para as cidades Cantagalo, no Rio de Janeiro e Euclides da Cunha, na Bahia. Esta última já realiza a sua “Semana Cultural e o Congresso Estudantil Os Sertões”, conforme análise no capítulo seguinte.

⁷⁹Destoando dos visitantes mencionados acima, observei a presença de dois jovens rapazes, acompanhados de dois cachorros *rottweiler*. Os rapazes tinham ido ao Recanto Euclidiano para exercitar fisicamente os animais e o faziam sem nenhuma reverência ao espaço. Para eles nada ali era sagrado. Surpreendeu-me o treinamento a que submetiam os cachorros: estes deveriam correr sobre a rampa do mausoléu, pular e lamber a “cabeça em bronze” do escritor, no que se saíam muito bem, demonstrando familiaridade com o lugar, os objetos e a ação. Minha reação foi de surpresa com a irreverência do gesto dos rapazes, e de medo dos cachorros, de modo que me afastei para lugar seguro de onde pude acompanhar e fotografar um flagrante da cena. De longe, relatei o sucedido a um casal que passava por ali e perguntei o que eles achavam daquilo tudo. A mulher respondeu que achava uma atitude “desrespeitosa com Euclides”, pois se a cidade trouxera seus restos mortais de volta, deveria “proteger o local com policiais”, por exemplo; já o homem informou que achava “legal” os cachorros brincarem no mausoléu de Euclides, aquilo era uma “demonstração de carinho” com o escritor. Em abril de 2006, a “cabeça em bronze” de Euclides foi roubada do mausoléu, no Recanto Euclidiano. O fato foi noticiado nos jornais locais, discutido em *blogs* na internet e lamentado por todos. Euclidianistas mobilizaram-se e pediram providências aos poderes públicos no sentido de colocar vigilância no Recanto, para tornar o local mais seguro.

Segundo depoimentos dos participantes da Semana Euclidiana, em anos anteriores (2002, 2003 e 2004)⁸⁰, sob a coordenação de Álvaro Neto, “as atividades foram bem organizadas”, os “debates foram proveitosos”, havendo espaço para críticas e idéias divergentes. Após a destituição de Álvaro, que, de acordo com suas próprias palavras, nasceu e se criou “ouvindo o tio Oswaldo” (Oswaldo Galotti) falar de Euclides da Cunha, o prefeito João Santurbano nomeou a Professora Ana Lúcia Dias de Souza Sernáglia. A atual diretora da Casa de Cultura não viveu a experiência de aproximação com o movimento euclidiano, não é pesquisadora nem se articula com o pessoal das universidades, salvo por algumas exceções⁸¹.

Nem sempre foi assim. O movimento euclidiano em São José do Rio Pardo, nas duas últimas décadas, período em que a Casa de Cultura Euclides da Cunha esteve sob a direção de Álvaro de Oliveira Neto, promoveu articulações importantes com estudiosos de universidades e centros de pesquisas de várias partes do Brasil e do exterior, demonstrando interesse em ampliar as fronteiras do euclidianismo. Nesse sentido, abriu-se o debate com espaço para as idéias de pesquisadores mais afinados com o conselheirismo e a revisão do fato histórico da guerra de Canudos. Não se pode desconhecer, entretanto, que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas também pelas polêmicas e embates entre os chamados “euclidianos conservadores” da Casa de Cultura e o pessoal mais jovem e irreverente que fundou a AEC - Associação de Estudos Euclidianos, o MOREC - O Movimento Revolucionário Euclides da Cunha, o jornal *O Berrante* e o “Coletivo Euclidiano”, aos quais me referi anteriormente.

⁸⁰ Os depoimentos foram lidos no site da Casa de Cultura Euclides da Cunha. Disponível em: <www.casaeuclidiana.org.br>. Acesso em 10.11.2004 e 14.03.2005.

⁸¹ As informações foram colhidas a partir de conversas, em ocasiões diferentes, com Álvaro Neto, no período da 93ª Semana Euclidiana, entre os dias 6 a 9 de agosto de 2005. Também mantive contato com a Senhora Ana Lúcia Dias Sernáglia, que falou comigo, rapidamente, na Casa de Cultura, no dia 7 de agosto de 2005. Outras informações e até impressões foram se juntando a partir dos contatos que venho mantendo mais sistematicamente, desde 2002, com pesquisadores canudianos.

O caminho viável para o fortalecimento e ampliação de um movimento que perdura há quase cem anos não parece outro a não ser uma tendência ao universalismo / localismo, e sua abertura às vozes dissonantes, aos atritos, às revisões históricas capazes de oxigenar as idéias e seduzir novos estudiosos da obra euclidiana, para o bem ou para o mal, para manutenção ou modificação dessa tradição. Esse caminhar foi, entretanto, profundamente modificado, conforme se pode observar da programação da Semana Euclidiana de 2005.

À exceção do “Ciclo de Estudos Euclidianos” e da “Maratona Intelectual”, ambos mantidos nos mesmos moldes dos últimos anos, observei que a 93ª Semana privilegiou eventos festivos, cívicos, culturais e esportivos, em geral, homenagens públicas a políticos locais e a figuras do euclidianismo rio-pardense. Na festa de abertura, estudantes homenageavam o “homenageado do ano”, o estudioso Adelino Brandão, ou seja, a Semana já homenageia a si mesma, quando estende o culto aos cultuadores do euclidianismo. Dentre as modificações que se observou, ressalta-se que a organização do evento deixou pouquíssimo espaço, no Seminário do dia 09 de agosto de 2005, por exemplo, para o debate de idéias e apresentação de trabalhos acadêmicos sobre Euclides da Cunha e sua obra, em fórum específico e com platéia selecionada, seja por faixa etária, seja por escolaridade.

A 93ª Semana Euclidiana foi o primeiro evento de peso para o euclidianismo, sob a gestão de Ana Lúcia Sernágli à frente da Casa de Cultura e já revelou alterações estruturais, com a transferência do desfile de abertura para o domingo, repetição do nome do conferencista oficial, e mudanças no tom das discussões com a exclusão de discursos dissonantes. O ex-diretor, Álvaro Neto, criticou duramente as mudanças:

Uma Semana Euclidiana organizada sem a preocupação que Euclides da Cunha teve com a evolução, com pouquíssima abrangência dá a impressão de que os organizadores pensam que o autor de *Os sertões* é propriedade local e pode ser comemorado com uma festa... Enquanto isso, na outra ponta, professores que faziam parte de uma equipe séria, que foram descartados e

passaram a assistir ao movimento euclidiano rio-pardense à distância, ficam com a impressão confessada de “xenofobia”. (RIBEIRO NETO, 2005).
Grifos nossos.

Álvaro Neto alerta para a mudança de rumo na condução do evento mais importante do euclidianismo rio-pardense, considerando que o ano de 2005 representou um “retrocesso” para o movimento. Partilham dessa opinião estudiosos não-euclidianos, a exemplo de alguns pesquisadores ouvidos em outros centros localizados na Bahia, Rio e São Paulo, os quais expressaram seu descontentamento com a mudança e protestaram contra a destituição de Álvaro Neto. Quem sabe as alegações dos descontentes podem estar ainda sob o impacto das mudanças no cargo de Direção da Casa de Cultura. Pelos fatos observados, no entanto, confirma-se uma retração do evento e uma tendência de “fechamento”. Além disso, o próprio gerenciamento administrativo de providências importantes para alimentar o movimento euclidiano dá sinais de falha, a exemplo do *site* da Casa de Cultura, que não vem sendo atualizado. Apostando no localismo e circulando em torno de concepções e bases previamente definidas, os organizadores da Semana de 2005 deram demonstrações de que pretendem um “volta ao passado”. Isso é bom? Isso é ruim? O tempo dirá, mostrando as conseqüências desse “desejo das origens”⁸².

O culto a Euclides da Cunha tal como sobrevive hoje em São José do Rio Pardo é algo muito mais oficial do que propriamente acadêmico, exceto por algumas participações isoladas, intervenções e atividades específicas. Pelo que se pôde observar na programação dos

⁸² A Semana Euclidiana de 2006 teve como tema “Os sertões de *Os sertões*”; a conferência oficial foi realizada pelo professor Nicola S. Costa. Segundo informações da diretora da Casa Euclidiana, Ana Lúcia Dias Sernáglia, em 2006, participaram em torno de 400 estudantes maratonistas, sendo 120 visitantes de outros municípios. Durante a solenidade de encerramento da 94ª Semana Euclidiana, o professor Marco De Martini, orador da tarde, falou da “necessidade de modernização de algumas atividades, como a própria Romaria Cívica (caminhada até o mausoléu de Euclides), como forma de garantir sua continuidade em anos futuros”. A discussão sobre a continuidade do Euclidianismo mobilizou muitas pessoas que se pronunciaram em *blogs* e jornais pela internet. Disponível em: <www.casaeuclidiana.org.br>; <<http://berrante.orgfree.com>>; <<http://berrante.zip.net>>. Acessos em 25.11.2005, 07.01.2006, 10.10.2006.

dois últimos anos vem ocorrendo uma tendência de fechamento local, com feição regional. Justificar-se-iam os comentários de que o euclidianismo poderia “estar encolhendo” e perdendo a força que o tem alimentado? Motivação político-partidária e / ou mudança de estratégia em relação ao futuro do movimento, aliados à escassez de recursos financeiros podem explicar algumas das razões para que se tivesse optado por eventos mais restritos, com programação privilegiando o pessoal mais próximo e deixando de fora pesquisadores de outras vertentes, inclusive as não-euclidianas. Pode também ser uma mudança de direção, algo que o tempo dirá tratar-se ou não de uma “correção de rumo” para fazer o euclidianismo rio-pardense voltar-se para si mesmo, centrando-se na idéia reducionista de que seria necessário manter Euclides da Cunha e sua obra (embora mundialmente consagrados) circunscrita e marcada como patrimônios locais.

5.4 À SOMBRA DA PAINEIRA

Silêncio. Noite. O rio canta e acalanta os dois viajores cansados. Acendem-se os refletores. [...] Euclides mata saudades, aconchegado ao filho. Descansam à margem esquerda do rio.

Rodolpho Del Guerra

Os restos mortais de dois Euclides, o pai e o filho, repousam, desde 15 de agosto de 1982, à sombra da paineira⁸³, em um mausoléu, construído na margem esquerda do rio, em São José do Rio Pardo. Euclides da Cunha nasceu, conforme já informado, em 20 de janeiro de 1866, em Cantagalo, interior do Rio de Janeiro, morreu em 15 de agosto de 1909, no bairro

⁸³ Quando morou em São José do Rio Pardo, Euclides costumava trabalhar à sombra de uma paineira, próxima à cabana de zinco. Aquela árvore do final do século XIX não existe mais. Segundo Rodolpho Del Guerra, em 1961, “morreu a histórica e famosa paineira que protegeu a cabana”. (DEL GUERRA, 1998, p. 21). Em seu lugar foi plantada uma outra da mesma espécie.

da Piedade, atual Avenida Suburbana, no mesmo Estado, e foi sepultado no cemitério São João Batista, também no Rio de Janeiro.

O escritor efetivamente morou na cidadezinha do oeste paulista, conforme aqui já registrado, por um período de três anos, de março de 1898 a maio de 1901, enquanto supervisionava como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo os trabalhos de reconstrução da ponte metálica sobre o rio Pardo. É nesse período que Euclides organizará suas notas sobre a Campanha de Canudos, configurando o formato final à obra *Os sertões*. Em 18 de maio de 1901, a ponte seria reinaugurada e, depois disso, segundo o historiador Rodolpho José Del Guerra, Euclides “vai embora pobre e desconhecido”, à procura de uma editora que bancasse a publicação da obra⁸⁴. (DEL GUERRA, 1998, p. 13).

Euclides da Cunha não retornaria em vida a São José do Rio Pardo. Seus descendentes, no entanto, entenderam que aquele era o lugar do escritor. Assim, 73 anos após a morte de Euclides e, atendendo à reivindicação dos rio-pardenses, os parentes decidiram autorizar o traslado dos restos mortais de pai e filho para que repousassem, para sempre, à margem do rio. Vários euclidianos trabalharam para que isso ocorresse. Oswaldo Galotti, para citar uma das figuras expressivas do euclidianismo, envolveu-se nas articulações e empenhou-se na questão, acompanhando pessoalmente desde a exumação no cemitério São João Batista até a inumação dos restos mortais de Euclides e de Quidinho.

⁸⁴ De acordo com Roberto Ventura (2003), Euclides da Cunha assina, em 17 de setembro de 1901, contrato com a editora *Laemmert*, do Rio, “para publicação de 1200 exemplares de *Os sertões*”, cujos custos o autor pagará do “próprio bolso”. Euclides recebe em 27 de janeiro de 1902 “as primeiras provas” do livro, que revisa em Lorena (Euclides encontrou cerca de oitenta erros nos 1200 exemplares e realizou em torno de 96 mil emendas “feitas com pena e canivete”); em 02 de dezembro de 1902, chegam as primeiras cópias às livrarias. A primeira edição de *Os sertões* se esgota em pouco mais de dois meses. (VENTURA, 2003, p. 221 e 293).

Os descendentes de Euclides da Cunha continuam morando no Estado do Rio⁸⁵ e o escritor jamais manifestou o desejo de ser enterrado em São José do Rio Pardo. Os euclidianos rio-pardenses, entretanto, alimentam o sentimento de que, trazendo os restos mortais de Euclides para São José do Rio Pardo, cumpriram uma espécie de dever de gratidão com o amigo que, finalmente, poderia descansar e encontrar a paz que, segundo os biógrafos, lhe faltara em vida.

A luta do Movimento Euclidiano para trazer o que restou do corpo de Euclides da Cunha, setenta e três anos após a sua morte, de volta a São José do Rio Pardo contribui para que se possa produzir para a biografia do escritor uma trajetória que guarda semelhanças com as sagas dos heróis míticos, conforme análise de Joseph Campbell (1990). O personagem heróico, ao final do percurso circular que realiza em sua jornada, acaba voltando ao lugar de partida.

Nesse sentido, mas guardadas as devidas diferenças, Euclides só completaria o “caminhar do herói” ao retornar ao ponto em que deu início a sua caminhada rumo ao sucesso: São José do Rio Pardo. Embora o cidadão Euclides da Cunha seja natural de Cantagalo, Rio de Janeiro, os rio-pardenses parecem entender que ele teria nascido em Rio Pardo, ou pelo menos, nasceu para a glória, pois foi ali que produzira *Os sertões*, o feito notável que lhe proporcionaria ser reconhecido como homem extraordinário, digno de entrar para a história. De São José do Rio Pardo, a pequena cidade que o acolheu e o fez “sentir-se em casa”, para usar uma expressão ao gosto do cronista Rodolpho Del Guerra (1998),

⁸⁵ Joel Bicalho Tostes (viúvo de Eliethe, uma das filhas de Manoel Afonso, este, por sua vez, o terceiro filho de Euclides) e Maria Graça Cunha Povoá (bisneta de Euclides), sempre prestigiaram o culto ao escritor em São José do Rio Pardo, tendo participado, inclusive, das Semanas Euclidianas. (DEL GUERRA, 1998, p. 38). Transcrevo a seguir a inscrição da placa afixada no gramado que circunda o mausoléu de Euclides da Cunha, no Recanto Euclidiano: “A São José do Rio Pardo, que tanto faz por sua memória, confiamos para sempre o nosso avô Euclides da Cunha. Eliethe da Cunha Tostes, Maria Auxiliadora da Cunha Lage, Norma da Cunha Povoá. Rio de Janeiro, 15.08.1982”.

Euclides passaria para o privilegiado mundo dos intelectuais de porte, cujos nomes os registros memorialísticos se encarregam de perpetuar.

Assim, São José do Rio Pardo, em sua pacatidade, seria responsável pelo nascimento de Euclides como escritor. Tal assertiva, em muitas variantes, seria repetida e divulgada, inclusive em placa afixada no monumento que compõe o mausoléu, onde se lê um trecho da carta escrita por ele ao amigo Francisco de Escobar⁸⁶, em que declara seu desgosto em relação à “civilização pesteadada”:

Digo-te mais: a minha maior aspiração seria deixar de uma vez este meio deplorável, com suas avenidas, os seus automóveis, os seus *smarts*, as suas fantasmagorias de civilização pesteadada. Como é difícil estudar-se e pensar-se aqui!... Que saudades do meu escritório de zinco e sarrafos da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril, não produzirei mais nada de duradouro. (CUNHA In: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 357). Grifos nossos.

O tom saudosista da carta é lembrado como uma espécie de queixa de Euclides contra o ambiente frenético e nefasto das grandes cidades (Rio de Janeiro, no caso), incompatível com a produção intelectual. O desabafo euclidiano reforça o estereótipo que marcou o seu pensamento: separação “interior” / sertão como algo positivo (lugar calmo, de gente simples, fiel e sincera) do “litoral” / cidades costeiras, áreas onde se concentravam os municípios mais populosos (identificados, por suas mazelas: agitação e falsidade nas relações sociais).

Os centros urbanos eram vistos negativamente por Euclides como lugares “pesteados”, em especial porque se pautavam numa “civilização de empréstimo” que tomava por modelo as desenvolvidas cidades européias. Os biógrafos reiteram ser o escritor um

⁸⁶Francisco de Escobar foi vereador e intendente em São José (1896 a 1899). Era um homem de vasta cultura. Segundo Del Guerra (1998, p. 22), “foi o conselheiro, animador e o maior colaborador de Euclides”, a quem indicou leituras.

homem que se identificava com as cidadezinhas do interior; era o “Euclides Bandeirante” que vivia sempre viajando a serviço, por conta da profissão de engenheiro e pela inquietação e intrepidez do seu espírito. O gosto de Euclides pelas regiões do interior brasileiro será um aspecto exhaustivamente explorado pelos amigos rio-pardenses que repetem a verdade quase profética, vaticinada pelo próprio Euclides: longe da paz de São José do Rio Pardo, o escritor não conseguiria concluir nenhuma outra obra de peso.

Nos anos de 1904 e 1905, quando estive na região amazônica como chefe da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira entre o Brasil e o Peru, Euclides viu de perto uma outra parte do Brasil com terras ainda não cartografadas e também desconhecidas dos brasileiros, habitantes dos grandes centros próximos à capital da república. Euclides da Cunha se interessou pela geografia física e humana da região, embora os biógrafos registrem a irritação do escritor com o clima inóspito regido pelas altas temperaturas e umidade do ar. Euclides teve a oportunidade de anotar informações e impressões que lhe possibilitariam escrever sobre a região da Amazônia.⁸⁷ De acordo com Ventura (2003), Euclides publica em janeiro de 1906, na Revista *Kosmos*, “Entre os seringais”, artigos em que “denuncia o trabalho semi-escravo nos seringais do Acre e, em setembro, *Peru versus Bolívia*” que viria ser

[...] reunião de oito artigos divulgados no Jornal do Comércio, do Rio, de 9 de julho a 13 de agosto. Começa a escrever, em setembro, Um paraíso perdido, obra sobre a Amazônia, cujo título evoca o poema épico do inglês John Milton, *Paradise lost* (1674). Sua morte repentina, três anos depois, irá

⁸⁷ Na primeira semana de janeiro de 2007, a Rede Globo de televisão iniciou a exibição da minissérie “Amazônia: de Galvez a Chico Mendes”, de autoria da acreana Glória Perez. Na minissérie, Perez intercala realidade e ficção produzindo uma narrativa sobre a história do Acre, com ênfase no trabalho semi-escravo dos seringueiros, a maioria formada por migrantes nordestinos, atraídos pelo sonho de riqueza com a exploração da borracha. A cena de abertura do primeiro capítulo destacou uma embarcação descendo o rio margeado por áreas da floresta Amazônica; o texto narrado era um trecho de Euclides da Cunha que compõe *À margem da história*.

interromper a redação do livro, cujos originais se perderam. (VENTURA, 2003, p. 295).

O próprio Euclides afirma em carta, datada de 13 de junho de 1906, a Francisco Escobar que aquele seria o seu “segundo livro vingador”, na defesa dos brasileiros “sem-voz” e até hoje explorados trabalhadores da borracha na selva amazônica:

Em paz, portanto, esta rude pena de caboclo ladino. Ou melhor, que vá alinhando as primeiras páginas de *Um Paraíso Perdido*, o meu segundo livro vingador. Se o fizer, como o imagino, hei de ser (perdoa-me a incorrigível vaidade) hei de ser para a posteridade um ser enigmático, verdadeiramente incompreensível entre estes homens. (CUNHA In: GALVÃO e GALOTTI, 1997, p. 306).⁸⁸

Euclides da Cunha não concluiria a obra (euclidianistas afirmam que o escritor não teria então contado com a tranquilidade de Rio Pardo para o labor intelectual), mas a posteridade já lhe estaria reservada pelo êxito de *Os sertões* e pelo conjunto de fatores que se associaram na construção de seu nome. O projeto inconcluso de *Um paraíso perdido* pretendia tratar de uma parte do Brasil ainda pouco explorada e também desconhecida dos brasileiros que viviam próximos à capital da república. A região amazônica, marcada pelas chuvas, humores dos rios, verde da floresta, exuberância da flora e da fauna, diferia da região de Canudos, que vivia sob o regime das secas e do chão esturricado, mas a ela se assemelhava nas condições de abandono das populações locais pelos poderes públicos.

A vida de Euclides retratada nas biografias encontra paralelo, conforme assinalado anteriormente, na saga do herói (CAMPBELL, 1990, p. 131-174), que deve vencer várias etapas até obter reconhecimento e ou recompensa: situação inicial, ação preparatória, dano, partida, tarefas difíceis ou provas iniciatórias (obstáculos, enigmas), retorno, reconhecimento,

⁸⁸ De acordo com Ventura (2003, p. 298), em 25 de julho de 1909, Euclides devolve aos editores Lello & Irmãos, as provas de *À margem da história*, reunião de estudos históricos e de ensaios sobre a Amazônia, que sairia em setembro, um mês seguinte à sua morte.

desenlace (castigo e / ou recompensa). Desde o nascimento, Euclides da Cunha foi marcado por situações desafiadoras para a própria sobrevivência: era órfão de mãe, era de família pobre; o pai, pela profissão, ausentava-se com frequência; foi acolhido por outras famílias (as tias Rosinda Gouveia e Laura Garcez), destacou-se por atributos ou habilidades especiais (inteligência destacada), enfrentou riscos, adversidades ou “provas” da caminhada (saúde frágil, viagens perigosas, vida pessoal tumultuada), praticou as ações guiado por um ideal (republicanismo e justiça social), demonstrou coragem e destemor para desafiar o estabelecido (protesto contra o Ministro da Guerra, Tomás Coelho), enfim, percorreu o caminho do herói.

A caminhada de Euclides marcará sua vida e lhe conferirá a identidade pela qual obterá o reconhecimento das gerações futuras. Em seu percurso, o feito mais notável do escritor foi ter produzido uma obra com função social, à qual seriam atribuídos uma carga simbólica e o status de emblema da nacionalidade brasileira. E onde é produzido esse feito extraordinário? No interior de São Paulo, na pequena São José do Rio Pardo. Ali o escritor produziria dois outros feitos notáveis: a reconstrução da ponte metálica, a obra de engenharia mais importante da região e, indiretamente, a projeção da cidade para a fama, no cenário nacional e até internacional.

Mircea Eliade (1972, p. 167-175), analisando os elementos que marcam os mitos das sagas dos heróis, apresenta aspectos que podem ser aplicados ao caso Euclides da Cunha: destino, pessimismo e final trágico. O desenlace nas narrativas das sagas míticas exige o castigo, geralmente a descida ao inferno com o prolongamento do sofrimento pela eternidade, ou a recompensa, com o fim do sofrimento, retorno do herói ao ponto de partida, casamento feliz e / ou ascensão ao céu. A vida de Euclides termina tragicamente, mas a recompensa com o prolongamento da glória e o encontro da paz merecida, supostamente só ocorreria com o seu

retorno (os restos mortais) a Rio Pardo. É com esse sentimento que os euclidianos de São José recebem os despojos do escritor:

E ele voltará em agosto, depois de 81 anos de partida. Voltará, não mais apressadamente, como o funcionário do Estado, mas como o herói saudos do recanto de paz. E ficará para o repouso eterno, acalentado por toda uma cidade agradecida. Uma cidadezinha que ascendeu com a sua ascensão, e que sempre o esperou. Ansiosa, esperou o momento de reintegrar, ao corpo-cinzas, a alma que aqui ficou. (DEL GUERRA, 1998, p. 37-8). Grifos nossos.

Euclides voltará para casa. Voltará para ficar. [...] Nosso bem querer o vivificará, vivificando os amigos de então. [...] Cansado do longo esperar pela volta, descansará no seu leito monumento de concreto, abraçado ao desventurado filho, ao lado da cabana. [...] E todos os rio-pardenses estarão aclamando: “Bem-vindo, Euclides, nosso herói”. (*Ibid.*, p. 38-9). Grifos nossos.

Para os rio-pardenses, o retorno de Euclides a São José do Rio Pardo poderia significar a possibilidade de recompensar o herói, alguém, no dizer de Campbell, que descobriu ou realizou alguma coisa “além do normal” ou que deu a vida por “algo maior que ele”. (CAMPBELL, 1990, 131-174). No caso em análise, não se trata de proeza física, mas de proeza intelectual por ter escrito obra de referência e realizado o feito de retirar a cidadezinha do anonimato, conferindo-lhe identidade especial, que os rio-pardenses aprenderam a explorar tão bem. Os euclidianos locais encontraram formas de agradecer ao herói e, ao mesmo tempo, projetar a cidade e si próprios, construindo pontes e alianças importantes.

Exemplares são as demonstrações desse sentimento de acolhida carinhosa daquele que bem poderia ter nascido em Rio Pardo, conforme se observa nas crônicas de Rodolfo José Del Guerra, todas de 1982, ano do traslado dos restos mortais de Euclides e Quidinho:

Se você não participou, perdeu um dos mais belos e importantes acontecimentos deste século, em São José do Rio Pardo: a apoteose da inumação dos restos mortais de Euclides da Cunha e de seu filho Quidinho, no mausoléu beira-rio. [...] E Euclides estava entre nós [...] para sempre. [...] Muitos atiradores perfilados atiraram, homenageando nosso herói, que descia ao leito para o repouso eterno, acompanhado do filho [...]. Silêncio. Noite. O rio canta e acalenta os dois viajores cansados. [...] Euclides mata

saudades, aconchegado ao filho. Descansam à margem esquerda do rio. (DEL GUERRA, 1998, p. 39). Grifos nossos.

Os despojos de Euclides e de seu filho, que foram reivindicados à família do escritor pelo movimento euclidiano rio-pardense, agora e para sempre repousam próximos à cabana de zinco, ao rio e à ponte. O zelo e cuidados dos velhos euclidianos que ainda veneram a memória de Euclides da Cunha os credenciaram como mercedores guardiães não apenas dos restos mortais, mas também de todo um patrimônio material e imaterial do autor de *Os sertões*.

O euclidianismo ainda assume, nos nossos dias, a tarefa de manter o trabalho de engrandecimento do nome do escritor, embora já haja algum tempo venha discutindo caminhos, estratégias e alternativas para renovação do movimento. Todo esse trabalho de conservação da memória euclidiana desdobra-se para que o Brasil não esqueça das idéias do intelectual e de sua vida exemplar.

A tradição do culto inventado em 15 de agosto de 1912 com “um minuto de silêncio pelo amigo ausente” (DEL GUERRA, 1998, p. 19) ampliou-se e consolidou-se de tal forma que agora já se apresenta como algo natural e peculiar de São José do Rio Pardo. Interessa à cidade o título de “Meca do euclidianismo” e por isso é fundamental buscar manter na lembrança as idéias de Euclides para que os brasileiros se ufanem de abrigar, entre os nomes canônicos da intelectualidade, autor e obra de peso e em condições de fazer frente aos maiores da cultura universal.

E assim, quase um século depois, a cidade de São José ainda luta por manter viva a memória de um passado que interessa lembrar. Nesse passado, a figura de destaque é o autor de *Os sertões*. Nada mais coerente, portanto, do que trabalhar para fundir cidade e autor. Nada mais justo do que reivindicar, para sempre, a guarda dos despojos desse homem a quem os guardiães protegem com gestos, ações e palavras. Uma frase poderia resumir a motivação de tudo isso: “Euclides da Cunha, cidadão do mundo, é nosso e daqui não sairá jamais”.

6 CANUDOS VIVE

A nação reconhecerá o passado obscuro
 Imortalizaste Canudos - Bello Monte!
 Pelas águas do Cocorobó, a grande fonte
 Tu serás coberto, mas não a tua história
 Como herói, teu nome será lembrado
 Na audácia dos jagunços, na fúria dos soldados,
 Nas fitas de cinema, nos bronzes da memória [...]

José Aras⁸⁹

O povoado de Canudos, o Bello Monte de Antônio Conselheiro, foi completamente destruído pelas forças do exército brasileiro em outubro de 1897. Tanto tempo depois, as reminiscências da guerra ainda repercutem na memória nacional. É assunto que não se esgota, antes se abre às múltiplas versões produzidas por jornalistas, historiadores, cronistas militares e, permanentemente retomadas por escritores de ficção e artistas, em geral.

Até os anos cinquenta do século XX, o texto de Euclides da Cunha foi considerado a narrativa autorizada como verdade inabalável sobre o fato histórico e responsável pela manutenção do interesse pelo tema. Para alguns intelectuais, *Os sertões*, pela sua maquinaria de linguagem, que procura conjugar as ambições historiográfica e estética (pretendia ser relato fiel da história e, ao mesmo tempo, se oferecia como monumento artístico-literário), teria imortalizado a luta sertaneja, possibilitando a perenização de sua memória. Outros, porém, defendem Canudos como tema magistral em si próprio, sustentando que o relevo e a magnitude temática teriam emprestado fama a Euclides. Ou seja, por tal

⁸⁹ José Aras é natural de Bendengó, (Euclides da Cunha - Canudos). Com o pseudônimo José Sara, publicou poesia popular, com destaque para o *Abc de Antônio Conselheiro*. (SARA, 1963). Segundo especulações, José Aras teria sido uma entre as figuras locais que teriam influenciado a substituição do nome “Cumbe” por “Euclides da Cunha”, município ao qual Canudos esteve ligado. Atualmente, se discute a guarda do acervo memorialístico de José Aras (biblioteca particular e relíquias da guerra). Segundo declarações da professora Lina Aras (em 25.05.2006, no “Seminário José Calasans”, em Salvador, e em 08.07.2006, no Memorial Antônio Conselheiro, em Canudos), uma parte do referido acervo deverá ficar sob a guarda da UNEB e outra no Núcleo Sertão - UFBA.

prisma, nas colunas de crédito e débito, o escritor fluminense é que seria devedor da sua própria fama à grandiosidade do tema.

As polêmicas que animam o mundo acadêmico não se resolvem em construções binárias e excludentes. O sucesso editorial de *Os sertões*, a consagração imediata da obra pela crítica e a canonização de Euclides da Cunha, conforme discutido em capítulo anterior, tudo isso efetivamente colaborou para a manutenção de Canudos em evidência, cabendo reflexão sobre o que teria ocorrido com a memória do fato histórico sem a obra de Euclides. Não se pode tampouco negar o caráter matricial da narrativa euclidiana, que serviu de referência para a produção cultural subsequente sobre o tema, quer por maior adesão ao modelo ou mesmo por sua recusa. Autores como Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas* e Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, que em tantos aspectos se diferenciam de Euclides, quando constroem suas obras, inevitavelmente dialogam com o texto euclidiano e o fazem a partir de uma posição da qual não é possível escapar.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro⁹⁰, é protagonista em muitas das versões de narrativas canudianas, sendo apresentado por elas sob enfoques distintos: louco,

⁹⁰ Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897). Nasceu em Quixeramobim, Ceará em família pobre e honrada. Era filho de Vicente Mendes Maciel (vaqueiro) e de Maria Joaquina de Jesus, que morreu quando Antônio tinha seis anos. O pai se casou em segundas núpcias com uma mulher mentalmente desequilibrada. Antônio estudou português, latim e francês (o pai o queria padre), mas abandonou os estudos e foi trabalhar como caixeiro no estabelecimento comercial da família. Em 1857, casou-se com Brasilina Laurentina. Faliu no comércio, vendeu a casa, abandonou a cidade, instalou-se numa fazenda, criou escola onde ensinava. Mais tarde, mudou-se para Tamboril, onde também trabalhou como caixeiro e depois como rábula. Teve dois filhos com a primeira mulher e um outro filho com a artesã de imagens de santos, Joana Imaginária. De 1865 a 1871, Antônio Vicente percorre vários municípios cearenses sem emprego fixo. Os anos de 1871 a 1874 são marcados por informações controversas, porém são apontados como o período em que Antônio passa a se distanciar do convívio social e familiar, iniciando a vida de peregrinação e o ascetismo. Em 22 de novembro de 1874, surgem as primeiras notícias em *O Rabudo* (jornal sergipano) sobre Antônio dos Mares (também chamado Antônio Conselheiro e Santo Antônio Aparecido; a multidão o chamava “Meu Pai”). Realizava obras: construção e restauração de cemitérios e igrejas (lugares sagrados indispensáveis à salvação da alma) e rigorosas pregações da fé (catolicismo ortodoxo; baseava-se em *Horas Marianas* e *Missão Abreviada*). Exercia fascínio entre os sertanejos e sua notoriedade preocupa a igreja (poucos vigários o apóiam), chefes de polícia, proprietários de terra; Antônio é visto como ameaça à ordem pública. Em

facínora, beato, santo, messias, líder espiritual, líder político. Também divergem os pontos de vista sobre as causas do conflito, a organização social da comunidade belomontense, as motivações dos conselheiristas para defender a terra e seu líder, até o esgotamento total da resistência sertaneja.

Na Bahia, embora não exclusivamente aqui, o interesse pela revisão da história de Canudos cresceu, tanto no ambiente acadêmico quanto nos movimentos sociais, notadamente a partir de 1980. Pesquisadores empenharam-se na releitura dos fatos históricos, proporcionando a entrada em cena de discursos e personagens, até então, pouco divulgados ou mesmo, no caso dos personagens, equivocadamente tratados como vilões (atrasados, fanáticos, jagunços, bandidos) pelos registros históricos do final da guerra. Nesse sentido, em alguns setores da sociedade, observou-se um deslizamento de sinais de negativo para positivo

1876 (junho), Conselheiro é preso em Itapicuru e enviado à capital sob a falsa acusação de matricídio; o jornal oposicionista *Diário da Bahia* criticou a prisão sem motivos. Conselheiro é recambiado para Fortaleza, depois Quixeramobim. Constatado que não havia motivo para sua prisão, é libertado pelo juiz local e retoma sua missão conselheira. Em 1882, registra-se a carta do arcebispo da Bahia, D. Luiz, aos padres do sertão: não permitirem as pregações do Conselheiro; advertência não surte efeito; aumentam seguidores. Em 1886, o arcebispo e o presidente da Província da Bahia pedem a internação de Antônio, no Hospício D. Pedro II, Rio de Janeiro; autoridades do Império alegam falta de vagas. A *Folhinha Laemmert*, do Rio, publica notícia sobre o beato. Em 1893 ocorre o incidente numa feira (de Natuba, segundo alguns; Bom Conselho, segundo outros) com as “tabelas” (editais de cobrança de impostos). O juiz Arlindo Leoni solicita ao governador do Estado, Rodrigues Lima, ação policial contra o “ato subversivo” do líder religioso. Dá-se o conflito do Masseté (povoado entre Cumbe e Tucano) com mortos de ambos os lados; o fato ganha repercussão nacional. Em 1893, às margens do rio Vaza-Barris, Antônio Conselheiro funda Canudos, renomeado Bello Monte. Ali não reconhece mais o governo republicano, a “lei do cão” nem as autoridades eclesiásticas. Nunca mais se deixará prender e humilhar. Em maio de 1895, por solicitação do governador Rodrigues Lima, o Bispo D. Jerônimo Tomé envia uma “Santa Missão” para tentar dissolver a comunidade belomontense. Conselheiro recebe os capuchinhos com brandura (ele não realizava funções sacerdotais). Os padres ficam sete dias em Bello Monte, e o relatório do Frei João Evangelista Monte Marciano aponta Conselheiro como “líder político”; estava lançada a senha para o Estado destruir o povoado. Antônio Vicente morre em 22 de setembro de 1897, doze dias antes da destruição total de Canudos. Seu corpo, enterrado pelos seguidores no santuário, é desenterrado pelos soldados no dia 5 de outubro. Fotografam-no e cortam-lhe a cabeça, que é levada para estudos em Salvador. (FERRAZ et al. 1991, p. 21-8). O historiador Marco Villa faz referência a uma versão que põe em dúvida o reconhecimento do corpo de Antônio Conselheiro. Segundo Villa, O comandante de piquete Pedrão teria declarado a Optato Gueiros que “o corpo desenterrado foi o de Manuel Quadrado, que trajava do mesmo modo que o Conselheiro e também usava longas barbas”. (VILLA, 1999, p. 218). Na minha pesquisa, não encontrei nenhum fundamento para sustentar tal hipótese.

em relação à figura de Antônio Conselheiro e de seus seguidores, os quais passaram a ocupar um lugar de destaque na pesquisa canudiana. Assim, Canudos ganha espaço, alcançando contornos mais distanciados dos estereótipos a que estivera hegemonicamente circunscrito na primeira metade do século XX. O prestígio de Euclides da Cunha e a força da sua rubrica autoral ainda permanecem, nesse período, porém mais como uma referência, uma porta de entrada, um nome de peso para assunto sempre apaixonante: Canudos na visão dos vencidos.

O presente capítulo tem por objetivo analisar como os estudos sobre Canudos na Bahia se fortalecem e assumem contornos conselheiristas. A partir de uma revisão historiográfica, pretendo investigar em que momento e de que modo ocorre uma mudança de perspectivas dos estudiosos em relação ao episódio Canudos e como isso está, de certo modo, relacionado à permanência, deslocamentos e reposicionamento do nome de Euclides da Cunha na nossa cultura. Por que essa polêmica passa a ser levantada e o que isso tem a ver com uma “desautorização das teses euclidianas”? A Bahia, mais especificamente, os canudianos baianos estariam, nos últimos vinte e cinco anos, mitificando o nome de Antônio Conselheiro assim como as cidades de São José do Rio Pardo e Cantagalo o fizeram em relação ao nome de Euclides da Cunha? Tal situação teria proporcionado a constituição de um grupo mais afinado com os ideais conselheiristas e francamente engajado na positivação de suas histórias?

Em busca de caminhos que me indicassem respostas ou até levassem a novas indagações, estabeleci como necessário empreender a leitura dos principais textos publicados por José Calasans, em função da importância do seu trabalho para os estudos canudianos, nos últimos cinquenta anos. Dentre outros pesquisadores que se empenham mais explicitamente na revisão histórica de Canudos, numa ênfase não-euclidiana, elegi o trabalho de Marco Villa (1999), cruzando-o com informações de outros autores, a exemplo de Pedro Barboza (2001). Ambos os trabalhos foram produzidos no ambiente acadêmico e, embora estabeleçam

diálogos com *Os sertões*, dele se afastam, quando elegeм outras fontes primárias para compreender o fato histórico da guerra de Canudos.

Para construir os postulados teóricos que sustentem ou refutem a minha hipótese da existência de um suposto “conselheirismo contemporâneo”, marcadamente baiano, embora com ramificações em diversos estados do Brasil, recolhi depoimentos de pesquisadores divulgados nos últimos anos. Em razão de não haver encontrado trabalhos publicados que afirmassem haver um movimento contemporâneo constituído, tendo como bandeira a luta para a manutenção de uma memória de resistência do povo do Bello Monte, identifiquei ser importante ouvir os próprios intelectuais, pesquisadores e artistas com trabalhos sobre Canudos, nos últimos vinte e cinco anos.

Nessa direção, optei pela pesquisa qualitativa. Decidi utilizar um roteiro de entrevista (Apêndice) com questões abertas, razão pela qual fui levada a limitar o número de entrevistados. Enviei questionários a vinte e quatro pesquisadores. Obtive respostas de dezessete intelectuais (dez responderam diretamente as perguntas do questionário por e-mail, e sete foram por mim entrevistados).

Considereei suficiente o número de questionários respondidos, em razão de que utilizei também outros depoimentos sobre a matéria por mim pesquisada. Estes outros depoimentos se encontram disponíveis em publicações recentes, a exemplo das entrevistas realizadas por Manoel Neto e Roberto Dantas, no período de 1998 a 2002, publicadas pela UNEB com o título *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*, em 2001 e 2003. Além da aplicação dos questionários, entrevistei outros intelectuais: Yara Dulce Bandeira

Athayde, em 2005, Edivaldo Machado Boaventura, José Edelzuito Soares e Luiz Paulo Neiva em 2006⁹¹.

Como constituí a lista dos pesquisadores a serem entrevistados e quais critérios foram utilizados para esse fim? Decidi buscar depoimentos de pessoas que se enquadrassem em um ou mais desses critérios: 1. produziu trabalho de pesquisa (acadêmica ou não acadêmica; publicado ou inédito), artístico ou comunitário sobre Canudos, nos últimos vinte e cinco anos; 2. participou (organizou, coordenou, dirigiu trabalho ou instituição) de evento ligado à temática Canudos.

O ponto de partida para a constituição da lista dos pesquisadores foi o CEEC. Nos arquivos e publicações do Centro de Estudos Euclides da Cunha, encontrei informações para chegar a esses nomes. Assim, observei as programações de eventos realizados de 1985 em diante, especialmente as comemorações centenárias da fundação do arraial do Bello Monte (1993), do final da guerra (1997) e do lançamento de *Os sertões* (2002) e a publicação de teses e trabalhos, de certo modo, relacionados a esses eventos. Pesquisadores citavam outros pesquisadores, remetiam o leitor a trabalhos realizados, porém inéditos, e assim fui construindo a lista daqueles a quem eu deveria e poderia, por acessibilidade, entrevistar.

⁹¹ Relacino a seguir a lista completa dos intelectuais que entrevistei. Os sete primeiros não responderam o questionário; falaram diretamente comigo. São eles: Yara Dulce Athayde (primeira diretora do CEEC / UNEB), Edivaldo Boaventura (criou o Parque Estadual de Canudos, em 1986, quando exercia o cargo de secretário de Educação do Estado da Bahia), José Edelzuito Soares (criou o CEEC, como Reitor da UNEB), Luiz Paulo A. Neiva (Coordenador do CEEC, na década de 1990), Enoque Oliveira (Movimento Histórico de Canudos), Antônio Olavo (pesquisador e responsável pelo site *portfolium*) e Antenor Júnior (criou o A Semana Cultural e Congresso Estudantil Os sertões, em Euclides da Cunha - BA). Os intelectuais relacionados a seguir são conhecidos nos meios acadêmicos. Suas respostas foram enviadas por email. São eles: Manoel dos Santos Neto, José Carlos Pinheiro, Roberto Dantas, Sérgio Armando Diniz Guerra, Claude Santos, Eldon Canário, José Carlos Barreto de Santana, Trípoli Gaudenzi, Luitgarde Cavalcanti Barros e Marco Antônio Villa. Não farei referência aos nomes dos pesquisadores com os quais tentei contato, mas não obtive respostas, em função de não conhecer os motivos de cada um para não responderem os emails (alguns demonstraram interesse e prometeram responder, mas não o fizeram a tempo; outros não acusaram o recebimento do email). Informalmente, conversei com muitas outras pessoas sobre Euclides da Cunha e Canudos.

Para escolher os intelectuais a serem ouvidos, precisei realizar uma seleção e o fiz com a convicção de que alguns nomes ficariam de fora e, certamente, alguns dos escolhidos por mim não responderiam o questionário, por motivos diversos. Uma parte desses nomes selecionados já havia concedido entrevistas sobre Canudos no referido trabalho de Manoel Neto e Roberto Dantas. Os conteúdos publicados, entretanto, não se mostraram suficientes para responder a todas as minhas indagações nem forneciam elementos para sustentar ou refutar a hipótese por mim levantada: o reposicionamento do nome de Euclides da Cunha na pesquisa canudiana estaria relacionado à emergência de uma vertente temática mais apaixonante para o grupo conselheirista baiano: revisão histórica de Canudos pela visão dos vencidos.

É possível entender a constituição de um sentimento conselheirista com base nos estudos identitários e de representação como pensou Stuart Hall (2001, p. 48). Isto é, identidade é algo que se constrói nas relações sociais, engendradas “no interior da representação”. Ressalvadas as diferenças de fundo ideológico, o conselheirismo poderia ser analisado pelos mesmos pressupostos teóricos tomados para entender a formação do euclidianismo, exceto pelas peculiaridades, motivações e momentos históricos específicos de seus surgimentos. Tal afirmação se apóia na concepção foucaultiana (2000c) acerca de identidade como algo que, longe de ser uma essência, um dado fixo, antes se apresenta como algo fragmentário, instável e em permanente devir.

Dos últimos vinte e cinco anos para cá, generalizadamente falando, sobressaem-se três vertentes de estudos relacionados à temática canudiana / euclidiana que interessam ao presente trabalho: a primeira diz respeito à “linha apologista” que se orienta, incondicionalmente, pela manutenção do culto personalista a Euclides da Cunha; a segunda abriga intelectuais com inserção na pesquisa acadêmica voltada para a análise do conjunto da

obra euclidiana, no macro contexto da cultura, e a terceira, marcadamente politizada e interessada na reconstituição do fato histórico, na qual se articulam os conselheiristas.

Assim, grande parte dos intelectuais com trabalhos publicados, nos últimos vinte e cinco anos, sobre Canudos vem investindo na recuperação da “experiência conselheirista” como um movimento de que se deve orgulhar⁹². A exceção fica para os “euclidianos” de São José do Rio Pardo e regiões próximas, alinhados com o trabalho de manutenção da memória e da glória de Euclides, por motivos já explicitados em capítulo anterior. Uma outra vertente abarca os pesquisadores acadêmicos mais abertos e afinados com tendências contemporâneas do pensamento e métodos de análise.

Para a vertente canudiana / conselheirista, Antônio Conselheiro é visto como um dos personagens mais incompreendidos e enxovalhados da nossa história. Esses intelectuais estão espalhados por outras regiões do país, mas a Bahia avulta como espaço de permanência de uma memória: Antônio Conselheiro e os mártires da guerra de Canudos. É o que se constata pela leitura de seus textos e nas suas declarações, divulgadas a partir de 1980.

Em contrapartida, o nome de Euclides da Cunha sofre um deslocamento entre os estudiosos conselheiristas, não exatamente porque sua obra não interessa mais ou porque

⁹² Para atender ao recorte metodológico adotado, realizei um levantamento das principais publicações que circularam no ambiente acadêmico baiano, deixando de fora as produções de ficção e também os trabalhos produzidos pelos militares. As afirmações baseiam-se na análise de dados recolhidos nas publicações mais expressivas dos últimos vinte e cinco anos, com ênfase a partir de 1993, ano da comemoração da fundação do Bello Monte. Dentre as publicações destaco aquelas que reúnem trabalhos apresentados em eventos ou números especiais de revistas especializadas, em geral, editadas por universidades. Todos os trabalhos mencionados estão indicados nas referências bibliográficas. São elas: *Revista da FAEBA* - UNEB, (número especial sobre o Centenário de fundação de Bello Monte 2. ed, 1995; *Revista Canudos* do CEEC / UNEB (número 2, 1997, dedicado aos cem anos do final da guerra de Canudos, número 1, 2001, especialmente dedicado à memória de José Calasans, números 6 e 7 2002, comemorativo do centenário da publicação de *Os sertões*), *Revista da Bahia*, nº 22, 1996; *Revista da USP* (Nº 20, 1993-1994: “Dossiê Canudos” e nº 54, 2002 “Dossiê Os sertões: cem anos”); Programa e Resumos dos trabalhos apresentados no Simpósio Internacional Os sertões: permanências e rasuras, 2002; *Revista Outros sertões*, nº 1, 2005 do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da UNEB, na cidade de Euclides da Cunha – Ba. Das tantas outras obras publicadas no período, destaco apenas mais uma: *O clarim e a oração* (FERNANDES, 2002) por reunir trabalhos de aspectos e áreas diversas, assinados por autores com forte inserção nos meios legitimadores da cultura.

ninguém a lê (embora sempre se encontre quem diga que se trata de obra mais citada do que propriamente lida). Ao contrário, *Os sertões* continua sendo estudado, citado, referenciado pelos intelectuais e formadores de opinião como a obra que propõe uma interpretação da brasilidade, um clássico e um monumento da nossa cultura⁹³.

Na Bahia, a obra de Euclides não é, entretanto, o foco de interesse da maioria dos pesquisadores. Quando a narrativa euclidiana é objeto de estudo, em edições comemorativas, de que é exemplar o número 6/7 2002 da Revista Canudos (CEEC), que elege o tema “O centenário de um clássico: *Os sertões* (1902 – 2002)”, o projeto gráfico não destaca Euclides da Cunha ou seu livro de referência, o que seria de se esperar, uma vez que os textos da revista tematizam *Os sertões* ou as idéias de Euclides.

Todavia, com a publicação do número 6/7, a Revista Canudos deixa clara sua posição simpática à causa conselheirista: a frente da capa traz uma fotografia em preto e branco de uma paisagem sertaneja na qual se destaca uma árvore; no alto, canto esquerdo, uma fotografia colorida de João de Régis (remanescente dos combatentes conselheiristas, falecido em 18 de novembro de 2002), a quem a edição é dedicada; embaixo, a inscrição: “O centenário de um clássico: *Os sertões* (1902 - 2002)”. O fundo da capa, na cor preta, apresenta um retrato de Euclides da Cunha (em tamanho reduzido como em uma fotografia 3x4), transformado em selo postal; acima da foto, o nome “Os SERTÕES”, abaixo, a inscrição:

⁹³ As afirmações acima são baseadas nos depoimentos de alguns dos intelectuais por mim entrevistados e referidos anteriormente. *Os sertões* de Euclides da Cunha também foi citado como: “obra fundadora de uma interpretação sócio-histórica do Brasil” (Sérgio Guerra); “porta de entrada para o episódio Canudos” (Manoel Neto); “estudo apurado do Brasil relegado e negado pelas suas elites intelectuais” (Roberto Dantas); “uma das obras mais importantes para a compreensão e desvendamento de aspectos da realidade brasileira” (José Carlos Barreto de Santana); “um clássico, o grande livro de história da guerra de Canudos” (Claude Santos); “obra que compõe o cânone oficial brasileiro, embora seja mais citado que lido” (Marco Villa); “obra justamente reverenciada” (Trípoli Gaudenzi); “obra monumental e um clássico da nossa literatura” (Eldon Canário); “livro monumento” (Luitgarde Barros); “obra que pensa a brasilidade a partir de elementos novos, pois traz para a cultura letrada a vida dos miseráveis” (Enoque Oliveira).

“1902-2002”.⁹⁴ (Anexo A). O trabalho foi realizado pela *Portfolium*, empresa criada por Antonio Olavo, responsável pela montagem de um *site* dedicado às pesquisas para resgate da memória de uma Canudos francamente conselheirista. Nada mais apropriado do que homenagear João de Régis, pessoa simples, que viveu do seu trabalho e resistiu às durezas da vida sertaneja. No rosto enrugado e queimado do sol, as marcas dos sonhos e da luta pela sobrevivência.

6.1 CALASANS, O CONSELHEIRO DE UMA GERAÇÃO

A virada nos estudos canudianos é tributária do trabalho desenvolvido por José Calasans,⁹⁵ compreendendo-se aí não apenas os trabalhos por ele publicados, mas também a posição que o historiador sergipano assumiu de se colocar como “orientador” de uma geração de pesquisadores. Estudiosos da temática canudiana são unânimes ao ressaltar a importância

⁹⁴ João de Régis, antigo morador das Umburanas (local onde ficou o corpo de Moreira César) era filho e neto de conselheirista. Vários pesquisadores canudianos entrevistaram e fotografaram o Senhor João de Régis, a exemplo de Antonio Olavo, Evandro Teixeira e Antenor Júnior. São muito conhecidas suas imagens em fotografias que podem ser obtidas, inclusive, pela internet. Disponível em: < www.portfolium.com.br>. O volume 2 de *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo* (SANTOS NETO e DANTAS, 2003) também presta homenagem a João de Régis: a edição é dedicada (em memória) a ele e a Roberto Ventura. O projeto gráfico também exibe uma imagem em que se fundem a terra e a pele (ambas vermelhas, secas, gretadas) do rosto de Seu João.

⁹⁵ José Calasans (1915-2001) nasceu em Aracaju - Sergipe, onde viveu até os 17 anos. Em 1932, veio para Salvador, estudar Direito, mas interessou-se mais pela área de História. Depois de formado em Direito (Calasans não exerceu a advocacia), volta para Aracaju onde é aprovado em concurso para professor de “História do Brasil e de Sergipe”, na Escola Normal. A partir de 1947, passa a morar definitivamente em Salvador. (VILLA, 1998). José Calasans foi professor de “História Contemporânea” na Universidade Federal da Bahia, instituição na qual exerceu o cargo de Vice-Reitor. Em 1983, fundou o “Núcleo Sertão” no “Centro de Estudos Baianos” da UFBA, para o qual doou seu acervo documental e bibliográfico sobre Canudos. José Calasans era considerado pelos pesquisadores da matéria a “maior autoridade mundial” sobre a guerra de Canudos. Calasans publicou inúmeros artigos sobre a comunidade do Bello Monte, em jornais, especialmente da Bahia e de Sergipe, alguns deles reunidos em livros, a exemplo de *Cartografia de Canudos* (1997). Publicou também *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro* e *Quase biografia de jagunços: o séqüito de Antônio Conselheiro*. A relação dos trabalhos produzidos pelo mestre pode ser encontrada na bibliografia comentada “A memória das memórias de Canudos: a pesquisa e a obra de José Calasans” da autoria de Edwin Reesink (2001).

de José Calasans, mais ou menos de 1950 em diante, período apontado como um marco que abriria outra frente de investigação: os estudos não-euclidianos sobre Canudos.

Calasans era respeitosamente chamado pelos seus seguidores de “mestre”, e reconhecido pelos pesquisadores como um dos estudiosos mais bem informados sobre a guerra de Canudos, além de representar a figura de patriarca⁹⁶ para todos aqueles que se interessaram pelo tema e que circulavam a seu redor. Roberto Pompeu Toledo (2002, p. 94) refere-se a Calasans como “o papa das pesquisas canudistas e conselheiristas que se seguiram a Euclides”. A figura honrada do historiador sergipano impunha respeito e seu nome funcionava como aval para emprestar prestígio a outros nomes. Assim, as linhas de trabalho abertas ou sugeridas pelo professor Calasans foram seguidas com resultados que podem ser aferidos pelas ações dos movimentos sociais, de instituições e pelas publicações brasileiras e internacionais sobre o assunto, especialmente a partir de 1980.

Somente meio século após a publicação de *Os sertões* de Euclides da Cunha, haveria uma reviravolta nas pesquisas mais expressivas sobre a guerra de Canudos, a partir de outras perspectivas que não aquelas norteadoras dos trabalhos publicados até então. Os textos canudianos de maior repercussão, produzidos até os anos 50, na sua grande maioria, foram tomados como portadores dos fatos históricos inquestionáveis. Essa produção foi quase toda baseada nos relatos dos militares, ou seja, do ponto de vista dos vencedores e em *Os sertões*, obra extremamente marcada pelas bases científicas e filosóficas da época, e recebida como a “última palavra” sobre o assunto. José Calasans aponta três fases mais demarcadas sobre os

⁹⁶ Encontrei a referência a José Calasans como “patriarca” dos estudos canudianos nos depoimentos dos inúmeros pesquisadores com os quais conversei e, especialmente, nas falas dos intelectuais que apresentaram trabalhos no “Seminário José Calasans”. O evento foi realizado no CEEC / UNEB, nos dias 25 e 26.05.2006, quando se prestaram homenagens ao mestre, lembrado na passagem dos cinco anos de sua morte. O termo patriarca está assim dicionarizado: “entre os antigos, esp. os judeus, o chefe de família [...]; pessoa mais velha que se respeita, obedece e venera e que tem grande família [...]” (HOUAISS, 2001, p. 2150). José Calasans também foi chamado por Edivaldo Boaventura de “Patrono de Canudos”. (BOAVENTURA, 1997, p. 128-30).

estudos acerca da figura do peregrino Antônio Conselheiro e, conseqüentemente, da guerra de Canudos:

A partir de 1902, o episódio Canudos passou a ser exclusivamente feito via *Os Sertões*. De modo geral, é acertado asseverar que assim sucedeu até as comemorações do cinquentenário do famoso ensaio, nos anos cinquenta do nosso século. Podemos considerar, por isto mesmo, que a historiografia relativa a Antônio Conselheiro e seu grupo messiânico compreende três importantes fases. A primeira, que vai de 1874 a 1902, desde o surgimento no centro das então Províncias da Bahia e de Sergipe, do peregrino cearense, até a publicação do trabalho de Euclides da Cunha; a segunda, da hegemonia euclidiana, que se estende à década de 50; a terceira e última, quando se iniciou uma revisão do assunto com pesquisas esclarecedoras, à luz de modernas contribuições de feição histórica e sociológica. (CALASANS, 1997, p. 11).

A terceira fase a que se refere Calasans é aquela em que ocorrerá a retomada dos registros históricos de diferentes matizes, os quais serão confrontados e produzirão outras narrativas sobre a guerra. Canudos e conselheiristas voltam à pauta e, de 1980 em diante, observar-se-á mais abertamente a positivação dos vencidos. Mas como é que tudo isso começou?

Em 1947, para marcar os cinquenta anos do final da guerra de Canudos, a revista *O Cruzeiro* publicou reportagem de Odorico Tavares e fotografias de Pierre Verger, os quais foram à região de Canudos e entrevistaram sobreviventes do conflito. O feito jornalístico teria causado impacto no meio letrado e, quem sabe, colaborado para reacender o interesse pelo fato histórico da guerra, naquele momento, já sob um outro prisma, posto que o distanciamento temporal tivesse amainado, de certa forma, o brilho do texto euclidiano como discurso hegemônico até então. O próprio Calasans afirma a importância da referida reportagem que “resgatou Canudos do esquecimento”. (CALASANS In: VILLA, 1998, p. 41).

Os registros dos fatos e os relatos da guerra voltam a interessar aos pesquisadores, que os relêem e trazem para a cena do debate autores e teses até então pouco prestigiados ou ofuscados pelo fulgor de *Os sertões*. É a partir dessa época também que se passa a considerar

importante registrar os testemunhos orais dos remanescentes da guerra, no que o trabalho de Calasans se revelará pioneiro. Tudo isso vem alimentar polêmicas em função do confronto de idéias e divergência dos registros históricos, uma vez que a narrativa canadiana não se fazia mais prioritariamente via Euclides da Cunha. Como conseqüência do maior interesse por discursos até então desprestigiados, decresce o número de pesquisas restritas exclusivamente a *Os sertões* ou ao seu autor, embora a narrativa euclidiana jamais tenha deixado de ser referência ou perdido o posto de “obra fundadora” em relação a Canudos.

Na visão de José Calasans, Manoel Benício (1997) “conta melhor” a batalha de Canudos, mas Euclides, valorizando todo um contexto, fornece as “bases para uma sociologia brasileira” e coloca o sertão na história do Brasil. (CALASANS, 1996, p. 19). Devido à rápida consagração como autoridade intelectual canônica, e pela recepção crítica estrondosa de *Os sertões*, Euclides da Cunha teria, mesmo que involuntariamente, prestado um desserviço à pesquisa histórica sobre a guerra, pois o seu texto, por mais de cinquenta anos, foi lido como discurso autorizado, inibindo outras vozes, uma vez que, no dizer de Calasans, “até então só se repetia o que Euclides escreveu”. (CALASANS, 1997, p. 20). Segundo o historiador Marco Villa,

[...] não cabe imputar a Euclides nenhuma culpa pela repetição *ad nauseam* das suas análises, pois o que ocorreu foi a substituição da pesquisa pela citação do argumento de autoridade. De livro vingador, *Os sertões* acabou se transformando em uma barreira para o conhecimento histórico da comunidade criada por Antônio Conselheiro. (VILLA, 1999, p. 7).

Anteriormente à publicação da primeira edição de *Os sertões*, já haviam sido divulgados textos com uma visão se não exatamente favorável a Canudos pelo menos com um discurso mais esclarecedor sobre os equívocos que os governos, os militares e a opinião

pública cometeram ao considerar as motivações da resistência sertaneja⁹⁷. Também já tinham vindo a público denúncias das práticas desumanas e abusos cometidos pelo exército, durante o conflito de 1897. Textos jornalísticos, a exemplo daqueles publicados nos principais jornais do Rio e de São Paulo, relatórios como o do Comitê Patriótico da Bahia⁹⁸ ou produções literárias, entre as quais merecem destaque *Os jagunços*, de Afonso Arinos (1895) e *O rei dos jagunços*, de Manoel Benício (1897)⁹⁹. Tal literatura, entretanto, não repercutira expressivamente, nas instâncias legitimadoras da cultura, no período de 1897 até 1950. Caberia à obra de Euclides da Cunha, de 1902 em diante, o papel de estabelecer a verdade canadiana, mantendo-se como fonte de referência até meados do século passado.

A partir da segunda metade do século XX, cresce o interesse na recuperação dos fatos da guerra de Canudos. Passam a ser consideradas as narrativas dos remanescentes

⁹⁷ Pedro Barboza em sua tese de Doutorado *O relato de Canudos: uma ênfase não-euclidiana* (BARBOZA, 2001) estuda a questão. Seu trabalho analisa relatos canadenses que ficaram obscurecidos ao longo do tempo, em função da extraordinária projeção que o texto *Os sertões* de Euclides da Cunha obteve, logo após o seu lançamento. Barboza destaca os dois primeiros romances editados antes de 1902: *Os jagunços* e *O rei dos jagunços* de autores desprestigiados pela crítica e pelo público: Afonso Arinos e Manoel Benício, respectivamente.

⁹⁸ O *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (1897-1901) resultaram em uma publicação que foi coordenada pelo farmacêutico baiano Lélis Piedade, correspondente de guerra do *Jornal de Notícias* da Bahia. O texto, que foi publicado em 1901, é uma fonte primária de informações sobre Canudos e o pós-guerra. Embora a linguagem do Comitê Patriótico seja preconceituosa e impregnada pelo espírito de época, que via Canudos como reduto de fanáticos, a ação dos seus membros foi importante na busca, de 1897 até 1901, dos órfãos conselheiristas. O Comitê prestou auxílio humanitário aos vencedores feridos e aos vencidos em Canudos. Hoje o trabalho ainda é lido como instrumento de denúncia de escravidão e de abuso sexual de crianças canadenses, fornecendo informações sobre o destino dos remanescentes da guerra. Lélis Piedade foi a primeira testemunha a denunciar e condenar publicamente a desonrosa e infame prática da degola dos prisioneiros de guerra. (PIEADADE, 2002).

⁹⁹ As primeiras obras de ficção sobre Canudos são *Os jagunços* (romance), assinado por Olívio de Barros, pseudônimo de Afonso Arinos, publicado em 1898 e *O rei dos jagunços* (reportagem com intenções de romance) de Manoel Benício, publicado em 1899. Arinos era monarquista militante e dirigia *O Comércio de São Paulo*. De acordo com Pedro Barboza, o jornal monarquista seria “empastelado durante as manifestações ocorridas após os fracassos das primeiras expedições a Canudos”. Manoel Benício era militar e publicou reportagens no *Jornal do Comércio*. Benício atuou como correspondente de guerra e teria “atritado com o comando expedicionário por tentar denunciar os crimes da campanha.” Seu trabalho foi censurado e interrompido, mas serviria de fonte para Euclides da Cunha. (BARBOZA, 2001, p. 109, 159 e 160).

ligados ao conflito e são ouvidas histórias do lado dos vencidos, no que a frente de estudos aberta por José Calasans exercerá um papel balizador. O professor assume a posição de intelectual ouvido e respeitado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros¹⁰⁰. Esse é um momento em que, no amplo contexto da cultura ocidental, a história oral adquire prestígio nos meios acadêmicos e suas práticas podem ser consideradas formações emergentes, que abalam as noções culturais de consenso, portanto, dominantes. Tudo isso será importante para promover mudanças em relação à atitude dos pesquisadores, que passam a questionar a confiabilidade dos registros históricos. Assim, no que concerne ao objeto de estudo em foco, *Os sertões* pode ser relido sob diferentes enfoques, e Euclides da Cunha é deslocado da posição de portador de “voz autorizada e definitiva” sobre a guerra de Canudos. Ocorrem, conseqüentemente, alterações importantes no ponto de vista de estudiosos, o que acabará por produzir toda uma literatura favorável ao líder Antônio Conselheiro e às motivações que deram origem ao conflito.

Com efeito, a frente de estudos aberta por Calasans, a partir de 1950, permite o cruzamento dos relatos e o atrito das fontes de informação: dos militares, dos jornalistas, dos cronistas, do cancionero popular. Cresce o interesse pela releitura dos documentos produzidos por setores diferentes - a igreja, o exército, a imprensa, os poderes legislativos - e arquivados, especialmente em instituições da Bahia e do Rio de Janeiro. Esse movimento de revisão do fato histórico ainda permanece forte contemporaneamente. Segundo declarações de pesquisadores¹⁰¹, muitas vertentes de investigação foram abertas, mas ainda há trabalho a ser

¹⁰⁰ Lamentavelmente, José Calasans não foi incluído entre os pesquisadores entrevistados por Manoel Neto e Roberto Dantas no projeto de “História oral temática” que resultou na publicação do CEEC / UNEB *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. In: SANTOS NETO e DANTAS, 2001. As entrevistas foram realizadas entre 1998 e 2000 e, nessa época, Calasans ainda se encontrava em plena atividade intelectual.

¹⁰¹ Pesquisadores são unânimes em afirmar a existência de informações ainda contraditórias ou pouco esclarecidas acerca do fato histórico da guerra de Canudos. Há também a necessidade de se conhecer

realizado por estudiosos de áreas e interesse diferentes. Em 27 de dezembro de 1994, José Calasans pronunciara-se sobre o assunto, publicando o artigo intitulado “Centenários Canudenses”, no jornal baiano *A Tarde*, lembrando aos pesquisadores a oportunidade de se estudar dois eventos para a produção de novos conhecimentos sobre os fatos e registros históricos: o primeiro, em 1994, aniversário do centenário de ida da missão capuchinha de Frei João Evangelista de Monte Marciano à região de Canudos, quando poder-se-ia discutir “o problema histórico da religião católica nos sertões baianos”, na época da guerra, e o segundo, em 1997, quando o Brasil precisaria “repensar Conselheiro, Canudos, sertão, Euclides da Cunha”. (CALASANS, 1997, p. 137).

A história de Canudos, tanto tempo depois do fim do conflito, continua suscitando uma renovação do interesse dos acadêmicos e dos escritores de ficção. Na pesquisa universitária, o foco predominante é o confronto das narrativas com destaque para a chamada “literatura menor”, com vistas à revisão histórica dos fatos. Nesse tipo de trabalho, *Os sertões* de Euclides comparece como texto fundador (não mais como modelo interpretativo) com o qual os outros dialogam. É o que se observa, por exemplo, no trabalho do professor Pedro Barboza que privilegia textos que ficaram à margem do cânone:

A valia maior de outros relatos que antecedem ou sucedem ao texto de Euclides, defendo eu, está tanto em se constituírem eles em pré-textos com os quais ele dialoga e ou canibaliza, como em fundarem alternativas de verdade àquela versão, que suplementam o sentido canonizado dos acontecimentos, da revisão crítica em curso, podendo criar novas chaves de leitura. (BARBOZA, 2001, p. 22)

mais sobre a organização sócio-econômica e cultural das comunidades que se formaram ao redor do Bello Monte, sob a liderança de Antônio Conselheiro. Sobre isso, encontrei declarações de José Calasans (In: VILLA, 1998, p. 49), de Marco Villa (VILLA, 1999, p. 10) e de José Carlos Barreto de Santana e de Manoel Neto, em conversas que mantivemos no CEEC / UNEB, em ocasiões diferentes, a partir de dezembro de 2004 e, especialmente durante o ano de 2005.

Canudos também tem servido de inspiração para escritores ficcionistas. É vasta a produção de trabalhos resultando na publicação de diversas obras que tematizam a tragédia sertaneja e, naturalmente, dialogam com a narrativa euclidiana, mesmo porque não se pode ignorar a importância de *Os sertões* para outros textos sobre a guerra de Canudos. Destacam-se, internacionalmente, *A guerra do fim do mundo* (VARGAS LLOSA, 1981) e *Veredicto em Canudos* (MÁRAI, 2002)¹⁰².

Nacionalmente, também aparecem textos declaradamente de ficção ou de relatos memorialistas sobre a temática canudiana, entre os quais destaco para ilustrar: *Os mal-aventurados do Belo Monte: a tragédia de Canudos* (1997), ficção do advogado canudense, Eldon Canário; *Uma porta para Canudos* (1997), relato memorialístico da autoria do baiano do município de Queimadas, Nonato Marques, e *O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos* (1995), do historiador e jornalista, natural de Senhor do Bonfim - Ba, Oleone Coelho Fontes; *As meninas do Belo Monte* (1993), (ficção sobre as prisioneiras que, no pós-guerra, se prostituíram nas cidades), da autoria do paulista Júlio José Chiavenato; *As memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano* (1997), romance do paulista de Santo

¹⁰² O romance *Veredicto em Canudos*, do escritor húngaro Sándor Marai, foi publicado, inicialmente, em 1970, no Canadá. A publicação no Brasil é de 2002, ano do centenário de *Os sertões*. Já o romance de Mário Vargas Llosa *La guerra del fin del mundo* é de 1980, com versão brasileira publicada pela Francisco Alves, em 1981, traduzida como *A guerra do fim do mundo*. O escritor Vargas Llosa declara, em entrevista, ter se inspirado em Euclides, embora se possa ali observar o cruzamento de outras fontes, a exemplo da citada obra de Afonso Arinos. Conforme Ângela Gutiérrez (2002), em ambos os escritores, “a herança de *Os sertões* é perceptível, seja através do modelo temático e narrativo do texto euclidiano ou de referências implícitas ou explícitas ao livro”. A narrativa de Márai ocupa-se de recorte não contemplado por Euclides: ficcionaliza “os acontecimentos do final da tarde e início da noite de 5 de outubro de 1897”; o texto de Vargas Llosa foi escrito como um “painel totalizante” após ampla pesquisa de documentos, bibliografia e viagens pelas cidadezinhas por onde andou Antonio Conselheiro. (GUTIERREZ, 2002, p. 149-50).

Antônio do Pinhal - SP, Ayrton Marcondes e, finalmente, *Canudos: santos e guerreiros em luta no sertão* (1995), romance de Luiz Antônio Aguiar¹⁰³.

Para dar uma visão de conjunto, apresento resumidamente, a seguir, cinco das principais interpretações que tentaram e ainda tentam explicar os motivos da guerra de Canudos, advertindo, de antemão, a impossibilidade de compartimentar as idéias. Em vários momentos, elas se imbricam, se entrecruzam, se apropriam de aspectos umas das outras, formando um emaranhado difícil de deslindar.

Algumas dessas teses foram repetidas por mais de cem anos, fazendo eco não apenas no imaginário popular, mas também nos meios letrados. Os jornais, nas províncias mais desenvolvidas, entre 1896 e 1897 propagaram as primeiras versões e predisuseram a opinião pública nacional contra os conselheiristas. (GALVÃO, 1977). O estado, omissos quanto às suas responsabilidades com os povos das pequenas localidades do sertão brasileiro, ouviu as queixas e advertências dos donos de terras e da igreja católica em relação ao perigo que representava a organização bellomontense.

Uma das interpretações mais fortes, na época, seria aquela sustentada pelo exército para a deflagração da ofensiva e mantida depois da guerra. Oficialmente, justificava-se a campanha sob o argumento de que Canudos seria um reduto insurreto, interessado na restauração da monarquia; os conselheiristas seriam, portanto, perigosos rebeldes que ameaçavam a sustentação da nascente república brasileira.

A hierarquia da igreja via Canudos como organização messiânica / milenarista, liderada por um fanático. Os padres perceberam que os discursos de Antônio Conselheiro eram bem recebidos pela multidão que o seguia; suas mensagens eram entendidas pelo povo

¹⁰³ Observo, apenas nesse pequeno *corpus*, que metade das obras referidas foi publicada em 1997, no centenário da guerra de Canudos. A outra metade também é da mesma década, o que indica o interesse pelo tema e sua permanência.

simples que se deixava galvanizar com a perspectiva do fim do mundo e da parúsia (no cristianismo primitivo, dava-se como certa e próxima a segunda vinda de Cristo à terra). Essa tese seria encampada, de certo modo, por Euclides da Cunha e também difundida pelos jornais da época.

Na verdade, os discursos apocalípticos milenaristas são pré-Canudos. A idéia de final dos tempos por catástrofes (fogo e água, por exemplo) está inserida na Bíblia e na tradição do pensamento profético judaico-cristão. Os sermões da igreja, muito difundidos pelas “Santas Missões”, sustentavam o fim do mundo e a proximidade do juízo final, quando todos seriam julgados pelos seus atos. Alguns dos aspectos desse discurso ainda são encontrados em publicações da área de história e de literatura brasileira do final do século XX.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) inclui Canudos entre os movimentos messiânicos com influência do sebastianismo¹⁰⁴. Marco Villa (1999) discorda da tese de Maria Isaura. Villa analisa as prédicas de Antônio Conselheiro, textos de jornais, de cronistas e de historiadores para afirmar que não encontrou sebastianismo em Canudos, a não ser em *Os sertões*. Maria Isaura baseara suas idéias em duas fontes: Euclides e Calasans e este último apoiara-se (na primeira fase de seu trabalho) também em *Os sertões* ou na poesia popular de J.

¹⁰⁴ *Sebastianismo*: crença mística, segundo a qual, o rei, como um novo Messias, retornaria para reconduzir seu povo a um tempo de glória. D. Sebastião, rei de Portugal, foi morto em 1578, aos 24 anos de idade, na batalha de Alcácer-Kibir (África). Pelas leis sucessórias, Portugal ficou sob domínio da Espanha, durante sessenta anos. No imaginário popular, formou-se a lenda de que o rei voltaria para libertar a nação portuguesa. Mesmo após a libertação de Portugal do jugo espanhol, manteve-se a esperança de que o rei retornaria para reconduzir Portugal a lugar de prestígio econômico. As profecias sebastianistas reapareceram em momentos diferentes da história portuguesa e se espalharam no Brasil, constando, inclusive, dos autos da inquisição, aqui instalada em 1591 e, mais tarde, num dos sermões do Padre Antônio Vieira. Estão associadas às trovas proféticas de Gonçalo Eanes Bandarra (século XVI). (QUEIROZ, 1993-4, p. 29-41). Para o estudo sobre o conselheirismo, interessa assinalar que a insistência de pesquisadores na defesa de uma Canudos messiânica e sebastianista (hoje questionada) explica-se pelo fato de Antônio Conselheiro ter rejeitado as leis republicanas. A imprensa jacobina, interessadamente, propalou a idéia de um “Conselheiro monarquista” que lutava pelo retorno da monarquia e da figura do rei. Daí a suposta ligação de Canudos com o sebastianismo.

Sara, pseudônimo de José Aras, que, por sua vez, obteve suas informações em Euclides da Cunha. (VILLA, 1999, p. 233, 245).

Assim, por bastante tempo, repetiu-se Euclides da Cunha, amplificando algumas de suas interpretações que ganharam estatuto de verdade e se cristalizaram como formações residuais, isto é, noções lançadas no passado e mantidas no presente. Roberto Ventura (In: SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p. 42-3) vê como “positiva” a interpretação euclidiana de uma “Canudos milenarista e até sebastianista”, embora reconheça não ter o Conselheiro feito referências explícitas à questão. Euclides teria captado elementos do imaginário coletivo e penetrado na “visão de mundo dos conselheiristas”, percebendo uma “dimensão mágica e religiosa” das crenças correntes e que de fato circulavam entre os sertanejos, ainda que não tivessem sido escritas por Antônio Conselheiro.

Canudos era um perigoso exemplo de rebeldia e desrespeito às leis e sua experiência poderia incitar novos levantes na região. Assim pensavam os pequenos fazendeiros e os latifundiários, com destaque para Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, que era o maior proprietário de terras da região e considerava Canudos um “movimento comunista” a ser combatido¹⁰⁵. Antônio Conselheiro se agigantava como liderança, retirando a autoridade dos proprietários rurais. Como consequência começava a haver prejuízos à economia, pois as obras do novo líder roubavam mão de obra das fazendas, inclusive os “treze de maio”, como eram chamados os negros, ex-escravos alforriados.

A interpretação de Canudos como movimento que poderia ser explicado à luz do marxismo é algo que só ocorrerá como consequência da revisão histórica, fortalecida a partir

¹⁰⁵ O poder e influência política de Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, eram grandes na região. O chamado “êxodo de trabalhadores” para Canudos provoca a ira do Barão e de outros importantes proprietários de terra. Sobre o assunto, são ilustrativas as cartas recebidas pelo Barão no período de 1894 a 1897, reunidas e publicadas por Consuelo Novais Sampaio (SAMPAIO, 1999).

da década de 1960, sob o impacto dos trabalhos de Rui Facó e Edmundo Moniz. Rui Facó, em *Cangaceiros e fanáticos*, (publicação póstuma editada em 1963, reunindo artigos do final dos anos 50) inspirou intelectuais e movimentos sociais de esquerda, a exemplo do cineasta Glauber Rocha e outros artistas que seguiram a linha inaugurada pelo cinema novo: Canudos seria um movimento revolucionário, cuja comunidade praticava o coletivismo dos bens, inspirada no socialismo utópico.

Edmundo Moniz, em *A guerra social de Canudos* (trabalho concluído em 1976) também explica a experiência conselheirista pelos pressupostos teóricos do marxismo. Para Moniz, Antônio Conselheiro ter-se-ia inspirado em Thomas Morus; a força e resistência dos seus seguidores apresentavam semelhanças com os movimentos camponeses ocorridos, em diversas partes da Europa, em épocas diferentes.

Marco Villa (1999) antecipa argumentos de sua própria tese ao questionar os pressupostos teóricos de Rui Facó e de Edmundo Moniz. Para Villa, tais autores procuraram explicar a resistência sertaneja seguindo a “tradição do marxismo brasileiro”, cujos postulados foram construídos com base na experiência européia. Facó e Moniz, pela leitura de Villa, não atentaram para a importância da religião e das peculiaridades do mundo sertanejo e de suas formas de vivência comunitária.

É recorrente este tipo de explicação de Canudos pelos historiadores de filiação marxista. Para eles, a religião nunca passou de fachada que encobria as razões de ordem material: era a falsa consciência. Curiosamente, assim como o Estado brasileiro nunca soube reconhecer e conviver com a diferença, estes pesquisadores agiram da mesma forma. Desqualificaram a luta de milhares de sertanejos porque não se adaptava ao modelo ocidental. O entendimento de Canudos por aquilo que realmente foi era tão complexo e exigia tamanha inversão analítica que optaram por ignorar estas especificidades, preferindo repetir a cantilena de que a religião não passava de uma ideologia típica de movimentos pré-políticos. (VILLA, 1999, p. 238-9). Grifos nossos.

O historiador da Universidade Federal de São Carlos descarta explicações de Canudos como organização socialista utópica, assim como antes já havia descartado as teses

de milenarismo, sebastianismo e messianismo. Villa procura compreender o surgimento e resistência de Canudos tomando a figura de Antônio Conselheiro como líder popular com influência político-religiosa.

Alexandre Otten (1995) estuda a influência do ideário religioso na construção da comunidade do Bello Monte, situando a religião (o “catolicismo rústico”, pregado pelo Conselheiro, é a base dos movimentos messiânicos) no macro contexto histórico, político, sociológico e cultural da época. Ao analisar o discurso teológico de Antônio Vicente Mendes Maciel, Otten encontrará vários pontos de aproximação entre a “missão conselheira” e o pensamento do padre cearense José Antônio Maria Ibiapina¹⁰⁶. Apesar de não se dizer Messias, nem propalar o milenarismo, Conselheiro infundiu respeito pelo carisma e exemplo de vida virtuosa, devotada a Deus e desinteressada das coisas materiais, conquistando para si a autoridade e liderança que os representantes dos poderes constituídos, inclusive os padres, não alcançavam na região.

Por tudo isso, a comunidade de Bello Monte foi considerada um caso de desobediência civil que se poderia propagar, servindo de exemplo para outros movimentos. Sob essa lógica, não era só aquela comunidade que estava em jogo, mas a possibilidade de surgimento de novas Canudos e novos Conselheiros. O arraial precisava, portanto, ser destruído porque sua rebeldia poderia insuflar outros levantes, o que ameaçava a autoridade dos proprietários de terras, dos políticos e da igreja, conseqüentemente a estabilidade da nossa

¹⁰⁶ Padre Ibiapina cursou a Faculdade de Direito de Recife e exerceu as funções de juiz de direito e chefe de polícia de Quixeramobim, cidade natal do Conselheiro. A obra missionária de Ibiapina (que iria inspirar o Conselheiro) é consagrada aos pobres. Ibiapina reunia o povo em mutirões e trabalhos comunitários para construir escolas, hospitais, açudes, estradas e Casas de Caridade, onde abrigava órfãos e miseráveis. O “catolicismo rústico” que difundia baseava-se na vida de virtude e caridade, cujo exemplo era o “Bom Jesus dos pobres e aflitos”; declarava que “Só Deus é grande! Só Deus pode obrar tantas maravilhas!”. (OTTEN, 1995, p. 129-30). Segundo Walnice Galvão, o prestígio e fama de Ibiapina como “milagreiro” cresceriam tanto que despertariam “as iras da Igreja”, a qual retiraria do seu comando as “Casas de Caridade” do Ceará. (GALVÃO, 2001, p. 30-1). A importância social do trabalho dos beatos é também estudada por Luitgarde C. Barros (1988) em *A terra da mãe de Deus*.

frágil e recente República, bem como todo o modelo de organização social. Além disso, o povoado de Canudos lembrava ao Brasil que pretendia ser civilizado nos moldes europeus (o litoral) a existência de um Brasil atrasado e inculto (o sertão).

Cento e oito anos após o final da guerra, na Bahia, especialmente nas cidades de Canudos (antiga Cocorobó), Euclides da Cunha (antigo Cumbe), Uauá, Paulo Afonso, Monte Santo, Tucano e nas pequenas povoações e distritos próximos (Canché, Bendegó, Macururé, Banzaê, Chorrochó) Antônio Conselheiro é um nome que mobiliza e emociona as pessoas ligadas aos movimentos sociais, impondo-se ainda como o maior e mais próximo exemplo de liderança. Sua luta e determinação animam os sonhos de homens e mulheres que se amparam naquilo que Ernest Bloch descreveu como o “princípio esperança”¹⁰⁷. Essa chama utópica se ancora na crença em uma práxis comprometida com os princípios da ética e da justiça para aperfeiçoar a sociedade.

Nos nossos dias, ainda permanece entre os moradores das localidades próximas a Canudos uma ligação com a realidade circundante e um desejo de conhecer os fatos que ficaram para trás, de saber mais sobre a história dos seus antepassados. Muitos se animam com a perspectiva de uma sociedade menos desigual, formada por indivíduos que poderão alterar o curso da história, ao substituir o “eu solitário” da alienação burguesa por um “nós”, comprometido com projetos coletivos utópicos, no sentido de transformação do devir em

¹⁰⁷ Ernst Bloch (1885-1977), filósofo alemão neomarxista, publica, durante a segunda guerra mundial, *O Princípio Esperança*, em que apresenta uma concepção de utopia muito diferente daquela idealizada por Thomas More. Bloch propõe uma “utopia concreta”, pensando na esperança como “categoria possibilidade”, com uma função crítica de “consciência antecipadora” relativa às “imagens do desejo” e do “sonhar-para-adiante” com um futuro melhor. Essa nova concepção abandona as noções tradicionais e abstratas de utopia de Thomas More, Charles Fourier e outros, para adotar a idéia de “utopia concreta”, revestida de uma espécie de “otimismo militante”, até messiânico, para alguns, que alimenta os “sonhos diurnos” orientados para o futuro, a “*esperança crítica*”, a ontologia do “*ainda-não-ser*”, a “*revolução ética*” e a “*imaginação construtiva*”. (BLOCH, 1976).

práxis de emancipação social. Tais afirmativas de caráter generalizante carecem de explicitação com vistas a precisar as informações.

A utilização do nome de Antônio Conselheiro como símbolo de luta é algo que vem sendo fomentado pelos movimentos sociais, mais organizadamente, de 1980 em diante¹⁰⁸. Antes desse período, na segunda Canudos (anterior ao alagamento pelo açude de Cocorobó), de acordo com o escritor canudense Eldon Canário, “fora do círculo dos estudiosos e alguns admiradores”, a figura do Conselheiro não tinha qualquer importância. Nem mesmo a professora da escola onde estudou manifestava interesse e, atualmente, alguns

¹⁰⁸ De 1980 em diante, ocorrem vários fatos, consolidam-se projetos, criam-se instituições propiciadores daquilo que estou chamando “movimento conselheirista contemporâneo”. No plano sócio-político, é um período ainda sob forte influência do trabalho pastoral de religiosos ligados à Teologia da Libertação, de orientação marxista. (O trabalho orientado pela Teologia da Libertação fortaleceu-se na América Latina a partir dos anos 1960; o vaticano praticamente o baniu da igreja católica, na década de 1980, com a ajuda do cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI. Entretanto, em Canudos e localidades próximas, as sementes da organização comunitária lançadas por lideranças que se estabeleceram na região produziram frutos: criação de Associações, articulação com setores de instituições acadêmicas e outros). Diretamente ligados a Canudos destaco: “Movimento Popular de Canudos”, liderado por Enoque de Oliveira, ex-padre da igreja católica que vai morar na região de Monte Santo, em 1981. Vale destacar que o trabalho sócio-político e pastoral desenvolvido junto às populações camponesas nas localidades próximas a Canudos inicia-se em período anterior à criação do CEEC da UNEB (1985) e do Parque Estadual de Canudos (1986). A *I Missa pelos Mártires de Canudos*, que ainda hoje ocorre às margens do açude Cocorobó, foi celebrada pelo Pe. Enoque, em julho de 1984, o que lhe confere o pioneirismo de um trabalho mais organizado de resgate da história de Canudos, na região. Evidentemente, Enoque não realizava o trabalho sozinho e aquela I Missa, que reuniu em torno de três mil pessoas, não foi um evento isolado; ao contrário, era o fruto do trabalho coletivo do “Movimento Popular de Canudos”. Esse trabalho, segundo depoimento de Enoque (OLIVEIRA In: SANTOS NETO E DANTAS, 2003, p. 251-275), surgiu de modo a driblar o controle da Igreja católica e por isso ultrapassava as fronteiras das “Comunidades de Base”. Era um movimento independente, político e suprapartidário, que tinha por bandeira combater a “grilagem” de terra e a “luta pela água”, o que implicava em “derrubar cercas” de propriedades. O movimento repercutiu, na época, nos meios de comunicação de massa estaduais e nacionais, com reportagens do jornal *A Tarde* e da revista *Veja*, esta última, “ostensivamente contra a Missa” do “padre herege”. Em 1984, Enoque foi preso e, a partir daí, o Bispo de Senhor do Bonfim, D. Jairo Ruy Matos da Silva, aumenta a pressão que vinha exercendo sobre o padre para que ele moderasse suas ações, o que não ocorre. Enoque é pressionado a entregar a Paróquia de Monte Santo, mas resiste até 1988, quando finalmente é “desligado” da Igreja. Entretanto, não abandona a região e, segundo declara, com a ajuda de amigos, vai morar em Euclides da Cunha, criando a “Casa de Canudos”, onde vive até hoje. Ultimamente, Enoque Oliveira está escrevendo um livro sobre Canudos com publicação prevista ainda para o ano de 2006. (OLIVEIRA In: SANTOS NETO E DANTAS, 2003, p. 251-275).

ainda o consideram um “desvairado”¹⁰⁹. Eldon atribui a retomada de interesse pelo tema Canudos ao trabalho da UNEB nos dois centenários: o do final da guerra (1997) e o do lançamento de *Os sertões* (2002). Anteriormente a esse período, filhos e netos de conselheiristas, segundo o escritor, tinham “vergonha” de sua descendência.

A modificação desse quadro, na verdade, começa no início da década de 1990, com destaque para o ano de 1993, quando os movimentos sociais celebraram os cem anos de fundação do Bello Monte, a “utópica terra prometida sertaneja”. (ATAIDE, 1995, p. 3). A modificação do sentimento (de vergonha para orgulho) dos remanescentes conselheiristas em relação à sua descendência é também observada pelo pesquisador Antônio Olavo, que gravou depoimentos com sertanejos da região de Canudos, a partir de 1983:

As pessoas maduras e os jovens tinham vergonha de serem filhos e netos de “jagunços”. Era assim que eles se referiam aos conselheiristas. Em 1983, as pessoas ainda tinham vergonha, mas isso tem mudado; já começa a surgir um certo orgulho do fato de ser filho ou neto de um conselheirista e, então, eles começam a querer conhecer a participação que seus ascendentes tiveram em Canudos. (OLAVO, 2006).

Os estudos canudianos contemporâneos e todo um movimento favorável ao conselheirismo pós-guerra não são obras de uma só pessoa nem de uma organização específica, mas tem, seguramente, suas sementes plantadas por José Calasans.

O primeiro trabalho do professor Calasans na vertente canudiana é *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*, tese de livre docência na UFBA, que imprimirá alteração de rumo das pesquisas acadêmicas a partir de 1950. Calasans confirma a importância das reportagens de Odorico Tavares publicadas na revista *O Cruzeiro*, em 1947, pelas quais obteve informações de que, naquela época, ainda havia sobreviventes e

¹⁰⁹ As afirmações de Eldon Canário estão registradas em entrevista a mim concedida, em 28.03.2006.

testemunhas da guerra em Canudos. É daí então que aumenta seu interesse pela história oral. (CALASANS In: VILLA, 1998, p. 25-6).

Pedro Barboza assinala outro “momento marcante”, especificamente na abordagem universitária da questão Canudos, que é o ano de 1972, também com uma tese de livre docência da autoria de Walnice Galvão, publicada posteriormente com o título *No calor da hora*. (BARBOZA, 2001, p. 52-3). Seriam produzidos muitos outros trabalhos acadêmicos ou não-acadêmicos que enriqueceriam a revisão histórica de Canudos, em diferentes campos do conhecimento: artes plásticas, cinema, teatro, música, dança.

Nos estudos críticos literários, a publicação, em 1981, de *A guerra do fim do mundo* de Mário Vargas Llosa motivaria o aparecimento de pesquisas comparatistas envolvendo não apenas Euclides da Cunha, mas também outros autores, cujas obras permaneceram, por anos, sem destaque pelo extraordinário prestígio de *Os sertões*. Nos movimentos sociais, nas expressões artísticas e celebrações populares, fora do ambiente acadêmico, portanto, Canudos ressurgiu com força, de 1980 em diante. Deixa de ser tema maldito, restrito a militares e a poucos intelectuais, passando a freqüentar a mídia¹¹⁰ e o debate político.

¹¹⁰ A região de Canudos já havia sido tema para produções artísticas importantes. Com as celebrações centenárias de 1997 e 2002, o tema passa a ser tratado pela grande mídia, com maior freqüência. É também de 1997 o filme *Guerra de Canudos* (1997), dirigido por Sérgio Rezende. Se há décadas atrás, ouviam-se freqüentes depoimentos de estudantes de que *Os sertões* de Euclides teria sido a “porta de entrada” para a guerra de Canudos; atualmente se ouve mais dizer que se iniciaram no tema a partir do filme de Rezende ou dos vídeos, a exemplo do documentário *Paixão e guerra no sertão de Canudos* (1993). Com roteiro e direção de Antônio Olavo, o documentário reúne importantes depoimentos de parentes dos conselheiristas, de historiadores e militares que expressam pontos de vista divergentes. Alguns dos depoentes já faleceram, entre os quais, além dos “velhos de Canudos”, cito Renato Ferraz e José Calasans. O filme *Paixão e guerra no sertão de Canudos* já vendeu milhares de cópias e recebeu vários prêmios no Brasil e no estrangeiro.

6.2 UMA ESTRANHA CONFRARIA

Dá licença, “Mestre”? Aqueles que desfrutaram da companhia privilegiada de José Calasans foram unânimes em dizer que uma provável resposta do professor a essa minha saudação seria algo do tipo: “seja bem vinda” aos estudos canudianos.

A renovação dos estudos sobre Canudos deve muito a Calasans e ao trabalho por ele iniciado no sentido de abrir outras vertentes para a revisão da história. Seu vasto conhecimento do tema, sua cortesia, sua generosidade e sua capacidade de liderança permitiram a formação de um grupo, embora multifacetado, unido pela temática maior: Canudos na perspectiva dos vencidos.

Calasans abria caminhos para a pesquisa canudiana a quantos o procurassem. Segundo inúmeros depoimentos de pesquisadores (VILLA, 1998), (ARCANJO, 2001), (GALVÃO, 2002), (SANTOS NETO, 2005)¹¹¹, além de o mestre não esconder nenhuma informação, aceitava a tarefa de orientar estudos, corrigir rumos e indicar direções aos “novos jagunços”.

“Novos jagunços”, “jaguncinho” e outras eram as expressões que o professor utilizava em tom de brincadeira, pelo menos na última década de sua carreira, para se referir aos estudiosos mais chegados que faziam a revisão histórica de Canudos. Chamar o pesquisador de “jagunço” era uma forma de incluí-lo no meio conselheirista. A expressão demonstra carinho, acolhimento, distinção, mas demonstra também identidade e sentimento de pertença a uma comunidade, a um grupo, ainda que esse grupo não constituísse nenhum

¹¹¹Outros pesquisadores também fazem referência à prática de José Calasans em colocar-se como orientador generoso e interlocutor para discutir o tema Canudos. Aliás, essa questão foi respondida de maneira semelhante por todos os intelectuais e artistas que entrevistei. Outros depoimentos podem ser encontrados nos dois volumes da publicação *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*, do CEEC / UNEB. (SANTOS NETO e DANTAS, 2001 e 2003).

movimento organizado. Observe-se o depoimento da professora Lizir Arcanjo¹¹², concedido em entrevista aos pesquisadores do CEEC, em 2001:

[...] eu realmente nunca programei fazer um livro sobre Canudos. (Lizir está se referindo ao livro de sua autoria *Humor e sátira na guerra de Canudos*; ARCANJO, 1997). Quando estava quase concluído, apresentei ao professor Calasans para um julgamento final, se ele aprovasse, eu publicaria. A resposta dele foi positiva, considerou-me logo uma “jaguncinha” do séquito do Conselheiro e, assim, autorizada pelo chefe maior, adquiri coragem para falar do trabalho, passando a apresentá-lo em seminários. (ARCANJO In: SANTOS NETO e DANTAS, 2001, p. 197). Grifos nossos.

A palavra “jagunço”, no geral, ainda mantém semanticamente, no início do século XXI, uma carga pejorativa, indicando o “capanga a soldo”. O termo está dicionarizado no Aurélio, no Houaiss e no Michaelis indicando tratar-se de “fanático”, “seguidor de Antônio Conselheiro”. Durante a guerra de Canudos, a palavra jagunço foi utilizada de forma exacerbadamente preconceituosa para desqualificar os combatentes conselheiristas abarcando, inclusive, as “mulheres jagunças” e as “crianças jaguncinhas”.

A denominação “jagunço” arrastava o peso semântico da hostilidade referendando a tese da criminalização, *a priori*, dos seguidores de Antônio Conselheiro. De parte dos pesquisadores, jactar-se por ser distinguido com a denominação “jagunço”¹¹³, nos nossos dias,

¹¹² Lizir Arcanjo é Doutora em Letras, pela UFBA e professora Adjunta de Literatura Brasileira pela UCSAL - Universidade Católica de Salvador. (SANTOS NETO e DANTAS, 2001, p. 193).

¹¹³ O termo jagunço está dicionarizado assim: “cangaceiro, criminoso foragido ou qualquer homem violento” [...]; “seguidor de Antônio Conselheiro [...]”. (HOUAISS, 2001, p. 1669); “cangaceiro, sertanejo aguerrido e valente. Capanga, guarda-costas, valentão. Indivíduo do grupo de fanáticos de Antônio Conselheiro”. (MICHAELIS, 1998, p. 1195).

Observei nas entrevistas publicadas e também naquelas por mim realizadas que o emprego da expressão “jagunço”, “novos jagunços” era comum entre os pesquisadores que trabalhavam com José Calasans. Jagunço era um termo usado por Calasans, sempre respeitosa e carinhosamente com uma carga simbólica positiva, tanto nos meios intelectuais, quanto no ambiente familiar, conforme testemunho dos pesquisadores ouvidos e de sua esposa, Dona Lúcia Maciel da Silva, bem como da arquivista Mônica Teixeira Amorim. Os depoimentos de Dona Lúcia e de Mônica foram por mim anotados, em 23 de março de 2006, na residência da família Calasans, em Salvador - Bahia.

também indica mudança de perspectiva em relação ao episódio Canudos e uma clara tomada de posição em favor dos conselheiristas.

Contemporaneamente, encontrei entre os estudiosos canudianos o uso dos termos “saudações conselheiristas”, “novos jagunços”, “novos conselheiristas” e outros, sempre com uma carga semântica positiva. Muito comum também, em localidades e espaços de algum modo relacionados à guerra de Canudos, é a presença de símbolos representativos do sertão nordestino, difundidos das mais diversas formas: em peças artesanais (expostas em museus ou comercializadas), no vestuário, em fotografias, desenhos, pinturas, ilustrações, letras de música, slogans publicitários com imagens que se repetem massivamente para marcar uma expressão do localismo regional.

São muitos os exemplos a que se poderia recorrer, porém aqui me refiro, a título de ilustração, especificamente, ao projeto gráfico do *site Portfolium*. O projeto é de autoria de Raimundo Laranjeira, sob a coordenação geral de Antonio Olavo. O espaço se autodenomina como “o mais completo *site* sobre a história de Canudos”.

O *Portfolium* contém realmente uma indexação fabulosa para quem estuda o tema Canudos. Estão ali reunidas informações importantes de muito do que já se produziu nos variados campos: artístico, popular, acadêmico. O *site* remete o pesquisador a páginas diversas: Antônio Conselheiro, Bello Monte, texto e imagens da guerra, teses, artigos, livros, resenhas, biografias, etc, além de estabelecer *links* com outros *sites*.

Não encontrei, entretanto, no *Portfolium*, página específica dedicada ao escritor Euclides da Cunha nem à obra *Os sertões*. Uma hipótese que se pode levantar a esse respeito está relacionada ao fato de que os colaboradores do *site* estão empenhados na revisão histórica da guerra. A perspectiva de Canudos pela ótica dos vencidos é o que predomina, e isso destoa, em parte, da visão euclidiana.

No *site* são recorrentes as imagens do sertanejo, da natureza agreste, dos símbolos de luta e resistência, como por exemplo a que se vê como espécie de mancha d'água no papel de parede do *Portfolium*. Trata-se de uma foto da autoria de Antonio Olavo, descrita a seguir: três rifles, intencionalmente dispostos em um chão de barro seco, em posição vertical triangular, apoiados um no outro, como se estivessem prontos para uso imediato. Segundo o autor da foto, são “armas utilizadas na Guerra de Canudos, pertencentes ao Museu Histórico de Canudos, criado por Manuel Travessa”. (Anexo B).

O ensaio fotográfico que se tornou a marca conhecida da página do *Portfolium* revela uma clara tomada de posição política em relação à leitura que o autor faz da guerra de Canudos. Na foto, a disposição das armas remete-nos à lembrança de uma espécie de trincheira construída para a defesa dos sertanejos. O que se vê, ao fundo da imagem, são algumas poucas e rústicas casas de um povoado distante do sertão nordestino. A fotografia permite-nos a leitura de que os casebres estariam protegidos pelas armas contra o possível ataque de um inimigo ameaçador. Ou seja, fica a mensagem de que o pessoal do *Portfolium* defende a causa canudiana e, embora esteja *on line*, lutando com palavras, discursos e imagens, permanece simbolicamente a possibilidade do uso das armas de fogo.

A valorização de uma cultura tipicamente sertaneja, conforme discussão anterior, está relacionada à necessária e interessada reconfiguração identitária para a região das secas. Esse processo, como bem explica Albuquerque Júnior (1999), teve início a partir da “invenção do nordeste”. O nordeste é compreendido como entidade geo-política contrastada com as regiões sul e sudeste por representações baseadas no pensamento binário: norte / nordeste remetem à seca, à luta, ao cangaço, ao messianismo, à pobreza, ao atraso econômico;

sul / sudeste estariam associados ao verde, à civilização, ao progresso, ao desenvolvimento econômico e cultural.¹¹⁴

As imagens identitárias do nordeste se foram cristalizando, ao longo do século XX. Aos poucos a região foi ganhando corpo e se projetando como espaço geo-cultural nos discursos políticos, históricos, culturais e especificamente literários, este último bem exemplificado pela vertente do romance social regionalista (1930 - 1940).

Há nordestes de todos os tipos. Usando as expressões de Pedro Barboza (2001, p. 237) das “imagens do miserabilismo”, retrato da “pobreza inevitável dos pobres” até a “nova mística da beleza e felicidade sob o sol do nordeste”, (a Bahia serve de exemplo por ser pioneira com suas promessas de magia, sedução e felicidade) como o “exótico aceitável”, haverá um longo percurso para ocorrer o deslizamento dos sinais relativos a positivo e negativo. Os estereótipos para o nordestino, todavia, ainda se mantêm: indolente, inferior, tabaréu, inculto, exótico. Os meandros ideológicos a serviço da riqueza e do poder sustentam a necessidade de políticas compensatórias para os pobres do nordeste, espaço construído e apropriado pelos políticos, artistas, intelectuais, mídias, enfim, pelas instâncias legitimadoras da cultura.

¹¹⁴ Encontrei símbolos da cultura tipicamente sertaneja, utilizados positivamente como marca, pertença e distinção, em muitos dos lugares por mim visitados, na Bahia. Enumero alguns desses lugares que interessam à pesquisa: CEEC / UNEB, Núcleo Sertão / UFBA, Memorial Antônio Conselheiro, Parque Estadual de Canudos, praças e ruas de Canudos, Museu Manuel Travessa (Em Canudos Velho ou o que restou da segunda Canudos, inundada pelo açude Cocorobó), nos espaços onde ocorreram as oficinas que antecederam a XVIII Romaria de Canudos, em Bendegó, na cidade Euclides da Cunha, em Monte Santo, onde se localiza o “Museu do Sertão”. Ali estão expostos símbolos sertanejos como uma sanfona que pertenceu ao rei do baião, Luiz Gonzaga, mas o destaque fica para as armas, roupas, acessórios e utensílios utilizados pelos conselheiristas, na época da guerra. Na Praça de Monte Santo, está exposto o canhão usado na guerra, a “Matadeira”. Ali também dividem o mesmo espaço duas representações de campos antagônicos: um busto (em bronze) do General Artur Oscar, que comandou a quarta e última expedição sobre Canudos e uma estátua (em madeira) de Antônio Conselheiro. Encontrei também alguns símbolos do sertão na Casa Euclidiana e no Recanto Euclidiano, em São José do Rio Pardo, São Paulo.

Teríamos, portanto, elementos suficientes para falar da existência de um movimento conselheirista contemporâneo? Qual a intenção de José Calasans, ao autografar um exemplar do seu livro *Quase biografia de jagunços* (CALASANS, 1986), com as seguintes expressões: “Ao irmão conselheirista, Manoel Neto, com o abraço de José Calasans”?

Em entrevista de 31 de março de 1993, o próprio Calasans responde afirmativamente à pesquisadora Maria Palácios sobre a sua condição de “líder de um grupo” de estudiosos da temática Canudos, notadamente “conselheirista”. Os seguidores de Calasans se distinguiam dos “euclidianos”, radicados especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo de Oswaldo Galotti e dos militares, também empenhados na releitura dos fatos da guerra. (Revista da FAEEBA, 1995, p. 203).

Naquela época, havia na Bahia um grupo constituído, sob a liderança de Calasans, que se reunia regularmente com a participação decisiva de pesquisadores ligados ao CEEC / UNEB e preparava os eventos que marcariam os cem anos da destruição de Canudos, segundo palavras do próprio líder:

Mas o que eu pretendo hoje é ver se preparo o centenário de Canudos, que é em 1997. Não sei se chegarei lá. Tomei as providências de organizar um grupo interessado em Canudos - fazemos reuniões mensais - e preparar, eu penso, um dicionário da guerra de Canudos. Este não é um trabalho para uma pessoa só fazer. (CALASANS, 1995, p. 202). Grifos nossos.

José Calasans tinha planos de trabalho para o grupo de pesquisadores que liderava e desejava que os estudos sobrevivessem a ele, se consolidassem e ganhassem autonomia. Isso de fato ocorreu. Em vida, o professor pôde colher bons frutos das sementes que lançou,

embora não tenha visto concretizada a idéia do dicionário¹¹⁵ da guerra de Canudos. No mesmo número da citada Revista, Yara Dulce Bandeira de Ataíde (Revista da FAEEBA, 1995, p. 205-6) publica o texto *Homenagem ao “jagunço” José Calasans*, pela passagem dos 80 anos do historiador, a ele referindo-se como o “sertanejo e jagunço *Honoris causa*”.

Não é novo o uso do termo “conselheirismo” em alusão a uma vertente canudiana de estudos. Também não é original do presente trabalho estabelecer paralelo entre conselheirismo e euclidianismo. Alguns pesquisadores, entretanto, quando questionados diretamente sobre a questão, negam a existência de um conselheirismo contemporâneo.

Apesar de algumas negações quanto à existência de um conselheirismo dos nossos dias, encontrei referências indiretas, mas esclarecedoras quanto à questão. Observemos as seguintes expressões: “Sinceramente, essas classificações não me interessam”. (Claude Santos). “Não. Nada de rótulos, de grupos organizados. O fato é que as pessoas que estudam e pesquisam a temática da Guerra de Canudos, praticamente se conhecem, o que facilita maior intercâmbio entre elas”. (José Carlos Pinheiro).

As pessoas que se aproximavam em função do interesse geral - Canudos - colaboravam umas com as outras e participavam de projetos que as mobilizavam. Suas ações passaram a repercutir e incentivaram o aparecimento de novos interessados e de novos desafios. Os pesquisadores, no geral, respondiam afirmativamente como membros de um grupo, ainda que não reconhecessem sua existência formal.

Observemos as palavras de José Carlos Barreto de Santana, em texto escrito, em outubro de 2002, para homenagear o amigo Roberto Ventura, morto em acidente de carro, dois meses antes, quando voltava da Semana Euclidiana daquele ano. Registre-se que José

¹¹⁵ O projeto da realização de um dicionário da guerra de Canudos é algo que ainda interessa aos pesquisadores da UNEB. Atualmente, discute-se a necessidade de retomar o projeto pensado por Calasans.

Carlos não respondia a mim; falava espontaneamente sobre outro assunto e assim se pronunciava:

“Transitou (Roberto Ventura) com serenidade tanto entre as vertentes do “conselheirismo” - sediado principalmente na Bahia e que tem em Canudos o seu foco prioritário - e do “euclidianismo” - que tem como pólo aglutinador a cidade de São José do Rio Pardo-SP, quanto entre as diferentes gerações de pesquisadores.” (SANTANA, 2002, p. 27). Grifos nossos.

Em busca de outros indícios que levem à construção de postulados para sustentar as hipóteses lançadas a respeito da existência de um “conselheirismo contemporâneo” é esclarecedor citar Walnice Nogueira Galvão:

Foi em meados da década de 80 que Fernando da Rocha Peres me convidou para ir fazer uma conferência em Salvador, nos quadros de uma semana de homenagem a Calasans, na Academia Baiana de Letras; e fui. Em sua própria conferência, Calasans pediu vênica para dedicá-la a Antônio Conselheiro e ... a mim! Fiquei honradíssima com a companhia. Mas, apesar disso tudo, passaram-se muitos anos antes que eu recebesse a honra de ter meu nome bordado na toalha de mesa¹¹⁶ que, labor de Penélope, Dona Lúcia Calasans acrescia sem parar: foi a homenagem mais bonita que já recebi. (GALVÃO In: SANTOS NETO E DANTAS, 2003, p. 181). Grifos nossos.

Certamente seria inapropriado registrar um “movimento conselheirista” organizado à semelhança do “movimento euclidianista”, este construído a partir da morte do escritor e sustentado programaticamente até hoje, em São José do Rio Pardo, conforme análise em capítulo anterior. O conselheirismo que se observou diz respeito a um movimento não programático, não sistemático, não pensado enquanto “organização”, cujas raízes estão fincadas na segunda metade do século passado, segundo apontado anteriormente. A vertente de estudos “canudiano-conselheiristas” se foi esboçando e tomando corpo nos últimos vinte e

¹¹⁶ Quando visitei Dona Lúcia, em 2006, pedi que ela me mostrasse (e fotografasse) a toalha de mesa a que Walnice Galvão se refere. Ali estão as assinaturas (cobertas por linhas bordadas manualmente) de inúmeros amigos que o Professor Calasans e Dona Lúcia receberam em sua residência, por mais de cinquenta anos. Realmente é um trabalho delicado de conservação de memória.

cinco anos, ganhando mais expressividade, o que se pode comprovar pela quantidade e teor de publicações, especialmente de 1990 em diante.

Tomemos, mais uma vez, o depoimento da professora Walnice Galvão, quando responde a uma pergunta do entrevistador, Manoel Neto, em 2001, sobre os desdobramentos a partir do centenário da guerra, referindo-se a uma retomada de interesse pelos estudos canadinos:

[...] vejo um interesse muito maior, inclusive, digamos assim, pelos dois campos, quais sejam Canudos e Euclides. Há um interesse crescente também na universidade, nos últimos quinze ou vinte anos. Começou a ter curso na universidade, coisa que não tinha, começou a aparecer aluno a querer fazer tese [...]. E mais, havia o dissídio entre conselheiristas e euclidianistas (foi o professor Calasans quem me deu a honra, um dia, de me chamar de “conselheirista”.) [...]. Uma das minhas grandes alegrias foi, em 1997, conhecer o rapaz vencedor da maratona (a entrevistada refere-se à Maratona Intelectual na Semana Euclidiana, em São José do Rio Pardo) sobre *Os sertões*, naquele ano. Aliás, era o terceiro ano sucessivo em que ele tirava o primeiro lugar. E era um canudense! Vinha de Canudos e para lá ia voltar! (GALVÃO In: SANTOS NETO E DANTAS, 2003, p. 188-9). Grifos nossos.

A entrevistada alude à divisão entre “conselheiristas” e “euclidianistas” e, mais uma vez, declara-se honrada em ser chamada de “conselheirista”, demonstrando considerar um privilégio ser distinguida por José Calasans, que, desse modo, apontava sua inclusão no grupo por ele liderado. A professora da USP, prestigiada no ambiente acadêmico, é um nome de referência como pesquisadora da vida e obra de Euclides da Cunha. Observemos como Walnice Galvão exulta com a vitória do nordestino canudense, que vencera os concorrentes sulistas, em ambiente majoritariamente euclidiano.

Em entrevista a mim concedida em 09 de maio de 2006, Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros¹¹⁷ responde afirmativamente à minha indagação sobre a especulada existência de um grupo de intelectuais, na sua maioria composto por baianos, que se articulam em torno da pesquisa de temática canudiana conselheirista:

Mas o que são CEEC, Núcleo Sertão, a obra de Manoel Neto, Trípoli, (Trípoli Gaudenzi, artista plástico), Antônio Olavo (Portfolium), Roberto Dantas, Pinheiro, Walnice (Walnice Nogueira Galvão), a Revista Canudos, Fábio Paes (historiador e músico), Gereba (músico), Póla (o cineasta Póla Ribeiro), Evandro Teixeira (fotógrafo), Calasans, Claude Santos e todos os outros, senão atestados da existência de um grupo coeso em torno do Conselheiro? Ele é núcleo e nosso referencial. Viu como você foi atraída? (grifos nossos).

Haveria indícios para se afirmar que os canudianos realizam uma capitalização simbólica que se beneficiaria das imagens identitárias do sertão? Em 1998, a pesquisadora da UERJ já se pronunciara sobre o assunto, reconhecendo a formação de um “grupo conselheirista baiano”, embora ampliado por intelectuais de outras partes do Brasil e alguns estrangeiros. As declarações de Luitgarde Barros fornecem elementos que colaboram para sustentar a minha hipótese da existência de um conselheirismo contemporâneo, cujo núcleo aglutinador é a Bahia, a partir das vertentes abertas pelo professor José Calasans:

Ao longo dos anos de pesquisa e descobertas, a terceira Canudos crescia, e aumentava cada vez mais a amizade e a troca de informações com o grupo, em ampliação do projeto que se iniciara na UNEB: Luiz Paulo, Clímaco Dias, Sérgio Guerra, Pinheiro, Antônio Olavo, Gumercindo, Póla, Claude Santos, Roberto Dantas, Eduardo Zanettini, os alemães Helmut Feldmann, David Bartelt, Berthold Zilly, Manfred Prinz, Claudius Armbruster, Thomas Sträter, a francesa Marion Aubrée, e o escritor baiano Oleone Fontes.

¹¹⁷ Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, bacharel, licenciada, mestra em Ciências Sociais e Antropologia e doutora em Ciências Sociais. É professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Na Pós-graduação, atua na linha de pesquisa “Memória, Espaço e Cultura”.

Consolidado como “grupo conselheirista da Bahia” (Calasans), fomos apresentar nossos trabalhos de pesquisa na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) de 1994, no Recife, e na regional da ANPUH (Associação Nacional de Professores de História), em São Paulo. Tínhamos, então, um perfil: a face do CEEC. (BARROS In: SANTOS NETO e DANTAS, 2001, p. 12). Grifos nossos.

A expressão “grupo conselheirista da Bahia” é utilizada em referência a uma congregação de pessoas com interesses afins. Embora houvesse interesse comum entre os pesquisadores que se achegaram a José Calasans - Canudos pela visão dos vencidos - havia também muitas divergências de caráter ideológico no grupo, uns por maior aproximação; outros, por maior distanciamento do mestre.

Os intelectuais e pesquisadores por mim entrevistados não tomam necessariamente Antônio Conselheiro e seus seguidores como heróis ou ídolos a reverenciar. Encontrei em seus discursos, porém, referências explícitas à figura do Conselheiro como líder digno de respeito.

Todos os entrevistados deram declarações que apontam o beato como figura emblemática, utilizada pelos movimentos sociais como símbolo de luta contra a injustiça e de resistência em relação às estruturas de poder. Não encontrei, entretanto, palavras ou expressões explícitas em suas respostas que confirmem a existência de “seguidores”, “militantes”, “idólatras” a serviço de um culto personalista, seja à figura de Antônio Conselheiro ou a qualquer combatente sertanejo específico.

O tema mobilizador do grupo conselheirista é mesmo a revisão histórica do movimento de Canudos para o confronto de pontos de vista, ouvindo-se as partes até então ignoradas. Nisso diferem dos euclidianos apologistas do início do século XX e de alguns dos seus remanescentes de São José do Rio Pardo, que ainda hoje se articulam para cultuar a personalidade de Euclides da Cunha e divulgar suas idéias quase como verdades inquestionáveis.

José Calasans, ao longo de sua carreira, empenhou-se na desvinculação da matéria Canudos da verdade euclidiana. Seu trabalho seguiu no início a pista lançada pela referida reportagem de Odorico Tavares e Pierre Verger (1947) e, a partir daí, foram se abrindo caminhos para os muitos autores que, posteriormente, realizariam a revisão histórica da guerra de Canudos.

Entretanto, quando, em 1950, conclui o citado *Ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos, Calasans ainda estava próximo do pensamento de Euclides da Cunha. Nesse sentido, cita a veiculação da conhecida (mas inverídica) narrativa de que o Conselheiro teria assassinado a esposa e a própria mãe.

De acordo com Pedro Barboza (2001), Calasans servira-se ainda de Sílvio Romero, quando registrara a “lenda arrepiadora”. Nas décadas seguintes, entretanto, com o desenvolvimento das pesquisas, “aumentaria sua distância de Euclides”. (BARBOZA, 2001, p. 27). No campo universitário, esse trabalho de Calasans seria um marco na abordagem do tema Canudos.

Marco Villa também alude às mudanças no pensamento de José Calasans. Para o historiador, o mestre Calasans, ao final da carreira, ter-se-ia distanciado das interpretações hegemônicas sobre Canudos, e trabalhado para recuperar uma visão dos vencidos:

[...] ele mudou assim como os estudos sobre Canudos também mudaram. E mudaram graças a ele. Portanto, há uma relação simbiótica entre Calasans e os estudiosos de Canudos, e os estudiosos de Canudos e o professor Calasans. Eu aprendi muita coisa com o mestre Calasans, com os seus estudos e conversas, sempre com aquele seu jeito tão pouco comum no Brasil de apresentar todas as informações, de incentivar a pesquisa, de desejar aprofundar as polêmicas. Ele incentivou a revisão histórica dos estudos sobre Canudos, até então como disse, aprisionados à “gaiola de ouro de *Os sertões*”. Ele mudou e mudou muito! Já no final da vida, quando ele disse: “eu sou um conselheirista”, ele não é o José Calasans do início dos anos 50, com certeza. Meio século depois ele é um outro Calasans. Espero ter, modestamente, colaborado para algumas dessas revisões do professor. Quando digo eu, refiro-me a uma dezena de estudiosos, vocês aí do CEEC / UNEB, todos os colegas da Bahia, colegas de outros estados, os pesquisadores estrangeiros, todos aqueles que, especialmente, nos últimos

10, 15 anos, trabalharam com Canudos. (VILLA In: SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p. 74). Grifos nossos.

Além de apontar a mudança no pensamento de Calasans e de atestar a filiação do mestre à vertente conselheirista de estudos canudianos, Villa também deixa subentendido, na sua fala de 1998,¹¹⁸ que reconhece a existência de um grupo da Bahia alinhado com a revisão histórica do movimento, quando diz “você aí do CEEC / UNEB, todos os colegas da Bahia”.

No entanto, oito anos depois, quando por mim entrevistado, em 22 de março de 2006, e questionado diretamente sobre a possibilidade de existência de um “conselheirismo contemporâneo”, Marco Villa não admite a existência de movimento ou grupo. Esta posição é compartilhada por Claude Santos e José Carlos Pinheiro, conforme já registrado anteriormente, e ainda por Antonio Olavo, ouvido em 31 de maio de 2006 e que assim se expressa: “Conselheirismo não existe. Eu não sou seguidor, não idolatro, nem mítico Antônio Conselheiro; meu interesse é o tema Canudos e não uma figura específica”.

Deixemos falar agora o pesquisador do CEEC / UNEB, Manoel Neto, respondendo à mesma indagação, em entrevista de 14.04.2006, sobre a possibilidade de existir, como vertente de estudos, um “conselheirismo contemporâneo” e uma “Canudos conselheirista”:

Foi entre os intelectuais baianos, especialmente do mestre Calasans, que ouvi pela primeira vez esta expressão. Outros acadêmicos, mesmo do sul maravilha, começaram a se afirmar “conselheiristas”, como é o caso do professor Paulo Emílio Martins, da FGV, para dar um exemplo. Minha idéia é que conselheirismo, no pensamento de Calasans e de outros estudiosos, conceituaria aqueles intelectuais mais identificados com o que chamamos a utopia canudense, admiradores da figura histórica de Antônio Conselheiro. Como ninguém nunca explicou, resta especular. Agora, movimento

¹¹⁸ A fala de Marco Villa bem como todos os depoimentos constantes da publicação *Os intelectuais e Canudos*: o discurso contemporâneo foram recolhidos entre 1998 e 2002, com gravações realizadas na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, segundo Manoel Neto, um dos entrevistados e autor da publicação. (SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p. 21).

organizado, com postulados claros, nunca existiu. Era mais coisa de baiano. Muitas vezes, já ouvi também a expressão “canudófilo”. Tenho livros em que Calasans, na dedicatória, me trata como “irmão conselheirista”. Como ele sempre soube que eu era de uma corrente de esquerda, penso que a conceituação extrapola a fronteira ideológica, visto que o mestre era de uma ala, digamos, mais conservadora.

Os pesquisadores “canudófilos” e “conselheiristas contemporâneos” formariam uma espécie de irmandade sem estatuto, comunidade sem programa, grupo sem sede própria, corpo sem unidade.

Os membros dessa estranha confraria se articulam a partir do interesse comum em torno do tema Canudos pela visão dos vencidos. Os estudiosos do grupo utilizam códigos e gestos peculiares e significativos entre eles, tratando-se carinhosamente como “jagunço”, “jaguncinho”, “irmão de luta”; enviam “saudações conselheiristas” uns para os outros, trocam a conhecida louvação conselheirista: “Louvado seja nosso Senhor, Jesus Cristo!” “Para sempre seja louvado tão bom Senhor” e dão “vivas ao Conselheiro”.

Todas essas manifestações de adesão ao conselheirismo ocorrem em situação de informalidade e, em geral, em tom de brincadeira. As saudações religiosas, por exemplo, não são sinais de fé. Muitos desses intelectuais são ateus e / ou agnósticos e não professam nenhuma crença religiosa, nem exibem manifestações de fé em qualquer divindade. Contextualizadas e analisadas como sinais mais explícitos de um grupo, tais ocorrências podem ser lidas como expressões eletivas e identificadoras de afinidades com a utopia canudense.

José Calasans não restringiu seu trabalho à temática canudiana; muitas outras áreas da cultura popular baiana e sergipana foram estudadas por ele. Estudos biográficos informam uma trajetória intelectual e acadêmica dinâmica com notório reconhecimento da comunidade, que lhe concedeu como forma de agradecimento medalhas, comendas, títulos, condecorações de universidades, academias, órgãos públicos civis e militares, entre os quais cito para ilustrar: “Professor Emérito” da Universidade Federal da Bahia (1992), “Professor

Emérito” da UNEB (1993), “Professor Honoris Causa” da Universidade Federal de Sergipe (1993), “Medalha do Pacificador” do Ministério do Exército e a “Medalha Euclides da Cunha”, concedida pela Casa Euclidiana, de São José do Rio Pardo, berço do euclidianismo.

Assim, Calasans circulava com desenvoltura por ambientes diferentes, estabelecendo diálogo com pesquisadores alinhados com matrizes ideológicas diversas, dos quais ressaltos os cultuadores da glória de Euclides e os pesquisadores da chamada vertente “Canudos Popular”, de base marxista, conforme se comprova na declaração do padre Enoque Oliveira: “O professor Calasans me aconselhava dizendo que era mais útil pesquisar as fontes orais no sertão do Conselheiro, do que me deslocar para os grandes centros do país à procura de dados acadêmicos”. (OLIVEIRA In: SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p. 270). Calasans enxergou longe ao incentivar a pesquisa de fontes orais. Observemos as palavras de Yara Ataíde a esse respeito:

Quando ainda nem se falava em História Oral como método de pesquisa, José Calasans já se antecipava ao futuro e, como pioneiro desta metodologia na Bahia e quiçá no Brasil, entrevistava sobreviventes da guerra de Canudos, realizando a reconstituição oral da história do Arraial e dos conselheiristas, a partir do discurso dos próprios sertanejos. Mestre Calasans não só falou sobre eles e por eles, como também lhes deu voz, resgatando um espaço histórico em grande parte ainda pouco conhecido, a fim de que a fala dos conselheiristas fosse divulgada e considerada do outro lado da história, do lado dos oprimidos e dos vencidos. (ATAÍDE, 1995, p. 205).

Observa-se unanimidade no reconhecimento da importância do trabalho de José Calasans na articulação de um grupo empenhado em não deixar cair no esquecimento o exemplo de Canudos. O nome do historiador ainda hoje se mantém como uma das principais referências para os pesquisadores; seus textos são instauradores de discursividade, ou seja, tomados como referências propiciadoras de reflexão.

Ressalvadas as distâncias e diferenças de tempo, de posição e de atitude, Calasans parece ter incorporado parte da “função conselheira” que Antônio Vicente Mendes Maciel exerceu entre seus seguidores. É assim que Manoel Neto o homenageia, com toda a licença

poética, chamando o mestre Calasans de “Conselheiro”, em texto publicado um ano após sua morte¹¹⁹ e transcrito em áudio visual apresentado no “Seminário José Calasans”, em maio de 2006. Pressupondo a existência de um conselheirismo, não seria necessário o assentimento de um conjunto de pessoas que se reconhecessem afinadas com tal movimento? Embora alguns discordem dessa formulação, conforme anteriormente registrado, muito do sentimento de grupo se revela nas falas, nos gestos e nas atitudes das pessoas pela alegria do encontro de idéias afins.

Cinco anos após sua morte, o professor Calasans ainda é a figura mobilizadora de uma rede de pesquisadores canudianos. Estes estudiosos prontamente atenderam à convocação do CEEC para o *Seminário José Calasans*¹²⁰, realizado de 25 a 26 de maio de 2006, nas instalações do Largo do Carmo, em Salvador, Bahia.

Poder-se-ia supor que os participantes de uma efeméride à memória do “patriarca” dos estudos não-euclidianos sobre a guerra de Canudos formariam uma platéia morna. O comparecimento ao evento poderia ser entendido como o cumprimento de um ritual, uma maneira de marcar presença apenas como uma formalidade ou dever de prestar sua homenagem ao mestre. Não foi o que se observou.

¹¹⁹ O poema de Manoel Neto é o soneto “Ausência”, publicado em 25 de maio de 2002, no Jornal *A Tarde* e transcrito a seguir: “Onde andaré o mestre agora, / recluso entre nuvens e alfarrábios? / talvez repousando entre sábios / no refúgio luminoso da aurora // Possível é também que agora esteja / no convívio de jagunços e soldados / cavaleiros dos sertões agora armados / no fraterno conviver que a morte enseja // Recolhido pode estar entre manhãs / cintilando como estrela sertaneja / novo astro batizado Calasans // O certo, todavia, é que moureja / José poeta etéreo que apascenta / Conselheiro acalentando almas cristãs”. A “função conselheira” de Calasans é ampliada e enfatizada quando o poeta usa os verbos “moureja” e “apascenta”. O primeiro indica que, mesmo após a morte, o professor ainda trabalha pelas suas idéias e “apascentar” que significa “conduzir”, “cuidar”, “nutrir”, “alimentar espiritualmente”, “ensinar”, “doutrinar”, “guiar” os seus seguidores.

¹²⁰ O folder que divulga a programação do “Seminário José Calasans” é exemplar da agregação da rede de intelectuais simpáticos, na sua maioria, à causa conselheirista contemporânea, qual seja, a revisão da saga de Canudos. Para ilustrar, registro, dentre outros, as seguintes presenças: Luitgarde Cavalcanti Barros, Marco Villa, Enoque Oliveira, Sérgio Guerra, Antonio Olavo, Trípoli Gaudenzi, Fábio Paes, Claude Santos, Manoel Neto, José Carlos Pinheiro, Dionísio Nóbrega, Oleone Fontes, Roberto Dantas, Eldon Canário.

A platéia do Seminário José Calasans mostrou-se diversificada (composta de intelectuais de nomeada, artistas prestigiados e estudantes mais jovens, inclusive professores canudenses e euclidenses) disciplinada, interessada nas palestras e debates, e emocionada com as homenagens prestadas ao mestre ausente. Durante os dois dias, não se arredou pé do auditório onde se realizaram as atividades, registrando-se manifestações em favor de uma retomada mais vigorosa dos trabalhos do grupo conselheirista e da necessidade de rearticulação de seus membros.

Além disso, observou-se também no Seminário o empenho em se traçar diretrizes para a preservação de acervos. Nesse sentido, os participantes do evento tomaram a providência de encaminhar Moção à UNEB, solicitando a interferência da instituição para que os documentos do acervo de José Calasans, (atualmente sob a guarda do Memorial do Banco Econômico e ainda sob intervenção do Banco Central), sejam disponibilizados para pesquisa, o mais rapidamente possível.¹²¹

Em torno das idéias de Calasans e a partir de coordenadas por ele estabelecidas, segundo as palavras de Luitgarde Cavalcanti Barros, gravadas no referido “Seminário José Calasans”, a Bahia “formou conselheiristas e os espalhou pelo mundo” o que permitiu a constituição de uma “estranha confraria” apaixonada pelo tema Canudos, mas que abriga intelectuais com diferenças ideológicas evidentes.

José Calasans assumiu, muitas vezes, o papel de árbitro dos conflitos de idéias entre os conselheiristas e exerceu o papel de formador de uma “rede intelectual”, segundo

¹²¹ De 20 a 24 de novembro de 2006, o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia também realizou um evento em memória de José Calasans. A organização ficou a cargo de Consuelo Pondé de Sena, Manoel Neto e Cleide Nunes. Houve palestras, debates, exposições. Dentre os palestrantes, destaco os seguintes nomes: Luiz Henrique Dias Tavares, Luiz Mott, Sérgio Guerra, Fábio Paes, Dulce Vieira (Universidade de Lisboa), Dionísio Nóbrega, Eldon Canário, Cláudio Pereira,, Yara Ataíde, Manoel Neto, José Octávio Melo (Instituto Geográfico e Histórico da Paraíba), Mônica Teixeira, Edivaldo Boaventura. Na ocasião, duas exposições foram montadas: uma de Trípoli Gaudenzi e outra com fotos de Miguel Teles.

palavras da professora Luitgarde, mantendo correspondência com pesquisadores de diversas partes do país e do estrangeiro. Assim demonstrou possuir uma visão prospectiva porque ajudou a tecer essa rede de estudiosos euclidiano-conselheiristas, cujos membros, quando se encontram, expressam claramente o desejo de dar continuidade ao trabalho do grupo, ainda que este não apresente uma estrutura básica de interação nem convergência de pensamento. Aproxima-os o tema Canudos, algo maior, mais abrangente, algo investido de uma força utópica que inflama os movimentos libertários - a utopia canudense - que ultrapassa a importância das figuras históricas de Antônio Conselheiro, João Abade, Moreira César ou Euclides da Cunha.

6.3. O CEEC - UNEB

Os “novos jagunços” do Brasil inteiro podem encontrar no Centro de Estudos Euclides da Cunha, da Universidade do Estado da Bahia, trincheira propícia ao prosseguimento da luta pela manutenção da memória da guerra de Canudos: armas e munições cuidadosamente guardadas nas estantes do rico acervo bibliográfico e iconográfico do CEEC (32 mil documentos primários sobre a guerra de Canudos, inúmeras gravações de depoimentos com antigos moradores e descendentes de conselheiristas), mas, acima de tudo, o ânimo dos pesquisadores a ele vinculados.

O CEEC é um órgão suplementar da UNEB, criado em 1985, no governo de João Durval Carneiro, quando o secretário de Educação e Cultura era o Professor Edivaldo Machado Boaventura¹²² e o reitor da universidade era o professor José Edelzuito Soares. A

¹²² Edivaldo Machado Boaventura é graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestre e doutor em Administração Educacional e doutor em Direito. Atualmente é Professor da Universidade Federal da Bahia, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação da Bahia e

finalidade do CEEC era estudar e pesquisar o semi-árido baiano no bojo do Projeto Interdisciplinar de Desenvolvimento Integral da Área do Sertão de Canudos (PIDIASC).

Inicialmente, o CEEC voltou-se para os estudos sobre a guerra, a arqueologia de Canudos e a implantação, em 1986, do Parque Estadual¹²³. Renato José Marques Ferraz¹²⁴ e Yara Dulce Bandeira de Ataíde¹²⁵ foram os primeiros diretores do Centro de Estudos Euclides da Cunha.

A década de 1990 é um período marcante no trabalho do Centro, resultando na consecução de projetos, publicação de trabalhos e realização de eventos comemorativos, entre os quais se destacam: 1993: cem anos da fundação de Bello Monte; 1997: cem anos do final da guerra. O outro evento de peso aconteceria em 2002, num trabalho articulado com outras universidades (UFBA, UCSAL e UEFS): o “Simpósio Internacional *Os sertões: 1902 -2002 - permanências e rasuras*”, por ocasião dos cem anos de publicação de *Os sertões*. A repercussão do trabalho do CEEC e das ações da UNEB em Canudos ocorre a partir da década de 1990.

jornalista colaborador e diretor do Jornal *A Tarde*. Edivaldo exerceu ainda o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia.

¹²³ O Parque Estadual de Canudos foi criado em Canudos - Bahia pelo Professor Edivaldo Machado Boaventura, então Secretário de Educação e Cultura, conforme Decreto nº 33.333 de 30.06.1986, no governo do Senhor João Durval Carneiro. A demarcação, implantação e gerenciamento do Parque ficaram sob o encargo do CEEC / UNEB. (BOAVENTURA, 1997, p. 54-5).

¹²⁴ Renato Ferraz foi antropólogo e historiador que trabalhou na idealização do “Projeto Canudos”, na criação do Centro de Estudos Euclides da Cunha da UNEB e do Parque Estadual de Canudos. Seu nome é citado com respeito por vários pesquisadores conselheiristas.

¹²⁵ Yara Dulce Bandeira de Ataíde é professora Titular do Departamento de Educação, campus 1 da UNEB, em Salvador. Entrevistei a professora Yara em 10 de fevereiro de 2005, quando conversamos sobre a implantação e nomeação do CEEC, bem como a formação da equipe de trabalho e os projetos desenvolvidos pelo Centro.

De 1995 até 2003, Luiz Paulo Almeida Neiva¹²⁶ assumiria a direção do Centro, coordenando um trabalho que daria maior visibilidade às ações relacionadas ao projeto Canudos. Dentre estas se destacam: 1996: publicação de *Arqueologia histórica de Canudos* (relatório das pesquisas arqueológicas realizadas em 1986, no Parque Estadual, sob a coordenação de Paulo Zanettini); 1997: inauguração das obras da primeira etapa do Parque Estadual; criação da *Revista Canudos*; coordenação do grande evento de comemoração do centenário da guerra, em Canudos; realização de Simpósio Internacional, em Salvador; construção do Memorial Antônio Conselheiro (obra da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia); elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável de Canudos; 1998: elaboração de Plano Municipal de Saúde para Canudos; 1999: etapa de pesquisa arqueológica no fundo do açude Cocorobó, aproveitando a época de estiagem; 2002: “Simpósio Internacional Os sertões: permanência e rasuras”¹²⁷; reforma do Memorial Antonio Conselheiro e inauguração do Jardim Euclidiano; 2003: Festival de Arte e Cultura do Sertão - Arte e Cultura em Canudos, ocasião em que se realizou o Seminário “Outros Sertões”, nome que inspiraria a criação da Revista *Outros Sertões* (2005) no Departamento XXII da UNEB, na cidade Euclides da Cunha.

Por que razão o Centro de Estudos da UNEB recebeu o nome de Euclides da Cunha, grafado com y? Segundo biógrafos, embora tivesse expressado dúvida sobre a grafia

¹²⁶ Luiz Paulo Almeida Neiva é professor da UNEB. Exerceu o cargo de Diretor do CEEC - Centro de Estudos Euclides da Cunha, no período de 1995 até 2003; dirigiu o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - Campus XXII - Euclides da Cunha de 2003 até 2005, período em que a administração do Parque Estadual e do Memorial passa a ser exercida pelo DCHT XXII. Atualmente, exerce cargo na ASTEC - Assessoria Especial à Reitoria da UNEB. Entrevistei o Professor Luiz Paulo em 08 de agosto de 2006.

¹²⁷ “O Simpósio Internacional Os sertões: permanência e rasuras” foi realizado em 2002, nos cem anos de publicação de *Os sertões*, numa promoção conjunta de quatro universidades (UNEB, UFBA, UCSAL, UEFS). Participaram da Comissão Organizadora: Luiz Paulo Almeida Neiva (UNEB), Lícia Soares (UNEB), Manoel Neto (UNEB), José Carlos Barreto de Santana (UEFS), Aurélio Gonçalves de Lacerda (UFBA), Evelina de Carvalho Sá Hoisel (UFBA), Paulo Dourado e Pedro Barboza de Oliveira Neto (UCSAL).

correta do seu nome, consta que era “Euclides” com y que o escritor assinava. (BRANDÃO, 2001, p. 16). Por que não o nomearam simplesmente “Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Sertão” uma vez que a sua criação tinha por finalidade o fomento da pesquisa que promovesse o desenvolvimento da região?

Encontrei algumas respostas ou pistas a essas interrogações quando entrevistei pessoas ligadas ao CEEC e à problemática canudiana. De acordo com Edivaldo Boaventura, entrevistado por mim em 02 de agosto de 2006, a nomeação “Centro de Estudos Euclides da Cunha” foi decidida por um grupo formado por ele próprio, José Edelzuito Soares (então reitor da UNEB) e Renato Ferraz, indicado como o elemento fundamental para o projeto do Parque Estadual e do CEEC. O professor Boaventura confirmou a idéia de implantação do “projeto Canudos”, relacionada à implantação da própria UNEB, criada em 1983, com grande interesse no desenvolvimento da região nordeste da Bahia. Assim, o nome “Euclides da Cunha” foi escolhido intencionalmente porque o escritor estava relacionado à problemática sertaneja; além disso, seu nome tinha força e expressividade social, literária e intelectual.

José Edelzuito Soares, em entrevista a mim concedida, em 8 de agosto de 2006, confirmou que a idéia para nomear o CEEC ganhou corpo a partir de suas conversas com Renato Ferraz. O professor Soares, por sua formação humanística em Letras e em Filosofia, fora designado para trabalhar no projeto de concepção ideológica da Universidade do Estado da Bahia, cuja criação fora decidida a partir de um projeto político governamental de reunir as FFP (Faculdades de Formação de Professores) do Estado da Bahia com a antiga FAMESF (Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco) que há anos funcionavam isoladamente.

A UNEB, em sua implantação, precisava de um projeto, de uma identidade, devendo definir seu perfil e sua vocação. O professor Soares é um acadêmico da área de Literatura, conhecedor e apreciador das obras de Euclides da Cunha e de Gilberto Freyre. Curiosamente, nos anos de 1954 a 56, Soares morou na cidade de Lorena, São Paulo e

estudou na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, que funcionava na mesma casa onde Euclides da Cunha morara de 1901 a 1902, lugar ainda hoje preservado por sua importância como patrimônio cultural.

De acordo com Roberto Ventura (2003, p. 293), as primeiras provas de *Os sertões* foram revisadas em Lorena. José Edelzuito Soares informa que, durante o período em que estudou em Lorena, a sua “alma sertaneja” se encontrou nas páginas de *Os sertões*, pois no ambiente acadêmico da Faculdade, o pensamento e a obra euclidiana eram muito difundidos: “Ali, se respirava Euclides da Cunha. E assim, eu fui me aproximando mais e mais do autor e de *Os sertões*”.

Soares também ratifica a importância de Renato Ferraz para a implantação do CEEC e, um ano depois, para a criação do Parque. Segundo suas informações, Renato mantinha “bons contatos” com altas patentes do Exército brasileiro, fundamentais para a implementação de um projeto que iria mexer no tema Canudos, de certo modo, tema politicamente espinhoso e ainda visto, nos anos 1980, sob reserva por alguns setores militares. Renato Ferraz tinha credibilidade intelectual e propiciaria “visibilidade externa” para o projeto Canudos. Além disso, era o elemento que fazia o trânsito entre a Universidade e os setores do Exército, responsáveis pela guarda dos arquivos militares da guerra de Canudos. O resultado das negociações culminou com a cessão dos documentos para a UNEB, hoje microfilmados, digitalizados e arquivados no CEEC¹²⁸.

Depreende-se da fala de Edelzuito Soares, que “Centro de Estudos Euclides da Cunha”, para nomear um órgão da universidade, abarcaria um universo muito mais amplo do que um hipotético “Centro de Estudos do Sertão”. Tratava-se afinal de um projeto inserido na

¹²⁸ Sob a direção de Luiz Paulo Almeida Neiva, a UNEB (CEEC) concluiu os trabalhos de microfilmagem de documentos sobre a guerra de Canudos, oriundos dos arquivos militares, da Igreja católica e da Assembléia Legislativa da Bahia. Atualmente, o acervo pode ser consultado em CD-RW, no CEEC - UNEB.

academia, e Euclides da Cunha, pela abrangência de sua obra não restrita a uma área específica, seria nome de maior prestígio que poderia abrigar projetos multidisciplinares.

Os sertões, cuja recepção como obra literária se deu a partir das leituras propostas pelos críticos do início do século XX, inspiraria o CEEC, que, futuramente, poderia vir a abrigar outras linhas de pesquisa na área de literatura. Essa era a idéia de Edelzuito Soares e de Renato Ferraz. Entretanto, o grupo de pesquisadores que se foi aglutinando em torno do CEEC era de historiadores com interesse na pesquisa antropológica.

Entre os pesquisadores do CEEC não havia, majoritariamente, profissionais com o perfil das Letras. Ao grupo da UNEB vem se associar o trabalho do intelectual José Calasans, também professor de História. Assim, foi se esboçando a feição que tomaria o CEEC e o nome “Euclides da Cunha” passaria a abrigar um Centro de Estudos eminentemente imbuído do “sentimento conselheirista” e interessado na pesquisa de uma “Canudos-não euclidiana” que vinha junto com a tradição de estudos e interesses do Mestre Calasans.

Não se pode desconhecer que já em 1983, na época da implantação da UNEB, circulava a idéia da criação de um Centro de Estudos sobre Canudos (previsto na Lei Delegada que criou a Universidade) e da implantação do Parque Estadual, um projeto que exigia recursos vultosos e contatos políticos importantes no âmbito do governo estadual da Bahia, dos políticos da região e, sobretudo, dos militares.

Por tudo isso, considero que a escolha do nome para o CEEC tenha ocorrido provavelmente por duas razões: primeiramente, porque de fato o grupo idealizador do Centro conhecia e admirava o trabalho de Euclides da Cunha que immortalizou os sertões canudenses e depois porque se tratava do nome de um escritor, cuja obra fora consagrada como um clássico; isso emprestaria prestígio a um órgão que tinha ambições de desenvolver grandes projetos na região. “Centro de Estudos Euclides da Cunha” era, portanto, um nome que

abriria mais portas, inclusive as do Exército, muito mais facilmente do que, por exemplo, um “Centro de Estudos sobre Canudos” ou ainda um “Centro de Estudos Antônio Conselheiro”.

Posteriormente, com o avanço do trabalho do CEEC e quando se torna mais claro que o foco das pesquisas era Canudos e não Euclides da Cunha, seria criado o Memorial Antônio Conselheiro¹²⁹, cujo nome também foi pensado por Renato Ferraz. Ali, o mini-auditório recebeu o nome “José Calasans” e a biblioteca homenageou “Renato Ferraz”.

De acordo com a fala de Manoel Neto, “a presença de Euclides subsistia” no Memorial Antônio Conselheiro. Renato Ferraz idealizou a criação de um “Jardim Euclidiano”, na área aberta e externa do Memorial, contendo “as espécies vegetais citadas por Euclides em *Os sertões*”. (Anexo C). O projeto foi executado e, curiosamente, o jardim acabou nomeado “Jardim Euclidiano João de Régis”. Fica, portanto, evidente a linha conselheirista que dominava então. Mais uma vez o Senhor João de Régis seria homenageado, dividindo com Euclides espaço na placa de nomeação do Jardim¹³⁰.

¹²⁹ O “Memorial Antônio Conselheiro” (da Bahia) foi criado pela UNEB na década de 1990, no município de Canudos. Atualmente é administrado pelo DCH T - Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, campus XXII, localizado na cidade Euclides da Cunha. A construção é pequena; as instalações são modestas, constando de espaços reduzidos, porém bem cuidados: uma sala de biblioteca, um mini-auditório, duas salas para exposições permanentes. O acervo exposto consta de material recolhido no Parque Estadual de Canudos: fragmentos de armas e projéteis, restos de roupas, vidros, cantis, cerâmica estrangeira (usada pelos soldados) e cerâmica rústica (usada pelos conselheiristas). Ali também são exibidas vestimentas, máscaras e peças utilizadas na reconstituição de cenários do filme *Guerra de Canudos* (1997), de Sérgio Rezende. Nos corredores do Memorial estão expostas fotografias de áreas do parque, gravuras e reprodução de pinturas sobre Canudos. Externamente, rodeando a construção, há o bem cuidado “Jardim Euclidiano”. Nas diversas vezes em que visitei Canudos, observei que as instalações do Memorial poderiam ser mais utilizadas pela comunidade canudense, porém torna-se evidente que a UNEB, no momento, não dispõe de recursos para a contratação de mais funcionários e compra de equipamentos necessários a esse fim. Os pesquisadores e dirigentes da universidade precisam encontrar alternativas via realização de projetos e busca de parcerias (envolvendo, inclusive, a prefeitura local e organizações não governamentais) com vistas ao desenvolvimento de mais ações sociais em favor da comunidade canudense.

¹³⁰ A nomeação a que me refiro permaneceu até o ano de 2005. Quando visitei Canudos em junho de 2006, verifiquei que a administração do Memorial Antônio Conselheiro havia alterado as placas, separando as homenagens. O que se tem agora é um “Jardim Euclidiano” e uma “Praça João de Régis”.

Está claro o foco de interesse das pesquisas na UNEB: o CEEC homenageia Euclides apenas no nome, mas nos seus vinte e um anos de existência, pelas razões anteriormente apontadas, não investiu no estudo da obra ou do seu autor¹³¹; antes se volta para o estudo do fato histórico Canudos. Assim, mesmo que os pesquisadores se inspirassem em Euclides, tanto para desenhar um jardim quanto para demarcar as áreas do Parque Estadual, subsistem, mais fortemente, as imagens dos sertanejos martirizados na guerra de 1897.

6.4 CANUDOS REDIVIVA¹³²

A produção cultural que toma Canudos como referência, de 1980 aos nossos dias, é vastíssima em termos quantitativos, variada em gêneros e estilos e rica no sentido de estar sempre se reinventando. A rebelião liderada por Antônio Conselheiro tem servido de inspiração para a produção de cordel, artesanato, cinema, literatura, teatro, dança, música, artes plásticas. Eventos artísticos e culturais foram realizados na região do sertão canudense e em Salvador. Os trabalhos são, em geral, bem acolhidos pela crítica especializada, também despertando o interesse dos meios de comunicação de massa. É comum ouvir entre os

¹³¹ Em 08 de março de 2005, visitei as dependências do CEEC, buscando minuciosamente sinais exteriores que indicassem ligação ou remetessem ao nome Euclides da Cunha. Nada encontrei: diferentemente do que observei na Casa Euclidiana, em São José do Rio Pardo, não havia fotos, bustos, biografias, relíquias a não ser uma pequena placa em madeira com o nome “Euclides da Cunha”. Na maioria das salas do CEEC observam-se quadros, reproduções de pinturas, artesanatos alusivos ao sertão. Um exemplo disso é a “sala de reuniões”, onde estão expostas nove reproduções de pinturas de Trípoli Gaudenzi. Quando perguntei a Manoel Neto se havia algo no Centro que explicitamente lembrasse Euclides, ele me respondeu que, desde a criação do CEEC, se falou no assunto, mas “os pesquisadores não consideravam isso relevante, apesar de muitos estudantes do ensino fundamental e até professores procurarem imagens e biografias”. Quando retornei ao CEEC, um mês depois, encontrei afixada na sala dos técnicos uma reprodução de fotografia de Euclides.

¹³² “Canudos rediviva” é título de Exposição de trabalhos de pintura da autoria de Trípoli Gaudenzi, dentro do “Projeto Canudos”. (GAUDENZI, 1996). As pinturas compõem o “Projeto Canudos”, trabalho de 1990, cujas ilustrações foram reunidas no álbum *Memorial de Canudos*, publicado, em 1993, pela Fundação Cultural da Bahia. Embora Trípoli afirme que se inspirou em Euclides para criar sua obra, o que aparece é uma “Canudos pela visão dos vencidos”, tudo muito coerente com a posição defendida pelos pesquisadores mais próximos à linha conselheirista. Em 25 de maio de 2006, Trípoli Gaudenzi declarou ter contado com sugestões de José Calasans para compor seu trabalho.

pesquisadores contemporâneos que Canudos saiu da esfera dos temas malditos e passou a tema midiático.

Na Bahia, seria a “I Missa pelos Mártires de Canudos”, celebrada por Enoque Oliveira, em julho de 1984, o marco inicial de todo esse movimento? O fato é que a partir desse período, quase coincidente com a criação do CEEC e demarcação do Parque Estadual, ganham espaço as produções culturais sobre Canudos.

Não seria exagero dizer que a maioria dos trabalhos frutificou como consequência das ações de alguns grupos / instituições que atuavam (e ainda atuam), muitas vezes em ações articuladas, na região: a UNEB, através do CEEC, o Movimento Popular de Canudos, liderado por Enoque Oliveira (a celebração culminante é a “Missa pelos Mártires”), e todo o trabalho sócio-pastoral da Igreja Católica, desenvolvido inicialmente pelo pessoal mais ligado à Teologia da Libertação. Na década de 1990 surgiram projetos importantes entre os quais se destaca a “Semana Cultural de Canudos”, realizada de 1992 até o final da década de 1990, por iniciativa da UNEB, com o apoio da Prefeitura Municipal de Canudos.

Por outro lado, onde andarão, nos dias atuais, os netos e bisnetos dos filhos dos conselheiristas: canudenses, euclidenses, montesantenses e muitos nordestinos cuja descendência, de algum modo, remonta à guerra de 1897? Canudos ainda repercute na sua memória? Como tomaram conhecimento do fato histórico? A obra de Euclides é referência para eles?

Em busca de resposta para essas e outras perguntas relacionadas ao interesse maior da minha pesquisa - conhecer as razões de permanência e de deslocamentos do nome de Euclides da Cunha, especialmente na Bahia - segui algumas pistas surgidas ao longo do trabalho. Assim é que passei a buscar informações sobre a população de Canudos hoje e sobre a saída de jovens para outras regiões do Brasil.

Netos e bisnetos dos remanescentes da guerra de Canudos permanecem nas cidadezinhas da região, mas muitos outros se dispersaram ao longo do século XX, não exatamente para fugir das conseqüências da guerra de 1897 ou do estigma de descendentes de conselheiristas ou ainda por perseguições políticas, religiosas e étnicas. A migração canudense parece ter muito em comum com a diáspora sertaneja, mais intensificada nos anos 60 e 70, grande parte em direção ao estado de São Paulo.

A capital paulista seduziu e ainda seduz muitos canudenses e filhos de cidades próximas a Canudos. Embora sejam comuns os deslocamentos das populações de áreas rurais e de cidadezinhas sem potencial econômico para o norte brasileiro, áreas litorâneas e cidades interioranas de médio porte, São Paulo ainda se mantém como lugar que promete melhores “oportunidades de emprego” e “ascensão social”. O clima seco, as constantes estiagens, a falta de emprego nas cidades natais e o fetiche que São Paulo ainda desperta nos nordestinos com suas promessas de vida melhor são responsáveis pela migração sazonal ou permanente de canudenses e sua fixação nos bairros periféricos da capital paulista.

O resultado mais expressivo desse deslocamento populacional que interessa à pesquisa diz respeito a um grupo de remanescentes canudenses tentando se organizar politicamente em São Paulo. Quem são essas pessoas e como vivem? Ainda mantêm o vínculo com sua terra? Participam politicamente de algum movimento organizado?

Roberval Freire da Silva (2002) estudou os destinos de remanescentes canudenses que migraram para São Paulo, especialmente na década de 1990, dos quais temos informações de que ainda se articulam¹³³. Freire observa que a manutenção de uma memória coletiva daqueles descendentes de Canudos estava relacionada à necessidade de os nordestinos

¹³³ Em novembro de 2005, realizou-se o “5º Encontro de Canudenses em São Paulo”. O evento foi organizado pela Pastoral do Imigrante da Diocese de São Paulo.

reagirem contra as diversas formas de discriminação a que estavam sujeitos, no seu dia a dia, com destaque nas relações de trabalho.

Em 1992, é criada em São Paulo, a UPIC - União Pelos Ideais de Canudos, em articulação com o SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes (ligado à CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Segundo informa Roberval Freire da Silva (2006, p. 2), as lideranças do movimento promoviam “encontros de estudo, festas, festivais de música e visitas às famílias canudenses, além de manter contatos com outros grupos e entidades, divulgando a história de Canudos”.

Em Canudos, no final da década de 1980, foi criada por jovens da cidade a ACEPAC - Associação Canudense de Estudos e Pesquisas Antônio Conselheiro¹³⁴. A ACEPAC teve uma atuação mais efetiva até a década de 1990, mas o prosseguimento do seu trabalho foi prejudicado, de acordo com informações de Manoel Neto (2000), por “dissensões internas e a crônica falta de apoio”.

Ali também se fortalecia o trabalho do pessoal ligado às CEBS - Comunidades Eclesiais de Base - que criou o “Instituto Popular Memorial de Canudos”. Ainda hoje é esse Instituto que organiza a romaria, assunto que será retomado mais à frente. As lideranças que se articulam em torno da igreja promovem a mobilização social com base no resgate da memória dos fatos históricos e positavação dos mártires de Canudos, numa perspectiva católica¹³⁵.

¹³⁴ Em relação ao trabalho da ACEPAC, destacaram-se os seguintes nomes: Tininha e Haroldo (década de 1980), Ana Cristina Guimarães (uma das articuladoras da criação da ACEPAC), José Alôncio, Simone Caluete, Janaína, Jácia, Octacílio Júnior, Hélio, Clébson Guimarães, Maria Betânia, Patrícia e outros (década de 1990 em diante). Uma liderança laica referenciada é Eginaldo Cardoso (Padreco). Atualmente, a ACEPAC não dá mostras de trabalho mais efetivo.

¹³⁵ Quando conversei com pesquisadores e moradores de Canudos, alguns nomes ligados ao trabalho pastoral católico foram muito lembrados como importantes na organização social: Irmã Deliris Brum (final da década de 1980 até meados de 1990), Irmã Cirila Zambom (final da década de 1990 até 2000), Padre Tiago (Santiago Milan).

Prossegue a efervescência cultural em torno da temática Canudos, na região. Outros movimentos surgem a exemplo da “Semana Cultural e Congresso Estudantil Os Sertões”¹³⁶. A atividade é realizada, anualmente, na cidade Euclides da Cunha, desde 1993, por iniciativa do jornalista Antenor Júnior¹³⁷. Torna-se inevitável a imediata associação entre o evento que se faz, desde 1993, no sertão baiano, e a Semana Euclidiana, criada em 1936, em São José do Rio Pardo, por algumas semelhanças e muitas diferenças.

A ação dos pesquisadores da UNEB seria importante para Antenor Júnior. Um século após a chegada de Antônio Conselheiro à região de Canudos e da fundação da comunidade do Bello Monte, o jornalista estreitaria sua ligação com os pesquisadores do CEEC / UNEB, passando a organizar a Semana Cultural, que envolve a comunidade de Euclides da Cunha e de municípios da região (consta que já contou com participantes de Cantagalo-RJ e São José do Rio Pardo-SP).

¹³⁶ O evento “8ª Semana Cultural / 7º Congresso Estudantil Os Sertões” ocorreu de 8 a 13 de novembro de 2005, em Euclides da Cunha, Bahia. Participaram em torno de 150 pessoas, em sua maioria estudantes de várias cidadezinhas, localizadas na região de Canudos. Na oportunidade, participei do Congresso, apresentando a palestra “Euclides da Cunha: da morte na Piedade para a glória na história”.

¹³⁷ Para conhecer a história do “Semana Cultural e Congresso Estudantil Os Sertões”, entrevistei Antenor Júnior, em 09.11.2005, em Euclides de Cunha - Bahia, durante a realização do evento. Antenor é fotógrafo e atuou como correspondente do jornal baiano *A Tarde*, na década de noventa. Embora não esteja inserido no ambiente acadêmico, há mais de quinze anos vem pesquisando sobre a guerra de Canudos. Segundo suas declarações, a ligação com o tema nasceu da leitura de *Os sertões* de Euclides da Cunha. Na década de 1990, Antenor criou o programa de rádio “*Cinco minutos de Euclides da Cunha*”, divulgado por um ano, nas emissoras locais, atingindo grande audiência. Em 1994, participou da “Semana Euclidiana”, em São José do Rio Pardo e, a partir daí, estabeleceu contatos importantes com os euclidianistas da Casa de Cultura rio-pardense. Antenor levou, do sertão de Canudos para o “Recanto Euclidiano” em Rio Pardo, várias mudas de espécies vegetais (cactáceas), que ali estão plantadas até hoje, para ajudar a “compor” o ambiente sertanejo na cidadezinha onde Euclides morou. Proferiu palestras em São José do Rio Pardo e, de volta ao sertão baiano, teve a iniciativa de preparar estudantes sertanejos para competir na “Maratona Intelectual” durante a Semana Euclidiana. Articulou-se com os colégios da região a passou a incentivar os jovens a estudar a vida e a obra de Euclides da Cunha, bem como o fato histórico da Guerra de Canudos. Em 1997, no centenário do final da guerra, o vencedor da Maratona Euclidiana foi um baiano da cidade de Canudos, que contou com a orientação de Antenor para estudar o assunto. Posteriormente, o evento baiano tornou-se regional.

As localidades próximas são as mais representadas pelos jovens congressistas. Durante o evento, participam das atividades especialmente estudantes do ensino secundário de diversas cidades da região: Canudos, Queimadas, Cansanção, Tucano, Rodelas, Araci, Uauá, Cícero Dantas, Ribeira do Pombal, Serrinha, Juazeiro, Valente, Jeremoabo, Quijingue, Crisópolis, Chorrochó, Abaré.

A “Semana Cultural Os Sertões” é sempre um evento de grande porte para a região. Em 2005, a Semana contou com patrocínio e apoio de empresas e instituições, merecendo, inclusive, cobertura jornalística da imprensa (A TV Bahia, por exemplo, deslocou equipe de gravação para acompanhar as atividades em locais diferentes e produziu um vídeo especial exibido no programa Bahia Revista, em novembro de 2005).

A programação da 8ª Semana Cultural foi variada, incluindo atividades acadêmicas (conferência de abertura, palestras, comunicações e debates, envolvendo pesquisadores); atividades culturais (exposições de artes plásticas, artesanato, feira cultural, apresentações de teatro, dança e música, exibição de filmes e documentários) e atividades de visitas técnicas orientadas. As atividades de visita a campo são muito apreciadas pela comunidade.

O evento de 2005 realizou visitas técnicas orientadas às cidades de Monte Santo e Canudos. Em Monte Santo, os congressistas conheceram a Serra do Piquaraçá e seu encantador “Caminho da Santa Cruz”. A subida íngreme do Caminho é ladeada pelas 25 capelinhas de alvenaria construídas, em 1775, pelo italiano Frei Apolônio de Todi. A parte inicial dos degraus talhados nas rochas foi reconstruída por Antônio Conselheiro e seus seguidores, trabalho que resiste à ação do tempo, segundo informações do músico Zequinha do Violão, que participou da visita. Mais tarde, o grupo conheceu o “Museu do sertão” e a praça, onde estão expostos a “matadeira” usada contra o povo conselheirista, o busto do Marechal Bittencourt e a estátua do Beato Conselheiro. Em Canudos, todas as atenções se

concentraram na emocionante visita ao Parque Estadual, local onde estão demarcados os principais sítios históricos da guerra. Posteriormente, os congressistas conheceram o Memorial Antônio Conselheiro.

Especialmente da década de 1980 até os nossos dias, Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores inspiraram a possibilidade de se fazer uma nova história. Uma história que pode ser reescrita para servir de bandeira a quantos acreditam na transformação social. Canudos revive, enfim, utilizando as anteriormente citadas palavras de José Aras, nos “bronzes da memória” de poetas e artistas de múltiplas expressões, de cientistas e de pesquisadores de áreas e vertentes diferentes, de sindicalistas e militantes partidários, de todos aqueles que conseguem enxergar na luta dos conselheiristas um exemplo de experiência comunitária bem sucedida, um legado de esperança para as práticas dos movimentos contemporâneos.

6.5 AOS PÉS DO CONSELHEIRO

Que saudade de Antônio
 Antônio dos mares
 Antônio da paz
 Antônio dos anjos
 Rogai por nós.
 Que saudade de Antônio
 Antônio Aparecido
 Antônio perseguido
 Antônio defensor
 De um povo oprimido.

Zé Américo Amorim

O dia 16 de outubro de 2005, no sertão do semi-árido baiano, anunciou-se como uma daquelas “manhãs sem par” descritas por Euclides da Cunha em *Os sertões*. O

firmamento azul e branco garantia que, logo mais, o sol, a claridade e o calor seriam os companheiros fiéis dos participantes da XVIII Romaria de Canudos¹³⁸.

Contemporaneamente, o que a gente das cidades grandes vê, pela televisão, quando as manchetes anunciam, por exemplo, uma Romaria em Juazeiro do Norte, terra do Padre Cícero Romão Batista, em Monte Santo, ou em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, são imagens de devoção e de fé. Pessoas pobres, peregrinos, paus-de-arara, flagelados da seca, penitentes, pagadores de promessas com suas cruzes nas costas, rosários na mão, gente carregando ex-votos (réplicas de mãos, pés, cabeças, membros curados pela suposta intervenção do santo), muletas, figas, imagens de santos, potes com água e unguentos, tudo isso ao som de benditos e ladainhas em vozes chorosas e arrastadas. Roupas surradas, pés descalços, mãos calejadas, rostos enrugados transfigurados pela fé dos romeiros que vão chegando (alguns de joelhos), de todos os lados, para seguir os místicos caminhos até um túmulo, um santuário, uma capela, uma imagem, um cruzeiro, enfim.

Os romeiros, geralmente, acampam ao lado do pau-de-arara. Quando precisam pernoitar, se hospedam em pequenas pensões, casas de famílias pobres, porém o mais comum é se ajeitar ao lado do transporte ou retornar no mesmo dia. Quando chegam ao lugar de devoção, em atitude respeitosa, tiram o chapéu de palha, fazem orações, agradecimentos,

¹³⁸ A Romaria de Canudos, tal qual acontece atualmente, é realizada anualmente, no mês de outubro, sob a responsabilidade da Igreja Católica. O evento nasceu como uma dissidência com o “Movimento Popular de Canudos”, liderado pelo Padre Enoque. A partir de 1987, as autoridades eclesiais criaram a Romaria como movimento paralelo para fazer frente àquele coordenado por Enoque Oliveira. Segundo declarações desse último, a Igreja queria um “Conselheiro católico, um São Francisco de Assis catingueiro”, algo que não combinava com suas posições. Enoque mantém até hoje, a cada 5 de outubro, a sua “Missa pelos Mártires de Canudos”, na verdade uma celebração popular. (OLIVEIRA In: SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p.266). Segundo Roberto Pompeu de Toledo, Irmã Cirila Zambom, uma das fundadoras e baluarte da Romaria, trabalhou pela defesa da preservação da memória de Antônio Conselheiro e do “movimento conselheirista”. (TOLEDO, 2002, p. 106). Atualmente, Irmã Cirila não reside mais em Canudos, porém as marcas do seu trabalho ainda são encontradas por lá.

pedidos e depositam, no lugar sagrado, terços, santinhos, réplicas de imagens, lenços, chapéus, fotografias, cartas, bilhetes, cortes de cabelo e até documentos como carteiras de identidade e de trabalho. Alguns atiram dois rosários, por exemplo, e esclarecem que um dos rosários é por si mesmo e outro é por alguém, um parente que “não pôde vir”. De onde eles vêm? Por que eles estão ali? O que os motiva?

A XVIII Romaria de Canudos foi parte da programação da Semana de Arte e Cultura, ocorrida do dia 12 a 16.10.2005, envolvendo participantes de Paulo Afonso, Cícero Dantas, Uauá, Chorrochó, Macururé, Jeremoabo, Euclides da Cunha, Monte Santo e de povoações próximas. O evento foi realizado pela igreja católica com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Canudos e apoio de instituições e organizações comunitárias.

Sob o tema “Um sertão solidário é possível”, a XVIII Romaria não se caracterizou como um movimento espontâneo, nem contou propriamente com a presença de romeiros, razão porque não se observaram excessos devocionais. Não havia sinais exteriores de pagadores de promessa ou arroubos de demonstração de fé. Após a missa campal celebrada por um grupo de seis sacerdotes¹³⁹, no centro de Canudos, a caminhada saiu às 8 horas em direção ao “Mirante do Conselheiro”, que fica aproximadamente a dois quilômetros de distância.

Participaram da Romaria em torno de 400 pessoas, a maioria jovens estudantes ligados aos grupos organizados pela igreja. O cortejo era puxado por um carro de som (mini-trio), dois ônibus e uma ambulância do sistema público de saúde. Participantes levavam faixas com frases inspiradas na necessidade de organização popular para resistir à vida dura do sertão. As palavras de ordem juntavam Canudos, Conselheiro, Deus e fé, e o tom geral das

¹³⁹ A celebração foi conduzida pelo Bispo D. Esmeraldo Barreto de Farias (Paulo Afonso), com a participação de padres representantes das dioceses de Juazeiro, Macururé, Banzaê, Curaçá e Canudos.

manifestações lembrava a necessidade de organizar o povo, confiar num futuro melhor a partir do trabalho e das ações pacíficas.

A comissão organizadora do movimento distribuiu folhetos impressos com letras dos “Cantos para a Celebração” (ritual da missa campal) e “Cantos para a Caminhada” (Anexo D)¹⁴⁰. Os primeiros são textos utilizados para introduzir cada parte que compõe o ritual da celebração da missa: “Acolhimento”, “Ato penitencial”, “Hino de louvor”, “Aclamação do Evangelho”, “Ofertório”, “Santo”, “Paz”, “Pai Nosso”, “Comunhão”, “Canto final”. Inicialmente, pode-se ler nos cânticos uma conclamação para “lutar e crer”, “vencer a dor” em nome da “justiça e paz” que “hão de reinar”. O Jesus a que se referem os cânticos da celebração de Canudos é o “Deus dos oprimidos”, o “Pai Nosso revolucionário, parceiro dos pobres marginalizados, Pai Nosso dos mártires torturados”. No canto “Nesta mesa de irmandade”, os fiéis professam um “novo jeito de sermos a Igreja”, oferecem a Deus “os mutirões que fazemos, a partilha, a produção”, “nosso canto e a memória do martírio”. O cântico final “Deus nos abençoe” sinaliza com “a paz que só o amor traz” e “a bênção do conforto a quem chorou”.

O “Conselheiro católico”¹⁴¹ a que a Igreja recorre contemporaneamente não representa ameaça real aos poderes dos grandes proprietários de terra, do Estado e da própria Igreja enquanto instituição. O “Pai Nosso revolucionário” se transmuta no “Deus de amor”, no “Jesus redentor” e “Pai de eterna bondade”; o povo derrotado traz “nas mãos os frutos e as

¹⁴⁰ As expressões aspeadas, a seguir, são citações de trechos dos cânticos utilizados durante a celebração. Os textos completos podem ser conferidos no Apêndice B, uma vez que não é possível, neste caso, seguir as normas da ABNT, tendo em vista que não são indicadas as autorias dos cânticos no folheto distribuído.

¹⁴¹ A expressão “Conselheiro católico” foi usada por Enoque Oliveira. Creio que, ao usar tal expressão, o padre Enoque pretende criticar a posição conciliadora que a igreja atual assume, na região de Canudos, quando levanta a bandeira do Conselheiro para mobilizar os sertanejos, mas não radicaliza suas práticas nem enfrenta os poderes constituídos. (OLIVEIRA In: SANTOS NETO e DANTAS, 2003, p.275).

marcas de sofredor”, “as lembranças de quem deu sua vida e seu sangue como Jesus fez também”, fazendo no presente “todo esforço por um futuro sem dor”. Finalmente, parece que é no canto penitencial “Senhor, tende pena” que a Igreja católica do nosso tempo pede perdão pelos erros que a instituição, no passado, cometeu ao validar o Relatório da *Missão Capuchinha* comandada por Frei João Evangelista Monte Marciano, em 1895¹⁴². Naquele momento, quando os padres desqualificaram Antônio Conselheiro como líder religioso dos sertanejos e o apontaram como líder político, que não reconhecia a “Lei do cão” (a República), a Igreja, na prática, forneceu ao Estado a senha de comando necessária para justificar o uso das armas contra Canudos. Os homens que faziam Igreja, naquela época, ironicamente “abençoaram” o derramamento de sangue quando a hierarquia católica avalizou a decisão do governo republicano de destruir o Bello Monte.

Curiosamente, desde o início da década de 1990, a Igreja Católica vem investindo no culto ao Conselheiro, que não foi em vida senão um pregador leigo e tampouco foi reconhecido como santo ou beato pela hierarquia de Roma. Observemos as palavras do Padre Tiago na apresentação do terceiro volume da Coleção Centenário, publicada pelo Instituto Popular Memorial de Canudos:

Quando a história sai dos tratados e dos escritos formais para chegar à cabeça, ao coração e às mãos dos poetas populares, podemos ter uma certeza: essa história se transformou em memória que além de trazer o passado para o presente, faz do passado força para construir o futuro.

¹⁴² Em 13 de maio de 1895, chega a Canudos uma “Santa Missão” solicitada pelo governador Rodrigues Lima ao Bispo D. Jerônimo Tomé da Silva, com o objetivo de dissolver a comunidade bellomontense. Segundo Marco Villa, a *Missão Capuchinha* constata que a comunidade não reconhecia a autoridade dos padres, nem estava disposta a seguir as leis republicanas. O Relatório Monte Marciano “desqualifica” os conselheiristas e aponta o beato como “líder político”. (VILLA, 1999, p. 73-85). Tal veredicto fornecido pela igreja católica foi importante para que o Estado amparasse o seu discurso sobre a necessidade de destruir o suposto “reduto monarquista” que estaria colocando em risco as recentes instituições da República.

A história da comunidade do Belo Monte escapuliu das bibliotecas e das estantes dos estudiosos e entrou nas casas do povo da roça e se fez pão, se fez cachacinha, se fez feijão com arroz, se fez seresta e mutirão. (INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS, v. 3, p. 1).

Os textos publicados por iniciativa de segmentos da igreja católica, assinados por “poetas populares”, representam uma amostra do “culto ao Conselheiro” e do trabalho de preservação da memória da guerra de Canudos. Essa perspectiva é a mesma que adota a linha de revisão histórica com vistas à positivação das imagens dos conselheiristas, considerados pelo movimento popular os verdadeiros mártires da guerra.

Nos nossos dias, os romeiros de Canudos seguem o coro dos sacerdotes, quando repetem “Senhor, tende pena deste povo sofredor / tem gente que ainda aumenta a sua dor”¹⁴³. Essa “gente” - a igreja, o exército, a república, a imprensa, a sociedade, enfim, todos nós que compomos a nação brasileira - tal qual a *Missão Capuchinha* de Frei Monte Marciano, ainda hoje se omite dos muitos Canudos que permanecem sem justiça, nas vilas e povoados do interior ou nas favelas e periferias das grandes cidades brasileiras: os pobres. Embora o reconhecimento dos erros não vá trazer de volta os mortos nem aliviar a dor de quem os chora, “essa gente” deve mesmo pedir perdão.

É inegável e merecido o reconhecimento que a tradição cultural legou a Euclides da Cunha, como um dos autores a quem se pode chamar “intérprete do Brasil”¹⁴⁴. Sua obra

¹⁴³ A letra do Canto penitencial “Senhor, tende pena” merece transcrição completa e dispensa análise textual mais aprofundada, podendo ser tomada no seu sentido literal: Refrão: “Senhor, tende pena deste povo sofredor, tem gente que ainda aumenta sua dor. 1. Quem devia socorrer, o explorou/ quem devia ajudar o expulsou/ quem devia anunciar, emudeceu/ quem devia transportar, o deportou. 2. Quem devia denunciar, esmoreceu/ quem devia governar, se aproveitou/ quem devia reclamar, se omitiu/ quem devia programar, improvisou. 3 Quem devia enfrentar, se escondeu/ quem devia censurar, abençoou/ quem devia repartir, o excluiu/ quem devia empregar, o expulsou”. Apêndice B.

¹⁴⁴ A coleção *Intérpretes do Brasil*, organizada por Silviano Santiago (reedição 2004, Nova Aguilar), reúne “obras clássicas” representativas do ensaio brasileiro do século XX. *Os sertões* compõe o vol. I e o nome de Euclides da Cunha forma a “seleção” junto a outros intelectuais, a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Celso Furtado.

colaboraria em muito com as narrativas de fundação da identidade nacional, a partir da fusão de raças e de culturas. O escritor surpreendia os cidadãos urbanos ao oferecer-lhes um choque de realidade, quando apresentava à nação, que sonhava em ser civilizada, “aqueles extraordinários patrícios” esquecidos, sua outra metade dos quais estavam separados por “uma coordenada histórica - o tempo”. (CUNHA, 2002, p. 66).

A monumentalidade de *Os sertões*, enquanto artefato lingüístico, que simultaneamente pode ser lido como texto literário, histórico, jornalístico garante-lhe um lugar na nossa cultura. As teorias científicas que sustentavam suas idéias estão superadas, e o preconceito racial ancorado na crença da “inferioridade dos não-brancos” é um erro a ser sempre apontado, embora se deva analisá-lo no contexto das correntes de pensamento que circulavam naquela época. Ao se estudar o fato histórico da guerra de Canudos, as referências a *Os sertões* são recorrentes, ainda que o foco de interesse sejam as fontes não-euclidianas. O texto de Euclides apresenta-se como matriz importante para o surgimento de outras obras e marca as leituras que fazemos da guerra de 1897.

A Bahia intelectual reconhece a posição canônica que Euclides ocupa como ícone expressivo da nossa cultura. Sua obra clássica tem um lugar garantido nos meios letrados, acadêmicos e artísticos; seu nome empresta valor às homenagens oficiais de nomeação de ruas e instituições.

Na década de 1980, o tema Canudos é retomado observando-se um interesse pela revisão historiográfica do episódio, notadamente entre os baianos. Nesse momento, Euclides perde a posição de detentor do argumento de autoridade sobre a matéria, uma vez que comparecem, à cena do debate, outras fontes obscurecidas, ao longo do tempo: textos escritos por inúmeros cronistas, jornalistas, historiadores, militares, e depoimentos orais recolhidos entre remanescentes conselheiristas.

A partir da segunda metade da década de 1950, foi se delineando uma mudança de perspectiva nos estudos sobre a guerra: ouvem-se os remanescentes do conflito e seus descendentes, abrem-se arquivos, recuperam-se documentos, confrontam-se posições em busca da revisão do fato histórico. Entram em cena as narrativas não-euclidianas, até então pouco consideradas. Esse movimento, que se acentuaria bastante de 1980 em diante, mantendo-se forte nos nossos dias, espalhar-se-ia pelos meios acadêmicos em quase todo o Brasil.¹⁴⁵

Outras narrativas se foram tecendo, e os papéis sendo, aos poucos, mas ainda não suficientemente, reescritos: “fanáticos”, “jagunços”, “atrasados”, “horda de mentecaptos”, “bandidos”, “heróis”, “mártires”. O movimento de posituação das histórias dos conselheiristas é devedor do trabalho de José Calasans, maior autoridade sobre os estudos canudianos, nos últimos cinquenta anos. Esse trabalho viria marcar também a natureza, o enfoque, enfim o rumo das pesquisas desenvolvidas pela Universidade do Estado da Bahia, particularmente pelo CEEC e por toda uma geração de estudiosos, artistas, e de setores diversos das populações baianas: canudenses, euclidenses, soteropolitanos afinados pelo diapasão do interesse maior: a reescrita das narrativas da guerra, tecidas pelos fragmentos das lembranças de uma Canudos que ainda permanece nos escaninhos da nossa memória.

¹⁴⁵ Está em curso na UNEB (DCH I e CEEC) o Projeto “A caminho do sertão de Canudos” (iniciado em 2006), como proposta de trabalho interdisciplinar e interdepartamental, envolvendo pesquisadores de diversas áreas e cursos. As linhas de pesquisa pretendem abarcar turismo, meio-ambiente e cultura (História, Letras e Artes). De 7 a 9 de julho, ocorreu em Canudos a “Caminhada pelos sítios históricos da guerra” e o Seminário (no Memorial Antônio Conselheiro) para apresentação do projeto, inicialmente coordenado pelos professores Sérgio Guerra e Roberto Dantas.

Particpei (juntamente com um grupo de mais ou menos 50 alunos e professores dos cursos de Turismo e de Comunicação) dessas atividades e de outros eventos realizados em Salvador. O projeto continua com outras atividades. Em setembro de 2006, foi realizado um grande seminário em Canudos para traçar novas diretrizes e incluir no projeto outros parceiros, bem como setores da comunidade local. Está prevista para a segunda quinzena de janeiro de 2007 mais uma “Caminhada” nos sertões de Canudos, dessa vez, nas áreas próximas a Bendegó / Canudos Velho.

Euclides da Cunha e sua obra ainda se mantêm como referências marcantes entre aquelas que ajudam a compor o imaginário e o tecido discursivo acerca de Canudos, porém já não são consideradas as fontes definitivas sobre o fato histórico. Os interesses e perspectivas se alteraram em função de mudanças de enfoque nos estudos canudianos que passam a assumir uma feição conselheirista, notadamente na Bahia. Esse influxo conselheirista nas pesquisas e produções culturais sobre Canudos estaria associado ao processo de deslocamento do nome de Euclides da Cunha da posição hegemônica que ocupou na primeira metade do século XX como produtor do argumento de autoridade sobre a guerra de 1897. A mobilização do grupo conselheirista da Bahia está voltada para a positivação da história dos mártires de Canudos, cujas vidas e mortes são revistas com interesse.

Na Bahia, Euclides da Cunha é um nome, uma referência, mas não é uma paixão tal qual ainda se observa em São José do Rio Pardo. O nome do autor de *Os sertões* conserva força simbólica que suscita homenagens oficiais e desperta o interesse de setores da pesquisa acadêmica, porém desvinculado do sentimento de culto. Da década de 1980 aos nossos dias, outros nomes, muitos dos quais obscurecidos ou vilipendiados ao longo do tempo, têm mobilizado quantos se interessem pelo tema Canudos. A onda canudiana encontraria entre nós o ambiente, a ocasião e as condições favoráveis ao seu desenvolvimento: a manutenção da memória de Canudos como um crime sem castigo, uma ferida dolorosa que se magoa por tantos ressentimentos: um massacre pelo qual ainda se deve pedir perdão.

7 CONCLUSÃO

No início desse trabalho, apostas foram realizadas e dados foram lançados. Os resultados de todo esse investimento apontam para muitas direções e abrem veredas para novos projetos. A caminhada de investigação produziu, ao longo de mais ou menos dois anos, um aprendizado acerca do objeto demarcado para estudo.

Nas presentes considerações finais, busco o fechamento de um ciclo desta pesquisa, apresentando agora um produto a que podemos chamar de tese. Sua elaboração e formatação, por ora definitivas, ambicionam atender às formalidades acadêmicas exigidas em trabalhos dessa natureza.

Afirmar que está concluída a pesquisa e que todas as interrogações foram satisfatoriamente respondidas seria imaginar que, no momento, não há mais nada a propor, a perguntar ou a acrescentar. Contrariamente, a sensação predominante é a de que agora, sim, seria mais instigante reiniciar a pesquisa, mesmo porque ainda existe uma enormidade de questionamentos demandando investigação: autores por conhecer, lugares a visitar, pessoas a quem interrogar e a quem ouvir, textos a ler e a escrever.

Nesse sentido, seria proveitoso conferir um tratamento analítico aos dados existentes acerca de teses e trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil, da década de 1980 para os nossos dias, sobre Euclides da Cunha e Canudos. O que se produziu? Quem produziu? Onde se produziu? Quais as direções e perspectivas desses trabalhos? Outra possibilidade aponta para um aprofundamento de investigação já sugerida por alguns pesquisadores euclidianistas (Roberto Ventura e Leopoldo Bernucci): um estudo comparativo, (a meu ver, na linha da crítica biográfica) entre as figuras-personagens de Euclides da Cunha e Antônio Conselheiro, devido às inúmeras aproximações que se podem fazer das trajetórias de suas vidas (ambos eram órfãos de mãe, foram traídos pelas mulheres e tiveram as vidas marcadas

por tragédias). Como os textos biográficos, históricos e literários tecem as narrativas das vidas desses personagens? Quanto da sua própria vida Euclides da Cunha imprimiu no texto de *Os sertões*, ao compor o retrato de Antônio Vicente Mendes Maciel? Entretanto, os calendários acadêmicos, as normas institucionais, os compromissos da profissão, os prazos, e enfim as implacabilidades do tempo ditam que é hora de finalizar a escrita. Assim, encerro o texto apenas por dever de ofício e porque a necessidade o determina, embora novas perspectivas sempre se insinuem e tantas questões possam ser propostas.

Euclides da Cunha ainda hoje é um dos intelectuais mais respeitados da nossa cultura. Seu nome permanece como referência de autor que forneceu elementos para produzir uma interpretação do Brasil, ao trazer para a cena de debate noções como “nacionalidade”, “formação do povo brasileiro”, “autenticidade”, “diferenças regionais”, “integração nacional”, “progresso”, “civilização”. Esse cabedal simbólico de “autor-intérprete do Brasil” é algo cuja construção se iniciou já em 1902, ano de lançamento de *Os sertões*, obra que o imortalizou. Em mais de um século, o simbolismo da obra só aumentaria.

As idéias apresentadas em *Os sertões* proporcionam o debate de questões que permanecem atuais. Euclides lastreou seu texto numa estética da “ironia propositiva”, uma ironia que não se caracterizava pela amargura e ceticismo, tão a gosto de um Machado de Assis, por exemplo, mas antes se sustentava na crença de uma saída para os problemas sociais brasileiros. Sua mensagem fervorosa alertava para o erro que o estado nacional cometia quando ignorava as maiores áreas geográficas do país: o interior e suas populações insuladas.

Tanto já se escreveu sobre Euclides, *Os sertões* e Canudos. Muito já se fez para tornar públicos documentos do final do século XIX e início do século XX, de modo a se compreender melhor aquela época e a inserção de personagens que então desempenharam papéis de destaque. Euclides da Cunha é um desses personagens, cuja obra desperta tanto interesse quanto a própria vida. A obra, tematizando Canudos e dissertando sobre a formação

brasileira, se fez grandiosa e polêmica; a vida, pelo emaranhado de tragédias e desfecho funesto, apresenta-se fascinante.

A obra maior de Euclides da Cunha consagrou-se como texto que resiste ao tempo: vigoroso, atual, imperecível. Leitores especializados elaboraram inúmeras tentativas de enquadramento para a narrativa euclidiana: obra poética (épica, lírica, dramática), ensaio (geológico, sociológico, antropológico); alternativas de interpretação foram apontadas. O texto de *Os sertões*, inicialmente, nas palavras do próprio Euclides, deveria resumir-se à história da Campanha de Canudos, mas “perdera a atualidade, remorada a sua publicação” (CUNHA, 2001, p. 65). Assim, quando lançado cinco anos após o final do conflito que mobilizou o país, propunha aos possíveis leitores a retomada de um tema que, se supunha, não despertaria mais interesse, posto que a questão fora encerrada. E mais, o escritor não se limitara ao tema que o inspirara; ousava apresentar formulações teóricas e de caráter científico, que antecederiam o desenrolar do enredo propriamente dito. Esse era um formato diferente para a composição da obra de um autor que, até então, não era um “escritor”, pelo menos não se reconhecia um “literato”. Além disso, o livro era assinado por um desconhecido; apresentava-se formalmente “pesado” pela extensão do texto e vinha embrulhado em “linguagem rebuscada”. As perspectivas apontavam para um retumbante fracasso, o que era temido, inclusive, por Euclides, conforme suas próprias declarações na correspondência. (GALVÃO e GALOTTI, 1997).

O que ocorreu, no entanto, foi exatamente o inverso: a primeira edição de *Os sertões* se esgotou, em pouco mais de dois meses. Tratava-se de um fenômeno editorial que impressionava e o autor, estreante, logo se tornaria conhecido e aclamado pela elite intelectual do país. Assim, os espaços de circulação de idéias, os ambientes de legitimação dos padrões científicos, estéticos e culturais, como por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras se abriam definitivamente para Euclides da Cunha.

O cânone da crítica literária determinou, na época, o diapasão para balizar as leituras de *Os sertões*. O entusiasmo na recepção da obra de um estreante por leitores especializados, e mais, leitores legitimados para reconhecer o “valor” em um texto e indicar o “bom” e o “ruim”, no mundo das letras, causaria enorme impacto e contribuiria para a rápida consagração da obra e do autor. Como e por que isso ocorreu? Quais os desdobramentos dessa acolhida calorosa do novo escritor no Brasil intelectual da virada do século? Por que razão outras obras, igualmente aclamadas pela crítica de 1902, (do que é exemplar o romance *Canaã*, de Graça Aranha), não repercutiram como *Os sertões*? Que outros fatores viriam colaborar para a constituição do “fenômeno” Euclides da Cunha? A partir da consagração do autor, que imagens identitárias de Euclides se consolidariam no tecido cultural e passariam à posteridade? Quais imagens e estereótipos do escritor permanecem contemporaneamente? Ainda se cultua Euclides da Cunha? Onde e como isso ocorre?

O presente trabalho se organizou inicialmente para compreender essas e outras questões que foram surgindo com o desenvolvimento da pesquisa. A primeira fase foi marcada pela investigação de caráter teórico-crítico que demandou leituras e formulações acerca de questões recorrentes nos estudos culturais: expressões identitárias, crítica biográfica, metacrítica.

Pretendi demonstrar nesse trabalho que o nome do intelectual Euclides da Cunha encerra o compósito das muitas identidades que se vêm forjando há mais de um século. Inicialmente, observei que a partir de 1902, data da publicação de *Os sertões*, obra que durante mais ou menos quarenta anos se consolidaria como a voz autorizada sobre a guerra de Canudos, esse nome passa a ser construído pela crítica da época. Autor e obra são rapidamente consagrados pelas instâncias legitimadoras da cultura. Em 1909, a morte do

prestigiado escritor, em condições trágicas e passionais, interromperia uma carreira que prometia muito mais.

A cobertura jornalística da “tragédia da Piedade” forneceria os elementos para as primeiras narrativas biográficas sobre Euclides e, conseqüentemente, para um processo de construção póstuma do intelectual. A vida interrompida do famoso autor e uma sucessão de acontecimentos novelescos envolvendo membros da sua família acirrariam os ânimos de amigos mais chegados que iniciaram um movimento de culto ao intelectual.

Começava em 1912 o Euclidianismo que, por quase um século, encontraria formas de se reciclar na manutenção da glória do escritor. As primeiras décadas de florescimento do Movimento Euclidiano ocorrem num momento especial do contexto cultural brasileiro.

O nosso país se constituía enquanto nação e, assim, esboçavam-se as narrativas de formação da identidade nacional: quem é o povo brasileiro? De onde veio esse povo? Como se formou a nação? Aonde pode chegar essa nação? As palavras de ordem para ingressar no “mundo civilizado”, entre outras, eram “ciência”, “progresso”, “razão”, “cultura”. O Brasil da época ansiava por deixar para trás o ranço de ex-colônia e marcar definitivamente sua entrada na órbita dos países consolidados. Nesse sentido, era bem vinda uma elite intelectual que pensasse a nação, e Euclides da Cunha o fazia numa obra referendada pela crítica como ciência e arte.

O recente Estado republicano brasileiro, que já nascia curvado ao “servilismo político”, tão criticado por Euclides, ainda não podia ser reconhecido como uma nação: era necessária, portanto, uma “ação reformadora” no sentido de banir o atraso, “construir o país” e “remodelar o Estado”, ou seja, modernizar a estrutura social e política do Brasil. O pensamento do intelectual Euclides da Cunha tinha muito a colaborar nesse sentido.

Os sertões, livro reconhecido pelos expoentes da nossa crítica como obra fronteira entre ciência e arte, é transformado em “clássico nacional”, fornecendo às elites intelectuais do país várias possibilidades interpretativas da nossa formação. No início do século XX, o Brasil precisava daquela grande obra e do seu grande autor, os quais poderiam ser comparados a outros de países que nos serviam de modelos, particularmente a França. A narrativa de Euclides encontraria, portanto, o espaço e a ocasião adequados a ser recebida como paradigma de um “novo estilo” para se produzir a “boa” cultura, nos moldes dos clássicos universais.

Até meados do século passado, a narrativa euclidiana da guerra de Canudos dominou como o “argumento de autoridade”, sendo lida como a fonte histórica de referência a que se recorria para tratar da luta fratricida no interior do país. Durante todo esse tempo, Euclides da Cunha manteve a posição prestigiada de autor-referência da nossa cultura e a narrativa de *Os sertões* permaneceu, por mais ou menos cinquenta anos, como “relato fiel” do fato histórico.

Poucos anos depois da morte de Euclides, São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo, iniciou o trabalho de construção, solidificação e manutenção da glória do escritor. A cidade também encontrou no culto ao intelectual a possibilidade de definir sua própria identidade, afirmando-se como o “berço do euclidianismo”, um “lugar de memória”, “espaço de permanência” do nome de um escritor prestigiado.

Da segunda metade do século XX em diante, começam a aparecer resultados de uma quantidade maior de trabalhos de pesquisadores sobre o tema Canudos. O interesse na retomada temática fora, de certo modo, motivado por uma reportagem de Odorico Tavares, com ensaio fotográfico de Pierre Verger, publicados na revista *O Cruzeiro*, em 1947, no cinquentenário da guerra. Na matéria, informava-se a existência de remanescentes, de parentes e testemunhas da história.

Pesquisadores de várias partes do Brasil e do estrangeiro passaram a investir em estudos de revisão histórica dos fatos da guerra, num momento em que se incrementavam os métodos de investigação da história oral. Assim, depoimentos de remanescentes da época de Antônio Conselheiro vêm a público e passam a ser ouvidos os vários lados da história. Despertam muito interesse os relatos de conselheiristas, embora fontes ligadas ao Exército também tenham produzido seus trabalhos, retomando os fatos históricos. *Os sertões* permanece como “texto monumento”, dialogando com várias obras e autores sucessores que abordariam não somente Canudos, mas outras temáticas que envolviam questões relacionadas à formação brasileira, quer por maior ou menor adesão ao modelo euclidiano.

Assim, Canudos ganha espaço, alcançando contornos mais distanciados dos estereótipos a que estivera hegemonicamente circunscrito na primeira metade do século XX. O prestígio de Euclides da Cunha e a força da sua rubrica autoral ainda permanecem, nesse período, porém mais como uma referência, uma porta de entrada, um nome de peso para assunto sempre apaixonante: Canudos na visão dos vencidos. Esboça-se o conselheirismo como vertente de estudos e de interesse histórico, artístico e cultural e constitui-se um grupo francamente engajado na positivação das histórias dos mártires de Canudos.

A memória de Canudos é, sem dúvida, devedora de *Os sertões*. Porém hoje, a historiografia investiga outras fontes: documentos e registros (arquivos da Igreja, do Exército, dos poderes políticos), textos de jornais, correspondências, fotografias, depoimentos orais, vestígios recolhidos nas pesquisas arqueológicas nas áreas onde ocorreram os embates, hoje demarcadas como Parque Estadual de Canudos. Por outro lado, voltou-se o olhar também para a releitura de autores contemporâneos de Euclides, com destaque para Afonso Arinos e Manoel Benício, cujas obras, na época de seus respectivos lançamentos, ficaram obscurecidas pelo fulgor de *Os sertões*.

No percurso da minha pesquisa, observei que todo esse movimento vem fornecendo material para o cruzamento de informações e levantamento de novas hipóteses para os fatos da guerra, o que tem motivado polêmicos debates e a produção de inúmeros trabalhos em áreas e campos diferentes: textos literários (incluindo-se o “cancioneiro popular” e a vasta “literatura de cordel”), textos históricos, trabalhos acadêmicos, peças de teatro, ensaios fotográficos, artes plásticas, artesanato, música. Nesse contexto e, em especial a partir da década de 1980, floresceu também o trabalho marcadamente político dos movimentos sociais, vinculados a setores progressistas da igreja católica, que utilizam a bandeira de Canudos para a mobilização popular. Por que a partir da década de 1980 o tema espinhoso de Canudos volta a mobilizar a sociedade? Podem-se especular duas razões prováveis: como consequência da onda de articulações dos movimentos de esquerda com a abertura política que o país passou a experimentar e pela proximidade das comemorações centenárias relacionadas a Canudos, cujas bandeiras de luta ainda serviam de inspiração para o organização social.

Euclides da Cunha é um nome prestigiado na Bahia, e *Os sertões*, considerada obra clássica, é uma referência em pesquisas entre nós. Os resultados do presente trabalho, entretanto, fornecem informações importantes para compreendermos que o autor aqui seria mais consagrado na memória oficial: nomeia cidade (1933), ruas, praças (décadas de 1930 e 1940) e um Centro de Estudos na Universidade do Estado da Bahia (1985).

Os sertões ainda ocupa um lugar de referência entre os pesquisadores baianos, quando se investiga a guerra de Canudos; seu autor continua sendo lido e debatido entre nós. Euclides, entretanto, não está mais sozinho; ele já não é a “última palavra” sobre o tema e muitas das suas idéias trazidas à discussão são objetos de controvérsias. Em outros termos, a consagração refletida em homenagens oficiais não corresponde na mesma intensidade, ênfase

e proporção a um interesse pela obra e, muito menos a um culto personalista ao intelectual, tal qual ainda se tenta manter em São José do Rio Pardo.

A figura do escritor não é reverenciada na Bahia. A cidade que leva o seu nome não lhe presta homenagens. Aliás, as atividades da “Semana Cultural e Congresso Estudantil Os sertões”, que ocorrem anualmente em Euclides da Cunha, desde o início da década de 1990, inspiraram-se inicialmente na “Semana Euclidiana” de São José do Rio Pardo, mas não se consolidaram como oportunidades de homenagens a Euclides. Embora na programação do evento haja, em geral, espaço para se discutir *Os sertões* e seu autor, não se registram ali reverências e idolatria. Os participantes da Semana Cultural parecem mais mobilizados pelos valores da cultura do sertão, de uma forma generalizada. Na oportunidade, pôde-se observar que os signos característicos do nordeste estavam em toda parte, com destaque para a figura de Antônio Conselheiro e de toda uma simbologia relativa à terra seca e à luta pela sobrevivência: indumentária do sertanejo (alpercatas, colete, perneiras, gibão de couro); instrumentos usados no trabalho (sela, ferrão, laço) e no lazer (gaita, sanfona, zabumba); espécies vegetais resistentes à aridez da caatinga (palmas, cactáceas, espinhos); espécies animais (boi, bode, galinha). Por outro lado, em conversas com euclidenses ou moradores de municípios da região (o mesmo pode ser aplicado ao município de Canudos), ouvi depoimentos do tipo: “Euclides da Cunha é o nome da cidade”; “O que eu sei sobre o autor é que ele escreveu um livro importante sobre a guerra de Canudos”, “Antônio Conselheiro e os sertanejos conselheiristas não eram bandidos”, “A luta do Beato deve servir de exemplo para os jovens”, “A gente precisa conhecer a história de nossa terra e se orgulhar dela”.

Com relação ao CEEC - Centro de Estudos Euclides da Cunha, da UNEB, constatei que “Euclides da Cunha” é apenas um nome na pequena placa de entrada, aliás, dividindo o espaço com o nome CEPAIA - Centro de Estudos e da Cultura das Populações Afro - Indo - Americanas. Nesses vinte e um anos de funcionamento do CEEC, não há

registro de linha de pesquisa voltada para o autor ou sua obra; também nunca houve euclidianistas ou euclidianos, em seus quadros e tampouco se observou a inclusão de trabalhos de colaboradores “especialistas” na obra de Euclides.

O único trabalho especificamente realizado para marcar a “comemoração do centenário de publicação de *Os sertões*” (Revista *Canudos*, jan./dez. 2002) traz impressa na capa a imagem do conselheirista João de Régis. Registre-se que o número especial da Revista, produzido para homenagear *Os sertões*, acaba homenageando a memória do Senhor João de Régis. Na minha investigação, identifiquei espaços, pesquisadores e projetos de trabalho do CEEC, em nada mobilizados pela obra ou figura de Euclides da Cunha; tudo está voltado para a utopia canudense. O que identifiquei em relação ao trabalho do CEEC pode também ser aplicado ao trabalho de outros setores e organizações do que chamamos “movimento conselheirista”.

Embora não se possa afirmar propriamente a existência de um culto à figura de Antônio Conselheiro e de seus seguidores na Bahia, observa-se, no trabalho de todos os segmentos empenhados na revisão histórica de Canudos, que ocorre uma apropriação das imagens dos líderes sertanejos, com destaque para a figura de Antônio Conselheiro. Tais imagens vêm sendo utilizadas desde a década de 1980 como símbolos de luta e resistência, figuras inspiradoras da necessidade de organização comunitária.

A alteração de sinais de negativo para positivo em relação às representações dos conselheiristas (anteriormente, vistos como “atrasados”, “jagunços”, “fanáticos”, “bandidos”, “facínoras”, “vilões”) vem lentamente ocorrendo há mais ou menos cinquenta anos e é, sem dúvida, tributária do trabalho de José Calasans. O patriarca dos estudos não-euclidianos de Canudos abriu, desde o início da década de 1950, novas perspectivas de pesquisa, orientou trabalhos e forneceu indicações para o resgate de fontes anteriormente menosprezadas. A partir daí entram em cena, em posição de destaque, discursos e personagens, até então, pouco

divulgados ou mesmo, no caso dos personagens, equivocadamente tratados como cidadãos de extração inferior.

Busquei demonstrar no meu trabalho que as imagens do autor de *Os sertões* que entraram para a história da nossa cultura são resultantes das várias narrativas elaboradas e repetidas ao longo de mais de um século. Seus primeiros biógrafos e os discursos críticos foram fundamentais para construir uma representação harmoniosa, coerente, unificada e, por tudo isso, sustentável.

É importante marcar o papel significativo que desempenham na solidificação do autor Euclides da Cunha as diversas textualidades produzidas no corpo social: a literatura, as expressões da oralidade, os discursos políticos, pedagógicos, familiares, os mitos, os livros didáticos, os textos jornalísticos. Esses textos apresentam o escritor como um sujeito harmônico, um ser total, modelo de razão e de equilíbrio, quando, à medida que a pesquisa avança, desnuda-se um indivíduo portador de identidades fragmentadas e contraditórias, como o mais comum dos mortais.

O trabalho que ora se encerra iniciou-se com a ambição de problematizar as noções de “gênio” para o autor e de “clássico” para *Os sertões*, apresentando o processo de construção social dessas categorias. Os resultados obtidos ao longo da investigação indicam que as imagens identitárias com as quais Euclides passa à posteridade foram edificadas pela crítica, pelos jornais e pelos biógrafos. Tais imagens seriam oportunamente apropriadas pelo Movimento Euclidano.

Por outro lado, os mesmos argumentos utilizados para apresentar a construção do “fenômeno” Euclides valem para situar o trabalho de positivação das imagens dos mártires da guerra de Canudos, guardadas as idiossincrasias de cada movimento e as distâncias temporais. Ao final, pretendo ter mostrado que a Bahia, embora não se defina como “lugar de culto” ou

de “idolatria” a Antônio Conselheiro e aos seus seguidores, apresenta-se como espaço conselheirista por excelência que investiu na preservação da memória da guerra de Canudos.

O “movimento conselheirista” que aqui se observou trabalhou para recuperar as vozes silenciadas e os discursos interditados, nos arquivos documentais, ou no gesto de deixar falar o “outro” da história. Essa alteração de perspectivas dos estudiosos em relação ao episódio Canudos está, de certa maneira, relacionada a deslocamentos e reposicionamento do nome de Euclides da Cunha na nossa cultura. Em suma, o trabalho de revisão histórica de Canudos contribuiu para desautorização de algumas das teses euclidianas. Não se abalou, contudo, o interesse pela obra *Os sertões*, artefato estético que se mantém como texto de referência no cenário cultural brasileiro. O nome de Euclides da Cunha também permanece como referência do intelectual que denunciou o massacre de Canudos; suas idéias podem e devem ser revistas, quando ainda se discutem a ação do Estado para promover o desenvolvimento do país e as ainda pendentes discrepâncias regionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Modesto de. *Estilo e personalidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Rocco, 1998.

_____. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

_____. Conferência oficial da Semana Euclidiana de 1998. Disponível em: <www.anatech-isp.com.br/conferenciaoficial998>. Acesso em: 25.10.2005.

_____. Arqueologia de um livro-monumento: Os sertões sob o ponto de vista da memória. Disponível em: <www.casaeuclidiana.org.br>. Acesso em: 05.10.2006.

_____. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n.14, 1994, p. 205-230. FGV - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arq>. Acesso em: 27.07.2005.

AGUIAR, Luiz Antônio. *Canudos: santos e guerreiros em luta no sertão*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e sátira no sertão de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. (Tema, 9).

ANDRADE, Olympio de Souza. Instantâneo intelectual. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. p. 45-9.

ANTOUN, Henrique. Para entrar n' *Os Sertões*. In: *Cadernos do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos*. Rio de Janeiro, ano 2, maio 2002. p. 37-64.

ARAS, José. *Meu folclore: história da guerra de Canudos, 1893-1898*. Museu Bendengó, 1963.

ARARIPE JÚNIOR, *Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha). In: NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. (Orgs.). *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora UNESP, 2003. p. 55-86.

ARINOS, Afonso. *Os jagunços: novela*. Rio de Janeiro: Philobiblion; Brasília: INL, 1985.

ASSIS, Judith Ribeiro de. *Anna de Assis: história de um trágico amor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri / Pasquim, 1987.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. Apresentação. In: *Revista da FAEEDBA*. 2.ed. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1995, p. 3-4.

_____. Homenagem ao “jagunço” José Calasans. In: *Revista da FAEEDBA*. 2. ed. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1995. p. 205-6.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. De M. Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Questões de Literatura e de estética: a teoria do romance*. 3. ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: UNESP, 1993.

BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: DIFEL, 1976.

BARBOSA, Francisco de Assis. Euclides da Cunha: a marca de um drama. In: Os Sertões: cem anos. São Paulo: *Revista da USP*, nº 54, jun - ago, 2002.

BARBOZA, Pedro. *O relato de Canudos: uma ênfase não-euclidiana*. 2001. 305f., il. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras / Universidade Federal da Bahia, Salvador. Orientadora: Evelina de Carvalho Sá Hoisel.

_____. Travessia de outro mundo em *Os sertões*. In: Anais IX Congresso Internacional ABRALIC. Porto Alegre: 2004.

_____. De João Rosa a João Ubaldo, mão a mão. In: Anais do SEMINÁRIO REINVENÇÕES DE ROSA (50 ANOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS). Salvador: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, novembro de 2006.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *A terra da mãe de Deus*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988. (Coleção Ensaio e Crítica).

_____. Canudos na perspectiva científica. Disponível em: <www.portfolium.com.br>. Acesso em: 05.04.2005.

_____. Canudos: o registro da violência. Disponível em: <www.portfolium.com.br>. Acesso em: 11.08.2006.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Antonio Gonçalves. Lisboa: Setenta, 1987.

_____. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185p.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975-76.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras escolhidas, vol. 1).

_____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. 2. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERLIN, Isaiah. O porco-espinho e a raposa. In: HARDY, Henry e KELLY, Aileen. (Org.). *Pensadores russos*. Trad. Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BERND, Zilé. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre. Editora da UFRG, 1992.

BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1995.

_____. Prefácio. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões* (Campanha de Canudos). Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIRMAN, Joel. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BLOCH, Ernst. *Le principe esperance*. Paris: Gallimard, 1976, 1982, 1989. 3 tomes.

BOAVENTURA, Edivaldo. *O parque Estadual de Canudos*. Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas cidades, 2004. (Espírito Crítico).

BORDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: _____. *Razões práticas; sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Correa. São Paulo: Papirus, 1996.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Adelino. *Euclides da Cunha: Bibliografia comentada*. Jundiaí, São Paulo: Literarte, 2001.

_____. *Paraíso perdido: Euclides da Cunha: vida e obra*. São Paulo: IBRASA, 1996.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. 23 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 417p.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura / EGBA, 1997. (Coleção Memória da Bahia, 5).

_____. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: uma contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: EDUFBA, 2002.

_____. Entrevista concedida à professora Maria Palácios. Revista da FAEEBA. 2. ed. Número Especial. Salvador: UNEB, 1995.

_____. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984.

_____. *Quase biografia de jagunços: o séqüito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos: UFBA, 1986.

_____. Belo Monte resiste. In: *Revista da Bahia*. V. 32, nº 22. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

_____. O Jaguncinho de Euclides da Cunha. In: *Gazeta do Rio Pardo*, "Suplemento Euclidiano". São José do Rio Pardo - São Paulo, 9 ago. 1980.

_____. Canudos não-euclidiano. In: SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et al. (Orgs.). *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

_____. *A guerra de Canudos na poesia popular*. Edição facsimilar. Salvador: UFBA; Centro de Estudos Baianos, 1985.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*; Joseph Campbell com Bill Moyers. 11. Ed. Org: Beth Sue Flowers; Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athenas, 1994. 247 p.

CANÁRIO, Eldon. *Os mal-aventurados do Bello Monte: a tragédia de Canudos*. Salvador: BDA, 1997.

_____. *Cativos da terra*. Petrópolis, 1988.

_____. *Canudos: sob as águas da ilusão*. Salvador: UNEB / CEEC, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Edusp, 1976.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. A literatura e a formação dos homens. In: *Ciência e Cultura*, vol. XXIV, nº 9. São Paulo, 1972, p. 803-809.

CARVALHO, José Murilo. Os bordados de João Cândido. In: *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte Editora UFMG, 1998.

CASA DE CULTURA EUCLIDES DA CUNHA. <www.casaeuclidiana.org.br>.

CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. *Antônio Conselheiro, o santo guerreiro de Canudos*. MEC / UFPB, 1977.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAVES, Lázaro Curvelo. *História da Semana Euclidiana*. Copyleft. LCC Publicações Eletrônicas. Agosto, 2000. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/historiadasesemanaeuclidiana.htm>>. Acesso em: 25.08.2005.

CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas de Bello Monte*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

COELHO NETO. Os sertões. In: NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. (Orgs.). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora UNESP, 2003. p. 102-111.

COMPAGNON, Antoine. O autor. In: _____. *O demônio da teoria: Literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes B. Mourão e Consuelo F. Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 47-96.

COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. In: *Os Sertões: Cem anos*. Revista da USP, nº 54. São Paulo: 2002. p. 52-65.

COSTA LIMA, Luiz. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

COUTINHO, Eduardo. *A reconfiguração de identidades na produção literária da América Latina. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Anais do II Seminário Internacional da História da Literatura. Org.: Maria Eunice Moreira. Porto Alegre, 1998.

COUTINHO, Denise. *Memória, sintoma, invenção: a contingência entre literatura e psicanálise*. 2004. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras / Universidade Federal da Bahia. Salvador. Orientador: Cid Seixas Fraga Filho.

CULLER, Jonathan. Identidade, identificação e o sujeito. In: _____. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999. p. 107-117.

_____. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Organização Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. 2 v. (Biblioteca Luso-Brasileira).

_____. *Os sertões* (Campanha de Canudos). Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

_____. *Caderneta de campo*. São Paulo: Cultrix, 1975. 197 p.

_____. A nossa Vendéia. In: _____. *Obra completa*. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. 2 v. (Biblioteca Luso-Brasileira).

_____. *História*. Org. Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1984.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DECCA, Edgar Salvadori de. Euclides e *Os sertões*: entre a literatura e a história. In: FERNANDES, Rinaldo de. (Org). *O clarim e a oração: Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 157-188.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DEL PRIORE, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Série - História em Movimento).

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. Tradução de Maria Beatriz M. Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. (Debates, 49).

_____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Conexões, 12). 130 p.

_____. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973. 386 p. (Estudos, 16).

DIAS, Léa Costa Santana. *O sertão virou mar*. <www.casaeuclidiana.org.br> . Acesso em: 14.09.2005.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Palla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972. 179 p. (Debates, 52).

EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/287.pdf> Acesso em: 26.07.2005.

EURÍPEDES. *Medéia. Hipólito. As troianas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (A tragédia grega, v.3).

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, ano 6, nº 14, 1992, pp. 7-22.

FERNANDES, Rinaldo de. (Org). *O clarim e a oração: Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

FERRAZ, Renato *et al.* *Cartilha histórica de Canudos*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1991.

_____. O centenário do Bello Monte e algumas reflexões sobre ficção e história. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/20/rferraztexto.html>. Acesso em: 03.08.2006.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2001.

FONTES, Oleone Coelho. *O treme-terra: Moreira César, a República e Canudos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FOOT HARDMAN, Francisco. Euclides Revisitado: palestra apresentada em Seminário; 93ª Semana Euclidiana. São José do Rio Pardo - São Paulo: 2005.

_____. Festa melancólica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 maio, 2005. Caderno Mais! p. 4.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum*. São Paulo, Princípio, 1987. p. 13-27.

_____. Subjetividade e verdade. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a. 239 p.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.

_____. *O que é um autor?* Trad. António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. 4. ed. Lisboa: Vega, 2000c.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. 18. ed. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Organização Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. p. 17-31. 2 v. (Biblioteca Luso-Brasileira).

_____. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

_____. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. 2 v. (Documentos Brasileiros, 36).

_____. Euclides da Cunha: revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Organização Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. 2 v. (Biblioteca Luso-Brasileira).

FREIRE DA SILVA, José Roberval. *Migrantes de Canudos em São Paulo: A Reelaboração da memória num contexto de discriminação* (Dissertação de Mestrado). PUC - São Paulo, 2002.

_____. *Migrantes canudenses em São Paulo: a memória num contexto de discriminação*. Disponível em: <www.portfolium.com.br> Acesso em 23 de agosto de 2006.

FREUD, Sigmund. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos: Projeto para uma psicologia científica*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 1).

_____. Lembranças encobridoras. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 75-171. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 3).

_____. Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 12).

_____. A Interpretação de Sonhos. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 4 e 5).

_____. Uma nota sobre o Bloco Mágico. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 19).

_____. O mal-estar na civilização; O futuro de uma ilusão; o mal-estar na civilização e outros trabalhos. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 75-171. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. São Paulo: 1976.

_____. *Gatos de outros sacos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O império do Belo Monte: vida e morte em Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

_____. Org. *Euclides da Cunha*. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais, 45).

_____. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana. (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo-Campinas: Memorial Unicamp, 1994, v. 2, p. 615-33.

_____. Org. *No calor da hora*. A guerra de Canudos nos jornais - 4ª Expedição. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio 1).

_____. Tributo a José Calasans. In: *Dossiê Os sertões: cem anos: revista da Universidade de São Paulo*, n. 54, p. 66-71, jun-ago 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GALOTTI, Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. 455 p.

GÁRATE, Miriam V. Cruzar a linha negra e desfazer a oposição. In: FERNANDES, Rinaldo. (Org). *O clarim e a oração: Cem anos de Os sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 379-90.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. 385 p. (Ensaio Latino-americanos, 1).

GAUDENZI, Trípoli Francisco Brito. *Memorial de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Rio de Janeiro: Norberto Odebrecht, 1996. 252 p.

GOETHE, Johann Wolfgang Von Faust. Org. Albrecht Schöne. Frankfurt/M.: Deutscher Klassiker Verlag, 1999. Ed. brasileira: *Fausto*. Trad. Jenny Klabin segall. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp, 1981.

GOMES, Gínia Maria (Org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. (Novas Direções).

GUERRA, Sérgio. *Universos em confronto: Canudos X Bello Monte*. Salvador: UNEB, 2000.

GUTIÉRREZ, Angela. *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

_____. Os sertões: o olhar estrangeiro e a mirada estrábica. In: *Revista Canudos*, nº 6/7; jan./dez. 2002. Salvador: CEEC / UNEB, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org.: Liv Sovik. Tradução: Adelaide La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HEINICH, Nathalie. *La Gloire de Van Gogh: Essai d'antropologie de l'admiration*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.

HERRERA, Antonia. *O conflito ético e a fatura artística em Os sertões de Euclides da Cunha*. In: Anais do Simpósio Internacional *Os sertões: 1902 – 2002; permanências e rasuras*. Realização: UNEB, UCSAL e UFBA. Salvador, Feira de Santana e Canudos, 2002.

_____. O ético e o estético na escrita literária. In: *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 23-24. Salvador: UFBA, 1999, p. 191-207.

_____. De como *Os sertões* atravessa a literatura brasileira e o conceito de nação. In: Anais IX Congresso Internacional ABRALIC. Porto Alegre: 2004.

_____. Relendo o clássico Grande sertão: veredas. In: Anais do Seminário Reinvenções de Rosa (50 anos de Grande sertão: veredas). Anais do SEMINÁRIO REINVENÇÕES DE ROSA (50 ANOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS). Salvador: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, novembro de 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOISEL, Evelina. O entre-lugar da afetividade e do saber. In: Anais IX Congresso Internacional ABRALIC. Porto Alegre: 2004.

_____. O jogo e a interpretação: sentido e significado em Levi-Strauss e Jacques Derrida. In: _____. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Revista *Universitas*. Nº 33, julho-setembro, 1985. Salvador: UFBA, 1985. p. 59-75.

_____. Grande sertão: veredas - uma escritura biográfica. In: Anais do SEMINÁRIO REINVENÇÕES DE ROSA (50 ANOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS). Salvador: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, novembro de 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Direção). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1969.

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. Antônio Conselheiro, negociador do sagrado. In: *Revista Canudos*, v. 5, nº 1, jun 2001. Salvador: CEEC / UNEB, 2001. P. 227-243.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EGBA; Eudfba, 1996.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBAÑEZ, Jesus. *Más allá de la sociología: El grupo de discusión – teoría y crítica*. 3. ed. Madrid: Siglo XXI, 1992.

INSTITUTO CULTURAL OSWALDO GALOTTI. Disponível em: www.oswaldogalotti.com.br>.

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. *Almanaque de Canudos*. Instituto Popular Memorial de Canudos. Canudos, s. d. (década de 1990). (Coleção Centenário).

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. *Hinos e poesias*. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso, s.d. (Coleção Centenário).

INSTITUTO POPULAR MEMORIAL DE CANUDOS. *Canudos: uma história de luta e resistência*. Instituto Popular Memorial de Canudos. Paulo Afonso, s.d. (Coleção Centenário).

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LACERDA, Aurélio Gonçalves de. *Seca, cangaço, messianismo no romance do Nordeste*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002. Professora orientadora: Ana Rosa Neves Ramos.

_____. D'Os sertões ao Grande sertão: veredas discursivas - dialogando com Willi Bolle. In: Anais do SEMINÁRIO REINVENÇÕES DE ROSA (50 ANOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS). Salvador: Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, novembro de 2006.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Senil, 1975.

LE GOFF, Jacques. Documento / Monumentos. In: _____. *Memória-História*; Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. V. 1.

_____. (Org.). *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEMOS, Maria Alzira Brum. Os Sertões: modernidade e atualidade. In: FERNANDES Rinaldo de. (Org.). *O clarim e a oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na Universidade Brasileira*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. (Tese de Doutorado em Letras – Literatura Comparada).

LLOSA, Mário Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Tradução de Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. In: Estudos Históricos, n. 3, vol. 2. Rio de Janeiro, FGV – Fundação Getúlio Vargas, 1989. P. 16-28. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/revista/arg>. Acesso em: 27.07.2005.

MARCIANO, Frei João Evangelista de Monte Marciano. *Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos - 1895*. Bahia: Typografia do Correio de Notícias, 1895. / Edição facsimilada. Publicação 130. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Centro de Estudos Baianos, 1987.

MASCHIETTO, Carmen Cecília Trovatto. *A construção da identidade euclidiana em São José do Rio Pardo: uma ponte entre a história e a memória*. Orientação de Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu. 2002. 191 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.co/teses.htm>>. Acesso em: 03.11.2006.

_____. *Semanas Euclidianas: histórias e questões*. Instituto de Pesquisas Sociais Euclides da Cunha. Disponível em: <www.anatech-isp.com.br/conferenciaoficial999.htm>. Acesso em: 07.02.2006.

_____. *A tradição euclidiana*. Palestra conferida no Seminário Euclides da Cunha. 93 ° Semana Euclidiana. São José do Rio Pardo, 2005.

MÁRAI, Sándor. *Veredicto em Canudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCONDES, Ayrton César. *As memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Best Seller, 1997.

MARQUES, Nonato. *Uma porta para Canudos*. Salvador: Bureau, 1997.

MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A reinvenção do sertão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV - Fundação Getúlio Vargas: 2001.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Wander Melo. *A trama do arquivo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elo, 1987.

_____. *Canudos: a luta pela terra*. 8. ed. São Paulo: Global, 1997.

MÜNSTER, Arno. *Ernst Bloch - Filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. (Orgs). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora UNESP, 2003.

NASCIMENTO, José Leonardo do. Os sertões e os olhares de sua época. (Texto de apresentação). In: NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. (Orgs). *Juízos críticos: Os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora UNESP, 2003. p. 7 - 23).

_____. (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NIETZCHE, Friedrich Wilhelm. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Obras incompletas*; seleção de textos de Gerard Lebrun; tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. P. 58-70.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, vol. 355).

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire”. In: *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 1980.

_____. Memória Colectiva. In: LE GOFF, J., CHARTIER, R. & REVEL, J. (sob a direção de). *A Nova História*. Coimbra, Edições Almedina, s/d; _____. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, 10: 7-28, dez. 1993.

OLAVO Antônio. *Paixão e guerra no sertão de Canudos*. Filme. Salvador: Portfolium, 1993.

_____. Paixão e guerra no sertão de Canudos (entrevista a *O olho da História*, nº 3). Disponível em: <www.oohodahistoria.ufba.br>. Acesso em: 03.05.2006.

OLIEVENSTEIN, Claude. *Le non-dit des émotions*. Paris: Editions Odile Jacob, 1988. 219 p.

OLIVEIRA, Enoque José de. In: SANTOS NETO, Manoel Antonio dos e DANTAS, Roberto. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2003. V. 2 (Coleção Canudos).

OLIVEIRA SANTOS, Claude. In: SANTOS NETO, Manoel Antonio dos e DANTAS, Roberto. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2003. V.2. (Coleção Canudos).

OLINTO, Heidrun. Teoria da literatura: instituição apátrida (*Revista de literatura comparada*. n. 3). Rio de Janeiro, ABRALIC.

_____. Teoria da literatura em desalinho. *Literatura e diferença: Anais da ABRALIC*. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 371-375.

ORLANDI, Eni Pulcineli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, São Paulo, Pontes, 2003.

OTTEN, Alexandre. *Só Deus é grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. São Paulo: Loyola, 1990. (Fé e realidade, 30).

_____. A influência do ideário religioso na construção da comunidade do Bello Monte. IN: *Revista da FAEEDBA*. 2. ed. Salvador: UNEB, 1995.

PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: o cenário da guerra. Vídeo documentário. Direção e roteiro: Robson do Val; produção: Luiz Paulo Neiva. Instituto de Radiodifusão da Bahia - IRDEB, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Salvador, 2006. DVD, color.

PEIXOTO, Afrânio. Para conhecimento de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

_____. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua>. Acesso em: 22.12.2006.

PETERS, Michel. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: Uma introdução*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIEIDADE, Lélis. (Coordenador). *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. 2.ed. Organização: Antônio Olavo. Salvador: Portfolium, 2002.

PIGLIA, Ricardo. Teses sobre o conto. In: _____. *O laboratório do escritor*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

_____. Memória e tradição. 2º Congresso ABRALIC. Belo Horizonte, UFMG, 1991, v. 1, p.61-4.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1989. V. 2, n. 3; p. 3-15.

POMIAN, K. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1983.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. "D. Sebastião no Brasil". In: *Revista da USP*, nº 20, (Dossiê Canudos). São Paulo: USP, 1993-94.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REIS, Roberto. “Cânon”. In: JOBIM, José Luis. (Org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REESINK, Edwin. A memória das memórias de Canudos: a pesquisa e a obra de José Calasans. In: *Revista Canudos*, v. 5, n.1 jun. Salvador: UNEB, 2001.

REVISTA CANUDOS. Salvador, Centro de Estudos Euclides da Cunha / Universidade do Estado da Bahia, 1996, V. 1; 1997, v. 2.

REVISTA CANUDOS. Salvador, Centro de Estudos Euclides da Cunha / Universidade do Estado da Bahia, 2001, V.5.

REVISTA da FAEEBA: Centenário de Bello Monte (Canudos 1893 – 1897). Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1992.

REVISTA DA BAHIA - Guerra de Canudos: 100 anos de penitência. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

REVISTA USP. Dossiê Canudos. (dez. 1993 / fev. 1994). São Paulo, USP, 1993-4.

REVISTA USP. Dossiê Os sertões: cem anos. (mar. / mai. 1989). São Paulo, USP, 2002.

REVISTA Outros Sertões (jun 2005). Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Campus XXII. Euclides da Cunha - Ba, 2005.

REZENDE, Sérgio. *Guerra de Canudos*. Filme. Produção: Mariza Leão. Roteiro: Sérgio Rezende e Paulo Halm. Direção: Sérgio Rezende. Brasil: 1997, VHS, color.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO NETO, Álvaro. “A Semana Euclidiana 2005: [...] Ou desaparecemos”. In: *Jornal O Democrata*. São José do Rio Pardo, 26.08.2005.

RIOS DA SILVA, Márcia. “Tangendo a vida, cantando a boiada e grafando o Brasil rural: notas biográficas lançadas na caderneta de campo do vaqueiro Guimarães Rosa”. In: *Anais IX Congresso Internacional ABRALIC*. Porto Alegre: 2004.

_____. “Por que me ufano de meu país? Notas em torno da brasilidade”. In: *Anais VI Congresso de Literatura Comparada (ABRALIC)*. Rio de Janeiro: 1998.

ROCHA, Iraci Simões da. Por entre os sertões: travessia da terra em Euclides da Cunha e Graciliano Ramos. In: Anais IX Congresso de Literatura Comparada (ABRALIC). Porto Alegre: 2004.

ROCHA, Glauber. *Deus e o diabo na terra do sol*. (Filme). Rio de Janeiro: Copacabana filmes, 1964.

ROLAND, Ana. Itinerários euclidianos pelos sertões sul-americanos: visões do poeta e do estrategista. In: Anais IX Congresso Internacional ABRALIC. Porto Alegre: 2004.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemert, 1888.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1933.

SAID, Edward W. Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993. Org. Teresa Seruya. Lisboa: Colibri, 2000.

_____. Introdução. In: _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13-39.

SAMPAIO, Consuelo Novais. (Org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo, EDUSP, 1999.

SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz. *Canudos: subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Monteiro Aranha, 1986.

SANTANA, José Carlos Barreto de. A construção do discurso científico de Euclides da Cunha: análise da geologia em *Os Sertões*. In: FERNANDES, Rinaldo. (Org). *O clarim e a oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 199- 220.

_____. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: UEFS, 2001.

_____. *Roberto Ventura*. In: *Revista Canudos*, ano 7; nº 6/7; jan. / dez. 2002.

SANTIAGO, Silviano. Amizade e vida profissional. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. *Intérpretes do Brasil*. (Organização). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000 (reedição 2004).

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Norte, o sul e a utopia. In: *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Roberto Corrêa dos. *Modos de saber, modos de adoecer: o corpo, a arte, o estilo, a história, a vida, o exterior*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SANTOS, Ricardo Ventura. “A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina - Antropologia do Museu Nacional”. Trabalho apresentado no Seminário ‘Canudos 100 anos’, no Museu da República, em outubro de 1997. Disponível em: <www.scielo.pp?pid>. Acesso em: 03.10.2006.

SANTOS NETO, Manoel Antonio dos e DANTAS, Roberto Nunes. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2001. v. 1. (Coleção Canudos).

_____. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2003. v.2. (Coleção Canudos).

SANTOS NETO, Manoel. Canudos esqueceu Bello Monte? Salvador, 2000. Disponível em: <www.portfolium.com.br/artigo>. Acesso em: 28.11.2005.

SANTOS NETO, Manoel Antonio dos; DANTAS, Roberto Nunes. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2001. V.1, 2. (Coleção Canudos).

SARA, José. *Meu Folclore; história da Guerra de Canudos*. 3. ed. Euclides da Cunha / Museu do Bendegó, 1963.

SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção*: Borges, Eva Perón, Montoneros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHMIDT, Rita. *Cânone / contra-cânone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro. O discurso crítico na América latina*. Org. Tânia Franco Carvalhal. Porto Alegre: IEL/ED. Unisinos, 1996. p. 115-121.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SOUSA, Mauro Wilton de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: _____. (Org.) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. Trad. Sílvia C. Dotta e K. Pimenta. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo horizonte, UFMG, 2002.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TAVARES, Odorico. *Canudos: cinquenta anos depois*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura; Academia de Letras da Bahia; Fundação Cultural do Estado, 1993.

TEIXEIRA, Evandro. *Canudos 100 anos*. (Texto: Ivana Bentes). 2. ed. Rio de Janeiro: Textual, 1997.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. “Caderneta de campo: Viagem aos domínios do Conselheiro”. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2002.

TREVISAN, Amélia Fanzolin. *Casa de Cultura Euclides da Cunha*. Disponível em: www.casaeuclidiana.org.br. Acesso em: 24.10.2005.

VARGAS LLOSA, Mario. *A guerra do fim do mundo: a saga de Antônio Conselheiro na maior aventura literária do nosso tempo*. Trad. Remy Gorga Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 553 p.

VATTIMO, Gianni. *La società trasparente*. Espanha: Paidós, 1996.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. Retrato Humano. In: CUNHA, Euclides. *Obra completa*. Organização Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. V. 1. p. 33-44.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Conferência na Academia Brasileira de Letras, proferida em 19.06.2001. Disponível em: < www.euclidesdacunha.org.br/confere>. Acesso em: 27.09.2005.

VENTURA, Roberto. Entrevista. In: SANTOS NETO, Manoel Antonio dos; DANTAS, Roberto Nunes. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Editora da UNEB, 2003. V. 2.

_____. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*; Formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. (Orgs.) CARVALHO, Mário César e SANTANA, José Carlos Barreto de. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Cabeças cortadas em Canudos. *Ciência Hoje*. Nov. 1989, n. 59.

_____. Euclides da Cunha no vale da morte. In: FERNANDES, Rinaldo de. (Org.). *O clarim e a oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 439-62.

_____. Euclides da Cunha e a República. In: *Revista da Bahia*, nov. n.º. 22. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

VERÍSSIMO, José. Uma história dos *Sertões* e da Campanha de Canudos. In: NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. (Orgs.). *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora UNESP, 2003. p. 46-54.

_____. *História da literatura brasileira - de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VIEIRA, Nelson H. *Hibridismo e Alteridade: Estratégias para repensar a história literária*. Cadernos do Centro de Pesquisa Literária da PUCRS; Anais do II Seminário Internacional de História da Literatura. (Org.) MOREIRA, Maria Eunice. Porto Alegre, 1998. V. 4, n. 2.

VILLA, Marco e PINHEIRO, José Carlos da Costa. *Calasans, um depoimento para a história*. Salvador: CEEC / UNEB, 1998.

VILLA, Marco. *Canudos: o povo da terra*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *A queda do império: os últimos momentos da monarquia no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *O nascimento da república no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. 279 p.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 97-116.

ZAMA, César. (Wolsey). *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a guerra de Canudos*. Edição facsimilar. Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 1989.

ZILBERMAN, Regina. Euclides e os outros. In: FERNANDES, Rinaldo de. (Org.). *O clarim e a oração: Cem anos de Os Sertões*. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 391-410.

ZILLY, Berthold. “A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em *Os sertões* de Euclides da Cunha”. In: FILHO MARTINS, Antônio. *Colheita Tropical*. Fortaleza, Casa de José de Alencar, 2000.

_____. “Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha”. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 12, abril, 1999. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

_____. “Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha cem anos depois”. In: Nascimento, José Leonardo (Org). *Os sertões* de Euclides da Cunha: releituras e diálogos. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 63-72.

_____. (Org.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro: FAPERJ: MAUD, 2001.

_____. “Da palavra cênica à encenação da palavra: *Os sertões* no Teatro Oficina, uma tradução intermedial e intelectual”. In: Anais IX Congresso Internacional ABRALIC. Porto Alegre: 2004.

_____. “O tradutor implícito: considerações acerca da translingualidade de *Os sertões*”. *Revista da USP*, nº 45. Março-maio, 2000. São Paulo: USP, 2000. p. 85-105.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS INTELLECTUAIS

PROJETO EUCLIDES DA CUNHA
AUTORA: IRACI SIMÕES DA ROCHA

ANO: 2005 - 6

Palavras-chave: **Euclides da Cunha, Canudos, conselheirismo, memória**

Sujeitos informantes: intelectual, artista, pesquisador

Data _____

Local _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1.1.Nome _____

1.2.Data de nascimento _____

1.3.Naturalidade _____

1.4.Profissão _____

1.5.Formação acadêmica _____

Atividades em exercício _____

ORIENTAÇÃO PARA A ENTREVISTA

1. Por que o reconhecimento e consagração do escritor Euclides da Cunha e de sua obra *Os sertões* restringe-se, na Bahia, a homenagens institucionais (nomeia cidade, ruas, praças, escolas, bibliotecas, Centro de Estudos), não transbordando, com algumas e boas exceções, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa sobre esse autor?

2. Em 19.09.1933, foi criado o município Euclides da Cunha – Ba, antigo Cumbe. Comente a atribuição desse nome à cidade.

3. A coleção “*Intérpretes do Brasil*”, organizada por Silviano Santiago (reedição 2004, Nova Aguilar), reúne “obras clássicas” representativas do ensaio brasileiro do século XX. *Os*

sertões compõe o vol. I e o nome de Euclides da Cunha forma a “seleção” junto a outros intelectuais, a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Celso Furtado. Como você avalia a inclusão de *Os sertões* nessa publicação?

4. Comente o papel de José Calasans na revisão histórica de Canudos

5. Que importância você atribui hoje à figura de Antônio Conselheiro na história do Brasil?

6. Em sua opinião, seria correto falar da existência de um “conselheirismo contemporâneo”, “conselheirismo baiano”, “Canudos conselheirista” (apenas como uma vertente de estudos / interesses e não como grupo sistematicamente organizado)?

7. Como você (pesquisador da temática canudiana) se sentiria se fosse chamado de “novo jagunço” ou recebesse “saudações conselheiristas”?

8. Você é conselheirista? O que é ser conselheirista hoje?

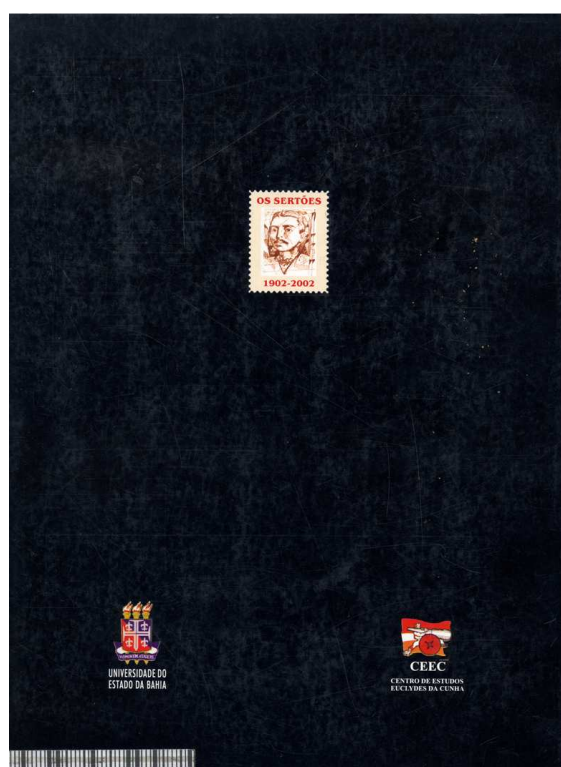
9. Você poderia citar nomes de “conselheiristas contemporâneos”?

ANEXOS

ANEXO A

CAPA DA REVISTA CANUDOS

JAN./DEZ. 2002



ANEXO B

IMAGEM UTILIZADA PELO SITE PORTFOLIUM



Fotografia: Antonio Olavo

Fonte: <www.portfolium.com.br>

ANEXO C

JARDIM EUCLIDIANO



Fotografia: Iraci Simões da Rocha

(Canudos - Bahia, novembro de 2004; Jardim do Memorial Antônio Conselheiro)

ANEXO D

CANTOS PARA A CELEBRAÇÃO E CAMINHADA¹⁴⁶

XVIII^a ROMARIA DE CANUDOS

15-16 de outubro de 2005

CANTOS PARA CELEBRAÇÃO

01. QUANDO O ESPÍRITO DE DEUS SOPROU

1. Quando o Espírito de Deus soprou o mundo inteiro se iluminou / A esperança na terra brotou / e um povo novo deu-se as mãos e caminhou.

Ref.: Lutar e crer, vencer a dor! / Louvar ao Criador! Justiça e paz hão de reinar! / E viva o amor!

2. Quando Jesus a terra visitou / a Boa Nova da justiça anunciou: O cego viu, o surdo escutou / e os oprimidos das correntes libertou.

3. Nosso poder está na união / O mundo novo vem de Deus e dos irmãos. Vamos lutando contra a divisão / e preparando a festa da libertação.

4. Cidade e campo se transformarão / jovens unidos na esperança / gritarão. A força nova é o poder do amor. / Nossa fraqueza é força em Deus libertador.

02. SENHOR, TENDE PENA

Ref.: Senhor, tende pena deste povo sofredor tem gente que ainda aumenta sua dor.

1. Quem devia socorrer, o explorou / quem devia ajudar o expulsou / quem devia anunciar, emudeceu / quem devia transportar, o deportou.

2. Quem devia denunciar, esmoreceu / quem devia governar, se aproveitou / quem devia reclamar, se omitiu / quem devia programar, improvisou.

3. Quem devia enfrentar, se escondeu / quem devia censurar, abençoou / quem devia repartir, o excluiu / quem devia empregar, o expulsou.

03. GLORIFICADO SEJA

1. De todos os cantos viemos para louvar o Senhor, Pai de eterna bondade, Deus vivo e libertador. Todo o povo reunido num canto novo louvor.

Refrão: Glorificado seja, bendito seja Jesus Redentor (Bis)

2. Os pais e mães de família, vamos todos celebrar. / A força nova da vida, vamos alegrar cantar. A juventude e as crianças, todos reunidos no amor.

¹⁴⁶ Fonte: Igreja Católica

Obs: O folheto distribuído pelos organizadores da XVIII Romaria de Canudos não informa a autoria das letras e músicas cantadas durante a Caminhada. Algumas das canções foram gravadas por Fábio Paes. Identifiquei as seguintes autorias:

“Homenagem a Canudos”: Zequinha do Violão;

“Salve, Salve Canudos”: Enoque Oliveira e Fábio Paes;

“Deixem-me Viver”: Enoque Oliveira;

3. Lavradores e operários, todo o povo lutador, trazendo nas mãos os frutos e as marcas de sofredor. A vida e a luta ofertamos, no altar de Deus Criador.
4. Do passado nós trazemos toda lembrança de quem deu sua vida e seu sangue como Jesus fez também. Do presente todo esforço, por um futuro sem dor.

04. PALAVRA SANTA

Ref.: A comunidade dança, alegre canta, acolhendo agora a palavra santa (Bis)

1. A palavra vem, vem nos libertar, como um vento forte a nos arrastar (bis)
2. A palavra vem, fala ao coração, chega como a chuva fecundando o chão (bis)
3. Aleluia, irmãos, Jesus vai falar / o Santo evangelho vamos aclamar!

05. OUÇAMOS TODOS

Ref.: Ouçamos todos boa notícia! Que vem da vida, que vem do amor! Ouçamos todos boa notícia! É o evangelho de Deus Salvador.

1. É a palavra que abre as prisões e os corações atribulados / nossos lábios se abrem em canções, os oprimidos são libertados.
2. É palavra de Cristo Jesus o Deus da cruz libertador / nossos olhos se enchem de luz e o pão dos pobres tem mais sabor.

06. EU CREIO EM TI

1. Eu creio em Ti, Deus Pai, divino Criador. / Eu creio em Ti, Deus Mãe, fonte de puro amor. / Eu creio em Ti, Deus irmão, luz na escuridão, Jesus libertador! (Bis)
2. Não creio em Deus sem nome, sem rosto e sem lugar. / Não creio no Deus dos homens que vivem a escravizar. / Meu Deus é força de vida e a classe oprimida vem firme livrar. (Bis)
3. Creio na força nova vinda da união. / Creio no companheiro fiel de coração. / Creio no irmão que foi morto, lutando disposto por libertação. (Bis)

07. AS MESMAS MÃOS

1. As mesmas mãos que plantaram a semente, aqui estão. O mesmo pão que a mulher preparou, aqui está. O vinho novo que a uva sangrou, jorrará no nosso altar.

Ref.: A liberdade haverá, a igualdade haverá E nessa festa onde a gente é irmão / O Deus da vida se faz comunhão. (Bis)

2. Na flor do altar brilha o sonho da paz mundial. Na luz acesa é a fé que palpita hoje em nós. Do livro aberto o amor se derrama total, no nosso altar.
3. Benditos sejam os frutos da terra de Deus. Bendito seja o trabalho e a nossa união / Bendito seja Jesus que conosco estará, além do altar.

08. NESTA MESA DA IRMANDADE

1. Nesta mesa da irmandade, a nossa comunidade se oferece a Ti, Senhor. Nosso sonho e nossa luta, nossa fé, nossa conduta, te entregamos com amor.

Ref.: Novo jeito de sermos a Igreja, nós buscamos, Senhor na tua mesa.

2. Neste pão te oferecemos os mutirões que fazemos, a partilha, a produção. Neste vinho a alegria que floresce cada dia dentro de nossa união.
3. Nesta Bíblia bem aberta encontramos a luz certa para aqui te oferecer. Ela reúne teu povo na busca do mundo novo onde os pobres vão viver.
4. Nosso coração inteiro, Deus humano e companheiro, deixamos no teu altar. Nosso canto e a memória do martírio e da vitória nós trazemos pra te dar.

09. SANTO, É SANTO, O SENHOR É SANTO (2 X)

1. O povo canta o seu louvor! O Senhor é Santo! Na terra plantou o seu amor...
2. É o Pai de Esaú e Abraão... E o Deus nossa libertação...
3. Espírito que dá ressurreição... O Cristo que é nosso irmão...
4. Hosana, Hosana, ao criador... Bendito o que vem em seu amor...

10. PAI NOSSO, DOS POBRES MARGINALIZADOS

Ref.: Pai nosso, aos pobres marginalizados Pai Nosso, dos mártires, dos torturados!

1. Teu nome é santificado / naqueles que morrem defendendo a vida. / Teu nome é glorificado / quando a justiça é a nossa medida. / Teu reino é de liberdade / de fraternidade, paz e comunhão. / Maldita toda violência, / que devora a vida pela repressão.
2. Queremos fazer tua vontade / és o verdadeiro Deus libertador. Não vamos seguir as doutrinas / corrompidas pelo poder opressor. Pedimos-te o pão da vida, / o pão de segurança, o pão das multidões, o pão que traz humanidade / que constrói o homem em vez de canhões.
3. Perdoa-nos quando, por medo, / ficamos calados diante da morte! Perdoa e destrói os remos / em que a corrupção é a lei mais forte. Protege-nos da crueldade / do esquadrão da morte, dos prevalecidos. Pai Nosso, revolucionário, / parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos!

11. DO ABISMO PROFUNDO

1. Do abismo profundo dos becos e ruas, / das grandes favelas, de sonhos e dor, / dos tristes cortiços; das noites de frio, / do chão das calçadas, clamamos, Senhor. (Bis)

Ref.: Que a Eucaristia, apresse o dia / por nós esperado: de irmãos libertados, / de tanta injustiça, de todo o pecado.

2. Da fome forçada, da vida negada, / na morte apressada, cruel desamor; / das grandes manchetes, de olhos vendados, / menores pisados, clamamos, Senhor. (Bis)
3. Das noites escuras de horríveis cadeias, de loucas torturas, da droga o pavor; / sem ter um futuro de amor e sentido, / com medo de guerra e clamamos, Senhor. (Bis)
4. Por fraternidade que faz povo-irmão, / nos dá vida nova e um mundo de amor: / abrindo às crianças caminhos de luz, de fé e esperança, clamamos, Senhor.

12. É COMUNHÃO, É COMUNHÃO

Ref.: É comunhão, é comunhão / com Jesus Cristo por inteiro neste pão! / É comunhão, é comunhão / com sua igreja missionária em ação.

1. É comunhão com o Deus vivo e verdadeiro / que dia-a-dia vem em nossa direção. / Com Ele vamos revelar ao mundo inteiro os horizontes da evangelização.
2. É comunhão com os projetos de Deus: A Boa Nova que Ele veio revelar / que por amor aceitou morrer na cruz / para o seu povo oprimido resgatar.
3. É comunhão com o Espírito de amor / protagonista da evangelização / Ele revela os segredos do Senhor e guia a igreja nos caminhos da missão.
4. É comunhão com a igreja missionária que nos acolhe, nos convoca, nos envia / como Maria ela segue solidária alimentada pela Santa Eucaristia.
5. É comunhão com a história do povo de Deus / que sofre, que chora e não cansa de esperar: da velha terra vai nascer um mundo novo. Nesta esperança vamos juntos comungar.

13. DEUS NOS ABENÇOE

Ref.: Deus os abençoe, Deus nos dê a paz! A paz que só o amor é que nos traz:

1. A paz na nossa vida, no nosso coração, e a benção para toda criação.
2. A paz na nossa casa, nas ruas, nos país e a benção da justiça que Deus quis.
3. A paz pra quem viaja, a paz pra quem ficou e a benção do conforto a quem chorou.
4. A paz entre as igrejas e nas religiões e a benção da irmandade entre as nações.
5. A paz para toda terra e a terra ao lavrador e a benção da fartura e do louvor.

**CANUDOS RENASCE NOUTRO TEMPO E
NOUTRO CHÃO**

CANTOS PARA CAMINHADA

14. HOMENAGEM A CANUDOS

Ref.: Eu também sou a imagem de um guerreiro. / Sou filho de nordestino da terra / do Conselheiro. (Bis)

1. Há muitos anos foi essa história passada / Canudos que já foi tudo, Canudos que virou nada / debaixo d'água, ressuscitou noutra terra / E hoje está revivendo tudo que sobrou da guerra.
2. Mas o meu povo com coragem trabalhou, / tiveram fé no progresso, Canudos ressuscitou / Canudos hoje, já revive sua glória / está sentado na página mais linda de sua história.
3. Família grande um povo nordestino / porque é desde menino que ouço o povo dizer / que esse Canudos, vivia depois da guerra / hoje é uma nova terra, Canudos estou com você!

15. HINO DO CENTENÁRIO

1. Levantei cedo, eu também peguei a estrada, hoje eu não perco por nada, a romaria de Canudos. Fiz a oração. Pedi benção, pedi luz. Vou à grande romaria, do arraial do Bom Jesus.

Ref.: Estou, estou em Canudos. Do Conselheiro, e de tantos meus irmãos Vou, vou celebrar. Esses cem anos de paixão e ressurreição!

2. Cheguei a Canudos, e fiquei emocionado, é gente de todo lado / Que se achega no sertão. Lembrei da guerra, e de Antônio Conselheiro, e de tantos sertanejos, que morreram neste chão.
3. Já faz cem anos e o sertão não mudou nada, continua abandonado / Na miséria e solidão. Já faz cem anos eu tô na mesma caminhada, Tô na luta pela terra, pelo pão e pela água.
4. Do nosso povo, roubam tudo o que ele tem, roubam terra, roubam sonhos, roubam a vida também. E é movido por tanta necessidade que povo segue em frente atrás da FELIZ CIDADE.

16. ALEGRIA POVO MEU

Ref.: Alegria povo meu / pois Canudos não morreu! Está vivo na união / tá na fé no coração / No coração.

1. Tá no homem, na mulher, tá na dor da minha fé / Tá na terra, na alegria, no amor, na rebeldia.
2. Pois Canudos é uma paixão, uma luta um sonho bom / Um caminho, um sacrificio, pra vencer o precipício.
3. Tá na dor, tá no tormento, tá na vida que irradia / Dá coragem e amamenta a criança que se cria.
4. Tá na terra repartida, tá na fé que vai crescer / Tá na vida tão sofrida, tá na dor que vai morrer.

17. SALVE, SALVE CANUDOS

1. Dentro do Cocorobó, / Ouviu-se um grito, por almas inundadas Raquel chorou. Do horror da terra quente se escuta, Gritos de dor. Das batalhas e massacres, milhões de mortos. Da escora da opressão a triste sorte, / Geme o povo dos sertões, solta gritos, / Gritos de Dor.

Ref.: Salve, salve Canudos, roga a Deus ó Maria, benze o povo e se eleva, cristo é seu guia.

2. Do navio e da aldeia nos misturamos, / Índios, negros e roceiros a marca herdamos. Do deserto das três raças Deus chama, A promessa. / De beatos e missões a fé colhemos, / Da escola, da enxada partilhamos, / Do conselho dos profetas ouvimos: Libertação!

18. BELO MONTE, BELO MONTE

1. Belo Monte, Belo nome / belo homem Conselheiro / Profeta dos desprezados / dos Nordeste brasileiro: / Salve a cruz dos residentes! Salve o Bom Jesus Primeiro:/

Mais de cem anos passaram / Não esqueçamos jamais / Quem pode esquecer a guerra / que tanto mal sempre traz? / Quem pode esquecer a guerra / que tanto mal só nos faz?

Ref.: Eu vi Canudos era um lago só. Nas águas vivas do Cocorobó!

2. Seu moço eu canto, eu te conto / Minh' alma pede silêncio / Pra mergulhar na memória / que arde como um incêndio: / Mandacaru ergue os braços / clama o velho Inocêncio: /

Ouvi as pedras clamando / no soluço dos feridos / ouvi multidões cantando / um canto forte nascido: / De um Belo Monte rebelde / de um povo jamais vencido:/

3. Canudos vive nas ruas / das favelas brasileiras / Nos acampados, sem-terra / nos ambulantes nas feiras:/ Nossos morros rebelados / nossas mulheres guerreiras: / Quem tem olhos veja hoje / na

profecia de Antônio / A república dos ricos / tem seu Deus que é o patrimônio /: Seu culto é de luxo e roubo / velho ídolo-demônio.

4. Do corpo crucificado / há dois mil anos atrás / Sangue e água fez-se um rio / que não seca nunca mais / Em Canudos ele é lago / pra saciar nossa paz.

“Só Deus é grande” e é Santo / bem pregou o Conselheiro / Esta terra é mãe de todos / tudo aqui é passageiro: / O que vive eternamente / é o belo amor verdadeiro: /

19. BENDITO DOS ROMEIROS DA TERRA

1. Bendita e louvada seja / esta Santa Romaria! Bendito o povo que marcha / bendito o povo que marcha / tendo Cristo como guia.

Ref.: Sou, sou teu, Senhor / sou povo novo retirante e lutador! Deus dos peregrino / dos pequeninos Jesus Cristo Redentor.

2. No Egito antigamente / do meio da escravidão, / Deus libertou o seu povo. / Hoje ele passa de novo / gritando a libertação.

3. Para a terra prometida / o povo de Deus marchou. / Moisés andava na frente. / Hoje Moisés é a gente / quando enfrenta o opressor.

4. Quem é fraco Deus dá força / quem tem medo sofre mais / quem se une ao companheiro / vence todo cativo, / é feliz e tem a paz.

5. Caminheiros na estrada / muita cerca prende o chão. / Todo arame e porteira / merecem corte e fogueira. / são frutos da maldição.

6. Mãos ao alto, voz unida / nosso canto se ouvirá / Nos caminhos do sertão / clamando por terra e pão / ninguém mais nos calará.

20. BAIÃO DO PEREGRINO SOFREDOR

1. Bendita seja esta marcha, dos pobres sofredores Romeiros do Conselheiro, de Jesus os seguidores

Ref.: Já chegou a hora, tempo de alegria, festa dos pequenos nesta grande romaria.

2. Das favelas e dos becos, do abandono nós chegamos. E a ti nosso Deus clemente, reunidos nós clamamos. (Bis)

3. Da terra somos expulsos pela força da ambição. Vem, Senhor, fazer justiça aos pobres desta nação.

4. No corpo trazemos as marcas, do sofrimento e da dor. Na alma trazemos a força de Cristo Nosso Senhor (bis)

5. Nas cadeias torturadas, nos tribunais sem defesa. Deus da vida e liberdade vem salvar nossa pobreza

6. Com Jesus servo bendito, com Maria Mãe das Dores com os mártires, nossos santos, seremos libertadores. (bis)

21. DEIXEM-ME VIVER

Ref.: Deixem-me viver, deixem-me falar, deixem-me crescer, deixem-me organizar!

1. Quando eu vivia no sertão / aos pés de quem devia me mandar. / Gemia calo e dor nas minhas mãos. / A canga era pesada pra levar.

2. Aí apareceu pelo sertão! Um monte que passou a cativar. / Tão belo que juntou um povo irmão / patrão e opressor não tinha lá.

3. Canudos outra vez vai florescer / a vida como um galho vai frondar. / A luta pela terra gera o pão / amores vão de novo começar.

4. Canudos se espalhou pelo país / embora os tubarões queiram morder. / Nas roças e nas vilas o que se diz: o povo organizado vai vencer.

22. ÁGUA DA CHUVA

Ref.: Colher a água! Reter a água! Guardar a água! Quando a chuva cai do céu! Guardar em casa! Também no chão / E ter a água! Se vier a precisão.

1. No pé da casa você faz sua cisterna! E guarda a água que o céu lhe enviou! É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda! Todo idoso, o menino e a menina! Podem beber que é água pura e cristalina.

2. Você ainda vai lembrar dos passarinhos! E dos bichinhos que precisam de beber! São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos! Fazendo isso honrará a S. Francisco! A Ibiapina, Conselheiro e Pe. Cícero.

3. Você ainda vai lembrar que a seca volta! E vai lembrar do velho dito popular! “É bem melhor se prevenir que remediar”! Zele os barreiros, os açudes e as aguadas! Não desperdice sequer uma gota d’água!

23. FAZENDO COMUNIDADE

1. Agora são dois mil anos de história e caminhada:! Fazendo comunidade na certeza da chegada:!

Ref.: Aproveite e vem pra cá! Vem pra cá, vem pra cá!

2. Para ser comunidade tem que ter muita união:! Tem que haver companheirismo muito amor e mão na mão:!

3. Para ser comunidade tem que amar e construir:! Uma vida diferente desta que está aí:!

4. Para ser comunidade tem que crer em Jesus:! Pois Ele é o Caminho, a Verdade e a Luz:!

5. Para ser comunidade é preciso comungar:! Corpo e Sangue de Jesus força que Ele nós dá:!

6. Para ser comunidade é preciso agradecer:! A Javé o Deus da vida nossa força pra vencer:!

7. Para ser comunidade lemos a bíblia Sagrada:/ Ela indica o caminho e fortalece a caminhada:!

8. Então vamos aprender com os primeiros cristãos:! Como se faz partilha e se vive como irmãos.

24. TERRA PROMETIDA

- Doce lar, meu aconchego, Ó belo sertão. Natureza que inspira o poema e a canção. Na bravura e resistência, teu povo fiel. Grata terra prometida onde correm o leite e o mel.

- Povo humilde e abandonado, fruto da escravidão. A elite é atrasada, de um poder sem compaixão. Sertanejo nordestino quer viver e ter direito, de poder fazer história e quebrar o preconceito.

- E assim poder sentir, ao som de um violão, a quixabeira, o reisado, o São Gonçalo e São João. Do sertão ao pé de serra, do serrado à beira mar, ser parte da mesa farta do almoço ao jantar.

- A seca não é problema, isso ouvi de um viajante. É da cerca e o sistema que fazem os retirantes. Hastear nossa bandeira e expor sem desatino. O Nordeste é a terra prometida aos nordestinos.

25. LADAINHA PRO CONSELHEIRO

Usaram as águas dos rios, / Que nem armas do medonho: / Pra destruir, a morada Terra Santa, / Do beato Santo Antônio:/

Penitentes e contritos, / Na sagrada procissão pra Bandeira de Canudos, / Anunciar ressurreição.

26. ADVENTO NORDESTINO

1. O sertão seco pela chuva a suspirar, dos oprimidos geme o peito em oração,! “vem ó Senhor, nos libertar, não tardes mais, / junta esse povo e realiza a promessa”.

Lá vem, lá vem, já se aproxima a redenção!

2. A terra presa nas mãos de tão pouca gente dos desterrados é imensa a multidão. Tomando o rumo sem destino nas estradas,! Eles têm fome de justiça, terra e pão!

3. A cana verde nada tem de esperança, / teu povo humilde cansa de lutar em vão. / Mãos calejadas geme o velho e a criança, / quando será o dia da libertação?

4. A Margarida foi pisada em pleno campo, pela botina do devastador patrão. / Regada a terra por seu sangue e tanto pranto, / Bem mais florida há de ser a estação!

5. Os capatazes nos açoitam com olhares, / e nos arrancam desumana produção. / Se alonga a hora, mas se encurta o salário, / do operário é demais a servidão!

6. Um Santo Dia já raiou pro operário, / vencido o medo, sai às praças o peão, / é um só grito por emprego e por salário. / A bala fere, mas o grito escutarão!

7. A voz do anjo sussurrou nos meus ouvidos, / “Ave-Maria serás Mãe de Salvação” / Maria-Igreja, vai dizer aos oprimidos, / que a terra nova já se encontra em gestação!

8. Dos encurvados as cabeças se levantam, / dos explorados unem-se as cansadas mãos, / e os gemidos vão virando um forte canto, / o pobre unido é sinal de Redenção!

Lá vem, lá vem, já se aproxima a Redenção!

27. ONIPOTENTE E BOM SENHOR

Ref.: Onipotente e bom Senhor, a Ti a honra, glória e louvor. Todas as bênçãos de Ti nos vem e todo o povo te diz: Amém.

1. Louvado sejas nas criaturas, primeiro o sol lá nas alturas. Clareia o dia, grande esplendor, radiante imagem de Ti, Senhor.
2. Louvado sejas, pela irmã lua, no céu criaste, é obra tua. Pelas estrelas, claras e belas. Tu és a fonte do brilho delas.
3. Louvado sejas pela irmã terra, mãe que sustenta e nos governa. Produz os frutos, nos dá o pão; com flores e ervas sorri o chão.
5. Sejas louvado, ó meu Senhor, pela irmã água e seu valor. Preciosa e casta, humilde e boa. Se corre, um canto a Ti entoa.
6. Sejas louvado, ó meu Senhor, pelo irmão fogo e seu calor. Clareia a noite, robusto e forte, belo e alegre, bendita sorte.
7. Sejas louvado, ó meu Senhor, pelas pessoas em teu amor perdoam e sofrem tribulação, felicidade em Ti encontrarão.
8. Louvado sejas pela irmã morte, que vem a todos, ao fraco e ao forte. Feliz aquele que te amar, a morte eterna não o matará.
9. Bem aventurado quem guarda a paz, pois o Altíssimo o satisfaz. Vamos louvar e agradecer, com humildade ao Senhor bendizer.

28. ÉS ÁGUA VIVA

- Eu te peço desta água que tu tens / és água viva, meu Senhor. / Tenho sede, tenho fome de amor / e acredito nesta fonte de onde vens.

És água viva! És vida nova e todo dia me batizas outra vez

Me fazes renascer, me fazes reviver e eu quero água desta fonte de onde vens (Bis)

- Vens de Deus, estás em Deus, também és Deus. / E Deus contigo faz um só / Eu porém que vim da terra e volto ao pó / quero viver eternamente ao lado teu.

29. LOUVAÇÃO ECOLÓGICA (SÃO FRANCISCO)

1. Irmão dos pequeninos, Rogai por nós Irmão dos esquecidos, Rogai por nós, irmão dos peregrinos, Rogai por nós Das meninas e meninos, Rogai por nós.

Ref.: Rogai por nós, Rogai por nós, Rogai por nós, Ó, São Francisco, Rogai por nós!

2. Irmão das almas limpas, Rogai por nós / Dos seres amorosos, Rogai por nós

Dos corações mais puros, Rogai por nós / Dos Seres generosos, Rogai por nós

3. Irmão das águas claras, Rogai por nós / Dos rios e das nascentes, Rogai por nós

De todos os afluentes, Rogai por nós / Das águas transparentes, Rogai por nós

4. Irmão da mãe terra. Rogai por nós / Do brilho das estrelas, Rogai por nós

Irmão do sol e da lua, Rogai por nós / Irmão das águas puras, Rogai por nós

5. Irmão de todo amor, Rogai por nós / Irmão da alegria, Rogai por nós

Irmão de toda luz, Rogai por nós / Irmão do irmão Jesus, Rogai por nós

6. Irmão da natureza, Rogai por nós / Das flores sem defesa, Rogai por nós

Do cuidado e da leveza, Rogai por nós / Da poesia e da beleza, Rogai por nós

30. OS QUATRO ELEMENTOS

É Deus quem fala pelo vento / É Deus quem lava pela água / É Deus quem gera pela terra / E ilumina pelo fogo / O povo que quer caminhar.

Senhor, Deus Pai e Criador / Senhor, Deus Filho e Redentor / Senhor, Espírito mais Santo / coloque em nosso olhar / os olhos do amor.

Você que sopra aonde quer / você que toca os corações / você que paira sobre as água / Renove a terra e a criação.

E faz de nós pessoas novas / e bem ao gosto de Jesus /

Nos faz agora nascer de novo / no ar, na terra, na água e luz.

31. SALVE A ROMARIA]

1. Irmãos, está e a mãe terra / Nosso Deus assim deixou / Hoje somos peregrinos

Pelos caminhos que Cristo andou. / Meu povo é um povo romeiro

Desde os tempos de Abraão / Vamos nesta marcha santa / Esta terra é tanta em tão poucas mãos!

Ref.: Salve, salve a caminhada / salve, salve a romaria Em busca da nova aurora /

de um novo dia.

2. Em nome de tantos povos / Que habitaram este imenso chão / Dos índios tão massacrados /
Um clamor sagrado de conversão! / Ninguém é dono da terra / Pois a terra é mais que mãe
Disse o mestre disse o rio / Não quebre este fio de inspiração!

3. Bendita escrava Anastácia! / Salve o negro rei Zumbi!
Das terras da liberdade / Novos quilombos façam surgir!
Quem vem nesta romaria / Da promessa é seguidor
Será sempre abençoado / E acompanhado na luz do amor.
Bendita seja esta marcha / Dos romeiros da esperança / Quem tem Deus na companhia /
Luta noite e dia, mas não se cansa / Bendita a história sagrada /
Do Beato Conselheiro / Salve a luta dos sem-terra / E dos sem teto do mundo inteiro

32. JUBILEU DA TERRA

Jubileu da terra / E repartir o chão / É por os pés na terra / E por as mãos no chão / É resgatar a terra / Que é de cada irmão / Porque a terra é do Senhor

1. Nações dos Pataxós, Xukurus e Cariris, Tupis, Yanomamis / Hã-Hã-Hães e Guaranis.
Depois de tanto sangue Depois de tanta guerra
Que a terra seja índia E que os índios tenham terra.

2. E aos remanescentes / De negros quilombolas / Enfim “Terra Brasilis”
Seja nossa e seja vossa / Depois de tanto sangue / Depois de tanta guerra.
Que a terra seja negra / E os negros tenham terra

3. Pequenos lavradores / Os posseiros e sem-terra / Enfim, alcancem o sonho / De justiça e paz na terra
Depois de tanto sangue / Depois de tanta guerra / Que a terra volte ao povo / E que todos tenham terra.

33. MEU RIO DE SÃO FRANCISCO

1. Lá na serra da Canastra / Lá de Minas Gerais / O senhor olhou o seu povo
E uma lágrima derramou / Esse choro virou rio / E São Francisco se chamou
**Ref.: Meu rio de São Francisco / Nessa grande turvação
Vim te dar um gole d’água / E pedir tua benção**

2. Choro santo do bom Deus / Gerou vida, planta, flor / Peixe, bicho, passarinho
E na sua ribanceira / À sombra do juazeiro / Muita gente se arranchou

3. Pai da gente, Mãe do povo / Dando água, dando peixe / Fome e sede ele matou
E as terras da caatinga / Brejo, serra e vereda / Sertão seco ele molhou

4. Como disse o padre Santo / O sertão vai virar mar / O mar vai virar sertão
Tão matando o Velho Chico / E o rio que gera vida / Nunca pode morrer não.

5. A barragem cerca as águas / O veneno mata o chão / Morre a planta no cerrado
Chora a ave, morre o bicho / O meu povo vai-se embora / Com saudade do sertão

6. Ó você que boiadeiro / Não deixe o rio morrer / Pois vai junto o seu caixão.
Aqueles que matam o rio Do povo são inimigos Não têm Deus no coração

34. ÊTA

Ref.: Êta que eu vim de longe, epa que eu já cheguei; saudade deixei em casa, e amigos por onde andei (Bis)

1. Eu vim dançar a ciranda, das cores da nossa raça / Do negro, do índio e branco / dançando na mesma praça.

2. Eu vim pra esta romaria, valorizar nosso sertão / com os mártires de Canudos / buscando libertação.

3. Eu vim de Euclides da Cunha, Tucano e Uauá / Paulo Afonso, Greguenhém e lá de Curaçá.

4. Tô vindo de Juazeiro, Glória, Coronel João Sá / romeiros de Canudos, romeiros de todo lugar.